29/04/2025

Número: **0001567-87.2012.4.05.8401**

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**

Partes	
Tipo	**Nome**
EXECUTADO	**LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
ADVOGADO	**FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO**
EXEQUENTE	**FAZENDA NACIONAL**
ADVOGADO	**Igor Leite Linhares**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
4058401.7375155	28/07/2020 15:10	Documento inicial do processo digitalizado	Petição Inicial
4058401.7375156	28/07/2020 15:10	03 - Suspensão pelo Parcelamento (Principal)	Autos Digitalizados
4058401.7375161	28/07/2020 15:10	02 - Execução (Principal) Parte 02	Autos Digitalizados
4058401.7375167	28/07/2020 15:10	02 - Execução (Principal) Parte 01	Autos Digitalizados
4058401.7375169	28/07/2020 15:10	01 - Petição Inicial+CDA (Principal)	Autos Digitalizados
4058401.7375171	28/07/2020 15:10	EF 0000387-65.2014.4.05.8401 (Apenso)	Autos Digitalizados
4058401.7375173	28/07/2020 15:10	EF 0000186-10.2013.4.05.8401 (Apenso)	Autos Digitalizados
4058401.7375174	28/07/2020 15:10	EF 0000106-46.2013.4.05.8401 (Apenso)	Autos Digitalizados
4058401.7483969	21/08/2020 10:46	Sobrestamento iniciado em sistema legado	Atos Eletrônicos
4058401.7483970	21/08/2020 10:46	Intimação de Sobrestamento por Parcelamento	Intimação Atos Eletrônicos
4058401.7484226	21/08/2020 11:21	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058401.7532436	01/09/2020 00:00	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058401.7780183	22/10/2020 16:08	Alienação judicial precedida de avaliaç.html	Manifestação
4058401.7780184	22/10/2020 16:08	RelResumido-22102020.pdf	Documento de Comprovação
4058401.7780185	22/10/2020 16:08	RelResumido-22102020 (1).pdf	Documento de Comprovação
4058401.7806187	28/10/2020 12:05	Intimação	Expediente
4058401.7806188	28/10/2020 12:05	Intimação	Expediente
4058401.7807765	28/10/2020 16:58	Mandado	Expediente
4058401.7811817	29/10/2020 12:35	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058401.7815796	30/10/2020 08:06	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058401.8715829	24/05/2021 22:46	Despacho Inspeção - 444 - INSPEÇÃO ANUAL ORDINÁRIA - 2021	Despacho Inspeção
4058401.9111828	22/06/2021 07:44	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico

4058401.9111830	22/06/2021 07:44	Constatação e Reavaliação Imóvel Matrícula nº 3688 - R$ 4.000.000,00	Documento de Comprovação
4058401.9111829	22/06/2021 07:44	Foto do bem imóvel objeto de constatação e reavaliação	Documento de Comprovação
4058401.9138126	24/06/2021 13:03	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058401.9138128	24/06/2021 13:03	Intimação	Expediente
4058401.9185220	28/06/2021 11:03	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058401.9416601	16/07/2021 12:31	PETIÇÃO DE JUNTADA DE SUBSTABELECIMENTO . em "PDF"	Substabelecimento com reserva de poderes
4058401.9416602	16/07/2021 12:31	1. PETIÇÃO . Informação . Substabelecimento . 0001567-87.2012.4.05.8401	Documento de Comprovação
4058401.9416603	16/07/2021 12:31	2. SUBSTABELECIMENTO . LUCIO SILVEIRA 21.07.08.141414	Documento de Comprovação
4058401.9436296	20/07/2021 17:48	Impugnação - Avaliação	Contestação
4058401.9436298	20/07/2021 17:48	2 SUBSTABELECIMENTO-LUCIO SILVEIRA	Documento de Comprovação
4058401.9436312	20/07/2021 17:48	3 NBR-14653-1-Procedimentos-Gerais-2019	Documento de Comprovação
4058401.9436300	20/07/2021 17:48	4 Avaliacao-Bens-Imoveis-Urbanos-Procedimentos-Gerias-NBR-14653-2	Documento de Comprovação
4058401.9436304	20/07/2021 17:48	5 Avaliacao-Bens-Empreendimentos-NBR-14653-4	Documento de Comprovação
4058401.9436350	20/07/2021 17:50	Minuta de Impugnação	Contestação
4058401.9436351	20/07/2021 17:50	1 Impugnação Avaliação Lucio Silveira e Filhos FF	Documento de Comprovação
4058401.9691149	21/08/2021 09:47	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058401.9691150	21/08/2021 09:47	Intimação	Expediente
4058401.9691616	22/08/2021 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação
4058401.9725356	28/08/2021 00:23	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058401.9746087	02/09/2021 10:32	Manifestação da UF	Manifestação
4058401.10951753	09/03/2022 18:44	Despacho Inspeção - 665 - INSPEÇÃO ANUAL ORDINÁRIA - 2022	Despacho Inspeção
4058401.11026462	29/03/2022 18:10	Decisão	Decisão
4058401.11058117	29/03/2022 18:10	Intimação	Expediente
4058401.11058118	29/03/2022 18:10	Intimação	Expediente
4058401.11080140	02/04/2022 08:38	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058401.11083609	04/04/2022 10:42	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058401.11103729	06/04/2022 18:51	Ciente da UF	Cota
4050000.31187231	02/05/2022 15:00	Comunicações	Comunicações
4050000.31187233	02/05/2022 15:00	Anexos da Comunicação	Anexos da Comunicação
4058401.11222310	04/05/2022 10:28	Certidão Sobrestamento Embargo/Recurso	Certidão
4058401.12021024	06/10/2022 18:15	PFN-MANIFESTAÇÃO	Cota
4058401.12021047	06/10/2022 18:18	PFN-REQUER DESCONSIDERAÇÃO DO ID 4058401.12021024	Cota
4050000.34538988	26/10/2022 09:02	Anexos da Comunicação	Anexos da Comunicação
4050000.34538987	26/10/2022 09:02	Comunicações	Comunicações

4058401.12332951	02/02/2023 11:30	PFN - Constatação e reavaliação do imóvel penhorado	Petição (outras)
4058401.12592515	10/03/2023 10:26	Despacho	Despacho
4058401.12640197	14/03/2023 09:06	Mandado	Expediente
4058401.12816507	17/04/2023 13:51	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058401.12816508	17/04/2023 13:51	Auto de Reavaliação - Processo n. 0001567-87.2012.4.05.8401	Documento de Comprovação
4058401.13081923	06/06/2023 11:31	Despacho Inspeção - 1228 - INSPEÇÃO ANUAL ORDINÁRIA - 2023	Despacho Inspeção
4058401.13510273	30/08/2023 09:32	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058401.13510278	30/08/2023 09:32	Intimação	Expediente
4058401.13510279	30/08/2023 09:32	Intimação	Expediente
4058401.13531014	01/09/2023 18:15	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058401.14555174	09/04/2024 22:03	Despacho Inspeção - 1555 - INSPEÇÃO ANUAL ORDINÁRIA - 2024	Despacho Inspeção
4058401.14682738	03/05/2024 10:13	decurso de prazo	Certidão
4058401.15645422	07/11/2024 09:44	PFN Demandas	Manifestação
4058401.15645423	07/11/2024 09:44	peça	Documento de Comprovação
4058401.15645424	07/11/2024 09:44	sida	Documento de Comprovação
4058401.16202816	17/02/2025 14:59	Decisão	Decisão
4058401.16351723	19/03/2025 10:50	Intimação	Expediente
4058401.16368860	21/03/2025 14:41	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058401.16396315	27/03/2025 12:16	Pedido de Chamamento do Feito à Ordem	Petição (outras)
4058401.16396316	27/03/2025 12:16	Chamamento à ordem - nulidade - precedentes STF e STJ	Documento de Comprovação

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO: **0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
LUCIO SILVEIRA E FILHOS	EXECUTADO
FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO	ADVOGADO

Outros participantes
SEM REGISTROS

TERMO DE MIGRAÇÃO DE PROCESSO FÍSICO

Em cumprimento à Resolução Pleno nº 3, de 21 de março de 2018, procedo à inclusão do presente feito no sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, assegurando a conformidade da digitalização do processo físico às seguintes determinações da referida Resolução:

- utilização de funcionalidade específica para inserção das peças processuais digitalizadas;
- migração dos dados de autuação (número de registro do sistema físico, data de distribuição na Justiça Federal, etc.) e de movimentação;
- digitalização na íntegra do processo (exceto as execuções fiscais, de acordo com o Art. 5º, §1º da mencionada Resolução) ;
- compartimentação dos documentos conforme Anexo I da Resolução;
- cumprimento das regras de segredo do processo e do sigilo do documento, quando for o caso;
- verificação de não se tratar de nenhum dos casos previstos no art. 5o da Resolução;
- intimação dos advogados no processo físico acerca da digitalização dos autos e da necessidade de cadastramento no PJe, quando não houver nenhum advogado habilitado no sistema;
- confirmação da unidade de Tecnologia da Informação competente de que há recursos de armazenamento suficientes para acomodar os feitos que serão incluídos no sistema PJe.

Mossoró, 28/07/2020

279

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão destes autos ao(à) Exmo(a). Senhor(a) Juiz(a) Federal da 8ª Vara/RN.
Mossoró, 22 de janeiro de 2015.

BRUNO GURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

DESPACHO

Tendo em vista o pedido do exequente de fls. **160, SUSPENDA**-se o presente feito em razão da efetivação do **PARCELAMENTO** do débito por parte do executado pelo prazo de sua duração.

Importante ressaltar que constitui ônus do exequente comunicar a este Juízo acerca da rescisão do referido parcelamento, bem como eventual pagamento integral da dívida consubstanciada na presente execução. Em caso de rescisão do parcelamento, deve a parte autora indicar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte à data do vencimento da primeira parcela não paga, bens do executado passíveis de penhora.

Caso não indique bens, fica o processo SUSPENSO nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80 e, passado o prazo de 1 (um) ano dessa suspensão sem que sejam localizados bens do devedor, fica o processo ARQUIVADO SEM BAIXA, nos termos do mesmo dispositivo legal.

Vista ao exequente, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para ciência deste despacho.

Publique-se.

Mossoró, 22 de janeiro de 2015.

LAURO HENRIQUE LOBO BANDEIRA
Juiz Federal da 10ª Vara em exercício na 8ª Vara Federal/SJRN

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins que o processo em epígrafe encontra-se **SUSPENSO** em decorrência do **PARCELAMENTO** do débito por parte da executada. **DOU FÉ.**

Mossoró, 29 de janeiro de 2015.

BRUNO GURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, citei/intimei o(a) representante da FAZENDA NACIONAL do inteiro teor do(a)(s) despacho/sentença/ato ordinatório de fls. retro, mediante remessa dos autos.

Mossoró, 02/02/15.

Abel Dutra
Servidor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

RECEBIMENTO

Nesta data, certifico o recebimento dos presentes autos.

Mossoró, 10 de março de 2015.

Antonio Luiz Costa Junior
Estagiário(a)

JUNTADA

JUNTO, nesta data, a estes autos, o(a):

( ) AR
( ) Carta Precatória
( ) Ofício
( ) Outros: _____
( ) Carta
( ) Mandado
(X) Petição

que adiante se vê.

Mossoró, 10/03/2015.

Encarregado / Servidor

283

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional no Rio Grande do Norte
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Mossoró

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 8ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE:

PROCESSO	**0001567-87.2012.4.05.8401**
EXEQUENTE	**UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**
EXECUTADO	**LÚCIO SILVEIRA & FILHOS**
CDA	**40673014-8 e outras**

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, pelo Procurador da Fazenda Nacional adiante assinado (LC 73/93), vem perante Vossa Excelência, **tomar ciência** do inteiro teor do despacho de fls. 273.

Mossoró, 4 de março de 2015.

Jaciel Paiva do Amaral Neto
Estagiário da Procuradoria da Fazenda Nacional

Marcelino José Alves Ferreira
Procurador da Fazenda Nacional

Marcelino José Alves Ferreira
Procurador da Fazenda Nacional

06MAR1516:59 610013447 8V 015.573726124P2348

084
18

OPTANTE: 08.378.267/0001-29

ASSINALE COM 'X' O PARCELAMENTO DESEJADO

	PARCELAMENTO	SITUAÇÃO
(_)	PAEX-120 - PIS-PASEP	ENCERRADA POR LIQUIDAÇÃO
(_)	PAEX-120 - COFINS	ENCERRADA POR RESCISÃO
(_)	L12865-PGFN-DEMAIS-ART 1	EM CONSOLIDAÇÃO NA PGFN
(_)	L.12996-PGFN-PREV	EM CONSOLIDAÇÃO NA PGFN
(_)	L.12996-PGFN-DEMAIS	EM CONSOLIDAÇÃO NA PGFN
(_)	L.12996-RFB-DEMAIS	EM CONSOLIDAÇÃO NA RFB

PF3=SAI PF12=VOLTA

__ PAEX,CONSULTA,CONSCONTA (CONSULTA CONTA)_____

DATA : 04/03/2015 HORA : 09:59 USUARIO : JAMILA MARIA

285

L12865-PGFN-DEMAIS-ART 1

08.378.267/0001-29 - LUCIO SILVEIRA E FILHOS

PEDIDO FORMALIZADO EM : 11/12/2013

OPCAO VALIDADA EM : 11/12/2013

ORGAO DE JURISDICAO : 04.202.00

CODIGO DE ACESSO :

SITUACAO : EM CONSOLIDACAO NA PGFN

PF1=AJUDA PF3=SAI PF12=VOLTA

__ PAEX,CONSULTA,CONSCONTA (CONSULTA CONTA)

DATA : 04/03/2015 HORA : 09:59 USUARIO : JAMILA MARIA

286

L.12996-PGFN-PREV

08.378.267/0001-29 - LUCIO SILVEIRA E FILHOS

PEDIDO FORMALIZADO EM : 21/08/2014

OPCAO VALIDADA EM : 21/08/2014

ORGAO DE JURISDICAO : 04.202.00

CODIGO DE ACESSO :

SITUACAO : EM CONSOLIDACAO NA PGFN

PF1=AJUDA PF3=SAI PF12=VOLTA

PAEX,CONSULTA,CONSCONTA (CONSULTA CONTA)

DATA : 04/03/2015 HORA : 09:59 USUARIO : JAMILA MARIA

287

L.12996-PGFN-DEMAIS

08.378.267/0001-29 - LUCIO SILVEIRA E FILHOS

PEDIDO FORMALIZADO EM : 21/08/2014

OPCAO VALIDADA EM : 21/08/2014

ORGAO DE JURISDICAO : 04.202.00

CODIGO DE ACESSO :

SITUACAO : EM CONSOLIDACAO NA PGFN

PF1=AJUDA PF3=SAI PF12=VOLTA

988
18

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
02/03/2015 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 10:08:13

Credito: 406730148 CGC: 08.378.267/0001-29
Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**

Doc. de Origem..: 10/11/2012 DCGB - DCG BATCH
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 10/11/2012 Livro: 2 Folha: 386
Dt. de Inscricao: 29/12/2012 RFB: 18.021.060 Orgao Inscr.: 18.200.801
Periodo da Divida: 05/2012 a 05/2012 PRC Tramitacao: 18.200.801
Comarca: 18080 Vara: 008 Acao Jud: 00001064620134058401 Primeira Instancia
Fase: **542 SUSPENSAO DE EXIGIBILIDADE SEM DEPOSITO** Dt. da Fase: 25/08/2014

Principal:	4.967,86	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	993,57	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	1.186,32	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	1.429,55		
T o t a l:	8.577,30		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 02/2015 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.01D13

289
18

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
02/03/2015 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 10:08:38

Credito: 406730156 CGC: 08.378.267/0001-29
Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**

Doc. de Origem..: 10/11/2012 DCGB - DCG BATCH
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 10/11/2012 Livro: 2 Folha: 387
Dt. de Inscricao: 29/12/2012 RFB: 18.021.060 Orgao Inscr.: 18.200.801
Periodo da Divida: 05/2012 a 05/2012 PRC Tramitacao: 18.200.801
Comarca: 18080 Vara: 008 Acao Jud: 00001064620134058401 Primeira Instancia
Fase: **542 SUSPENSAO DE EXIGIBILIDADE SEM DEPOSITO** Dt. da Fase: 25/08/2014

Principal:	33.824,63	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	6.764,93	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	8.077,32	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	9.733,38		
T o t a l:	58.400,26		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 02/2015 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.01D13

290
08

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 18/12/2014 11:11 | Tempo restante de conexão: 19:59

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.85) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41212000092 | Número de Inscrição: 41 2 12 000092-90 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 721362/2011-51 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	25/04/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 12.015,97 UFIR 11.292,01
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00003876520144058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 7.023,89 UFIR 6.600,70
Receita:	3560 - DM.ATIVA-IRPJ FONTE	Qtd. de Pagamentos:	0013	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	Qtd. de Parcelamentos:	0001	Data de Protocolo:	01/04/2014	Valor Consolidado:	R$ 11.709,14
Qtd. de Débitos:	0024	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410014900502	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Pros. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

291

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 18/12/2014 11:11 | Tempo restante de conexão: 20:00

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.85) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41213001260 **Número de Inscrição:** 41 2 13 001260-19 Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 500731/2013-35 **CPF/CNPJ:** 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	08/11/2013	**Procuradoria Responsável:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Judicial:**		**Valor Inscrito:**	R$ 22.327,19 UFIR 20.982,16
Órgão de Origem:		**Procuradoria de Inscrição:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Único Judicial:**	00003876520144058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-MOSSORO	**Valor Remanescente:**	R$ 22.327,19 UFIR 20.982,16
Receita:	3560 - DIVATIVA-IRPJ FONTE	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	01/04/2014	**Valor Consolidado:**	R$ 32.939,43
Qtd. de Débitos:	0011	**Qtd. de Protestos:**	000	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**	
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Fatência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	410014900502	**Data da Extinção:**			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Prox. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Req. Loc. | Voltar

292

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 18/12/2014 11:11 | Tempo restante de conexão: 19:59

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.85) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41613003348 | Número de Inscrição: 41 6 13 003348-26 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 500732/2013-80 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	08/11/2013	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 1.450.070,23 UFIR 1.362.719,66
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00003876520144058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 1.450 070,23 UFIR 1.362.719,66
Receita:	4493 - DIV.ATIVA-COFINS	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	01/04/2014	Valor Consolidado:	R$ 2.122 539,55
Qtd. de Débitos:	0026	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410014900502	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

193

PSFN-MOSSORO | Consulta Divida Ativa | 18/12/2014 11:12 | Tempo restante de conexão: 20:00

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.85) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41713000885 | Número de Inscrição: 41 7 13 000885-04 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 500730/2013-91 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	08/11/2013	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 313.765,38 UFIR 294.864,40
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00003876520144058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 313 765,38 UFIR 294.864,40
Receita:	0810 - DM.ATIVA-PIS	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	PIS	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	01/04/2014	Valor Consolidado:	R$ 459 492,27
Qtd. de Débitos:	0026	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410014900502	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Log. | Voltar

294
CB

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 18/12/2014 11:10 | Tempo restante de conexão: 19:59

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.85)

Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41612000406 | Número de Inscrição: 41 6 12 000406-42 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 721197/2011-37 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	25/04/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 118.587,07 UFIR 111.443,53
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	1861020134058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 108.704,81 UFIR 102.156,56
Receita:	1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL	Qtd. de Pagamentos:	0005	Juízo:	917255 - SETOR DE DISTRIBUIÇÃO		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0001	Data de Protocolo:	05/02/2013	Valor Consolidado:	R$ 179.277,20
Qtd. de Débitos:	0002	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410013900067	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO — Consulta Dívida Ativa — 03/02/2015 11:05 — Tempo restante de conexão: 19:59

SARA JULIANNE BEZERRA DE MEDEIROS — Informações Gerais
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5)

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL

295
63

Parâmetro: 41713000885 — Número de Inscrição: 41 7 13 000885-04 — Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 500730/2013-91 CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	08/11/2013	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 313.765,38 UFIR 294.864,40
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00003876520144058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 313.765,38 UFIR 294.864,40
Receita:	0810 - DIV.ATIVA-PIS	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	PIS	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	01/04/2014	Valor Consolidado:	R$ 465.453,82
Ind. de Débitos:	0026	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410014900502	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc./ Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 03/02/2015 11:04 | Tempo restante de conexão: 19:59

SARA JULIANNE BEZERRA DE MEDEIROS (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL

296

Parâmetro: 41613003348 | Número de Inscrição: 41 6 13 003348-26 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 500732/2013-80 CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	08/11/2013	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 1.450.070,23 UFIR 1.362.719,66
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00003876520144058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 1.450.070,23 UFIR 1.362.719,66
Receita:	4493 - DIV.ATIVA-COFINS	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juizo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	01/04/2014	Valor Consolidado:	R$ 2.150.090,88
Qtd. de Débitos:	0026	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410014900502	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO — Consulta Dívida Ativa — 03/02/2015 11:04 — Tempo restante de conexão: 19:59

SARA JULIANNE BEZERRA DE MEDEIROS (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) — Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL

297

Parâmetro: 41213001260 — Número de Inscrição: 41 2 13 001260-19 — Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 500731/2013-35 CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	08/11/2013	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 22.327,19 UFIR 20.982,16
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00003876520144058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 22.327,19 UFIR 20.982,16
Receita:	3560 - DIV.ATIVA-IRPJ FONTE	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	01/04/2014	Valor Consolidado:	R$ 33.363,64
Ind. de Débitos:	0011	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410014900502	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO — Consulta Dívida Ativa — 03/02/2015 11:03 — Tempo restante de conexão: 19:59

SARA JULIANNE BEZERRA DE MEDEIROS — Informações Gerais
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5)

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL

298
CS

Parâmetro: 41212000092 — Número de Inscrição: 41 2 12 000092-90 —

Número do Processo Administrativo: 13433 721362/2011-51 CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	25/04/2012	**Procuradoria Responsável:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Judicial:**		**Valor Inscrito:**	R$ 12.015,97 UFIR 11.292,01
Órgão de Origem:		**Procuradoria de Inscrição:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Único Judicial:**	00003876520144058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-MOSSORO	**Valor Remanescente:**	R$ 7.023,89 UFIR 6.600,70
Receita:	3560 - DIV.ATIVA-IRPJ FONTE	**Qtd. de Pagamentos:**	0013	**Juízo:**	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	**Qtd. de Parcelamentos:**	0001	**Data de Protocolo:**	01/04/2014	**Valor Consolidado:**	R$ 11.869,28
. de ..bitos:	0024	**Qtd. de Protestos:**	000	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**	
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	410014900502	**Data da Extinção:**			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

299
08

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 03/02/2015 11:54 | Tempo restante de conexão: 18:41

SARA JULIANNE BEZERRA DE MEDEIROS (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.85) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41612000406 | Número de Inscrição: 41 6 12 000406-42 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 721197/2011-37 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	25/04/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 118.587,07 UFIR 111.443,53
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	1861020134058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 108.704,81 UFIR 102.156,56
Receita:	1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL	Qtd. de Pagamentos:	0005	Juízo:	917255 - SETOR DE DISTRIBUIÇÃO		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0001	Data de Protocolo:	05/02/2013	Valor Consolidado:	R$ 181.755,67
Qtd. de Débitos:	0002	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410013900067	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO | Consulta Divida Ativa | 03/02/2015 11:02 | Tempo restante de conexão: 19:54

SARA JULIANNE BEZERRA DE MEDEIROS (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

309 28

Parâmetro: 41712000279 | Número de Inscrição: 41 7 12 000279-53 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 9.937,09 UFIR 9.338,49
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Divida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 9.494,59 UFIR 8.922,64
Receita:	0810 - DIV.ATIVA-PIS	Qtd. de Pagamentos:	0001	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	PIS	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 26.562,61
Qtd. de ...itos:	0003	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
... do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012901726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 03/02/2015 11:02 | Tempo restante de conexão: 19:59

SARA JULIANNE BEZERRA DE MEDEIROS (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) | Informações Gerais

301
18

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41612000976 | Número de Inscrição: 41 6 12 000976-79 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Receita:	1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
le:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 167.135,11
Qtd. de Débitos:	0005	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012901726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO — Consulta Dívida Ativa — 03/02/2015 11:01 — Tempo restante de conexão: 20:00

SARA JULIANNE BEZERRA DE MEDEIROS (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) — Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL

Parâmetro: 41212000334 — Número de Inscrição: 41 2 12 000334-00 — Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 95.359,68 UFIR 89.615,31
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 95.359,68 UFIR 89.615,31
Receita:	3551 - DIV.ATIVA-IRPJ	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 271.982,77
Qtd. de Débitos:	0005	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012901726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

Vistos em Inspeção
(Período Anual Inspecionado: Março/2014 a Fevereiro/2015)

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

( ) Processo em ordem.
( ) Cite(m)-se.
( ) Expeça-se: ( ) Mandado ( ) Ofício ( ) Carta ( ) RPV/Precatório ( ) Alvará ( ) Edital.
( ) Aguarde-se devolução do(a)(s) mandado(s) / Ofício(s) / Carta(s) Precatória(s).
( ) Aguarde-se o cumprimento do(s) expediente(s) de fl. _____.
( ) Reitere(m)-se o(s) expediente(s) de fl. _____.
( ) Solicitem-se informações sobre Ofício/ Carta Precatória.
( ) Aguarde-se a realização de perícia / apresentação de laudo.
( ) Aguarde-se o pagamento de ( ) RPV/Precatório ( ) Alvará.
(X) Mantenham-se suspensos/sobrestados/arquivados sem baixa.
( ) Cumpra-se o(a) ato ordinatório/ despacho/decisão de fl. _____.
( ) Publique-se.
( ) Designe-se audiência.
( ) Remetam-se à(o): ( )CAIXA; ( )AGU; ( )PFN; ( )PGF; ( )DPU, ( )PF. ( ) INSS
( ) Vista ao MPF.
( ) Vista a(o) ( ) promovido(a) ( ) promovente.
( ) Certificar/aguardar o decurso de prazo.
( ) Conclusos para Despacho após Inspeção
( ) Conclusos para Decisão/Sentença após Inspeção.
( ) Sentenciar em 30 dias.
( ) Decidir em 10 dias.
( ) Remeter ao TRF.
( ) Arquivar c/baixa.
( ) Solicitem-se informações acerca do cálculo.
( ) Cobrar a devolução dos autos.
( ) Aguarde-se a devolução dos autos.
( ) Mantenham-se os autos conclusos para: Decisão ( ) Sentença ( ).

Mossoró/RN, 17 de março de 2015.

ORLAN DONATO ROCHA
Juiz Federal

REPRESENTANTE DO MPF

REPRESENTANTE DA OAB

REPRESENTANTE DA AGU

REPRESENTANTE DA DPU

SP(LOTE12)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

Vistos em Inspeção
(Período Anual Inspecionado: Março/2015 a Fevereiro/2016)

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

( ) Processo em ordem.
( ) Cite(m)-se.
( ) Expeça-se: ( ) Mandado ( ) Ofício ( ) Carta ( ) RPV/Precatório ( ) Alvará ( ) Edital.
( ) Aguarde-se devolução do(a)(s) mandado(s) / Ofício(s) / Carta(s) Precatória(s).
( ) Aguarde-se o cumprimento do(s) expediente(s) de fl. _____.
( ) Reitere(m)-se o(s) expediente(s) de fl. _____.
( ) Solicitem-se informações sobre Ofício/ Carta Precatória.
( ) Aguarde-se a realização de perícia / apresentação de laudo.
( ) Aguarde-se o pagamento de ( ) RPV/Precatório ( ) Alvará.
(x) **Mantenham-se suspensos**/sobrestados/arquivados sem baixa.
( ) Cumpra-se o(a) ato ordinatório/ despacho/decisão de fl. _____.
( ) Publique-se.
( ) Designe-se audiência.
( ) Remetam-se à(o): ( )CAIXA; ( )AGU; ( )PFN; ( )PGF; ( )DPU, ( )PF. ( ) INSS
( ) Vista ao MPF.
( ) Vista a(o) ( ) promovido(a) ( ) promovente.
( ) Certificar/aguardar o decurso de prazo.
( ) Conclusos para Despacho após Inspeção
( ) Conclusos para Decisão/Sentença após Inspeção.
( ) Sentenciar em 30 dias.
( ) Decidir em 10 dias.
( ) Remeter ao TRF.
( ) Arquivar c/baixa.
( ) Solicitem-se informações acerca do cálculo.
( ) Cobrar a devolução dos autos.
( ) Aguarde-se a devolução dos autos.
( ) Mantenham-se os autos conclusos para: Decisão ( ) Sentença ( ).

Mossoró/RN, 08 de março de 2016.

ORLAN DONATO ROCHA
Juiz Federal

REPRESENTANTE DO MPF

REPRESENTANTE DA OAB

REPRESENTANTE DA AGU

REPRESENTANTE DA DPU

SP LT 12

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

Vistos em Inspeção
(Período Anual Inspecionado: Março/2016 a Fevereiro/2017)

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

( ) Processo em ordem.
( ) Cite(m)-se.
( ) Expeça-se: ( ) Mandado ( ) Ofício ( ) Carta ( ) RPV/Precatório ( ) Alvará ( ) Edital.
( ) Aguarde-se devolução do(a)(s) mandado(s) / Ofício(s) / Carta(s) Precatória(s).
( ) Aguarde-se o cumprimento do(s) expediente(s) de fl. _____.
( ) Reitere(m)-se o(s) expediente(s) de fl. _____.
( ) Solicitem-se informações sobre Ofício/ Carta Precatória.
( ) Aguarde-se a realização de perícia / apresentação de laudo.
( ) Aguarde-se o pagamento de ( ) RPV/Precatório ( ) Alvará.
(x) **Mantenham-se suspensos**/sobrestados/arquivados sem baixa.
( ) Cumpra-se o(a) ato ordinatório/ despacho/decisão de fl. _____.
( ) Publique-se.
( ) Designe-se audiência.
( ) Remetam-se à(o): ( )CAIXA; ( )AGU; ( )PFN; ( )PGF; ( )DPU, ( )PF. ( ) INSS
( ) Vista ao MPF.
( ) Vista a(o) ( ) promovido(a) ( ) promovente.
( ) Certificar/aguardar o decurso de prazo.
( ) Conclusos para Despacho após Inspeção
( ) Conclusos para Decisão/Sentença após Inspeção.
( ) Sentenciar em 30 dias.
( ) Decidir em 10 dias.
( ) Remeter ao TRF.
( ) Arquivar c/baixa.
( ) Solicitem-se informações acerca do cálculo.
( ) Cobrar a devolução dos autos.
( ) Aguarde-se a devolução dos autos.
( ) Mantenham-se os autos conclusos para: Decisão ( ) Sentença ( ).

Mossoró/RN, 15 de março de 2017.

ORLAN DONATO ROCHA
Juiz Federal

REPRESENTANTE DO MPF

REPRESENTANTE DA OAB

REPRESENTANTE DA AGU

REPRESENTANTE DA DPU

(JKA)
SI' LI 12

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
RODRIGO FARIAS DE MENEZES - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 28/07/2020 15:10:29
Identificador: 4058401.7375156
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20072815062259300000007396898

2.º OFICIO DE NOTAS

MOSSORÓ - R N.

PRIMEIRO CARTÓRIO Mossoró

SILVEIRA & FILHOS, já qualificada, o referido imóvel acima descrito e confrontado e desde já cedem e transferem à mesma outorgada compradora toda a posse, dominio, direitos e ação que sobre o aludido imóvel ora vendido exerciam, para que possa a mesma outorgada dele usar, gozar e livremente dispor como seu que é e fica sendo de hoje em diante por força desta escritura, obrigando-se, por si, seus herdeiros ou sucessores, a fazerem esta venda em qualquer tempo sempre boa, firme e valiosa e a responderem pela evicção. Pela outorgada compradora e ante as testemunhas me foi dito que aceitava esta escritura nos seus expressos termos. Foi pago o imposto de transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos sobre o presente instrumento, conforme conhecimento nº 172.215, datado de 19 de julho de 1982, fornecido pela Coletoria Estadual de Mossoró. Foram apresentadas e ficam arquivadas neste cartório as Certidões de Quitação Federal nº 07152, datada de 09 de junho de 1982; Estadual nº 03728/82, datada de 17 de junho de 1982 e Municipal nº 6530/82, datada de 02 de junho de 1982. E de como assim o disseram, do que dou fé, pediram-me e eu lhes lavrei este instrumento que lhes li, acharam conforme, aceitaram e assinam com as testemunhas José de Oliveira França, solteiro, maior, cartorário e Flaviano de Holanda Montenegro, casado, funcionário público, domiciliados e residentes nesta cidade, minhas conhecidas, do que dou fé. Eu, Maria Altinete Amorim da Silva, ajudante compromissada, a escrevi. E eu, Francisco das Chagas Ferreira Gomes, tabelião do 2º Oficio, a subscrevo e assino. (a) Francisco das Chagas Ferreira Gomes- Tabelião do 2º Oficio. Mossoró 21 de julho de 1982- (aa) Francisco de Silveira Chaves- Francisco de Freitas Gadê Chaves - Valter Anunciato da Silveira- Valdemar Anunciato da Silveira - Lúcio José de Silveira- Tests. (aa) José de Oliveira França- Flaviano de Holanda Montenegro. Nada mais. Fiel ao original com o qual conferi; dou fé. Eu, [illegible] tabelião do 2º Oficio, o datilografei, conferi, subscrevo e assino em público e raso de que uso./=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/

Mossoró (RN), 21 de julho de 1982

Em testemunho da verdade.

O TABELIÃO DO 2º OFICIO

Francisco das Chagas Ferreira Gomes
Tabelião e Escrivão do 2.º Oficio
C.P.F. 012 220 904

Nilton Imóveis

PARECER

MERCADOLÓGICO

Prédio Comercial

Situado na Rua Coronel Gurgel, 114 – Centro – Mossoró/RN.

J. N. DE SOUSA EIRELI
Travessa Mossoroense, 32 – Centro – Cep: 59.600-012 – Mossoró/RN.
Fone. (84) 3312-0567 – www.niltonimoveis.com.br – Creci/RN 5260 - CNPJ/MF: 19.188.544/0001-57

Nilton Imóveis

PARECER MERCADOLÓGICO

1 - IMÓVEL (tipo) -

Prédio Comercial (onde atualmente funciona a Loja do Papai)

2 - ENDEREÇO -

Situado na Rua Coronel Gurgel, 114 – Centro – Mossoró/RN.

3 - CLIENTE INTERESSADO(A) –

LÚCIO SILVEIRA & FILHOS

4 - PROPRIETÁRIO(A)(S) –

LÚCIO SILVEIRA & FILHOS

5 - OBJETIVO –

Determinar o Valor do imóvel abaixo especificado para fins de comercialização.

6 - NÍVEL DE PRECISÃO –

Avaliação Expedita, de acordo com a NB 14653-3.

7 - DATA DA VISTORIA –

09 de dezembro de 2014.

8 - AVALIADOR(ES):

JOSÉ NILTON DE SOUSA – CRECI 1594-RN

9 - CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO –

- **Uso predominante da Região**: Comercial
- **Serviços públicos existentes:** Energia elétrica, água, rede de esgotamento sanitário, coleta de lixo, telefone e transporte coletivo
- **Pavimentação:** Asfaltica;
- **Melhorias Locais e Equipamentos comunitários:** Escola, Saúde pública, comercio diversos e segurança pública;

10 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

10.1 – TERRENO

- Forma: Regular

NILTON IMÓVEIS
José NILTON de Sousa
CRECI 1594/RN
Diretor

Nilton Imóveis

- **Topografia:** Plana
- **Situação:** De centro
- **Superfície:** Seca
- **Fração Ideal:** 100%
- **Área (m²):** 389,20
- **Frente:** 7,00m
- **Lado Direito:** 55,60m
- **Lado Esquerdo:** 55,60m
- **Fundos:** 7,00m

10.2 – ÁREA CONSTRUÍDA

- **Tipo:** Prédio comercial
- **Número pavimento:** 03
- **Área de lazer:** ---
- **Idade aparente:** 10 anos
- **Área construída (m²):** 1.167,60
- **Padrão acabamento:** Normal
- **Estado de conservação:** Bom
- **Tipo de Forro:** Laje, gesso e pvc
- **Tipo de Piso:** Cerâmica e cimentado
- **Tipo Esquadrias:** Alumínio e ferro
- **Armários:** ---------

11 – VALOR DE AVALIAÇÃO

VALOR DE AVALIAÇÃO	Área Em m²	Valor Mínimo (R$)		Valor Máximo (R$)	
		m²	Total	m²	Total
Construção	1.167,60	7.000,00	8.173.200,00	7.500,00	8.757.000,00
TOTAL ⟹		**8.173.200,00**		**8.757.000,00**	

- Mediante os dados e os números ora apresentados e fazendo as devidas ponderações técnicas e matemáticas necessárias, concluímos que o valor de avaliação do imóvel aqui analisado para fins de comercialização fica entre os seguintes valores: **R$ 8.173.200,00 (oito milhões, cento e setenta e três mil e duzentos reais) e R$ 8.757.000,00 (oito milhões, setecentos e cinquenta e sete mil reais).**

NILTON IMÓVEIS
José NILTON de Sousa
CRECI 1594/RN
Diretor

Nilton Imóveis

12 - OBSERVAÇÕES;

- As áreas aqui informadas nos foram passadas pelo cliente interessado através da Escritura pública do presente imóvel, o qual ainda não se encontra averbada a sua construção, constando ainda uma casa residencial, haja visto não termos tido acesso a projetos construtivos, más podem facilmente ser visualizado na fotografia da fachada anexa ao presente trabalho.
- A presente avaliação foi elaborada de modo simplificado, conforme definido com o cliente interessado. No caso de maiores detalhes sobre as informações aqui estabelecidas, ficamos à disposição.

Mossoró/RN, 10 de dezembro de 2014.

NILTON IMÓVEIS
José NILTON de Sousa
CRECI 1594/RN
Diretor

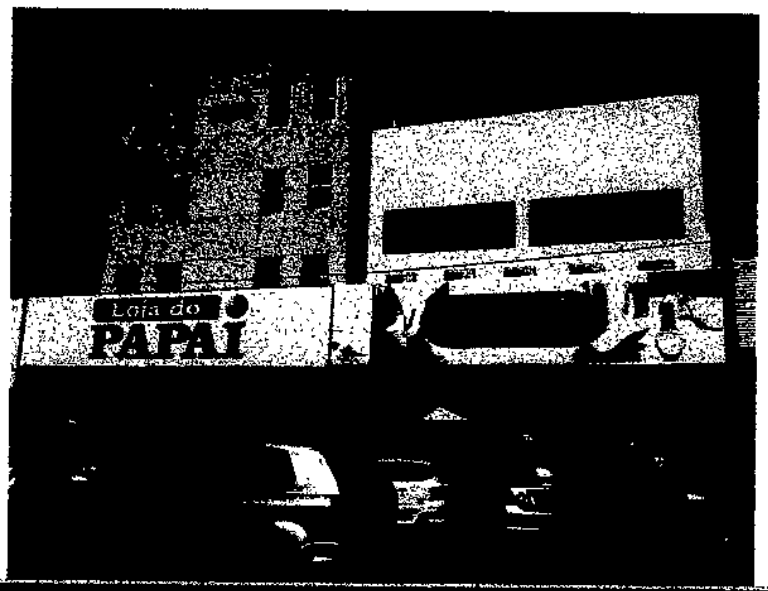
Nilton Imóveis

ANEXOS

NILTON IMOVEIS
José NILTON de Sousa
CRECI 1594/RN
Diretor

Nilton Imóveis

Fachada



Fachada



208
369

República Federativa do Brasil
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMARCA DE MOSSORÓ
2º. Cartório Judiciário
RUA SANTOS DUMONT, nº. 86 - FONE 321-2543

Francisco das Chagas Ferreira Gomes
Tabelião

Escritura de: COMPRA E VENDA.-

Livro n.º 039 - - Fls. 123 a 125v. - -

Valor: Cr$ 10.000.000,00./

Data Mossoró, 21 de julho de 1982. /=/=/=/=/=/=/=/=/=/==/==

Outorgante S VENDEDORES: FRANCISCO DA SILVEIRA CHAVES e sua = esposa, dona FRANCISCA DE FREITAS GADÊ CHAVES. /=/=/=/=/=/=/=/

Outorgado COMPRADORA: LÚCIO SILVEIRA & FILHOS./=/=/=/=/=/

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

Imóvel: UMA CASA RESIDENCIAL, construida de tijolos e coberta de telhas, situada nesta cidade de Mossoró, no alinhamento- rua Cel. Gurgel nº 114. /=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/

NILTON IMÓVEIS
José NILTON de Sousa
CRECI 1594/RN
Diretor

203

PRIMEIRO CARTÓRIO Mossoró

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Francisco das Chagas Ferreira Gomes
Tabelião do 2º. Ofício

Traslado PRIMEIRO = ==
Lv. de Notas Nº. 039- = =
Folhas 123 a 125v. = =

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMARCA DE MOSSORÓ

Escritura PÚBLICA DE COM-- PRA E VENDA que entre fazem o Sr. FRANCISCO DA SILVEIRA CHAVES e sua esposa, dona FRANCISCA DE FREITAS GADÊ CHAVES, como OUTORGANTES VENDEDORES e a firma LÚCIO SILVEIRA & FILHOS, como OUTORGADA COMPRADORA, na declarada forma abaixo:

SAIBAM= quantos esta pública escritura de compra e venda virem ou = dela notícias tiverem que, aos vinte e hum (21) dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e oitenta e dois (1982),= nesta cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, República Federativa do Brasil, neste cartório do 2º Ofício,= sito à rua Santos Dumont, nº 86, perante mim, tabelião, compareceram partes entre si justas, avindas e contratadas, a saber: de um lado, como OUTORGANTES VENDEDORES, o SR. FRANCISCO DA SILVEIRA CHAVES, comerciário e sua esposa, dona == FRANCISCA DE FREITAS GADÊ CHAVES, do lar, ambos brasileiros, casados, inscritos no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 003.527.804-87, domiciliados e residentes nesta cidade de Mossoró, à rua Cel. Gurgel, nº 114, e, de outro lado, como OUTORGADA COMPRADORA- LÚCIO SILVEIRA & FILHOS, firma comercial desta praça, com séde à rua Felipe Camarão, nº 203, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 08.378.267/0001-29, neste ato representada pelos Srs. Valter Anunciato da Silveira, C.P.F. (MF) nº 092.709.494-00; Valdemar Anunciato da Silveira, C.P.F.(MF) nº 056.286.104-10 e Lúcia José da Silveira, C.P.F. nº 003.652.114-00, brasileiros, casados, comerciantes, domiciliados e residentes nesta cidade, respectivamente Diretor Financeiro, Diretor Comercial e Diretor Ad-

NILTON IMÓVEIS
José NILTON de Sousa
CRECI 1594/RN
Diretor

Administrativo, todos maiores e capazes, pessoas reconhecidas como as próprias por mim tabelião e pelas testemunhas = adiante nomeadas e no fim assinadas, estas também minhas conhecidas, do que dou fé. E, perante essas mesmas testemunhas, pelos outorgantes vendedores referidos me foi dito == que, à justo título e na conformidade da escritura pública= de compra e venda lavrada no 4º Cartório Judiciário desta = cidade, no livro nº 02, às fls. 70v. a 72, em data de 26 de março de 1963, registrada no livro nº 3-K, às fls. 17, sob= o nº de ordem 4.924, em data de primeiro (1º)- de abril novecentos e sessenta e tres (1963), do Registro Geral de Imóveis da 1ª Zona desta Comarca de Mossoró- Rn, são senhores= e legitimos possuidores, livre e desembaraçado de todos e quaisquer ônus ou impostos, do imóvel consistente em UMA CASA RESIDENCIAL, construida de tijolos e coberta de telhas,= situada nesta cidade de Mossoró, no alinhamento da rua Coronel Gurgel, número cento e quatorze (114), bem como um afmazem nos fundos da mencionada casa, com frente para a Praça= Bento Praxedes, nº 27, contendo a dita casa uma porta e um janelão no pavimento térreo e um janelão no pavimento superior e o armazem contendo uma porta larga e um portão na frente que dá para a referida Praça Bento Praxedes, edificados, casa e armazem em terreno próprio, medindo-este sete = (7,00) metros de largura na frente, igual metragem de largura nos fundos, por 55,60m. de comprimento em ambos os lados, limitando-se pela frente com a via pública da referida rua= Cel. Gurgel, pelos fundos com a via pública da referida Praça Bento Praxedes, pelo lado direito com imóveis de José Matias da Costa, ou sucessores e, pelo lado esquerdo com imóvel de Maria Gurgel de Oliveira, ou sucessores; que, pela = presente escritura e pelo preço certo e ajustado de Cr$ - - 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), sendo Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) pagável neste ato, cuja importância foi recebida pelos outorgantes vendedores em moeda = corrente nacional, contada e achada exata e da qual dão quitação e a quantia de Cr$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) para ser paga mensalmente, em prestações de Cr$ - - 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), vencíveis no dia == cinco (5) de cada mês subsequente, pepresentadas por oito = (8) notas promissórias no valor de Cr$ 1.000.000,00; vendem, como de fato ora vendido têm à outorgada compradora LÚCIO =

SILVEIRA & FILHOS, já qualificada, o referido imóvel acima descrito e confrontado e desde já cedem e transferem à mesma outorgada compradora toda a posse, dominio, direitos e ação que sobre o aludido imóvel ora vendido exerciam, para que possa a mesma outorgada dele usar, gozar e livremente dispor como seu que é e fica sendo de hoje em diante por força desta escritura, obrigando-se, por si, seus herdeiros ou sucessores, a fazerem esta venda em qualquer tempo sempre boa, firme e valiosa e a responderem pela evicção. Pela outorgada compradora e ante as testemunhas me foi dito que aceitava esta escritura nos seus expressos termos. Foi pago o imposto de transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos sobre o presente instrumento, conforme conhecimento nº 172.215, datado de 19 de julho de 1982, fornecido pela Coletoria Estadual de Mossoró. Foram apresentadas e ficam arquivadas neste cartório as Certidões de Quitação Federal nº 07152, datada de 09 de junho de 1982; Estadual nº 03728/82, datada de 17 de junho de 1982 e Municipal nº 6530/82, datada de 02 de junho de 1982. E de como assim o disseram, do que dou fé, pediram-me e eu lhes lavrei este instrumento que lhes li, acharam conforme, aceitaram e assinam com as testemunhas José de Oliveira França, solteiro, maior, cartorário e Flaviano de Holanda Montenegro, casado, funcionário público, domiciliados e residentes nesta cidade, minhas conhecidas, do que dou fé. Eu, Maria Altinete Amorim da Silva, ajudante compromissada, a escrevi. E eu, Francisco das Chagas Ferreira Gomes, tabelião do 2º Oficio, a subscrevo e assino. (a) Francisco das Chagas Ferreira Gomes- Tabelião do 2º Oficio. Mossoró, 21 de julho de 1982- (aa) Francisco de Silveira Chaves- Francisca de Freitas Gadê Chaves - Valter Anunciato da Silveira- Valdemar Anunciato da Silveira - Lúcio José da Silveira- Tests. (aa) José de Oliveira França- Flaviano de Holanda Montenegro. Nada mais. Fiel ao original com o qual conferi; dou fé. Eu, _____ tabelião do 2º Oficio, o datilografei, conferi, subscrevo e assino em público e raso de que uso./=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/

Mossoró (RN), 21 de julho de 1982
Em testemunho _____ da verdade.
O TABELIÃO DO 2º OFICIO

Francisco das Chagas Ferreira Gomes
Tabelião e Escrivão do 2.º Ofício
C.P.F. 012 220 804

NILTON IMÓVEIS
José NILTON de Sousa
CRECI 1594/RN
Diretor

SEGUNDO CARTÓRIO JUDICIÁRIO
Francisco das Chagas Ferreira Gomes
TABELIÃO, ESCRIVÃO E OFICIAL
DO REGISTRO [illegible] ZONA
Zilda [illegible] Maia
SUBSTITUTO
Rua Santos Dumont, 93
FONE: 321-2543
MOSSORÓ - RN

08395139/0001-93
SEGUNDO CARTÓRIO JUDICIÁRIO
RUA SANTOS DUMONT, 86
CENTRO
C. E. P. - 59.600
MOSSORÓ - RN

Entre os 1.º e 2.º Cartórios
Visto dos Tabeliães

Registro de Imóveis - 1.ª Zona - Mossoró (RN)
Prenotado no protocolo 1 - 6885 sob o no 6885 pág 131V
Registrado no livro n.º 2-35 a fls. 89 sob o(s) n.º(s) R-1-3.688
referente à matrícula n.º 3.688 OBSERVAÇÕES -
Averbado no livro 3-K, nº 4.924

Mossoró 29 de Dezembro de 19 82
O Oficial

Bel. Sebastião Vasconcelos dos Santos
C. P. F. 011 643 174 - 15

Bel. Sebastião Vasconcelos dos Santos
Tabelião e Escrivão do Primeiro Ofício
Antonio Alderi Nogueira da Silva
Maria Bernadete Nogueira dos Santos
SUBSTITUTOS
RUA SANTOS DUMONT, 176
Mossoró - Rio Grande do Norte

211

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

ATO ORDINATÓRIO

A teor do disposto no artigo 162, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, modificado pela Lei 8.952, de 13.12.94, c/c o Provimento nº 01, de 25.03.2009, art. 87, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, **intime-se a parte contrária para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a petição e os documentos novos juntados pelo executado às fls. 182/210, nos termos do art. 398 do Código de Processo Civil.**

Mossoró, 17 de dezembro de 2014.

BRUNO GURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

212

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, citei/intimei o(a) representante da FAZENDA NACIONAL do inteiro teor do(a)(s) despacho/sentença/ato ordinatório de fls. retro, mediante remessa dos autos.

Mossoró, _____/_____/_____.

_____
Servidor

Processo nº :
M. M. Juiz, manifesto-me em apartado
Mossoró 18 / 12 / 2014

Joana Maria Onofre de Araújo
Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional

213

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

RECEBIMENTO

Nesta data, certifico o recebimento dos presentes autos.

Mossoró, 07 de janeiro de 2015.

Antonio Luiz Costa Junior
Estagiário(a)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do(a) expediente/petição nº **2014.0061.010100-2**, que se vê adiante.

Mossoró, 07 de janeiro de 2015.

Antonio Luiz Costa Junior
Estagiário(a)

215
15

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Federal da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - RN

Execução nº	**0001567-87.2012.4.05.8401**
Exeqüente	**União – Fazenda Nacional**
Executado(a)	**LUCIO SILVEIRA E FILHOS**

A UNIÃO – Fazenda Nacional vem, à presença de V. Exa., em atenção ao despacho de fl. 211, expor e requerer o que segue.

Pretende a parte executada a substituição da garantia existente nos autos, qual seja, o imóvel comercial, matrícula 1.641, localizado na rua Felipe Camarão nº 203, avaliado em RS 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), conforme Auto de Penhora e Avaliação acostado à fl. 120.

Alegando que os débitos em execução estão todos parcelados e que realizou negócio jurídico de compra e venda do referido imóvel objeto de constrição, pretende substituir a garantia por outro imóvel comercial, localizado na Rua Coronel Gurgel, 114, Centro, Mossoró/RN, Matrícula R- 1.3.688.

Embora tenham sido acostadas as Escrituras Públicas de Compra e Venda do bem, **não foi apresentada a matrícula atualizada do imóvel, sendo tal documento imprescindível para a comprovação da titularidade do bem.**

216

Observa-se, ainda , que a Procuração *ad judicia* acostada não foi acompanhada do Contrato Social da Executada, nem tampouco há poderes específicos para a indicação de bem à penhora.

Não obstante, desde que seja intimado o executado para **regularizar a situação narrada, a União requer seja expedido mandado de constatação e avaliação do imóvel, para que se certifique a existência, a titularidade e o valor de mercado do mesmo, a fim de subsidiar a substituição pretendida.**

Pede deferimento.

Mossoró, 18 de dezembro de 2014

Euklenecy Fernandes de Oliveira
Estagiária da Procuradoria da Fazenda Nacional

Joana Marta Onofre de Araújo
Procuradora da Fazenda nacional

217
CB

Imprimir

SERPRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA **18/12/2014**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 18 Inscrições Selecionadas:
Parâmetro de Localização: 08378267000129
Seções Selecionadas: RLO, RSE

1º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF/CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-C/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 200044/2001-89 **Nº Inscrição:** 41 2 01 000215-33
Data Inscrição: 26/07/2001 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:**
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Quant. Parcelamentos: 1 **Período Último Parcelamento:** 31/08/2001 A 08/11/2003
Valor Inscrito: R$ 21.163,73 (UFIR 22.020,30)
Valor Consolidado: R$ 13.447,52

2º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF/CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 721197/2011-37 **Nº Inscrição:** 41 2 12 000091-00
Data Inscrição: 25/04/2012 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:** 12794220124058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 318.908,54 (UFIR 299.697,90)
Valor Consolidado: R$ 525.947,60

3º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF/CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 721362/2011-51 **Nº Inscrição:** 41 2 12 000092-90
Data Inscrição: 25/04/2012 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:** 00003876520144058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Quant. Parcelamentos: 1 **Período Último Parcelamento:** 31/05/2012 A 14/09/2013
Valor Inscrito: R$ 12.015,97 (UFIR 11.292,01)
Valor Consolidado: R$ 11.709,14

238
CB

4º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18
Nº Inscrição: 41 2 12 000334-00
Data Inscrição: 01/06/2012
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE
Nº Único de Processo Judicial: 00015678720124058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 95.359,68 (UFIR 89.615,31)
Valor Consolidado: R$ 270.170,92

5º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 500731/2013-35
Nº Inscrição: 41 2 13 001260-19
Data Inscrição: 08/11/2013
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE
Nº Único de Processo Judicial: 00003876520144058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 22.327,19 (UFIR 20.982,16)
Valor Consolidado: R$ 32.939,43

6º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 08378267/0001-29
Situação: ATIVA NAO AJUIZ AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 500424/2014-35
Nº Inscrição: 41 2 14 001535-22
Data Inscrição: 07/03/2014
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE
Nº Único de Processo Judicial:
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 6.183,55 (UFIR 5.811,04)
Valor Consolidado: R$ 8.423,06

7º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-C/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 200045/2001-23
Nº Inscrição: 41 6 01 000584-87
Data Inscrição: 26/07/2001
Nº Processo Judicial: 200484010030094
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE
Nº Único de Processo Judicial: 200484010030094
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Quant. Parcelamentos: 1
Período Último Parcelamento: 31/01/2002 A 08/11/2003
Valor Inscrito: R$ 16.781,71 (UFIR 17.460,93)
Valor Consolidado: R$ 12.568,89

8º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-C/

219

PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM

Nº Processo Administrativo: 13433 500235/2002-29
Nº Inscrição: 41 6 03 000672-69
Data Inscrição: 14/01/2003
Nº Processo Judicial: 200484010033423
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE
Nº Único de Processo Judicial: 200484010033423
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 125.159,95 (UFIR 126.620,56)
Valor Consolidado: R$ 128.995,94

9º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 721197/2011-37
Nº Inscrição: 41 6 12 000406-42
Data Inscrição: 25/04/2012
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE
Nº Único de Processo Judicial: 1861020134058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Quant. Parcelamentos: 1
Período Último Parcelamento: 31/05/2012 A 15/01/2013
Valor Inscrito: R$ 118.587,07 (UFIR 111.443,53)
Valor Consolidado: R$ 179.277,20

10º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18
Nº Inscrição: 41 6 12 000976-79
Data Inscrição: 01/06/2012
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE
Nº Único de Processo Judicial: 00015678720124058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 58.016,83 (UFIR 54.521,94)
Valor Consolidado: R$ 166.032,80

11º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18
Nº Inscrição: 41 6 12 000977-50
Data Inscrição: 01/06/2012
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE
Nº Único de Processo Judicial: 12794220124058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 234.368,07 (UFIR 220.249,98)
Valor Consolidado: R$ 631.486,93

12º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 720037/2013-32
Nº Inscrição: 41 6 13 000178-55

220
18

Data Inscrição: 05/03/2013
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 40.287,33 (UFIR 37.860,46)
Valor Consolidado: R$ 91.788,80
Nº Processo Judicial:
Nº Único de Processo Judicial: 00006884620134058401

13º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
CPF/CNPJ: 08378267/0001-29
Nº Processo Administrativo: 13433 500732/2013-80
Data Inscrição: 08/11/2013
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 1.450.070,23 (UFIR 1.362.719,66)
Valor Consolidado: R$ 2.122.539,55
Nº Inscrição: 41 6 13 003348-26
Nº Processo Judicial:
Nº Único de Processo Judicial: 00003876520144058401

14º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal
Situação: ATIVA NAO AJUIZ AGUARD NEG LEI 11.941-S/PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
CPF/CNPJ: 08378267/0001-29
Nº Processo Administrativo: 13433 000636/2005-26
Data Inscrição: 19/11/2013
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 64.938,76 (UFIR 61.026,93)
Valor Consolidado: R$ 141.365,18
Nº Inscrição: 41 6 13 003567-14
Nº Processo Judicial:
Nº Único de Processo Judicial:

15º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal
Situação: ATIVA NAO AJUIZ AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
CPF/CNPJ: 08378267/0001-29
Nº Processo Administrativo: 13433 500425/2014-80
Data Inscrição: 07/03/2014
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 43.886,28 (UFIR 41.242,61)
Valor Consolidado: R$ 58.999,11
Nº Inscrição: 41 6 14 003023-06
Nº Processo Judicial:
Nº Único de Processo Judicial:

16º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
CPF/CNPJ: 08378267/0001-29
Nº Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18
Data Inscrição: 01/06/2012
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 9.937,09 (UFIR 9.338,49)
Valor Consolidado: R$ 26.382,21
Nº Inscrição: 41 7 12 000279-53
Nº Processo Judicial:
Nº Único de Processo Judicial: 00015678720124058401

17º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Tipo de Devedor: Principal **CPF/CNPJ:** 08378267/0001-29

Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM

Nº Processo Administrativo: 13433 500730/2013-91 **Nº Inscrição:** 41 7 13 000885-04

Data Inscrição: 08/11/2013 **Nº Processo Judicial:**

Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:** 00003876520144058401

Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE

Valor Inscrito: R$ 313.765,38 (UFIR 294.864,40)

Valor Consolidado: R$ 459.492,27

18º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Tipo de Devedor: Principal **CPF/CNPJ:** 08378267/0001-29

Situação: ATIVA NAO AJUIZ AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM

Nº Processo Administrativo: 13433 500423/2014-91 **Nº Inscrição:** 41 7 14 000629-06

Data Inscrição: 07/03/2014 **Nº Processo Judicial:**

Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:**

Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE

Valor Inscrito: R$ 9.527,93 (UFIR 8.953,97)

Valor Consolidado: R$ 12.808,99

SOMATÓRIO DAS INSCRIÇÕES

Valor Inscrito: R$ 2.961.285,29 (UFIR 2.795.722,18)

Valor Consolidado: R$ 4.894.375,54

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

222
CD

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT
DIVIDA ATIVA
18/12/2014 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 16:08:13

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)
[1] [8378267000129]
Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
Usuario: [1] (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos..	[x]	1-Outros Tipos.....	[ ]	2-Nat. Nao Previdenciaria..	[ ]
3-Arrematacao...	[ ]	4-Sucumbencia.....	[ ]	5-Contrib. Nao Repassada....	[ ]
6-Trabalhista JT	[ ]	7-Afericao Indireta	[ ]	8-Solidariedade.....	[ ]

Filial	Credito		Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-29	400779790	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	67.980,22	1
0001-29	401043797	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	16.979,62	1
0001-29	401043800	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	66.214,66	1
0001-29	403208750	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	73.613,64	1
0001-29	403208769	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	298.134,97	1
0001-29	404445764	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	31.171,44	1
0001-29	404445772	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	169.491,11	1

406730148 Proximo Credito

XMIT [x]

Existem mais creditos

Versão 0.268.01D10

223
CD

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT
DIVIDA ATIVA
18/12/2014 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 16:08:05

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)
[1] [8378267000129]
Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
Usuario: [1] (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos..	[x]	1-Outros Tipos.....	[ ]	2-Nat. Nao Previdenciaria..	[ ]
3-Arrematacao...	[ ]	4-Sucumbencia.....	[ ]	5-Contrib. Nao Repassada...	[ ]
6-Trabalhista JT	[ ]	7-Afericao Indireta	[ ]	8-Solidariedade.....	[ ]

Filial	Credito		Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-29	398282145	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	13.634,95	1
0001-29	398282153	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	68.511,54	1
0001-29	399795634	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	58.634,28	1
0001-29	399795642	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	281.002,92	1
0001-29	400210797	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	16.342,87	1
0001-29	400210800	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	70.249,50	1
0001-29	400779781	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	17.024,74	1

400779790 Proximo Credito

XMIT [x]

Existem mais creditos

Versão 0.268.01D10

924

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCREDEXT | PGF - PGFN - DATAPREV | CCREDEXT
DIVIDA ATIVA
18/12/2014 | CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR | 16:08:30

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)
[1] [8378267000129]
Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
Usuario: [1] (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos..	[x]	1-Outros Tipos.....	[ ]	2-Nat. Nao Previdenciaria..	[ ]
3-Arrematacao...	[ ]	4-Sucumbencia.....	[ ]	5-Contrib. Nao Repassada...	[ ]
6-Trabalhista JT	[ ]	7-Afericao Indireta	[ ]	8-Solidariedade.....	[ ]

Filial	Credito		Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-29	417503652	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	55.890,90	1
0001-29	420037209	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	26.544,56	1
0001-29	420037217	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	94.108,93	1
0001-29	440847346	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	92.364,54	1
0001-29	440847354	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	312.658,18	1
0001-29	457142545	[ ]	PRO	0534	18.200.801	PRE AJUIZAMENT	66.037,14	1
0001-29	457142553	[ ]	PRO	0534	18.200.801	PRE AJUIZAMENT	254.022,85	1

Proximo Credito **Total (em Reais)** 3.373.827,19
XMIT [x]

Fim da pesquisa atual

Versão 0.268.01D10

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 18/12/2014 11:09 | Tempo restante de conexão: 20:00

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA | Informações Gerais
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.85)

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41612000976 | Número de Inscrição: 41 6 12 000976-79 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Receita:	1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 166.032,80
Qtd. de Débitos:	0005	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012901726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

226

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 18/12/2014 11:10 | Tempo restante de conexão: 19:59

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.85)

Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41712000279 | Número de Inscrição: 41 7 12 000279-53 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 9.937,09 UFIR 9.338,49
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 9.494,59 UFIR 8 922,64
Receita:	0810 - DIV.ATIVA-PIS	Qtd. de Pagamentos:	0001	Juizo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	PIS	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 26.382,21
Qtd. de Débitos:	0003	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012901726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Prox. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

227
CD

Tarefa: Distribuir para procurador

Distribuído(s) ao(a) Dr(a). JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO

Número	Classe	Juízo	Data Entrada
3876520144058401	Execução Fiscal (SIDA)	08ª Vara Federal-MOSSORO	18/12/2014
15678720124058401	Execução Fiscal (SIDA)	08ª Vara Federal-MOSSORO	18/12/2014
1861020134058401	Execução Fiscal (SIDA)	Setor de Distribuição - MOSSORO	18/12/2014
1064620134058401	Execução Fiscal Previdenciária	08ª Vara Federal-MOSSORO	18/12/2014

Total de Processos: 4

Legenda dos Indicadores

- Acompanhamento Especial
- Acompanhamento Digra
- Garantia
- Processo vinculado não apensado
- Processo apensado
- Ato judicial
- Petição
- Prescrição Intercorrente
- Nota Justificativa
- Documento anexado
- Processo virtual não integrado
- M Mandado
- IT Inteiro Teor

Registrado por: DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA / NAJ - Núcleo de Apoio Jurídico

Página 1 / 1

Data/Hora: 18/12/2014 11:08

228

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão destes autos ao(à) Exmo(a). Senhor(a) Juiz(a) Federal da 8ª Vara/RN.
Mossoró, 7 de janeiro de 2015.

BRUNO CURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

DESPACHO

Intime-se o executado para que apresente a matrícula atualizada do imóvel indicado às fls.188/210, bem como para que traga aos autos nova procuração, acompanhada do Contrato Social da Executada, com poderes específicos para a indicação do bem à penhora.

Após, defiro o pedido do exequente de **fls. 215/216** no sentido de expedir Mandado de Constatação e avaliação a fim de se averiguar a titularidade e o valor de mercado do imóvel indicado ás fls. 188/210.

Cumpridas as diligências pelo Oficial de Justiça, intime-se o exequente para manifestar sobre o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias.

Nada sendo requerido, suspenda-se o presente processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme o art. 40, caput e § 1º, da Lei 6.830/80.

Passado o prazo de 01 (um) ano de suspensão sem que o exequente indique bens penhoráveis e/ou local onde possa ser encontrado o devedor, arquive-se o feito sem baixa na distribuição, nos termos do § 2º do art. 40, da Lei 6.830/80, independentemente de nova intimação do credor.

Mossoró (RN), 7 de janeiro de 2015.

LAURO HENRIQUE LOBO BANDEIRA
Juiz Federal da 10ª Vara em exercício na 8ª Vara Federal/SJRN

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do(a) expediente/petição nº **2015.0061.000069-8**, que se vê adiante.

Mossoró, 08 de janeiro de 2015.

BRUNO GURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

ARAÚJO, SOARES, BARRETO E ABREU
ADVOGADOS ASSOCIADOS

MARCOS ARAÚJO • NAERTON SOARES • EVANS CARLOS • BARRETO JÚNIOR • FERNANDA ABREU • OSCAR OLIVEIRA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA OITAVA VARA FEDERAL DA SUBSECÇÃO DE MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE.

97JAN1517:10 010000698 BV 015678720124058401

COM REF. PROCESSO N.º 0001567-87.2012.4.05.8401.
AÇÃO DE EXECUÇÃO

LÚCIO SILVEIRA & FILHOS LTDA., já devidamente qualificada nos presentes autos, nos quais litiga com a **UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL,** não somenos individuadA, vem, por meio de seu procurador *in fine* subscrito, à respeitável e condigna presença de Vossa Excelência, havendo formulado pedido de **SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA**, e atendendo a solicitação da FAZENDA NACIONAL, **JUNTAR CERTIDÃO DA MATRÍCULA DO IMÓVEL, ATOS CONSTITUTIVOS DA EMPRESA EXECUTADA e PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS.**

230

P. Deferimento.

Mossoró/RN, 07 de janeiro de 2015.

FRANCISCO MARCOS DE ARAÚJO

Advogado OAB/RN 2359

231

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S)

LÚCIO SILVEIRA E FILHOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº. 05.854.224/0001-84, sediada na Rua Cel. Gurgel, n. 200, Centro, Mossoró - Estado do Rio Grande do Norte, representada por **VALTER ANUNCIATO DA SILVEIRA,** brasileiro, casado, comerciante, CPF de nº 092.709.494-00,

OUTORGADO(S)

FRANCISCO MARCOS DE ARAÚJO, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Rio Grande do Norte, sob o nº 2359.

PODERES ESPECÍFICOS

Os da cláusula *"ad judicia"* e para o foro em geral, **especialmente para acompanhar processos judiciais em que seja parte a outorgante, junto a um dos Juízos investido de jurisdição constitucional.**

GENERALIDADES:

A representação judicial e extrajudicial do(a) outorgante, perante qualquer juízo, Instância ou Tribunal, com poderes para acompanhar todo o rito processual nas instâncias competentes, podendo, separadamente substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe convier praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, **com poderes também para nomear bem à penhora, fazer indicação e pedido de substituição de penhora**.

Firma a presente procuração.

Mossoró-RN, 07 de janeiro de 2015.

OUTORGANTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO – COMARCA DE MOSSORÓ

1º OFÍCIO DE NOTAS

EDIMAR VIEIRA DE ALMEIDA
Tabelião
ELIDIMAR DE MOURA VIEIRA
ÉRIKA DE MOURA VIEIRA
JAILSON ALMEIDA
Substitutos

EDIMAR VIEIRA DE ALMEIDA, Oficial do Registro Geral de Imóveis da 1ª Zona da Comarca de Mossoró - Estado do Rio Grande do Norte, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO

Certifico, a pedido verbal de pessoa interessada, e, em razão do meu ofício que, dando buscas nos livros do Registro Geral de Imóveis da 1ª Zona desta Comarca, privativa deste Primeiro Cartório, constatei que o imóvel constituído de: ***UMA CASA RESIDENCIAL***, construída de tijolos e coberta de telha, situada nesta cidade de Mossoró, no alinhamento da rua Cel. Gurgel, nº 114, bem como um armazém nos fundos da mencionada casa, com a frente para a Praça Bento Praxedes, nº 27, contendo a dita casa uma porta e um janelão no pavimento térreo um janelão no pavimento superior e o armazém contendo uma porta larga um portão na frente que dá para a referida Praça Bento Praxedes, edificados, casa e terreno, em terreno próprio, medindo este 7,00m. de igual metragem nos fundos, por 55,60m. de comprimento pelos ambos os lados, confinando-se pela frente, com a via pública da referida rua Cel. Gurgel, pelos fundos, com a via pública da referida Praça Bento Praxedes, pelo lado direito, com imóveis de José Matias da Costa e, pelo lado esquerdo, com imóvel de Maria Gurgel de Oliveira ou sucessores. **PROPRIETÁRIO**: ***LUCIO SILVEIRA & FILHOS***, desta praça, com sede à rua Felipe Camarão, nº 203, CGC/MF nº 08.378.267/0001-29, que adquiriu por compra feita a Francisco da Silva Chaves, comerciário e sua esposa, dona Francisca de Freitas das Chagas Gadê Chaves, brasileiros, casados, ele comerciário e ela de afazeres do lar, domiciliados e residentes nesta cidade, inscritos no CPF/MF único sob o nº 003.527.804-87, pelo valor de Cr$ 10.000.000,00 (dez mil cruzeiros) sendo que no ato da assinatura da escritura foi recebido Cr$. 2.000.000,00 e o restante para ser pago em 8 prestações mensais e sucessivas, no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), casa uma, vencíveis no dia 5 de cada mês subsequente, sem condições, nos termos da Escritura Pública de Compra e venda, lavrada nas notas do Tabelião do 2º Ofício desta cidade. às fls. 123/125v. do livro nº 039, em data de 21.07.1982, **devidamente registrado no R-1-3.688** na matricula 3.688, datado de 29/09/1982, do livro nº "2", do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona da Comarca de Mossoró-RN. ***CERTIFICO mais, que objeto desta matrícula***, declara a **indisponibilidade do imóvel**, como procede-se à presente Averbação, nos Termos do Ofício nº ODS.0008.000100-0/2012, expedido pela Diretora de Secretaria da 8ª Vara Federal - Marla Jordânia Batista de Aquino Diógenes, datado de 18.02.2010, e extraído dos autos do processo nº 0003342-21.2004.4.05.8401, devidamente registrado no AV-5-3.688, datado de 08/03/2012. O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 19 de Dezembro de 2014.

EDIMAR VIEIRA DE ALMEIDA
Oficial do Registro de Imóveis da 1ª Zona

ANOREG/RN SELO DE AUTENTICIDADE ABI-014546 EDIMAR VIEIRA DE ALMEIDA Tabelião Pcts do Reg. de Imóvel da 1ª Zona ELIDIMAR DE MOURA VIEIRA ÉRIKA DE MOURA VIEIRA JAILSON ALMEIDA Substitutos MOSSORÓ - RIO GRANDE DO NORTE

08481392/0001-60
MOSSORÓ CARTÓRIO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS
RUA CEL. VICENTE SABÓIA, 167
CENTRO
CEP. 59.600-120

Original

PROTOCOLO Nº 075 FLS. 119 DE 14.03.78

-LÚCIO SILVEIRA & FILHOS - CGC Nº 08378267/0001-29-

-CONTRATO SOCIAL EM NOME COLETIVO-

Pelo presente instrumento particular, LÚCIO JOSÉ DA SILVEIRA, brasileiro, casado, comerciante, CPF nº 003652114-00, portador da Carteira de Identidade nº 65.353-IMLEC-RN, natural da cidade de Governador Dix-Sept Rosado, Estado do Rio Grande do Norte, residente e domiciliado na Rua Joaquim Nabuco nº 532, nesta cidade; e VALTER ANUNCIATO DA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, CPF nº 092709494-00, portador da Carteira de Identidade nº 124.000-IMLEC-RN, natural da cidade de Governador Dix-Sept Rosado, Estado do Rio Grande do Norte, residente e domiciliado na Rua Joaquim Nabuco, nº 532, nesta cidade; e VALDEMAR ANUNCIATO DA SILVEIRA, brasileiro, casado, comerciante, CPF nº 056286104-10, portador da Carteira de Identidade nº 92.406-IMLEC-RN, natural da cidade de Governador Dix-Sept Rosado, Estado do Rio Grande do Norte, residente e domiciliado na Avenida Alberto Maranhão nº 1464 nesta cidade, CONTRATAM a constituição de Uma Sociedade Comercial em Nome Coletivo, para operar no ramo do Comércio Atacadista e Varejista de Miudezas em Geral, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

1a.) A Sociedade girará sob a razão Social de LÚCIO SILVEIRA & FILHOS e terá a sua Sede na rua Tiradentes nº 67, na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte

2a.) O Capital Social será de Cr$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS) dividido em 3(TRÊS) partes, subscritas e integralizadas, neste ato, da seguinte maneira:

a) O Sócio LÚCIO JOSÉ DA SILVEIRA subscreve e integraliza a quantia de Cr$ 2.500.000,00, sendo:

Em mercadorias representadas por:

- Alumínio.....	745.688,94	
- Linhas, algodão e nylon.....	435.000,00	
- Miudezas em geral.....	1.065.000,00	
- Total de Mercadorias.....	2.245.688,94	
- Em moeda corrente do País.....	254.311,06	2.500.000,00.

b) O Sócio VALTER ANUNCIATO DA SILVEIRA subscreve e integraliza, em moeda corrente do País, a quantia de Cr$..... 250.000,00.

c) O sócio VALDEMAR ANUNCIATO DA SILVEIRA subscreve e integraliza, em moeda corrente do País, a quantia de Cr$..... 250.000,00.

TOTAL DO CAPITAL INICIAL.....Cr$ 3.000.000,00.

3a.) A duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

4a.) A Gerência e o uso da firma social competirá a qualquer dos sócios indistintamente, sempre em negócios de interesse da sociedade, assi-

-Lúcio José da Silveira-

-Valter Anunciato da Silveira-

- Valdemar Anunciato da Silveira -

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROTOCOLO Nº 0784 FLS. 119 DE 14/11/79

fls.02

Funcionário

a) O Sócio LÚCIO [illegible] DA SILVEIRA assinará "LÚCIO SILVEIRA & FILHOS", da seguinte maneira: Lúcio Silveira & Filhos

b) O Sócio VALTER ANUNCIATO DA SILVEIRA assinará "LÚCIO SILVEIRA & FILHOS", da seguinte maneira: Lúcio Silveira & Filhos

c) O Sócio VALDEMAR ANUNCIATO DA SILVEIRA assinará "LÚCIO SILVEIRA & FILHOS", da seguinte maneira: Lúcio Silveira & Filhos

5a.) - Os Sócios são isentos da caução legal, conforme dispõe o artigo 12 do Decreto nº 3.078, de 19.01.19.

6a.) - Os sócios, pelos serviços prestados à sociedade, terão direito a uma retirada mensal, que será levada a débito da conta de "DESPESAS GERAIS", observado o que a respeito dispuser a legislação do Imposto de Renda em vigor.

7a.) - Os lucros ou prejuízos que se apurarem em balanço geral serão distribuídos entre os sócios, proporcionalmente ao capital de cada um.

8a.) - No caso de extinção da sociedade, após a liquidação das contas passivas, será o ativo líquido partilhado entre os sócios, na proporção do capital de cada um.

9a.) - No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá facultado aos sócios remanescentes admitir na sociedade os herdeiros e o cônjugue sobrevivente, ou pagar a estes o valor do capital com que o falecido participava da sociedade, da seguinte forma:

a) - 30% (trinta por cento), dentro de 90 (noventa) dias contados, da data em que se verificar o óbito;

b) - 70% (setenta por cento), em 7 (sete) prestações mensais, iguais e sucessivas, de 10% (dez por cento), cada uma, a partir de 120 (cento e vinte) dias contados da data em que se verificar o óbito.

10a.)- A Sociedade ora constituída assume o Ativo e o Passivo da firma "R. TIAGO & CIA", com Matriz na Rua Tiradentes nº 67 e Filial na Praça Rodolfo Fernandes nº 83, na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, cujo DISTRATO SOCIAL foi feito nesta data, por Escritura Pública lavrada nas notas do Cartório do 1º Ofício da cidade de Mossoró(RN), que será levada a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado, simultaneamente com o presente instrumento.

OFICIO DE NOTAS
Tabelião: Sebastião V. dos Santos
Substitutos: Antonio Alves M. da Silva
Maria Elizabete M. Santos
Município - C. P. G. Norte

Reconheço por semelhança a(s) firma(s)

Retro

Sucedâneo(s) com a sêlo de meu uso: dou fé.

Mossoró, 01 de Março de 1948

Em test. da verdade

Tabelião do 1º Ofício

Bel. Sebastião Vasconcelos dos Santos

C. P. F. 011 643 174-15

FIRMA NO TABELIÃO 1.º OFICIO
JAIRO PROCÓPIO DE MOURA
Rua Vigário Bartolomeu, 683
59.000 - NATAL - RN

Lúcio José da Silveira

-Lúcio José da Silveira-

Valter Annuciato da Silveira

-Valter Annuciato da Silveira-

Valdemar Annuciato da Silveira

-Valdemar Annuciato da Silveira-

PROTOCOLO Nº 0754 FLS. 119 DE 14/03/78
fls.03
Funcionário

lls.) -. As dúvidas sociais serão resolvidas por 3(três) árbitros, nomeados de comum acordo pelos sócios, e para resolver sobre as emissões deste contrato, aplicar-se-á a legislação comercial em vigor.

E por assim haverem contratado, assinam o presente instrumento particular do contrato social, perante as testemunhas abaixo assinadas datilografado em 5(cinco) vias de idêntico teor, devendo a 1a. via ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, para todos os fins de direito.

Mossoró(RN), 28 de fevereiro de 1978

1.º OFICIO DE NOTAS MOSSORÓ - RN

LÚCIO JOSÉ DA SILVEIRA

1.º OFICIO DE NOTAS MOSSORÓ - RN

-VALTER ANUNCIATO DA SILVEIRA-

1.º OFICIO DE NOTAS MOSSORÓ - RN

-VALDEMAR ANUNCIATO DA SILVEIRA-

TESTEMUNHAS:

1.º OFICIO DE NOTAS MOSSORÓ - RN

1.º OFICIO DE NOTAS MOSSORÓ - RN

1.º OFICIO DE NOTAS
Bel. SEBASTIÃO V. DOS SANTOS
Tabelião
ANTONIO ALSIRIO M. DA SILVA
MARIA GERALDETE N. SANTOS
Substitutos
Mossoró - R. G. Norte

RECONHEÇO Por semelhança a(s) Firma(s)

( ) como sendo do meu uso: dou fé.

01 de março de 1978

( ) da verdade

Tabelião do 1º Ofício

Bel. Sebastião Vasconcelos dos Santos

C. P. F. 011 643 174-15

FIRMA NO TABELIÃO 1.º OFICIO
JAIRO PROCÓPIO DE MOURA
Rua Vigário Bartolomeu, 589
59.000 - NATAL - RN

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO R. G. DO NORTE

Junta Comercial do Rio Grande do Norte

CERTIDÃO

CERTIFICO que o processo referente ao arquivamento deste documento deu entrada nesta Junta Comercial do Estado em 14.03.78 sendo registrado e arquivado sob nº 24500000077 por decisão de 15 MAR 1978 da 2ª Turma do Vogais.

Natal, 15 MAR 1978

ASCENDINO INACIO DA SILVA
Secretário Geral

236
369

LUCIO SILVEIRA & FILHOS

C.N.P.J. SOB O Nº 08.378.267/0001-29

ADITIVO Nº 13

ESCRITÓRIO DE MOSSORÓ

LUCIO JOSÉ DA SILVEIRA, *brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, natural de Mossoró-RN, nascido em 16/12/1925, portador da cédula de identidade sob nº 65.353, 2ª via – ITEP/RN, emitida em 05.12.1985, CPF sob o nº 003.652.114-00, residente e domiciliado nesta cidade de Mossoró-RN, à Rua Dracon de Albuquerque, nº 10, Bairro Santo Antonio – CEP 59.611-020,* ***VALTER ANUNCIATO DA SILVEIRA,*** *brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, natural de Gov. Dix-Sept Rosado-RN, nascido em 18/11/1951, portador da cédula de identidade sob nº 124.000, 2ª via - IMLEC/RN, emitida em 06.05.1975, CPF sob o nº 092.709.494-00, residente e domiciliado nesta cidade de Mossoró-RN., à Rua Estudante Elizário Gurgel, nº 80, Bairro Nova Betânia – CEP 59.607-110 e* ***VALQUIRIA ANUNCIATA DA SILVEIRA MAIA****, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, natural de Mossoró – RN, nascida em 05/04/1956, portadora da cédula de identidade sob nº 212.169, 2ª via - IMLEC/RN, emitida em 26.01.1976, CPF sob o nº 565.158.804.30, residente e domiciliada nesta cidade de Mossoró-RN., à Rua Segundo Marques, nº 190, Bairro Nova Betânia – CEP 59.603-190, únicos sócios componente da* ***Sociedade em Nome Coletivo*** *que vem girando nesta praça sob o nome empresarial* ***"LUCIO SILVEIRA & FILHOS"****, à Rua Felipe Camarão, nº 203, Bairro Paraíba – CEP 59.600-340, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob nº 24500000077, em sessão de 15 de março de 1978, e alterações anteriores, sendo a última arquivada sob o nº 24178.8 – Aditivo nº 12, em sessão de 04 de agosto de 1994, inscrita no CNPJ sob nº 08.378.267/0001-29, resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar seu contrato social e demais alterações nos termos dos arts. 1.039 e seguintes do Código Civil, mediante as cláusulas e condições a seguir delineadas:-*

CLÁUSULA PRIMEIRA - ***do aumento de capital.***

O capital social que é R$ 298.000,00 (duzentos e noventa e oito mil reais), ficará elevado para R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil reais), cujo aumento de R$ 152.000,00 (cento e cinqüenta e dois mil reais), será integralizado neste ato, com a utilização de R$ 149.976,26 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos) da rubrica de ***RESERVAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL REALIZADO****, e R$ 2.023,74 (dois mil vinte e três reais e setenta e quatro centavos), da rubrica de* ***RESERVAS DE LUCROS ACUMULADOS****, ficando distribuído entre os sócios da seguinte forma:-*

a) O Sócio ***Lucio José da Silveira****, aumenta seu capital de R$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais), para R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), cujo aumento de R$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), será integralizado neste ato, mediante recursos provenientes de Reservas Acumuladas da seguinte forma:-*

Capital anterior integralizado.....		***149.000,00***
Integralização com recurso de reservas de:		
1. Reservas Correção Monetária do Capital Realizado	*74.988,13*	
2. Reservas de Lucros Acumulados.....	*1.011,87*	*76.000,00*
Capital Atual Integralizado.....R$		***225.000,00***

b) O Sócio ***Valter Anunciato da Silveira****, aumenta seu capital de R$ 134.100,00 (cento e trinta e quatro mil e cem reais), para R$ 202.500,00 (duzentos e dois mil e quinhentos reais), cujo aumento de R$ 68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais), será integralizado neste ato, mediante recursos provenientes de Reservas Acumuladas da seguinte forma:-*

Capital anterior integralizado.....		***134.100,00***
Integralização com recurso de reservas de:		
1. Reservas Correção Monetária do Capital Realizado	*67.489,32*	
2. Reservas de Lucros Acumulados.....	*910,68*	*68.400,00*
Capital Atual Integralizado.....R$		***202.500,00***

c) A Sócia ***Valquiria Anunciata da Silveira Maia****, aumenta seu capital de R$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais), para R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), cujo aumento de R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), será integralizado neste ato, mediante recursos provenientes de Reservas Acumuladas da seguinte forma:-*

ESCRITÓRIO DE MOSSORÓ

Capital anterior integralizado.....		***14.900,00***
Integralização com recurso de reservas de:		
1. Reservas Correção Monetária do Capital Realizado	*7.498,81*	
2. Reservas de Lucros Acumulados.....	*101,19*	*7.600,00*
Capital Atual Integralizado.....R$		***22.500,00***

*CLÁUSULA SEGUNDA - **dos sócios e suas participações.***

Com o aumento do capital social, o capital da sociedade ficará distribuído entre os sócios da seguinte forma:

S Ó C I O S	PARTICIPA-PAÇÃO-(%)	VALOR TOTAL - R$
1. **Lucio José da Silveira**	50%	225.000,00
2. **Valter Anunciato da Silveira**	45%	205.500,00
3. **Valquiria Anunciata da Silveira Maia**	5%	22.500,00
T O T A I S	100%	450.000,00

*CLASULA TERCEIRA – **da raticação das demais clausulas.***

Ficam ratificadas as demais cláusulas do seu Contrato Social, não expressamente modificadas pela presente Alteração Contratual ou pelos os aditivos nº 01 ao 12.

*CLASULA QUARTA – **da consolidação do contrato social.***

Pelo presente instrumento, resolvem os sócios reformular o contrato social, em cumprimento ao comando legal emanado do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, conferindo assim nova redação as cláusulas contratuais, passando o Contrato Social Consolidado a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA
LUCIO SILVEIRA & FILHOS
C.N.P.J. SOB O Nº 08.378.267/0001-29
NIRE SOB Nº 24 5 0000007 7

CLÁUSULA PRIMEIRA

*A sociedade gira sob o nome empresarial de **LUCIO SILVEIRA & FILHOS.***

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade tem sua sede e domicilio na cidade de Mossoró – RN, à Rua Felipe Camarão, nº 203, Bairro Paraíba, CEP – 59600-340.

ESCRITÓRIO DE MOSSORÓ

239

CLÁUSULA TERCEIRA

A sociedade tem por objeto a exploração do ramo de:

- **Comércio Atacadista de Mercadorias em Geral;**
- **Comércio Atacadista de Cosméticos e Produtos de Perfumarias;**
- **Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Pessoal;**
- **Comercio Varejista de Artigos de Perfumaria, Cosméticos e Higiene Pessoal;**
- **Comércio Atacadista de Artigos de Escritório e de Papelaria;**
- **Comércio Varejista de Artigos de Papelaria;**
- **Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Elétricos de Uso Pessoal e Doméstico;**
- **Comércio Varejista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Elétrico, Eletrônicos de Uso Doméstico e Pessoal;**
- **Comércio Atacadista de Chocolates, Confeitos, Balas, Bombons;**
- **Comércio Varejista de Balas e Bombons;**
- **Comércio Varejista de Brinquedos e Artigos Recreativos;**
- **Lojas de Departamentos ou Magazines;**

e a participação em outras empresas, podendo expandir o seu objeto mediante aditivo, desde que haja interesse por parte dos sócios.

CLÁUSULA QUARTA

O capital social é de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil reais), totalmente integralizado, e distribuído entre os sócios da seguinte forma:

S Ó C I O S	PARTICIPAPAÇÃO-(%)	VALOR TOTAL - R$
4. **Lucio José da Silveira**	50%	225.000,00
5. **Valter Anunciato da Silveira**	45%	205.500,00
6. **Valquiria Anunciata da Silveira Maia**	5%	22.500,00
T O T A I S	100%	450.000,00

CLÁUSULA QUINTA

ESCRITÓRIO DE MOSSORÓ

240

Nos termos do art. 1.039, do Código Civil, a responsabilidade de cada sócio perante terceiros é solidária e ilimitada.

CLÁUSULA SEXTA

A sociedade iniciou suas atividades em 15 de março de 1978, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA

A sociedade mantém uma Filial na cidade de Mossoró – RN, com endereço à Rua Coronel Gurgel, nº 114 – Bairro Centro – CEP 59.600-200, com o objeto social da exploração do ramo de:

- **Comercio Varejista de Artigos de Perfumaria, Cosméticos e Higiene Pessoal;**
- **Comércio Varejista de Artigos de Papelaria;**
- **Comércio Varejista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Elétrico, Eletrônicos de Uso Doméstico e Pessoal;**
- **Comércio Varejista de Balas e Bombons;**
- **Comércio Varejista de Brinquedos e Artigos Recreativos;**
- **Lojas de Departamento ou Magazines;**

inscrita no C.N.P.J. sob o número 08.348.609/0005-52 e com inscrição no Registro do Comércio NIRE sob o número 24900097604, em 04.08.1994, e tem sua contabilidade centralizada na Matriz;

CLÁUSULA OITAVA

A sociedade será administrada por todos os sócios, em conjunto ou separadamente, e a eles caberá a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando, vedado, entretanto, o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais.

CLÁUSULA NONA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA

ESCRITÓRIO DE NOTAS

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, em qualquer parte do território nacional, a critério dos sócios, mediante alteração contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore" para os administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O valor devido aos herdeiros do sócio falecido ou ao sócio interditado, será pago após o levantamento do balanço especial, da seguinte forma: 30% (trinta por cento) no prazo de dois meses; 40% (quarenta por cento) no prazo de seis meses; e 30% (trinta por cento) no prazo de doze meses.

PARÁGRAFO ÚNICO

O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação aos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Serão regidas pelas disposições do Código Civil, aplicável à matéria, tanto a retirada de sócio quanto a dissolução e a liquidação da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

ESCRITÓRIO DE NOSSO

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Em qualquer época, por decisão unânime dos sócios, a sociedade poderá, nos casos previstos em lei e neste contrato, aumentar o seu capital, respeitada a proporção das quotas sociais de cada sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Em caso de liquidação da sociedade, o liquidante será indicado, na época, pelos sócios remanescentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil, e de outros dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da Cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, com renúncia expressa de qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que seja, ainda que venha ocorrer mudança de domicílio de qualquer dos quotistas.

E, por estarem assim justos e contratados, mandaram lavrar a presente consolidação contratual, em quatro vias de igual teor e forma, o qual, lido na presença das testemunhas abaixo assinadas, foi achado conforme, o ratificam, aceitam e se obrigam por si e por seus legítimos herdeiros ou sucessores a bem de fielmen-

ESCRITÓRIO DE ACESSO

243

te cumpri-lo. Em firmeza de que o assinam e o farão arquivar na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, para que produza os devidos efeitos legais.

Mossoró – RN, 14 de janeiro de 2004

Lucio José da Silveira

Valter Anunciato da Silveira

Valquiria Anuncianta da Silveira Maia

TESTEMUNHAS:

1ª Zeneide Gomes de Melo — **CPF: 503.126.774-72**
Zeneide Gomes de Melo — **RG-978.470-ITEP/RN**

2ª Flaviano Medeiros de Almeida — **CPF:721.592.864-00**
Flaviano Medeiros de Almeida — **RG-001.237.852-ITEP/RN**

ESCRITÓRIO DE MOSSORÓ

JUCERN

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CERTIFICO O REGISTRO EM 05/03/2004
SOB Nº 20099770
Protocolo: 04/0045463
Empresa 2405 0000007
FERNANDO DE MACEDO SILVA
SECRETÁRIO GERAL

LUCIO SILVEIRA & FILHOS
C.n.p.j. Sob o Nº 08.378.267/0001-29
A D I T I V O Nº 14

Espolio de **LUCIO JOSÉ DA SILVEIRA** representado por **NICACIA LOPES DA SILVEIRA** ,brasileira, viúva, aposentada, natural de Mossoró-RN, nascida em 27/01/1924, portadora da cédula de identidade sob nº 261.205/SSP/RN, CPF sob o nº 813.613.274-72, residente e domiciliada nesta cidade de Mossoró-RN, à Rua Dracon de Albuquerque, nº 10, Bairro Santo Antonio – CEP 59.611-020, **VALTER ANUNCIATO DA SILVEIRA,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, natural de Mossoró/RN, nascido em 18/11/1951, portador da cédula de identidade sob nº 124.000, 2ª via - IMLEC/RN, emitida em 27.10.2009, CPF sob o nº 092.709.494-00, residente e domiciliado nesta cidade de Mossoró-RN., à Rua Estudante Elizário Gurgel, nº 80, Bairro Nova Betânia – CEP 59.607-110 e **VALQUIRIA ANUNCIATA DA SILVEIRA MAIA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, natural de Mossoró – RN, nascida em 05/04/1956, portadora da cédula de identidade sob nº 212.169, 2ª via - IMLEC/RN, emitida em 26.01.1976, CPF sob o nº 565.158.804.30, residente e domiciliada nesta cidade de Mossoró-RN., à Rua Segundo Marques, nº 190, Bairro Nova Betânia – CEP 59.603-190, únicos sócios componente da **Sociedade em Nome Coletivo** que vem girando nesta praça sob o nome empresarial **"LUCIO SILVEIRA & FILHOS"**, à Rua Felipe Camarão, nº 203, Bairro Paraíba – CEP 59.600-340 , inscrita no CNPJ - MF sob nº 08.378.267/0001-29, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob nº 24500000077, em sessão de 15 de março de 1978, sendo a última arquivada sob o nº 24099770 – Aditivo nº 13, em sessão de 05/03/2004 resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar seu contrato social e demais alterações nos termos dos arts. 1.039 e seguintes do Código Civil, mediante as cláusulas e condições a seguir delineadas:-

CLÁUSULA PRIMEIRA – Transferência de Quinhão de Capital

Por este ato, a sócia **VALQUIRIA ANUNCIATA DA SILVEIRA MAIA** já qualificada neste instrumento, ("Cedente") possuidora do quinhão de Capital de R$ 22.500,00, cede e transfere, a totalidade de seu quinhão, totalmente integralizadas, para o Sócio Sr.

245

VALTER ANUNCIATO DA SILVEIRA,, também já qualificado neste instrumento, ("Cessionário"),

Parágrafo Primeiro - O espólio do sócio falecido **LUCIO JOSÉ DA SILVEIRA**,declara expressa e irrevogavelmente sua anuência à transferência das quotas realizadas nos termos deste instrumento, renunciando seu direito de preferência;

Parágrafo Segundo - Por este ato, o sócio cedente, a Sociedade, e o sócio cessionário dão-se reciprocamente quitação para nada mais reclamar com relação a esta cessão das quotas;

CLÁUSULA SEGUNDA - do falecimento de Sócio

Em virtude do falecimento do sócio **LUCIO JOSÉ DA SILVEIRA**, ocorrido em 06 de Janeiro de 2005, conforme **CERTIDÃO DE ÓBITO** de Matricula 09498701552010400253263006 2103-83, nº 62.103, às fls. 263 do livro 253-C, do Natal Cartório do Quarto Oficio de Nota – 1º Distrito da Comarca de Natal-RN, fica o seu espólio representado pela sua esposa Inventaria a Sra. Nicácia Lopes da Silveira, conforme Despacho no processo de Inventário Nº106.05.000462-4 de 02 de Fevereiro de 2005;

CLÁUSULA TERCEIRA - dos sócios e suas participações.

Com a transferência de quinhão de capital,e o falecimento de sócio, o capital da sociedade ficará distribuído entre os sócios da seguinte forma:

S Ó C I O S	PARTICIPAPAÇÃO-(%)	VALOR TOTAL - R$
1. Espólio de Lucio José da Silveira	50%	225.000,00
2. Valter Anunciato da Silveira	50%	225.000,00
T O T A I S	100%	450.000,00

Parágrafo Único - Nos termos do art. 1.039, do Código Civil, a responsabilidade de cada sócio perante terceiros é solidária e ilimitada.

CLAUSULA QUARTA - Da mudança de endereço da Sede.

A sede da Matriz com endereço na à Rua Felipe Camarão, nº 203, Bairro Paraíba – CEP 59.600-340 , inscrita no CNPJ - MF sob nº 08.378.267/0001-29, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob nº 24500000077, será transferida para o novo endereço na Praça Bento Praxedes, Nº 65, CEP:59.600-182 – Bairro Centro - nesta cidade de Mossoró/RN;

CLÁUSULA QUINTA – Do Objeto Social.

246

A sociedade terá por objeto a exploração do ramo de:

- **Comércio Atacadista de Cosméticos e Produtos de Perfumarias;**
- **Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Pessoal;**
- **Comercio Varejista de Artigos de Perfumaria, Cosméticos e Higiene Pessoal;**
- **Comércio Atacadista de Artigos de Escritório e de Papelaria;**
- **Comércio Varejista de Artigos de Papelaria;**
- **Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Elétricos de Uso Pessoal e Doméstico;**
- **Comércio Varejista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Elétrico, Eletrônicos de Uso Doméstico e Pessoal;**
- **Comércio Atacadista de Chocolates, Confeitos, Balas, Bombons;**
- **Comércio Varejista de Balas e Bombons;**
- **Comércio Varejista de Brinquedos e Artigos Recreativos;**
- **Lojas de Departamentos ou Magazines;**

CLASULA SEXTA – <u>Da Administração.</u>

A sociedade será administrada por todos os sócios, em conjunto ou separadamente, e a eles caberá a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando, vedado, entretanto, o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais

CLASULA SÉTIMA - <u>da ratificação das demais clausulas.</u>

Ficam ratificadas as demais cláusulas do seu Contrato Social, não expressamente modificadas pela presente Alteração Contratual ou pelos os aditivos nº 01 ao 13;

CLASULA OITAVA – <u>da consolidação do contrato social.</u>

Diante das alterações descritas acima, os sócios resolvem consolidar o contrato social, e seus aditivos de nº 01 a 14, que depois de alterado e reenumerado passa a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA

LUCIO SILVEIRA & FILHOS

C.N.P.J. SOB O Nº 08.378.267/0001-29

NIRE SOB Nº 24 5 0000007 7

Éspolio de **LUCIO JOSÉ DA SILVEIRA** representado por **NICACIA LOPES DA SILVEIRA** ,brasileira, viúva, aposentada, natural de Mossoró-RN, nascida em 27/01/1924, portadora da cédula de identidade sob nº 261.205/SSP/RN, CPF sob o nº 813.613.274-72, residente e domiciliada nesta cidade de Mossoró-RN, à Rua Dracon de Albuquerque, nº 10, Bairro Santo Antonio – CEP 59.611-020 e **VALTER ANUNCIATO DA SILVEIRA,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, natural de Mossoró/RN, nascido em 18/11/1951, portador da cédula de identidade sob nº 124.000, 2ª via - IMLEC/RN, emitida em 27.10.2009. CPF sob o nº 092.709.494-00, residente e domiciliado nesta cidade de Mossoró-RN., à Rua Estudante Elizário Gurgel, nº 80, Bairro Nova Betânia – CEP 59.607-110, únicos sócios componente da **Sociedade em Nome Coletivo** que vem girando nesta praça sob o nome empresarial **"LUCIO SILVEIRA & FILHOS"**, Praça Bento Praxedes, Nº 65, CEP:59.600-182 – Bairro Centro - nesta cidade de Mossoró/RN, inscrita no CNPJ - MF sob nº 08.378.267/0001-29, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob nº 24500000077, em sessão de 15 de março de 1978, sendo a última arquivada sob o nº 24099770 – Aditivo nº 13, em sessão de 05/03/2004, vem declarar para os devidos efeitos legais, que consolidam seu Contrato Social e Alterações Contratuais posteriores, o que fazem mediante dos termos dos arts. 1.039 e seguintes do Código Civil, mediante as cláusulas e condições a seguir delineadas:-

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial de **LUCIO SILVEIRA & FILHOS.**

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade tem sua sede e domicilio na cidade de Mossoró – RN, Praça Bento Praxedes, Nº 65, CEP:59.600-182 – Bairro Centro;

CLÁUSULA TERCEIRA

A sociedade tem por objeto a exploração do ramo de:

- **Comércio Atacadista de Cosméticos e Produtos de Perfumarias;**
- **Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Pessoal;**

- **Comercio Varejista de Artigos de Perfumaria, Cosméticos e Higiene Pessoal;**
- **Comércio Atacadista de Artigos de Escritório e de Papelaria;**
- **Comércio Varejista de Artigos de Papelaria;**
- **Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Elétricos de Uso Pessoal e Doméstico;**
- **Comércio Varejista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Elétrico, Eletrônicos de Uso Doméstico e Pessoal;**
- **Comércio Atacadista de Chocolates, Confeitos, Balas, Bombons;**
- **Comércio Varejista de Balas e Bombons;**
- **Comércio Varejista de Brinquedos e Artigos Recreativos;**
- **Lojas de Departamentos ou Magazines;**

CLÁUSULA QUARTA

O capital social é de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e distribuído entre os sócios da seguinte forma:

S Ó C I O S	PARTICIPAPAÇÃO-(%)	VALOR TOTAL - R$
1. Espólio de Lucio José da Silveira	**50%**	**225.000,00**
2. Valter Anunciato da Silveira	**50%**	**225.000,00**
T O T A I S	**100%**	**450.000,00**

CLÁUSULA QUINTA

Nos termos do art. 1.039, do Código Civil, a responsabilidade de cada sócio perante terceiros é solidária e ilimitada.

CLÁUSULA SEXTA

A sociedade iniciou suas atividades em 15 de março de 1978, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA

A sociedade mantém uma Filial na cidade de Mossoró – RN, com endereço à Rua Coronel Gurgel, nº 114 – Bairro Centro – CEP 59.600-200, com o objeto social da exploração do ramo de:

- **Comercio Varejista de Artigos de Perfumaria, Cosméticos e Higiene Pessoal;**
- **Comércio Varejista de Artigos de Papelaria;**
- **Comércio Varejista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Elétrico, Eletrônicos de Uso Doméstico e Pessoal;**
- **Comércio Varejista de Balas e Bombons;**
- **Comércio Varejista de Brinquedos e Artigos Recreativos;**
- **Lojas de Departamento ou Magazines;**

inscrita no C.N.P.J. sob o número 08.378.267/0005-52 e com inscrição no Registro do Comércio NIRE sob o número 24900097604, em 04.08.1994, e tem sua contabilidade centralizada na Matriz;

CLÁUSULA OITAVA

A sociedade será administrada por todos os sócios, em conjunto ou separadamente, e a eles caberá a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando, vedado, entretanto, o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais.

CLÁUSULA NONA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, em qualquer parte do território nacional, a critério dos sócios, mediante alteração contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore" para os administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O valor devido aos herdeiros do sócio falecido ou ao sócio interditado, será pago após o levantamento do balanço especial, da seguinte forma: 30% (trinta por cento) no prazo de dois meses; 40% (quarenta por cento) no prazo de seis meses; e 30% (trinta por cento) no prazo de doze meses.

PARÁGRAFO ÚNICO

O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação aos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Serão regidas pelas disposições do Código Civil, aplicável à matéria, tanto a retirada de sócio quanto a dissolução e a liquidação da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popu-

lar, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Em qualquer época, por decisão unânime dos sócios, a sociedade poderá, nos casos previstos em lei e neste contrato, aumentar o seu capital, respeitada a proporção das quotas sociais de cada sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Em caso de liquidação da sociedade, o liquidante será indicado, na época, pelos sócios remanescentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil, e de outros dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da Cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, com renúncia expressa de qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que seja, ainda que venha ocorrer mudança de domicílio de qualquer dos quotistas.

E, por estarem assim justos e contratados, mandaram lavrar a presente consolidação contratual, em quatro vias de igual teor e forma, o qual, lido na presença das testemunhas abaixo assinadas, foi achado conforme, o ratificam, aceitam e se obrigam por si e por seus legítimos herdeiros ou sucessores a bem de fielmente cumpri-lo. Em firmeza de que o assinam e o farão arquivar na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, para que produza os devidos efeitos legais.

Mossoró – RN,01 de Abril de 2014

252

Espólio de Lucio José da Silveira - representado inventariante - NICÁCIA LOPES DA SILVEIRA

Valter Anunciato da Silveira

Valquiria Anunciata da Silveira Maia

TESTEMUNHAS:

1ª _____ *CPF: 039.496.154-40*

Ibsen Nicolas de Moura Bezerra *RG - 0001.875.087 ITEP/RN*

2ª _____ *CPF:721.592.864-00*

Flaviano Medeiros de Almeida *RG nº 123.852 ITEP/RN*

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/06/2014 SOB Nº 24305555
Protocolo: 14/038480-4 DE 04/04/2014
Empresa: 24 (51)0000007
LUCIO SILVEIRA & FILHOS
FERNANDO V. DE MACEDO SILVA
SECRETÁRIO-GERAL

253

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do(a) expediente/petição nº **MAF.0008.000001-4/2015**, que se vê adiante.

Mossoró, 09 de janeiro de 2015.

BRUNO GURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO
MAF.0008.000001-4/2015

EXECUÇÃO FISCAL: 0001567-87.2012.4.05.8401
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
NÚMERO(S) DA(S) CDA(S): 41 2 12 000334-00, 41 6 12 000976-79, 41 7 12 000279-53, 40.673.015-6, 40.673.014-8, 41 6 12 000406-42, 41 2 12 000092-90, 41 2 13 001260-19, 41 6 13 003348-26, 41 7 13 000885-04
VALOR(ES) DA(S) CDA(S): R$ 3.566.242,2, a ser atualizado na data do pagamento.

LUCIO SILVEIRA & FILHOS
Rua Coronel Gurgel, 114, Centro (matrícula R1.3.688)

O Doutor **LAURO HENRIQUE LOBO BANDEIRA**, Juiz Federal da 10ª Vara Federal - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte em exercício na 8ª Vara/SJRN, na forma da lei, etc.

MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo Federal, a quem for o presente apresentado, que, em seu cumprimento, proceda a **PENHORA** ou **ARRESTO** do(s) seguinte(s) bem(ns): **documentos em anexo** ou de tantos outros bens da empresa executada quantos bastem para a garantia da execução, na forma dos artigos 10 e 11 da Lei nº 6.830/80; Nomeie depositário, efetive a avaliação e dê ciência ao (à) executado (a).

Recaindo a penhora sobre imóvel de propriedade de pessoa física, intime o cônjuge do proprietário (a), se casado for, e notifique o oficial do Registro de Imóveis competente para que proceda a averbação devida (art. 7º, IV e art. 14 da Lei nº 6.830/80), a quem se fará entrega de contrafé e cópia do termo ou auto de penhora ou arresto.

Recaindo a penhora em veículo, deverá registrar a restrição de transferência de propriedade e avaliação do bem no sistema eletrônico - RENAJUD. Fica desde já o Senhor Oficial de Justiça, uma vez constatada a existência de bens automotores não localizados, autorizado a proceder ao registro da restrição quanto à transferência e circulação junto ao RENAJUD.

Por fim, não localizando bens móveis ou imóveis passíveis de penhora, deverá o Senhor Oficial proceder na forma do § 3º do art. 659 do CPC, descrevendo na certidão os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento do devedor. Intime o depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo; cientifique o (a) executado (a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor embargos à execução. Informe-se, ainda, que este Juízo funciona no endereço e horários acima indicados, de segunda a sexta-feira.

CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.

EXPEDIDO nesta cidade de Mossoró/RN, em 8 de janeiro de 2015. Eu, JEFFERSON PEDROSA FEITOSA( ), Técnico(a) Judiciário(a), digitei e conferi o presente mandado que, de ordem do MM. Juiz Federal, vai devidamente assinado pelo Diretor de Secretaria.

RAIMUNDO BENICIO BEZERRA JUNIOR
Diretor de Secretaria

255

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - 8ª Vara Federal
Avenida Jorge Coelho de Andrade, s/nº – Presidente Costa e Silva – Mossoró/RN
Sec8vara@jfrn.gov.br / Fone: 84-34225855

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Na data de 09 de JANEIRO de 2015, eu, Alisson Xenofonte de Brito, Oficial de Justiça Avaliador, Mat. RN-915, em cumprimento ao mandado MAF.0008.000001-4/2015 nos termos dos autos do Processo nº 0001567-87.2012.4.05.8401 (Execução Fiscal), promovida pelo *UNIÃO FEDERAL* em face de *LÚCIO SILVEIRA E FILHOS*, após observadas as formalidades legais, PROCEDI À PENHORA DO IMÓVEL com as seguintes características:

UM PRÉDIO COMERCIAL, matrícula R**1.3688**, localizado na rua Coronel Gurgel nº 114. Apresenta aproximadamente 7,00 metros de frente e 55,60 de fundos. Em bom estado de conservação. Apresenta atualmente ~~dois pavimentos~~ (~~um térreo e dois andares superiores~~).

AVALIAÇÃO: R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

Informo que deixei de ~~nomear depositário~~ por não haver encontrado quem aceitasse o encargo. NOMEIO DEPOSITÁRIO O SR WALTER ANUNCIATO DA SILVEIRA.

E, para constar, lavrei o presente auto, que, depois de lido e achado conforme, assino, Oficial de Justiça Avaliador que garanto a minha fé.

Mossoró-RN, 09 de JANEIRO de 2015.

Alisson Xenofonte de Brito
Oficial de Justiça Federal Avaliador
Mat. RN915

OBS: APRESENTA TRÊS PAVIMENTOS (UM TÉRREO E DOIS SUPERIORES DE MESMA DIMENSÃO

256
363

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - 8ª Vara Federal
Avenida Jorge Coelho de Andrade, s/nº – Presidente Costa e Silva – Mossoró/RN
Sec8vara@jfrn.gov.br / Fone: 84-34225855

MAF.0008.000001-4/2014

CERTIDÃO

Certifico que compareci ao endereço indicado no mandado retro, TENDO PROCEDIDO À PENHORA E AVALIAÇÃO DO IMÓVEL, conforme auto de penhora e avaliação em anexo. Na oportunidade, nomeei depositário o Sr. VALTER ANUNCIATO DA SILVEIRA, sócio-empresário da executada, que aceitou o encargo, na pessoa de quem dei ciência do ato.

Ato contínuo, dirigi-me ao 1° Ofício de Notas de Mossoró e procedi ao registro de penhora, conforme auto em anexo.

O referido é verdade. Dou fé.

Mossoró-RN, 09 de abril de 2014.

Alisson Xenofonte de Brito
Oficial de Justiça Federal Avaliador
Mat. RN915

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, citei/intimei o(a) representante da FAZENDA NACIONAL do inteiro teor do(a)(s) despacho/sentença/ato ordinatório de fls. retro, mediante remessa dos autos.

Mossoró, 12 / 03 / 15.

Servidor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

RECEBIMENTO

Nesta data, certifico o recebimento dos presentes autos.

Mossoró, 16 de janeiro de 2015.

ELIZETE FERREIRA
Agente de Segurança

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do(a) expediente/petição nº **2015.0061.000238-0**, que se vê adiante.

Mossoró, 16 de janeiro de 2015.

JEFFERSON PEDROSA FEITOSA
Técnico(a) Judiciário(a)

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 8ª VARA FEDERAL DA SECÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Execução Fiscal nº: 0001567-87.2012.4.05.8401
Exequente: União (Fazenda Nacional)
Executado: LÚCIO SILVEIRA E FILHOS

A União (Fazenda Nacional), por seu Procurador que abaixo subscreve, vem, respeitosamente, nos autos do processo em epígrafe, anuir com o pleito do executado às fls.182/183.

Termos em que,

p. deferimento.

Mossoró, 15 de janeiro de 2015.

Gianfrancesco Teixeira
Procurador da Fazenda Nacional

15JAN1517:13 610002380 BV 01547872012405840104

SERPRO
13/01/2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 18 Inscrições Selecionadas: 18

Parâmetro de Localização: 08378267000129

1º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-C/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 200044/2001-89
Nº Inscrição: 41 2 01 000215-33
Data Inscrição: 26/07/2001 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:**
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Quant. Parcelamentos: 1 **Período Último Parcelamento:** 31/08/2001 A 08/11/2003
Valor Inscrito: R$ 21.163,73 (UFIR 22.020,30)
Valor Consolidado: R$ 13.484,16

2º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 721197/2011-37
Nº Inscrição: 41 2 12 000091-00
Data Inscrição: 25/04/2012 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:** 12794220124058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 318.908,54 (UFIR 299.697,90)
Valor Consolidado: R$ 529.621,42

3º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 721362/2011-51
Nº Inscrição: 41 2 12 000092-90
Data Inscrição: 25/04/2012 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:** 00003876520144058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Quant. Parcelamentos: 1 **Período Último Parcelamento:** 31/05/2012 A 14/09/2013
Valor Inscrito: R$ 12.015,97 (UFIR 11.292,01)
Valor Consolidado: R$ 11.790,06

4º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18
Nº Inscrição: 41 2 12 000334-00
Data Inscrição: 01/06/2012 **Nº Processo Judicial:**

Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial**00015678720124058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 95.359,68 (UFIR 89.615,31)
Valor Consolidado: R$ 271.086,38

5º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 500731/2013-35
Nº Inscrição: 41 2 13 001260-19
Data Inscrição: 08/11/2013 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial**00003876520144058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 22.327,19 (UFIR 20.982,16)
Valor Consolidado: R$ 33.153,79

6º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA NAO AJUIZ AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 500424/2014-35
Nº Inscrição: 41 2 14 001535-22
Data Inscrição: 07/03/2014 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:**
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 6.183,55 (UFIR 5.811,04)
Valor Consolidado: R$ 8.482,42

7º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-C/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 200045/2001-23
Nº Inscrição: 41 6 01 000584-87
Data Inscrição: 26/07/2001 **Nº Processo Judicial:** 200484010030094
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial**200484010030094
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Quant. Parcelamentos: 1 **Período Último Parcelamento:** 31/01/2002 A 08/11/2003
Valor Inscrito: R$ 16.781,71 (UFIR 17.460,93)
Valor Consolidado: R$ 12.603,14

8º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-C/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 500235/2002-29
Nº Inscrição: 41 6 03 000672-69
Data Inscrição: 14/01/2003 **Nº Processo Judicial:** 200484010033423
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial**200484010033423
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 125.159,95 (UFIR 126.620,56)
Valor Consolidado: R$ 129.386,29

9º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 721197/2011-37
Nº Inscrição: 41 6 12 000406-42
Data Inscrição: 25/04/2012 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:** 1861020134058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Quant. Parcelamentos: 1 **Período Último Parcelamento:** 31/05/2012 A 15/01/2013
Valor Inscrito: R$ 118.587,07 (UFIR 111.443,53)
Valor Consolidado: R$ 180.529,48

10º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18
Nº Inscrição: 41 6 12 000976-79
Data Inscrição: 01/06/2012 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:** 00015678720124058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 58.016,83 (UFIR 54.521,94)
Valor Consolidado: R$ 166.589,76

11º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18
Nº Inscrição: 41 6 12 000977-50
Data Inscrição: 01/06/2012 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:** 12794220124058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 234.368,07 (UFIR 220.249,98)
Valor Consolidado: R$ 633.736,86

12º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 720037/2013-32
Nº Inscrição: 41 6 13 000178-55
Data Inscrição: 05/03/2013 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:** 00006884620134058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 40.287,33 (UFIR 37.860,46)
Valor Consolidado: R$ 92.175,56

13º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM

Nº Processo Administrativo: 13433 500732/2013-80
Nº Inscrição: 41 6 13 003348-26
Data Inscrição: 08/11/2013 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial**00003876520144058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 1.450.070,23 (UFIR 1.362.719,66)
Valor Consolidado: R$ 2.136.460,24

14º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA NAO AJUIZ AGUARD NEG LEI 11.941-S/PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 000636/2005-26
Nº Inscrição: 41 6 13 003567-14
Data Inscrição: 19/11/2013 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:**
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 64.938,76 (UFIR 61.026,93)
Valor Consolidado: R$ 142.050,93

15º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA NAO AJUIZ AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 500425/2014-80
Nº Inscrição: 41 6 14 003023-06
Data Inscrição: 07/03/2014 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:**
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 43.886,28 (UFIR 41.242,61)
Valor Consolidado: R$ 59.420,42

16º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18
Nº Inscrição: 41 7 12 000279-53
Data Inscrição: 01/06/2012 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial**00015678720124058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 9.937,09 (UFIR 9.338,49)
Valor Consolidado: R$ 26.473,35

17º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 500730/2013-91
Nº Inscrição: 41 7 13 000885-04
Data Inscrição: 08/11/2013 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial**00003876520144058401
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE

Valor Inscrito: R$ 313.765,38 (UFIR 294.864,40)
Valor Consolidado: R$ 462.504,39

18º Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 08378267/0001-29
Situação: ATIVA NAO AJUIZ AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM
Nº Processo Administrativo: 13433 500423/2014-91
Nº Inscrição: 41 7 14 000629-06
Data Inscrição: 07/03/2014 **Nº Processo Judicial:**
Procuradoria da Inscrição: RIO GRANDE DO NORTE **Nº Único de Processo Judicial:**
Procuradoria Responsável: RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito: R$ 9.527,93 (UFIR 8.953,97)
Valor Consolidado: R$ 12.900,46

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 2.961.285,29 (UFIR 2.795.722,18)
Valor Consolidado: R$ 4.922.449,11
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

266

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCREDEXT — PGF - PGFN - DATAPREV — CCREDEXT

DIVIDA ATIVA

13/01/2015 — CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR — 18:09:46

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)

[1] [8378267000129]

Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**

Usuario: [3] (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos.. [x] 1-Outros Tipos..... [ ] 2-Nat. Nao Previdenciaria.. [ ]
3-Arrematacao... [ ] 4-Sucumbencia..... [ ] 5-Contrib. Nao Repassada... [ ]
6-Trabalhista JT [ ] 7-Afericao Indireta [ ] 8-Solidariedade..... [ ]

Filial	Credito		Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-29	355814447	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	52.241,00	1
0001-29	355814455	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	51.734,08	1
0001-29	369537157	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	74.789,45	1
0001-29	369537203	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	402.913,45	1
0001-29	390238104	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	99.243,05	1
0001-29	397772408	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	35.894,35	1
0001-29	397772416	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	137.492,76	1

398282145 Proximo Credito

XMIT [ ]

Existem mais creditos

Versão 0.268.01D10

267

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT
DIVIDA ATIVA
13/01/2015 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 18:10:13

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)
1 8378267000129
Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
Usuario: 3 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)
Todos os Tipos.. x 1-Outros Tipos..... 2-Nat. Nao Previdenciaria..
3-Arrematacao... 4-Sucumbencia..... 5-Contrib. Nao Repassada...
6-Trabalhista JT 7-Afericao Indireta 8-Solidariedade.....

Filial	Credito	Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-29	398282145	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	13.719,43	1
0001-29	398282153	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	68.936,02	1
0001-29	399795634	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	59.003,22	1
0001-29	399795642	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	282.770,21	1
0001-29	400210797	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	16.447,37	1
0001-29	400210800	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	70.698,71	1
0001-29	400779781	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	17.134,31	1

400779790 Proximo Credito

XMIT

Existem mais creditos

Versão 0.268.01D10

268

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT
DIVIDA ATIVA
13/01/2015 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 18:10:28

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)
1 8378267000129
Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
Usuario: 3 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos..	x	1-Outros Tipos.....		2-Nat. Nao Previdenciaria..	
3-Arrematacao...		4-Sucumbencia.....		5-Contrib. Nao Repassada...	
6-Trabalhista JT		7-Afericao Indireta		8-Solidariedade.....	

Filial	Credito		Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-29	400779790		PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	68.417,68	1
0001-29	401043797		PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	17.089,54	1
0001-29	401043800		PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	66.643,30	1
0001-29	403208750		PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	74.096,87	1
0001-29	403208769		PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	300.092,30	1
0001-29	404445764		PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	31.379,96	1
0001-29	404445772		PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	170.626,19	1

406730148 Proximo Credito

XMIT

Existem mais creditos

Versão 0.268.01D10

268

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCREDEXT — PGF - PGFN - DATAPREV — CCREDEXT

DIVIDA ATIVA

13/01/2015 — CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR — 18:10:35

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)

[1] [8378267000129]

Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**

Usuario: [3] (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos..	[x]	1-Outros Tipos.....	[ ]	2-Nat. Nao Previdenciaria..	[ ]
3-Arrematacao...	[ ]	4-Sucumbencia.....	[ ]	5-Contrib. Nao Repassada...	[ ]
6-Trabalhista JT	[ ]	7-Afericao Indireta	[ ]	8-Solidariedade.....	[ ]

Filial	Credito		Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-29	406730148	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	8.521,27	1
0001-29	406730156	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	58.018,72	1
0001-29	413642364	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	41.539,37	1
0001-29	413642372	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	175.601,59	1
0001-29	414859200	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	17.019,12	1
0001-29	414859219	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	58.949,88	1
0001-29	417503644	[ ]	PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	16.516,02	1

417503652 Proximo Credito

XMIT [ ]

Existem mais creditos

Versão 0.268.01D10

270

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT
DIVIDA ATIVA
13/01/2015 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 18:10:43

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)
1 8378267000129
Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
Usuario: 3 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos..	x	1-Outros Tipos.....		2-Nat. Nao Previdenciaria..	
3-Arrematacao...		4-Sucumbencia.....		5-Contrib. Nao Repassada...	
6-Trabalhista JT		7-Afericao Indireta		8-Solidariedade.....	

Filial	Credito		Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-29	417503652		PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	56.277,18	1
0001-29	420037209		PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	26.728,74	1
0001-29	420037217		PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	94.761,86	1
0001-29	440847346		PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	93.015,95	1
0001-29	440847354		PRO	0535	18.200.801	AJUIZ/DISTRIB.	314.863,13	1
0001-29	457142545		PRO	0534	18.200.801	PRE AJUIZAMENT	59.087,57	1
0001-29	457142553		PRO	0534	18.200.801	PRE AJUIZAMENT	221.685,71	1

353970867 Proximo Credito

XMIT

Existem mais processos

Versão 0.268.01D10

271

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCREDEXT PGF - PGFN - DATAPREV CCREDEXT
DIVIDA ATIVA
13/01/2015 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 18:10:51

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)
1 8378267000129
Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
Usuario: 3 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos..	x	1-Outros Tipos.....		2-Nat. Nao Previdenciaria..	
3-Arrematacao...		4-Sucumbencia.....		5-Contrib. Nao Repassada...	
6-Trabalhista JT		7-Afericao Indireta		8-Solidariedade.....	

Filial	Credito		Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-29	353970867		ADM	****	18.021.060	BAIXADO POR LI	***.***.***,**	5
0001-29	353970875		ADM	****	18.021.060	BAIXADO POR LI	***.***.***,**	1
0001-29	360883885		ADM	****	18.021.060	BAIXADO POR LI	***.***.***,**	1
0001-29	369537211		ADM	****	18.021.060	BAIXADO POR LI	***.***.***,**	1
0001-29	469807172		ADM	****	18.021.060	INCLUIDO PARC.	***.***.***,**	1
0001-29	469807180		ADM	****	18.021.060	INCLUIDO PARC.	***.***.***,**	1
0001-29	470433566		ADM	****	18.021.060	INCLUIDO PARC.	***.***.***,**	1

470433574 Proximo Credito

XMIT

Existem mais processos

Versão 0.268.01D10

272

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCREDEXT — PGF - PGFN - DATAPREV — CCREDEXT

DIVIDA ATIVA

13/01/2015 — CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR — 18:11:00

Cat: (1-CNPJ 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)

[1] [8378267000129]

Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**

Usuario: [3] (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)

Todos os Tipos.. [x] 1-Outros Tipos..... [ ] 2-Nat. Nao Previdenciaria.. [ ]
3-Arrematacao... [ ] 4-Sucumbencia..... [ ] 5-Contrib. Nao Repassada.... [ ]
6-Trabalhista JT [ ] 7-Afericao Indireta [ ] 8-Solidariedade..... [ ]

Filial	Credito	Usu	Fase	RFB/PRC	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-29	470433574	ADM	****	18.021.060	INCLUIDO PARC.	***.***.***,**	1
0001-29	601551150	ADM	****	18.021.060	BAIXADO POR LI	***.***.***,**	1

Proximo Credito **Total (em Reais)** 3.353.949,36

XMIT [ ]

Fim da pesquisa atual

Versão 0.268.01D10

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão destes autos ao Exmo(a). Senhor(a) Juiz(a) Federal da 8ª Vara/RN.
Mossoró, 19 de janeiro de 2015.

BRUNO GURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

DESPACHO

Trata-se de Execução Fiscal em a parte executada requereu a substituição da penhora (fls.182/183) de imóvel, levada a efeito no presente feito, por outro imóvel, tendo a parte exequente concordado com o referido pleito, conforme consta em fls. (fls.260).

Ao argumento de que o imóvel penhorado anteriormente é objeto de outra operação de compra e venda, o executado ofereceu o outro imóvel de sua propriedade (fls.192/193) localizado na Rua Coronel Gurgel, nº 114, Centro, em substituição, como forma de compensar o desfazimento da anterior garantia, tudo com a aquiescência da Fazenda Nacional.

Desse modo, defiro o pleito requerido.

Oficie-se, por ao **Cartório de Registro de Imóveis** no escopo de que seja cancelada a indisponibilidade incidente sobre o bem de fls. 120 (matrícula 1.641, Registro 04).

Ato contínuo, determino, desde logo, a averbação de indisponibilidade incidente sobre o novo bem ofertado consistente do imóvel encravado na Rua Coronel Gurgel, nº 114, Centro, registrado e matriculado sob a fábrica cartorária **R-1.3.688, livro 039, fls.123 a 125v.**

Cumpra-se. Intimem-se.

Mossoró/RN, 19 de janeiro de 2015.

LAURO HENRIQUE LOBO BANDEIRA
Juiz Federal da 10ª Vara em exercício na 8ª Vara Federal/SJRN

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do(a) expediente/petição nº **ODS.0008.000012-4/2015**, que se vê adiante.

Mossoró, 22 de janeiro de 2015.

BRUNO BURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

275

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

Ofício ODS.0008.000012-4/2015

Mossoró/RN, 16 de janeiro de 2015

Ao(À) Senhor(a) Tabelião(ã) do

1° OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Santos Dumont, 86 - Centro
Mossoró/RN - CEP 59600-170

Ref. Processo n° 0001567-87.2012.4.05.8401

Assunto: Desconstituição de Penhora e de Indisponibilidade de Bens Imóveis.

Senhor(a) Tabeliã(o),

De ordem do MM. Juiz Federal, **Dr. LAURO HENRIQUE LOBO BANDEIRA**, venho por meio deste, **SOLICITAR** a imediata **DESCONSTITUIÇÃO DE PENHORA E DE INDISPONIBILIDADE** do(s) bem(ns) imóvel(is) **PRÉDIO COMERCIAL, localizado na rua Felipe Camarão, n° 203 , matrícula 1.641** registrado(s) em nome da(s) pessoa(s) jurídica(s)/física(s) discriminada(s) abaixo, tudo em conformidade com a determinação contida no despacho, cuja cópia segue em anexo.

Outrossim, solicito que Vossa Senhoria encaminhe, no prazo de 10(dez) dias, **cópia atualizada da(s) matrícula(s) do(s) referido(s) imóvel(is)**, devendo constar o registro do cancelamento da(s) indisponibilidade(s) e da penhora.

LUCIO SILVEIRA & FILHOS	**CNPJ: 08.378.267/0001-29**

Atenciosamente,

RAIMUNDO BENICIO BEZERRA JUNIOR
Diretor de Secretaria

Recebi em 20/01/15

276
363

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - 8ª Vara Federal
Avenida Jorge Coelho de Andrade, s/nº – Presidente Costa e Silva – Mossoró/RN
Sec8vara@jfrn.gov.br / Fone: 84-34225855

ODS 0008.000012-4/2015

CERTIDÃO

Certifico que me dirigi ao endereço indicado, e ali estando, FIZ A ENTREGA ofício acima numerado, endereçado ao Cartório do 1º Ofício, que o recebeu e após sua assinatura na cópia anexa. Dou fé.

Mossoró-RN, 20 de janeiro de 2014.

Alisson Xenofonte de Brito
Oficial de Justiça Federal Avaliador
Mat. RN915

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MOSSORÓ
PRIMEIRO CARTÓRIO

Ofício nº 12/2015 Mossoró/RN, 21 de Janeiro de 2015

Senhor (a) Diretor (a)

Em Cumprimento ao Ofício ODS nº 0008.000012-4/2015, datado de 16.01.2015, extraído do processo. nº 0001567-87.2012.4.05.8401, firmado por Vossa Senhoria, vimos com o presente informar-lhe que foi feito o registro de Desconstituição de Penhora e de Indisponibilidade do Imóvel pertencente a **LUCIO SILVEIRA & FILHOS – CNPJ/MF nº 08.378.267/0001-29**. conforme ***AV-5-1.641*** da matrícula **1.641** a qual segue cópia em anexo.

Renovo os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

EDIMAR VIEIRA DE ALMEIDA
Oficial do Registro

Ao Ilustríssimo Sr.
RAIMUNDO BENÍCIO BEZERRA JÚNIOR
Diretor de Secretaria da 8ª Vara Federal de Mossoró/RN.
Av. Jorge Coelho de Andrade, s/n, costa e silva, Mossoró/RN.
CEP: 59625-410

Imóvel:

UM ARMAZEM COMERCIAL, construído de tijolos e coberto de telhas, situado nesta cidade, no alinhamento da Rua Felipe Camarão, nº 203, bairro da Paraíba, contendo três portas de frente e quatro portas pelo lado direito para a Rua Tiradentes, encravado em terreno próprio este adquirido por compra a Antonio Martins de Miranda, sua mulher, conforme escritura pública de compra e venda, lavrada nas notas do Tabelião do 7º Ofício desta cidade, às fls. 156v/158v. do livro nº 11, em data de 20.06.1975, registrado no livro 2-15, sob o nº R-1-1626 em data de 23.02.79, medindo o confrontando o armazém e o respectivo domínio direto do terreno: 6,60. na frente, com a via pública da rua Felipe Camarão; 11,30m. nos fundos, com imóvel que pertencem ou pertenceram a Almir Florêncio de Souza; 35,65m. pelo lado direito, com a via pública da rua Tiradentes e, 35,65. pelo lado esquerdo, com imóvel que pertence ou pertenceu a João Francisco de Borja, ou sucessores.

Proprietário:

A firma desta praça, ***LUCIO SILVEIRA & FILHO,*** CGC/MF nº 08.378.267/0001-29, inscrição estadual nº 20065301-6-NL 798.

Registro Anterior:

468, livro 3-B.

O referido é verdade e dou fé. - Mossoró/RN, em 14/03/1979

Sebastião Vasconcelos dos Santos

Oficial do Registro

Registro 1

Nos termos de Escritura Pública de Compra e Venda lavrada nas notas deste Cartório, às fls. 139/140, do livro nº 96, em data de 13.03.1979, o imóvel acima matriculado foi adquirido pelo referida firma ***LUCIO SILVA & FILHO,*** por compra feira a Salvina Maria de Oliveira, brasileira, viúva, doméstica, inscrita no CPF/MF nº 012.213.534-20, residente e domiciliada nesta cidade, pelo valor de Cr$. 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. - Mossoró/RN, em 14/03/1979

Sebastião Vasconcelos dos Santos

Oficial do Registro

Registro 2

Nos termos Cédula de Crédito Comercial nº ECC-82/0004, emitida em data de 14.07.1982, pela firma Lucio Silva & Filho, desta Praça, CGC/MF nº 08.378.267/0001-29, o imóvel acima matriculado, foi dado em primeira e especial hipoteca, sem concorrência de terceiros, em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.S., para garantia do financiamento no valor de Cr$. 10.000.000,00 (dês milhões de cruzeiros), à taxa de juros de 8% ao ano, exigíveis mensalmente, no dia 10 de cada mês, e mais correção monetária de acordo com os índices estabelecidos para a variação das ORTN's, e mais juros moratórios de 1% ao ano, com vencimento previsto para 10.07.1984, com as demais condições constantes da cédula.

O referido é verdade e dou fé. - Mossoró/RN, em 14/07/1982

Sebastião Vasconcelos dos Santos

Oficial do Registro

Averbação 3

Procede-se a presente averbação nos termos da GERIN-84/59, firma em data de 06.08.1984, pela agencia local do Banco do Nordeste do Brasil S.S., para cancelar o R-2-1.641, acima, em virtude da firma devedora ter pago integralmente todo o débito hipotecário constante do mesmo.

O referido é verdade e dou fé. - Mossoró/RN, em 14/08/1984

Sebastião Vasconcelos dos Santos

Oficial do Registro

Registro 4

Nos termos do Mandado de Penhora e Avaliação MAF nº 0008.000085-3/2014, expedido em data de 11.02.2014, pelo MM Juíza Federal da 8ª Vara de Mossoró-RN, Dra. Emanuela Mendonça Santos Brito, o imóvel acima, foi penhorado nos autos do processo nº 0001567-87.2012.4.05.8401 ao qual figuram como partes: União Federal/Fazenda Nacional e Lucio Silveira & Filhos, para garantia do débito no valor de R$ 445.924,21 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e um centavos), conforme consta dos autos do processo supra mencionado.

O referido é verdade e dou fé. - Mossoró/RN, em 03/04/2014

Edimar Vieira de Almeida

Oficial do Registro

Averbação 5

Procede-se a presente averbação nos Termos do Ofício nº ODS. 0008.000012-4/2015, datado de 16.01.2015, assinado por Raimundo Benício Bezerra júnior - Diretor de Secretaria da 8ª Vara Federal - Mossoró-RN, para constar a **DESCONTITUIÇÃO DE PENHORA E DE INDISPONIBILIDADE** do imóvel referente ao R-4-1.641.

O referido é verdade e dou fé. - Mossoró/RN, em 20/01/2015

Edimar Vieira de Almeida

Oficial do Registro

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
RODRIGO FARIAS DE MENEZES - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 28/07/2020 15:10:29
Identificador: 4058401.7375161
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20072815062259300000007396903

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ
Av. Jorge Coelho de Andrade, s/n, Costa e Silva– Mossoró/RN

PROCESSO Nº 0001567-87.2012.4.05.84.01

DESPACHO

Por força do Provimento nº 1/2009 da Corregedoria Regional da 5ª Região, passo a analisar se existe prevenção entre este processo e o de nº 0001279-42.2012.4.05.8401.

Observo que as execuções fiscais foram intentadas com base em Certidões de Dívida Ativa diversas. Portanto, não há vínculo entre as demandas.

Ante o exposto, determino a DISTRIBUIÇÃO ALEATÓRIA do presente feito.

Mossoró, 23 de novembro de 2012.

NEWTON FLADSTONE BARBOSA DE MOURA
Juiz Federal Distribuidor

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Jud.-Rio Grande do Norte

Relatório de Processos

Vara 8 a. VARA FEDERAL
Parte Autora FAZENDA NACIONAL
Parte Ré LUCIO SILVEIRA & FILHOS
Listar Baixados Somente Ativos
Filtro(s).

Processo	Autor	Classe	Distribuição	Fase	Réu
0001414-54.2012.4.05.8401	EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	19/11/2012 10:32	Intimação de Despacho - Registro no Sistema	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
0001567-87.2012.4.05.8401	EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	27/11/2012 17:02	Distribuição - Ordinária	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
0003342-21.2004.4.05.8401	EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	27/09/2004 18:52	Suspensão por Art. 40 - Lei 6.830/80 S40 - SETEMBR	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

Total Geral: 3

Total Geral por Classe:

Classe	Total
99	3

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CONCLUSÃO

Considerando a Ordem de Serviço nº 02/2010 – 8ª VF, **CERTIFICO** para os devidos fins a **EXISTÊNCIA** de outra(s) ação(ões) de Execução Fiscal do(s) exequente(s) contra o(s) executado(s) em tramitação na Secretaria da 8ª Vara, conforme relatório extraído do Sistema Tebas de **fls. 35**.

Nesta data, faço conclusão destes autos ao Exmo Senhor Juiz Federal desta 8ª Vara/RN.

Mossoró, 11 de dezembro de 2012.

Francisco Canindé da Silva
Técnico(a) Judiciário(a)

DESPACHO

1. *Ad cautelam*, tendo em vista a ordem de preferência disposta nos artigos 655 e 655-A do Código de Processo Civil e art. 11, I, da Lei nº 6.830/80, e com vistas ao atendimento do princípio da efetividade processual, também aplicável à tutela jurisdicional executiva, DETERMINO que, caso haja CPF e/ou CNPJ da parte executada, se proceda ao **bloqueio eletrônico** de depósitos em dinheiro e aplicações financeiras em seu nome, através do Sistema **BACEN-JUD**, até o limite do crédito exequendo;

2. Em seguida, cite(m)-se o(s) executado(s) no(s) endereço(s) indicado(s) na petição inicial para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida ou garantir a execução (art. 7º, I, c/c o art. 8º, I, LEF), podendo, para esse fim, ser utilizada a quantia eventualmente bloqueada na forma do item 1. Em se tratando de executado firma individual, fica desde já autorizada a citação da pessoa física correspondente;

3. O bloqueio cautelar de valores via BACEN-JUD converte-se automaticamente em penhora após a expiração no prazo do art.8º, caput, da Lei nº 6.830/80;

4. Caso o bloqueio de ativos seja positivo, providencie-se: a) a **transferência** para conta judicial remunerada da penhora/bloqueio, que deverá ser efetivado através do próprio sistema Bacenjud no montante do crédito exequendo; b) **intime-se o executado** por publicação no órgão oficial, caso o mesmo já não esteja ciente de tal fato (art. 12 da LEF);

5. Caso o bloqueio de ativos não seja suficiente para adimplemento do total da dívida, providencie-se através do Sistema Eletrônico – **RENAJUD** a indisponibilidade do(s) veículo(s) de propriedade do executado, quanto sua transferência;

6. Caso o bloqueio via RENAJUD seja positivo, expeça-se **mandado de penhora e avaliação** dos veículos indisponibilizados. O Oficial de Justiça deverá registrar a penhora no Sistema Eletrônico RENAJUD. Desta constrição deve ser intimado o executado por publicação no órgão oficial, caso o mesmo já não esteja ciente de tal fato (art. 12 da LEF);

7. Da intimação da penhora, ato que garantiu a execução, contar-se-á o **prazo de 30 (trinta) dias para o executado, querendo, opor os Embargos à Execução**, através do qual deverá alegar toda a meteria de defesa, além de requerer provas e juntar os documentos tendentes à comprovar suas afirmações (art. 16 da LEF);

8. Decorrido *in albis* o prazo de interposição de embargos, **converta-se os valores em renda** ou **designe-se leilão/praça** para a venda judicial dos bens penhorados, conforme o caso;

9. Caso os esforços sejam negativos, intime-se o exequente para que, no prazo de 10(dez) dias, indique bens da parte executada passíveis de penhora sob pena de suspensão do feito com fulcro no art. 40 da LEF – Lei de Execução Fiscal.

Expedientes necessários.
Mossoró, 11 de dezembro de 2012

Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro
Juiz Federal Substituto da 3ª Vara/SJCE
Em auxílio à 8ª Vara Federal/RN

38

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA
Avenida Jorge Coelho de Andrade, s/n, Costa e Silva
Horário de atendimento: Das 09:00 às 18:00
sec8vara@jfrn.gov.br / Tel: 3422.5853

CARTA DE CITAÇÃO
CTA.0008.000042-0/2013

EXECUÇÃO FISCAL: 0001567-87.2012.4.05.8401

EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

ENDEREÇO: RUA FELIPE CAMARÃO, 203, BAIRRO PARAÍBA, MOSSORÓ-RN, CEP 59600-340.

De ordem da MM. Juíza Federal Substituta da 8ª Vara/RN - **EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO**, e tendo em vista o disposto no artigo 8º do inciso I da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, combinado com o artigo 223 do Código de Processo Civil, e na forma determinada pelo Provimento nº 260, de 06 de outubro de 1983, do Conselho da Justiça Federal, **CITO** o(a) Executado(a) em epígrafe e/ou na pessoa de seu representante legal, para, **no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida**, com juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa e petição que acompanham por cópia a presente, acrescida das custas judiciais, ou **garantir a execução** através de: 1) depósito em dinheiro, à ordem deste juízo, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária (art. 32, § 1º, da Lei nº 6.830/80); 2) Oferecimento de fiança bancária; 3) nomeação de bens à penhora, respeitada a ordem constante do art. 11 da Lei nº 6.830/80; 4) indicação de bens à penhora, oferecidos por terceiros, desde que aceitos pelo(a) exequente.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, será efetivada a penhora na forma dos artigos 10 e 11, da Lei nº. 6830, de 22.09.80.

Da intimação da penhora, ato que garantiu a execução, contar-se-á o **prazo de 30 (trinta) dias para o executado, querendo, opor Embargos à Execução,** através do qual deverá alegar toda matéria de defesa, além de requerer provas e juntar os documentos tendentes a comprovar suas afirmações (art.16 da LEF).

***Valor da dívida:** vide Certidão de Dívida Ativa anexa (atenção: o valor da dívida deverá ser atualizado na data do pagamento).

Fica(m) V.Sªs ciente(s), ainda, de que este Juízo funciona no endereço e horário acima indicados, de segunda a sexta-feira.

Mossoró, 10 de janeiro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO
ALEX CAVALCANTE LIMÃO
Diretor de Secretaria da 8ª Vara/RN

RQ 70645111 8 BR

JUNTADA

JUNTO, nesta data, a estes autos, o(a):

(X) AR ( ) Carta
( ) Carta Precatória ( ) Mandado
( ) Ofício ( ) Petição
( ) Outros:_____

que adiante se vê.

Mossoró, 31/01/13.

_____
Encarregado do Setor

39

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

CARTA DE CITAÇÃO
CTA.0008.000042-0/2013
EXECUÇÃO FISCAL: 0001567-87.2012.4.05.8401

EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
ENDEREÇO: RUA FELIPE CAMARÃO, 203, BAIRRO PARAÍBA, MOSSORÓ-RN, CEP 59600-340

☐ SEGURADO / VALEUR DECLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*	DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*
Edilson de Sousa	17/01/13	17 JAN 2013 RN
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR: 4586-8/9	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*		

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

Vistos em Inspeção
(Período Anual Inspecionado: Maio/2012 a Fevereiro/2013)

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401 **(Apensamento Separado)**
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

( ) Processo em ordem.
( ) Cite(m)-se.
( ) Expeça-se: ( ) Mandado ( ) Ofício ( ) Carta ( ) RPV/Precatório ( ) Alvará ( ) Edital.
( ) Aguarde-se devolução do(a)(s) mandado(s) / Ofício(s) / Carta(s) Precatória(s).
( ) Aguarde-se o cumprimento do(s) expediente(s) de fl. _____.
( ) Reitere(m)-se o(s) expediente(s) de fl. _____.
( ) Solicitem-se informações sobre Ofício/ Carta Precatória.
( ) Aguarde-se a realização de perícia / apresentação de laudo.
( ) Aguarde-se o pagamento de ( ) RPV/Precatório ( ) Alvará.
( ) Mantenham-se suspensos/sobrestados/arquivados sem baixa.
( ) Cumpra-se o(a) ato ordinatório/ despacho/decisão de fl. _____.
( ) Publique-se.
( ) Designe-se audiência.
( ) Remetam-se à(o): ( )CAIXA; ( )AGU; ( )PFN; ( )PGF; ( )DPU, ( )PF. ( ) INSS
( ) Vista ao MPF.
( ) Vista a(o) ( ) promovido(a) ( ) promovente.
( ) Certificar/aguardar o decurso de prazo.
( ) Conclusos para Despacho após Inspeção
( ) Conclusos para Decisão/Sentença após Inspeção.
( ) Sentenciar em 30 dias.
( ) Decidir em 10 dias.
( ) Remeter ao TRF.
( ) Arquivar c/baixa.
( ) Solicitem-se informações acerca do cálculo.
( ) Cobrar a devolução dos autos.
( ) Aguarde-se a devolução dos autos.
( ) Mantenham-se os autos conclusos para: Decisão ( ) Sentença ( ).
(x) Verificar possibilidade de apensar estes autos à execução fiscal nº 0003342-21.2004.4.05.8401.

Mossoró/RN, 28 de fevereiro de 2013

ANDRE DIAS FERNANDES
Juiz Federal da 8ª Vara/SJRN

REPRESENTANTE DO MPF

REPRESENTANTE DA OAB

REPRESENTANTE DA AGU

REPRESENTANTE DA DPU

(HAMC)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO E CONCLUSÃO

CERTIFICO para os devidos fins que a parte executada, devidamente citada às fls. 39, não efetuou o pagamento da dívida nem tampouco garantiu a execução no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 8º da Lei de Execuções Fiscais (Lei 6.830/80).

Nesta data, faço conclusão destes autos ao Exmo Senhor Juiz Federal desta 8ª Vara/RN.

Mossoró, 27 de abril de 2013.

MARDONE RODRIGUES REGO SARMENTO
Técnico(a) Judiciário(a)

DESPACHO

Considerando a disciplina de apensamento contida na ORDEM DE SERVIÇO nº 02/2010 da 8ª Vara Federal, intime-se o exequente para ciência do (s) apensamento(s) do(s) processo(s) nº 0000106-46.2013.4.05.8401 e 0000186-10.2013.4.05.8401 aos presentes autos.

Após, visando regularizar o procedimento executivo, proceda-se com o seguinte:

1. Considerando a ordem de preferência disposta nos artigos 655 e 655-A do Código de Processo Civil e art. 11, I, da Lei nº 6.830/80, e com vistas ao atendimento do princípio da efetividade processual, também aplicável à tutela jurisdicional executiva, DETERMINO que, caso haja CPF e/ou CNPJ da parte executada, se proceda ao bloqueio eletrônico de depósitos em dinheiro e aplicações financeiras em seu nome, através do Sistema BACEN-JUD, até o limite do crédito exequendo, ficando de logo convertido(s) em penhora.

2. Caso o bloqueio de ativos seja positivo, providenciem-se: a) transferência dos valores penhorados para conta judicial remunerada, que deverá ser efetivada através do próprio sistema Bacenjud e, concomitantemente, se houver, o imediato desbloqueio dos valores penhorados em excesso ao limite do crédito exeqüendo; b) a intimação do executado para tomar ciência da penhora *online* efetuada, e querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, opor os respectivos embargos à execução nos termos do art. 16, inciso III, da Lei de Execuções Fiscais.

3. Caso o bloqueio de ativos não seja suficiente para adimplemento do total da dívida, providencie-se através do Sistema Eletrônico - RENAJUD a indisponibilidade do(s) veículo(s) de propriedade do executado, quanto a sua transferência e circulação;

4. Caso o bloqueio via RENAJUD seja positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação dos veículos indisponibilizados. O Oficial de Justiça deverá ainda intimar o executado(s) da(s) penhora(s) efetuada(s), assim como registrá-la(s) no Sistema Eletrônico RENAJUD.

5. Da intimação da penhora, ato que garantiu a execução, contar-se-á o prazo de 30 (trinta) dias para o executado, querendo, opor os Embargos à Execução, por meio do qual deverá alegar toda a matéria de defesa, além de requerer provas e juntar os documentos tendentes a comprovar suas afirmações (art. 16 da LEF);

6. Decorrido *in albis* o prazo de interposição de embargos, **convertam-se os valores em renda** ou **designe-se leilão/praça** para a venda judicial dos bens penhorados, conforme o caso;

7. Caso os esforços sejam negativos, intime-se o exequente para que, no prazo de 10(dez) dias indique bens da parte executada passíveis de penhora sob pena de suspensão do feito com fulcro no art. 40 da LEF - Lei de Execução Fiscal;

8. Nada sendo requerido, suspenda-se o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme o art. 40, caput e § 1º, da Lei 6.830/80;

9. Passado o prazo de suspensão sem que sejam localizados bens penhoráveis do devedor, arquivem-se os autos sem baixa na distribuição, conforme art. 40, § 2º, da Lei 6.830/80, independentemente de nova intimação ao exequente.

Expedientes necessários.

Mossoró, 27 de abril de 2013

EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO
Juíza Federal Substituta da 8ª Vara/RN

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

V3

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, citei/intimei o(a) representante da FAZENDA NACIONAL do inteiro teor do(a)(s) despacho/sentença/ato ordinatório de fls. retro, mediante remessa dos autos.

Mossoró, 02/05/13.

NN859

Servidor

RECEBIMENTO

Nesta data, certifico o recebimento dos presentes aut

Mossoró, 18/05/13

Técnico Judiciário - RN829

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

49

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do(a) expediente/petição nº **2013.0061.004931-1**, que se vê adiante.

Mossoró, 18 de maio de 2013.

MARDONE RODRIGUES REGO SARMENTO
Técnico(a) Judiciário(a)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ (A) FEDERAL DA 8ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Execução Fiscal nº	**0001567-87.2012.4.05.8401**
Exeqüente:	**UNIÃO/FAZENDA NACIONAL**
Executada:	**LUCIO SILVEIRA & FILHOS**
CDA:	**41.2.12.000334-00 e outras**

A **UNIÃO/FAZENDA NACIONAL**, pelo (a) Procurador (a) da Fazenda Nacional adiante assinado (a), vem a Vossa Excelência expor e requerer o que se segue.

O executado foi devidamente citado às fls. 39. Contudo, não pagou a dívida nem nomeou bens à penhora com o fito de garanti-la.

Pelo exposto, a **FAZENDA NACIONAL** requer o normal prosseguimento do processo executivo com o imediato **bloqueio de ativos financeiros em nome do executado (CNPJ: 08.378.267/0001-29),** em quantia suficiente para o adimplemento da dívida, na forma dos art. 185-A do CTN c/c o art. 655 e 655-A do CPC e ainda com o art. 1º da Resolução n.º 524/2006 do Conselho da Justiça Federal e nos termos e condições do convênio desse juízo com o Banco Central do Brasil – BACEN-JUD.

Outrossim, caso sejam bloqueados valores, e na eventual apresentação de petição de desbloqueio pelo executado, requer a Fazenda Nacional, desde logo, que lhe seja dada oportunidade para contra-arrazoar e aferir os argumentos apresentados, **antes de eventual desbloqueio**.

Nesses termos pede deferimento.

Natal, 14 de maio de 2013.

Ronnie Monte Carvalho Montenegro
Procurador da Fazenda Nacional

Leonardo Albuquerque Melo
Estagiário de Direito

17MAI1311:13 610049311 BV 015678720124058401CA

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

EJUAR.CANINDE
sexta-feira, 14/06/2013

Minutas | Ordens judiciais | Contatos de I. Financeira | Relatórios Gerenciais | Ajuda | Sair

Detalhamento de Minuta para Ordens Judiciais de Desbloqueios, Transferências e/ou Reiterações, para Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Aguardando protocolamento** As ordens de transferência, desbloqueios e reiterações só poderão ser protocoladas para as mesmas poderem ser cumpridas às instituições financeiras
Número do Protocolo:	20130001653290
Número do Processo:	0001567-87.2012.4.05.8401
Tribunal:	TRIB REG FEDERAL 5A. REGIAO
Vara/Juízo:	7388 - 8ª Vara Federal/RN - Subseção de Mossoró
Juiz Solicitante do Bloqueio:	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO
Tipo/Natureza da Ação:	Execução Fiscal
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FAZENDA NACIONAL

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

08.378.267/0001-29 - LUCIO SILVEIRA E FILHOS
[Total bloqueado (bloqueio original e reiterações):R$1.152,35] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO ITAÚ UNIBANCO / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 613,70	613,70	11/06/2013 20:52
Transferir valor **Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL** **Agência:0560** **Tipo créd. jud:Tributário/Não Tributário - Leis Federais 9.703/98 e 12.099/09** **Cod. dep. jud:8047 - Depósito Judicial - Outros - CNPJ** **Núm. doc.:08.378.267/0001-29** **Tipo doc.:CNPJ** **Nome do exec.:LUCIO SILVEIRA E FILHOS**			**613,70**	**Aguardando Protocolamento**		

CAIXA ECONOMICA FEDERAL / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 381,82	381,82	11/06/2013 05:56
Transferir valor Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência:0560 Tipo créd. jud:Tributário/Não Tributário - Leis Federais 9.703/98 e 12.099/09 Cód. dep. jud:8047 - Depósito Judicial - Outros - CNPJ Núm. doc.:08.378.267/0001-29 Tipo doc.:CNPJ Nome do exec.:LUCIO SILVEIRA E FILHOS			381,82	Aguardando Protocolamento		

BCO BRADESCO / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 155,96	155,96	10/06/2013 19:25
Transferir valor Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência:0560 Tipo créd. jud:Tributário/Não Tributário - Leis Federais 9.703/98 e 12.099/09 Cód. dep. jud:8047 - Depósito Judicial - Outros - CNPJ Núm. doc.:08.378.267/0001-29 Tipo doc.:CNPJ Nome do exec.:LUCIO SILVEIRA E FILHOS			155,96	Aguardando Protocolamento		

BCO TRIANGULO / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 0,87	0,87	11/06/2013 03:42
Desbloquear valor			0,87	Aguardando Protocolamento		

BCO BRASIL / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora	Tipo de Ordem	Juiz	Valor	Resultado (R$)	Saldo	Data/Hora

48

Protocolo		Solicitante	(R$)		Bloqueado Remanescente (R$)	Cumprimento
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	11/06/2013 05:52

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Juiz Solicitante das Últimas Ações Selecionadas:	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO

Senha do Juiz Solicitante (Obrigatória no Caso de Protocolamento):

Corrigir Dados da Minuta | Excluir Minuta

Marcar Ordem Como Não Lida | Dados do Bloqueio Original

Voltar para a lista de ordens judiciais pesquisadas

49

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

EJUAR.PEDROSA
quinta-feira, 27/06/2013

Minutas | Ordens judiciais | Contatos de I. Financeira | Relatórios Gerenciais | Ajuda | Sair

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores com ações selecionadas (Transferências, Desbloqueios, Reiteração de Não Respostas)

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Aguardando respostas das Instituições Financeiras** As Instituições Financeiras cumprirão as ordens judiciais disponibilizadas, gerarão o arquivo de resposta e o enviarão ao Bacen Jud 2.0 até às 23h59min do dia útil bancário seguinte ao do envio do arquivo de remessa. O Bacen Jud 2.0 consolidará as informações e as disponibilizará ao juízo expedidor da ordem judicial até às 08h00min do dia útil bancário seguinte ao do recebimento do arquivo de resposta.
Número do Protocolo:	20130001653290
Número do Processo:	0001567-87.2012.4.05.8401
Tribunal:	TRIB REG FEDERAL 5A. REGIAO
Vara/Juízo:	7388 - 8ª Vara Federal/RN - Subseção de Mossoró
Juiz Solicitante do Bloqueio:	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO
Tipo/Natureza da Ação:	Execução Fiscal
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FAZENDA NACIONAL

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

08.378.267/0001-29 - LUCIO SILVEIRA E FILHOS
[Total bloqueado (bloqueio original e reiterações):R$1.152,35] **[Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO ITAÚ UNIBANCO / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 613,70	613,70	11/06/2013 20:52
26/06/2013 17:13:04	**Transf. Valor** **ID:072013000006443639** **Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL** **Agência:0560** **Tipo créd. jud:Tributário/Não Tributário - Leis Federais 9.703/98 e 12.099/09** **Cód. dep. jud:8047 - Depósito Judicial - Outros - CNPJ** **Núm. doc.:08.378.267/0001-29** **Tipo doc.:CNPJ** **Nome do exec.:LUCIO SILVEIRA E FILHOS**	**EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO**	**613,70**	**Aguardando resposta**	-	-

50
RBL

CAIXA ECONOMICA FEDERAL / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(03) Cumprida parcialmente por Insuficiência de saldo. 381,82	381,82	11/06/2013 05:56
26/06/2013 17:13:04	Transf. Valor ID:072013000006443612 Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência:0560 Tipo créd. jud:Tributário/Não Tributário - Leis Federais 9.703/98 e 12.099/09 Cód. dep. jud:8047 - Depósito Judicial - Outros - CNPJ Núm. doc.:08.378.267/0001-29 Tipo doc.:CNPJ Nome do exec.:LUCIO SILVEIRA E FILHOS	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	381,82	Aguardando resposta	-	-

BCO BRADESCO / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(03) Cumprida parcialmente por Insuficiência de saldo. 155,96	155,96	10/06/2013 19:25
26/06/2013 17:13:04	Transf. Valor ID:072013000006443620 Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência:0560 Tipo créd. jud:Tributário/Não Tributário - Leis Federais 9.703/98 e 12.099/09 Cód. dep. jud:8047 - Depósito Judicial - Outros - CNPJ Núm. doc.:08.378.267/0001-29 Tipo doc.:CNPJ Nome do exec.:LUCIO SILVEIRA E FILHOS	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	155,96	Aguardando resposta	-	-

BCO TRIANGULO / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(03) Cumprida parcialmente por Insuficiência de saldo. 0,87	0,87	11/06/2013 03:42

51

26/06/2013 17:13:04	Desb. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	0,87	Aguardando resposta	-	-

BCO BRASIL / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	11/06/2013 05:52

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Juiz Solicitante das Últimas Ações Selecionadas:	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO

Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem

Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

52
RLdC

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento a determinação do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) Federal **Substituta** da 8ª Vara Federal/SJRN, e com fulcro no art. 162, §4º, do Código de Processo Civil c/c o Provimento nº 01, de 25.03.2009, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, intime-se a parte executada, **LUCIO SILVEIRA E FILHOS, mediante CARTA DE INTIMAÇÃO**, para tomar ciência da penhora *online* efetuada em(ens) sua(s) conta(s) bancária(s) , na importância de **R$ 1.152,35 (um mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos)** e, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, opor os respectivos Embargos à Execução nos termos do art. 16, inciso III, da Lei de Execuções Fiscais (Lei 6.830/1980).

Mossoró, 27 de junho de 2013.

RAYANA LEYDE DA COSTA
Estagiário(a)

53
R

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

CARTA DE INTIMAÇÃO

CTA.0008.000158-3/2013

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ENDEREÇO: RUA FELIPE CAMARÃO, 203, BAIRRO PARAÍBA, MOSSORÓ-R, CEP 59600-340

De ordem do MM. Juiz Federal da 8ª Vara/SJRN, **Dr. André Dias Fernandes**, fica **INTIMADO** o **EXECUTADO,** na pessoa do seu representante legal, a tomar ciência do Ato Ordinatório/Despacho/Decisão/Sentença proferido(a) nos autos da execução acima epigrafada, conforme transcrição abaixo:

"Em cumprimento a determinação do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) Federal ***Substituta*** *da 8ª Vara Federal/SJRN, e com fulcro no art. 162, §4º, do Código de Processo Civil c/c o Provimento nº 01, de 25.03.2009, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, intime-se a parte executada,* ***LUCIO SILVEIRA E FILHOS, mediante CARTA DE INTIMAÇÃO****, para tomar ciência da penhora online efetuada em(ens) sua(s) conta(s) bancária(s) , na importância de* ***R$ 1.152,35 (um mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos)*** *e, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, opor os respectivos Embargos à Execução nos termos do art. 16, inciso III, da Lei de Execuções Fiscais (Lei 6.830/1980)."*

Fica o intimado ciente, ainda, de que este Juízo funciona no endereço indicado no rodapé, com expediente no horário das 9 às 18h, de segunda a sexta-feira.

DADO E PASSADO pela secretaria da 8ª Vara/RN, Mossoró, em 1 de julho de 2013, eu, Erick Ferreira Da Gama Mello (_____), Técnico(a) Judiciário(a), digitei e conferi a presente carta que vai devidamente assinada pelo Diretor de Secretaria.

ORIGINAL ASSINADO

ALEX CAVALCANTE LIMÃO
Diretor de Secretaria - 8ª Vara/SJRN

Rua Jorge Coelho de Andrade, s/nº Presidente Costa e Silva
Mossoró - RN CEP: 59625-400

RQ 17176905 0 BR

54
l

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

EJUAR.PEDROSA
terça-feira, 02/07/2013

Minutas | Ordens judiciais | Contatos de I. Financeira | Relatórios Gerenciais | Ajuda | Sair

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20130001653290
Número do Processo:	0001567-87.2012.4.05.8401
Tribunal:	TRIB REG FEDERAL 5A. REGIAO
Vara/Juízo:	7388 - 8ª Vara Federal/RN - Subseção de Mossoró
Juiz Solicitante do Bloqueio:	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO
Tipo/Natureza da Ação:	Execução Fiscal
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FAZENDA NACIONAL

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

08.378.267/0001-29 - LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Total bloqueado (bloqueio original e reiterações): R$ 1.152,25 | **Quantidade atual de não respostas:** 0

Respostas

BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 613,70	613,70	11/06/2013 20:52
26/06/2013 17:13	Transf. de Valores ID:072013000006443639 Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência:0560 Tipo créd. jud.:Tributário/Não Tributário - Leis Federais 9.703/98 e 12.099/09 Cód. dep. jud.:8047 - Depósito Judicial - Outros - CNPJ Núm. doc.:08.378.267/0001-29 Tipo doc.:CNPJ Nome do exec.:LUCIO SILVEIRA E FILHOS	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	613,70	(01) Recebida. em 27/06/2013. Valor Previsto: 613,70	0,00	Até 28/06/2013

Nenhuma ação disponível

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento

55
f

10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 381,82	381,82	11/06/2013 05:56
26/06/2013 17:13	Transf. de Valores ID:072013000006443612 Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência:0560 Tipo créd. jud.:Tributário/Não Tributário - Leis Federais 9.703/98 e 12.099/09 Cód. dep. jud.:8047 - Depósito Judicial - Outros - CNPJ Núm. doc.:08.378.267/0001-29 Tipo doc.:CNPJ Nome do exec.:LUCIO SILVEIRA E FILHOS	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	381,82	(01) Recebida. em 27/06/2013. Valor Previsto: 381,82	0,00	Até 28/06/2013
Nenhuma ação disponível						

BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 155,96	155,96	10/06/2013 19:25
26/06/2013 17:13	Transf. de Valores ID:072013000006443620 Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência:0560 Tipo créd. jud.:Tributário/Não Tributário - Leis Federais 9.703/98 e 12.099/09 Cód. dep. jud.:8047 - Depósito Judicial - Outros - CNPJ Núm. doc.:08.378.267/0001-29 Tipo doc.:CNPJ Nome do exec.:LUCIO SILVEIRA E FILHOS	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	155,96	(01) Recebida. em 26/06/2013. Valor Previsto: 155,96	0,00	Até 29/06/2013
Nenhuma ação disponível						

BCO TRIANGULO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 0,87	0,87	11/06/2013 03:42
26/06/2013 17:13	Desb. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	0,87	(01) Cumprida integralmente. 0,87	0,00	27/06/2013 02:51
Nenhuma ação disponível						

BCO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado	Data/Hora Cumprimento

56
e

					Remanescente (R$)	
10/06/2013 17:20	Bloq. Valor	EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO	429.559,63	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	11/06/2013 05:52

Nenhuma ação disponível

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência		
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-	Usar IF e agência padrão
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	FAZENDA NACIONAL	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:		
Tipo de Crédito Judicial:	-	
Código de Depósito Judicial:	-	

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUAR. EMANUELAM

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem

Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

JUÍZO FEDERAL
FLS. 57
RIO GRANDE DO NORTE

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA FEDERAL
Avenida Jorge Coelho de Andrade, s/n, Costa e Silva – Mossoró/RN
Horário de atendimento: Das 09:00 ás 18:00
se.8vara@jfrn.gov.br / Tel: 3422.5853

EM BRANCO

JUNTADA
Juntado, nesta data, (...) folhas (autos, v. (a)).
( ) AR ( ) Ofício ( ) Mandado
( ) Carta Precatória ( ) Carta ( ) Rogatória
( ) Outros
Mossoró, ... / ..... / .....
Escaninho do Setor

JUNTADA

Junto, nesta data, a estes autos, o (a):

[X] AR [ ] Ofício [ ] Mandado

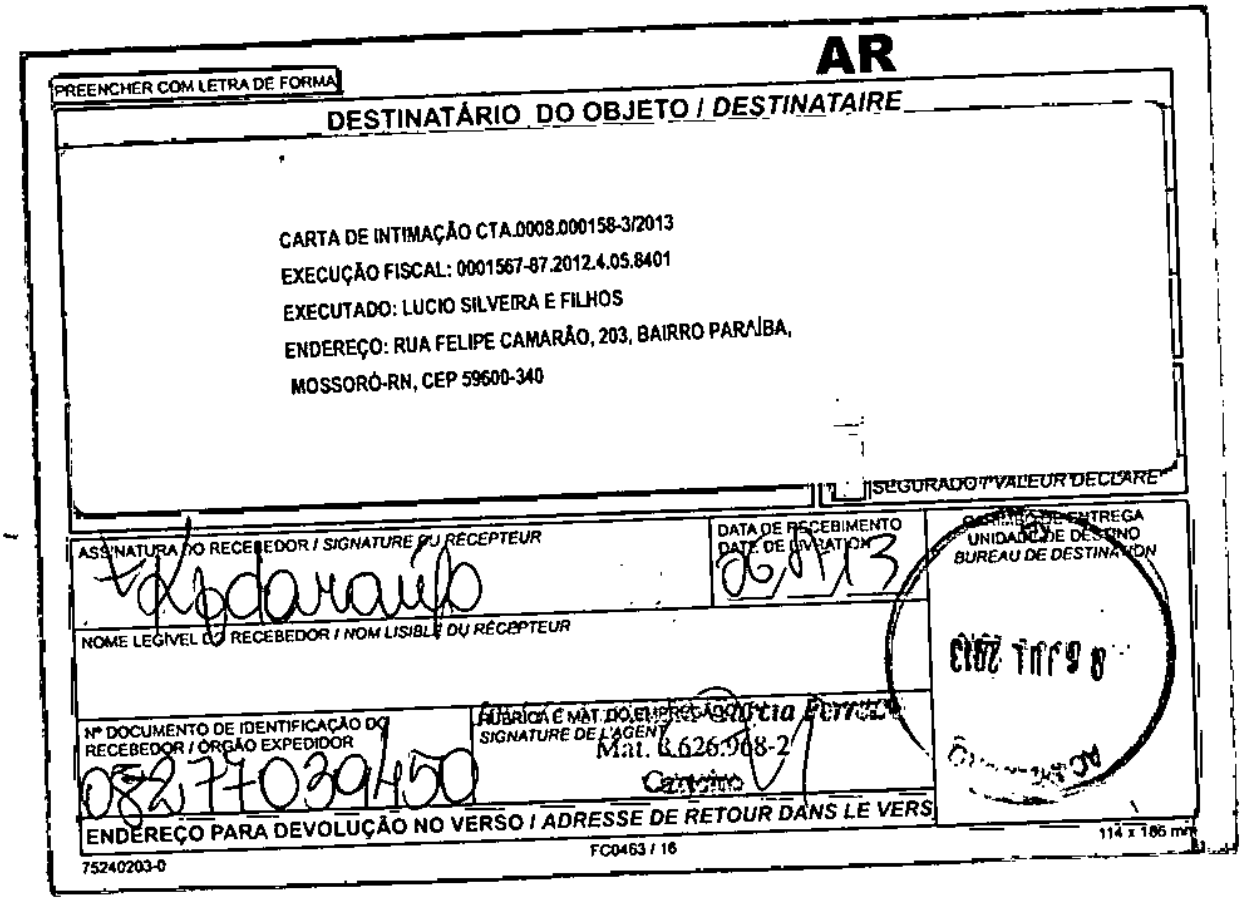
[ ] Carta Precatória [ ] Carta [ ] Petição

[ ] Outros_____

Mossoró, 18/07/13.

Encarregado do Setor

58
R



AR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

CARTA DE INTIMAÇÃO CTA.0008.000158-3/2013
EXECUÇÃO FISCAL: 0001567-87.2012.4.05.8401
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ENDEREÇO: RUA FELIPE CAMARÃO, 203, BAIRRO PARAÍBA,
MOSSORÓ-RN, CEP 59600-340

SEGURADO / *VALEUR DECLARÉE*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRAISON*
26/9/13

CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR
082.770.394-50

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*
Mat. 6.626.908-2

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

114 x 186 mm

FC0463 / 16

75240203-0

59

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

CERTIFICO que transcorreu o prazo legal do despacho/edital/penhora/**ato ordinatório**/decisão de fls. **52** sem que houvesse manifestação da(s) parte(s) interessada(s).

DOU FÉ.

Mossoró, 14 de agosto de 2013.

MARDONE RODRIGUES REGO SARMENTO
Técnico(a) Judiciário(a)

60

CNJ Ministério da Justiça Ministério das Cidades v1.8.1204



RENAJUD
Restrições Judiciais de Veículos Automotores

RENAJUD - Restrições Judiciais On-Line - Restrição Gravada

Usuário FRANCISCO CANINDE DA SILVA• 20/08/2013 • 13h 34' 55"

Dados do Processo

Tribunal TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO
Comarca/Município MOSSORO
Órgão Judiciário SUBSECAO JUDICIARIA DE MOSSORO - RN N° do Processo 00015678720124058401
Juiz EMANUELA MENDONCA SANTOS

Veículo Restringido - Total: 1

Placa	UF	Marca/Modelo	Proprietário	Restrição
MXM0477	RN	M.BENZ/L 1218 R	LUCIO SILVEIRA E FILHOS	Transferência

61

RENAJUD / Veículo

Usuário FRANCISCO CANINDE DA SILVA • 20/08/2013 • 13h43'39"

Veículo / Informações RENAVAM

Placa **MXM0477** Ano Fabricação **2000** Ano Modelo **2000**

Chassi **9BM694004YB235070** Marca/Modelo **M.BENZ/L 1218 R**

Restrições / Informações RENAVAM

Alienação Fiduciária

Restrições RENAJUD

Tribunal **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO** Comarca/Município **MOSSORO**

Órgão Judiciário **SUBSECAO JUDICIARIA DE MOSSORO - RN** Nº do Processo **00015678720124058401**

Juiz Inclusão **EMANUELA MENDONCA SANTOS** CPF **041.2XX.XXX-XX**

Restrição **TRANSFERENCIA** Inclusão Restrição **20/08/2013**

Imprimir

63

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR(ES): UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU(S): LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao despacho de fl. 36/37 , procedi à inclusão de restrição de transferência, via sistema RENAJUD, do(s) veículo(s) de propriedade da parte executada, consoante comprovante de fl. 60. Todavia, restou prejudicada a expedição de Mandado de Penhora e Avaliação, determinada pelo aludido despacho, uma vez que o bem se encontra **alienado fiduciariamente** conforme informação de fl. 61. O referido é verdade e a respeito disto dou fé.

Mossoró/RN, 20 de agosto de 2013.

Francisco Carúndé da Silva
Técnico(a) Judiciário(a)

63

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR(ES): UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU(S): LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão destes autos ao(à) Exmo(a). Senhor(a) Juiz(a) Federal da 8ª Vara/RN.
Mossoró, 20 de agosto de 2013.

MARDONE RODRIGUES REGO SARMENTO
Técnico(a) Judiciário(a)

DESPACHO

Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente os dados necessários a fim de que os valores bloqueados às fls. 49/51 possam ser convertidos em renda, a saber: **UG** (Unidade Gestora); **Nome da Unidade** e **Código da Receita**. No caso de apresentar guia **GRU/DARF/FGTS**, atentar para que conste o vencimento como **"contra apresentação"**.

Fornecidas as informações requisitadas acima, oficie-se à instituição bancária competente para que proceda à devida Conversão em Renda em favor da União.

Expedientes necessários.

Mossoró, 20 de agosto de 2013.

EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO
Juiz(a) Federal Substituto(a) da 8ª Vara/SJRN

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, citei/intimei o(a) representante da FAZENDA NACIONAL do inteiro teor do(a)(s) despacho/sentença/ato ordinatório de fls. retro, mediante remessa dos autos.

Mossoró, 26 / 09 / 13.

Erick H. G. Melio
Técnico Judiciário/
Segurança e transporte
Mat. RN841

Servidor

RECEBIMENTO

Nesta data, certifico o recebimento dos presentes autos.

Mossoró, 16/09/13

Encarregado de Setor

JUNTADA

JUNTO, nesta data, a estes autos, o(a):

( ) AR ( ) Carta

( ) Carta Precatória ( ) Mandado

( ) Ofício (X) Petição

( ) Outros:

que adiante se vê.

Mossoró, 16/09/13.

Encarregado de Setor

65
R

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MOSSORÓ.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 8ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Processo nº	**0001567-87.2012.4.05.8401**
Exeqüente:	**UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**
Executado:	**LUCIO SILVEIRA & FILHOS**

A **UNIÃO/FAZENDA NACIONAL**, pelo (a) Procurador (a) da Fazenda Nacional adiante assinado (a), vem à respeitável presença de Vossa Excelência, em atenção ao despacho de fl. 63, requerer a **conversão em renda** definitiva da União dos depósitos efetuados à disposição desse MM. Juízo (fls. 54/56), no montante de **R$ 1.152,35** (um mil cento e cinqüenta e dois reais e trinta e cinco centavos), com DARF em anexo.

Termos em que,
Pede deferimento.
Mossoró/RN, 02 de setembro de 2013.

Marina de Fátima Gadelha da Costa
Estagiária da Procuradoria da Fazenda Nacional

Gianfrancesco Nunes Teixeira
Procurador da Fazenda Nacional

125E71317:06 610095410 8V 015672726120058401CA

66

.....<< corte aqui >>.....

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF - PGFN

02 Período de Apuração	
03 Número do CPF ou CNPJ	08378267/0001-29
04 Código da Receita	0810
05 Número da Referência	4171200027953
06 Data de Vencimento	
07 Valor do Principal	
08 Valor da Multa	
09 Valor dos Juros e/ou Encargo DL-1025/69	
10 Valor Total	
11 Autenticação Bancária (Via do Contribuinte)	

01 Nome/Telefone
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

ATENÇÃO

Nº do Processo - 13433 450907/2004-18
Nome da Receita - DIV.ATIVA-PIS

DARF CORRESPONDENTE AO VALOR INTEGRAL DA DÍVIDA INSCRITA

Este DARF também poderá ser obtido na Internet por meio do endereço:
www.pgfn.fazenda.gov.br

.....<< corte aqui >>.....

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF - PGFN

02 Período de Apuração	
03 Número do CPF ou CNPJ	08378267/0001-29
04 Código da Receita	0810
05 Número da Referência	4171200027953
06 Data de Vencimento	
07 Valor do Principal	
08 Valor da Multa	
09 Valor dos Juros e/ou Encargo DL-1025/69	
10 Valor Total	
11 Autenticação Bancária (Via do Banco)	

01 Nome/Telefone
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

ATENÇÃO

Nº do Processo - 13433 450907/2004-18
Nome da Receita - DIV.ATIVA-PIS

DARF CORRESPONDENTE AO VALOR INTEGRAL DA DÍVIDA INSCRITA

Parâmetro: 41712000279 Número de Inscrição: 41 7 12 000279-53

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 9.937,09 UFIR 9.338,49
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 9.937,09 UFIR 9.338,49
:ceita:	0810 - DIV.ATIVA-PIS	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	PIS	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 26.309,42
Qtd. de Débitos:	0003	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012901726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):					
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO **Consulta Dívida Ativa** 27/08/2013 11:47 Tempo restante de conexão: 19:57

SARA JULIANNE BEZERRA DE MEDEIROS (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.85) Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL

Parâmetro: 41212000334 **Número de Inscrição:** 41 2 12 000334-00

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 **CPF/CNPJ:** 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação: ATIVA AJUIZADA

Data da Inscrição:	01/06/2012	**Procuradoria Responsável:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Judicial:**		**Valor Inscrito:**	R$ 95.359,68 UFIR 89.615,31
Órgão de Origem:		**Procuradoria de Inscrição:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Único Judicial:**	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-MOSSORO	**Valor Remanescente:**	R$ 95.359,68 UFIR 89.615,31
Receita:	3551 - DIV.ATIVA-IRPJ	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	25/09/2012	**Valor Consolidado:**	R$ 257.602,53
Qtd. de Débitos:	0005	**Qtd. de Protestos:**	000	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**	
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	410012901726	**Data da Extinção:**			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**					
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

Parâmetro: 41612000976 Número de Inscrição: 41 6 12 000976-79 Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Receita:	1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 158.386,16
Qtd. de Débitos:	0005	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012901726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):					
Motivo de Extinção:							

70

Parâmetro: 41612000406 Número de Inscrição: 41 6 12 000406-42 Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 721197/2011-37 CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	25/04/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 118.587,07 UFIR 111.443,53
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	1861020134058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 108.704,81 UFIR 102.156,56
Receita:	1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL	Qtd. de Pagamentos:	0005	Juízo:	917255 - SETOR DE DISTRIBUIÇÃO		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0001	Data de Protocolo:	05/02/2013	Valor Consolidado:	R$ 162.084,45
Qtd. de Débitos:	0002	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410013900067	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):					
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
06/09/2013 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 16:12:50

71
2

Credito: 406730156 CGC: 08.378.267/0001-29
Nome: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Doc. de Origem..: 10/11/2012 DCGB - DCG BATCH
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 10/11/2012 Livro: 2 Folha: 387
Dt. de Inscricao: 29/12/2012 RFB: 18.021.060 Orgao Inscr.: 18.200.801
Periodo da Divida: 05/2012 a 05/2012 PRC Tramitacao: 18.200.801
Comarca: 18080 Vara: 008 Acao Jud: 00001064620134058401 Primeira Instancia
Fase: 535 AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO Dt. da Fase: 25/01/2013

Principal:	33.824,63	P E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	6.764,93	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	3.216,72	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	8.761,26		
T o t a l:	52.567,54		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 09/2013 em REAL XMIT
Credito nao possui Parcelamento

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
06/09/2013 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 16:13:17

72
e

Credito: 406730148 CGC: 08.378.267/0001-29
Nome: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Doc. de Origem..: 10/11/2012 DCGB - DCG BATCH
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 10/11/2012 Livro: 2 Folha: 386
Dt. de Inscricao: 29/12/2012 RFB: 18.021.060 Orgao Inscr.: 18.200.801
Periodo da Divida: 05/2012 a 05/2012 PRC Tramitacao: 18.200.801
Comarca: 18080 Vara: 008 Acao Jud: 00001064620134058401 Primeira Instancia
Fase: 535 AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO Dt. da Fase: 25/01/2013

Principal:	4.967,86	P E - Extrato C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr. V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase A - Acao Judicial
Multa de mora:	993,57	S - Solidario P - Parcelamento
Juros:	472,44	F - Fund. Legal
Encargo legal:	1.286,77	
T o t a l:	7.720,64	
Honorarios:	0,00	

Valores atualizados p/ 09/2013 em REAL XMIT
Credito nao possui Parcelamento

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA FEDERAL

Ofício ODS.0008.000487-7/2013

Ao Senhor
Gerente da Agência da Caixa Econômica Federal
Agência 0560
Rua Coronel Gurgel, 406 - Centro
Mossoró/RN

Ref. Execução Fiscal nº 0001567-87.2012.4.05.8401

Senhor Gerente,

Cumprimentando-o cordialmente, de ordem do(a) MM. Juiz(a) Federal Substituta, **DRA. EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO**, solicito as providências necessárias no sentido de proceder à conversão em renda a favor da **FAZENDA NACIONAL**, no prazo de 10 (dez) dias, do saldo existente na conta judicial (ID's: **072013000006443639, 072013000006443612 e 072013000006443620**): oriunda de bloqueio BACENJUD efetivado em nome de **LUCIO SILVEIRA & FILHOS (CNPJ: 08.378.267/0001-29).**

Dados a serem utilizados para a conversão:
DARF/PGFN EM ANEXO

Esclarecendo que nos moldes da Súmula 179 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir da data do depósito, a correção monetária e os juros serão pagos pela instituição financeira depositária (Resp. 214.996/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ de 11.3.2002).

Atenciosamente,

ORIGINAL ASSINADO

Mossoró/RN, 7 de outubro de 2013.

PAULO ALEXANDRE DA SILVA
Diretor de Secretaria da 8ª Vara/SJRN

RÁ 70982790 1 BR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

RFM RFN

Ofício ODS.0008.000487-7/2013

Ao Senhor
Gerente da Agência da Caixa Econômica Federal
Agência 0560
Rua Coronel Gurgel, 406 - Centro
Mossoró/RN

Ref. Execução Fiscal nº 0001567-87.2012.4.05.8401

SEGURADO / *VALEUR DECLARE*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RECEPTEUR*

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*
15/10/13

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*
CDD MOSSORÓ
15 OUT 2013

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RECEPTEUR*
Thydianne Kelly de Freitas Xavier
Assistente Administrativo
Mat. 118178-8
Ag. Mossoró
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA / MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*
Antonio G. de Araújo Filho
MAT. 86270788
Agente de Correios

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 FC0463 / 15 114

JUNTADA

JUNTO: nesta data, a estes autos, o(a):

(X) AR ( ) Carta
( ) Carta Precatória ( ) Mandado
( ) Ofício ( ) Petição
( ) Outros: _____

que adiante se vê.
Mossoró, 30/10/2013.

Encarregado de Setor
Jefferson Pedrosa Feitosa
Técnico Judiciário
Mat. RN 859

DOCUMENTO ASSINADO

CAIXA

Agência Mossoró/RN
Rua Coronel Gurgel, 406 – Centro
59.600-250 – Mossoró – RN

Ofício nº 592/2013/AG Mossoró/RN

Mossoró, 21 de outubro de 2013.

Ilustríssimo Senhor
Alex Cavalcante Limão
Diretor de Secretaria da 8ª Vara Federal de Mossoró
Avenida Jorge Coelho de Andrade, s/n – Costa e Silva
59.625-400 – Mossoró – RN

Assunto: Ofício nº ODS 0008.000487-7/2013
Referência: Processo nº 0001567-87.2012.4.05.8401

Senhor Diretor de Secretaria,

1. Em cumprimento à determinação contida no Ofício acima referenciado, comunicamos que o valor de R$ 1.184,88 (um mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), existente na conta judicial nº 0560.635.000711-1, vinculada ao processo acima, foi transferido para a FAZENDA NACIONAL, conforme documentos que anexamos ao presente.

2. Colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

FRANCISCO GOMES SOBRINHO
Técnico Bancário
Agência Mossoró/RN

FRANCISCO ALDEMIR DE SOUZA
Gerente Geral
Agência Mossoró/RN

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF - PGFN

02 Período de Apuração	
03 Número do CPF ou CNPJ	08378267/0001-29
04 Código da Receita	0810
05 Número da Referência	41712000279 53
06 Data de Vencimento	
07 Valor do Principal	1.184,88
08 Valor da Multa	
09 Valor dos Juros e/ou Encargo DL-1025/69	
10 Valor Total	1.184,88
11 Autenticação Bancária (Via do Banco)	

01 Nome/Telefone
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

ATENÇÃO

Nº do Processo - 13433 450907/2004-18
Nº da Receita - DIV.ATIVA-PIS

DARF CORRESPONDENTE AO VALOR INTEGRAL DA DÍVIDA INSCRITA

CEF056021102013075735008526 1.184,88RD1011

CAIXA ECONOMICA FEDERAL
0560 - MOSSORO, RN
DATA: 21/10/2013 HORA: 16:11:26
TERMINAL: 1011 NSU: 000578

COMPROVANTE DE LEVANTAMENTO JUDICIAL

PROCESSOS/DOCUMENTOS LEVANTADOS VALOR LEVANTADO
00015678720124058401-00487722013 1.184,88

VALOR TOTAL LEVANTADO 1.184,88

VALOR IRRF 0,00
VALOR PSS 0,00
VALOR CPMF 0,00
TRANSACOES VINCULADAS 0,00

VALOR EM ESPECIE 1.184,88

Informacoes, reclamacoes, sugestoes e elogios
SAC CAIXA: 0800 726 0101
Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474
www.caixa.gov.br

1a Via - Via do Cliente

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR(ES): UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU(S): LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão destes autos ao(à) Exmo(a). Senhor(a) Juiz(a) Federal da 8ª Vara/RN.
Mossoró, 30 de outubro de 2013.

JEFFERSON FEDROSA FEITOSA
Técnico(a) Judiciário(a)

DESPACHO

Intime-se o exequente para tomar ciência da conversão em renda efetivada em seu favor, consoante afirma às **fls. 74/75**.

Na mesma oportunidade, tendo em vista a certidão de **fls. 62**, cujo teor informa a impossibilidade de os bens constritos serem levados à hasta pública, em razão de estarem gravados com cláusula de alienação fiduciária, deve o autor, no prazo de 10(dez) dias, indicar bens da parte executada passíveis de penhora. No caso de indicação de bens imóveis, o requerimento deverá ser instruído com a certidão atualizada do cartório imobiliário quanto à matrícula/registro (menos de noventa dias de emissão), sob pena de indeferimento de plano.

Nada sendo requerido, suspenda-se o presente processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme o art. 40, caput e § 1º, da Lei 6.830/80.

Passado o prazo de 01 (um) ano de suspensão sem que o exequente indique bens penhoráveis e/ou local onde possa ser encontrado o devedor, arquive-se o feito sem baixa na distribuição, nos termos do § 2º do art. 40, da Lei 6.830/80, independentemente de nova intimação do credor.

Expedientes necessários.

Mossoró, 30 de outubro de 2013.

EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO
Juiz(a) Federal Substituto(a) da 8ª Vara/SJRN

77

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, citei/intimei o(a) representante da FAZENDA NACIONAL do inteiro teor do(a)(s) despacho/sentença/ato ordinatório de fls. retro, mediante remessa dos autos.

Mossoró, 04 / 11 / 13.

Erick K. G. Mello
Técnico Judiciário/
Segurança e Transporte
Mat. RN841

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

RECEBIMENTO

Nesta data, certifico o recebimento dos presentes autos.

Mossoró, 28 de novembro de 2013.

JEFFERSON PEDROSA FEITOSA
Técnico(a) Judiciário(a)

JUNTADA

Junto, nesta data, a estes autos, o (a):

[ ] AR [ ] Ofício [X] Mandado

[ ] Carta Precatória [ ] Carta [X] Petição

[ ] Outros

Mossoró, 28 / 11 / 2013

Encarregado do Setor

Jefferson Pedrosa Feitosa
Técnico Judiciário
Mat. RN 859

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MOSSORÓ

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 8ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Execução Fiscal nº: **0000001567-87.2012.4.05.8401**

EXEQUENTE: **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**
EXECUTADA: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**

A **UNIÃO/FAZENDA NACIONAL**, pelo Procurador da Fazenda Nacional adiante assinado, vem perante Vossa Excelência, informar a cerca da expedição dos ofícios nº 178/2013 GNT/PSFN/MOSSORÓ/RN ao **6º Cartório e ofício de notas de Mossoró** e o ofício nº 177/2013 GNT/PSFN/MOSSORÓ/RN ao **1º Ofício de Notas de Mossoró** solicitando informações acerca da existência de bens imóveis registrados nos últimos cinco anos, em nome do executado.

Requer ainda que, após período de 60 (sessenta dias) seja dada nova vista dos autos à Fazenda Nacional, a fim de prosseguir com as medidas de estilo.

Termos em que,

Pede deferimento.

Mossoró/RN, 08 de novembro de 2013.

Anna Rachel Nunes Avelino

Anna Rachel Nunes Avelino

Estagiária da Procuradoria da Fazenda Nacional

Gianfrancesco Nunes Teixeira

Procurador da Fazenda Nacional

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 04/11/2013 11:32 | Tempo restante de conexão: 19:58

CANDICE MENEZES DO VALE
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5)

Informações Gerais

Imprimir

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41212000334 | Número de Inscrição: 41 2 12 000334-00 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 95.359,68 UFIR 89.615,31
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 95.359,68 UFIR 89.615,31
Receita:	3551 - DIV.ATIVA-IRPJ	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 259.729,06
Qtd. de Débitos:	0005	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012901726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):					
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Inscr. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Inscr. Loc | Imp. Res. Loc. | Voltar

81
A

PSFN-MOSSORO | Consulta Divida Ativa | 04/11/2013 11:33 | Tempo restante de conexão: 19:59

CANDICE MENEZES DO VALE
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5)

Informações Gerais

Imprimir

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41612000976 | Número de Inscrição: 41 6 12 000976-79 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	01/06/2012	**Procuradoria Responsável:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Judicial:**		**Valor Inscrito:**	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Órgão de Origem:		**Procuradoria de Inscrição:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Único Judicial:**	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-MOSSORO	**Valor Remanescente:**	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Receita:	1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	25/09/2012	**Valor Consolidado:**	R$ 159.679,95
Qtd. de Débitos:	0005	**Qtd. de Protestos:**	000	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**	
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	410012901726	**Data da Extinção:**			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**					
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

82

PSFN-MOSSORO
CANDICE MENEZES DO VALE (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5)

Consulta Dívida Ativa
Informações Gerais

04/11/2013 11:33 Tempo restante de conexão: 19:58

Imprimir

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41712000279 | Número de Inscrição: 41 7 12 000279-53 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 9.937,09 UFIR 9.338,49
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 9.494,59 UFIR 8.922,64
Receita:	0810 - DIV.ATIVA-PIS	Qtd. de Pagamentos:	0001	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	PIS	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 25.342,56
Qtd. de Débitos:	0003	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012901726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):					
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Base Agregada | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Lec. | Imp. Res. Lec. | Voltar

83

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 04/11/2013 11:34 | Tempo restante de conexão: 19:59

CANDICE MENEZES DO VALE (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) | Informações Gerais | Imprimir

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41612000406 | Número de Inscrição: 41 6 12 000406-42 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 721197/2011-37 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	25/04/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 118.587,07 UFIR 111.443,53
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	1861020134058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 108.704,81 UFIR 102.156,56
Receita:	1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL	Qtd. de Pagamentos:	0005	Juizo:	917255 - SETOR DE DISTRIBUIÇÃO		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0001	Data de Protocolo:	05/02/2013	Valor Consolidado:	R$ 164.993,40
Qtd. de Débitos:	0002	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410013900067	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):					
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc | Voltar

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
06/11/2013 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 16:56:51

Credito: 406730156 CGC: 08.378.267/0001-29
Nome: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Doc. de Origem..: 10/11/2012 DCGB - DCG BATCH
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 10/11/2012 Livro: 2 Folha: 387
Dt. de Inscricao: 29/12/2012 RFB: 18.021.060 Orgao Inscr.: 18.200.801
Periodo da Divida: 05/2012 a 05/2012 PRC Tramitacao: 18.200.801
Comarca: 18080 Vara: 008 Acao Jud: 00001064620134058401 Primeira Instancia
Fase: 535 AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO Dt. da Fase: 25/01/2013

Principal:	33.824,63	P	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00		R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00		H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	6.764,93		S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	3.730,87		F - Fund. Legal	
Encargo legal:	8.864,09			
T o t a l:	53.184,52			
Honorarios:	0,00			

Valores atualizados p/ 11/2013 em REAL XMIT
Credito nao possui Parcelamento

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
06/11/2013 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 16:59:08

85
f

Credito: 406730148 CGC: 08.378.267/0001-29
Nome: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Doc. de Origem..: 10/11/2012 DCGB - DCG BATCH
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 10/11/2012 Livro: 2 Folha: 386
Dt. de Inscricao: 29/12/2012 RFB: 18.021.060 Orgao Inscr.: 18.200.801
Periodo da Divida: 05/2012 a 05/2012 PRC Tramitacao: 18.200.801
Comarca: 18080 Vara: 008 Acao Jud: 00001064620134058401 Primeira Instancia
Fase: 535 AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO Dt. da Fase: 25/01/2013

Principal:	4.967,86	P	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00		R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00		H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	993,57		S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	547,96		F - Fund. Legal	
Encargo legal:	1.301,88			
T o t a l:	7.811,27			
Honorarios:	0,00			

Valores atualizados p/ 11/2013 em REAL XMIT
Credito nao possui Parcelamento

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR(ES): UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU(S): LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão destes autos ao(à) Exmo(a). Senhor(a) Juiz(a) Federal da 8ª Vara/RN.
Mossoró, 28 de novembro de 2013.

JEFFERSON PEDROSA FEITOSA
Técnico(a) Judiciário(a)

DESPACHO

Indefiro o pleito do exequente às fls. 79, pelos fundamentos expostos no despacho de fls. 76. Além do mais, o fato de o processo se encontrar suspenso com fulcro no art. 40, caput e §1º, da Lei 6.830/80, não impede o restabelecimento do procedimento executivo caso o exequente indique bens do executado passíveis de penhora. Contudo, constitui ônus da parte autora comunicar a este juízo a existência de algum bem passível de constrição judicial.

Por fim, suspenda-se o feito pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos do art.40, caput e §1º, da Lei 6.830/80, **a contar de 04/11/2013**.

Passado o prazo de 01 (um) ano de suspensão sem que o exequente indique bens penhoráveis e/ou local onde possa ser encontrado o devedor, arquive-se o feito sem baixa na distribuição, nos termos do § 2º do art. 40, da Lei 6.830/80, independentemente de nova intimação do credor.

Mossoró, 28 de novembro de 2013.

EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO
Juiz(a) Federal Substituto(a) da 8ª Vara/SJRN

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins que o processo em epígrafe encontra-se **SUSPENSO** por 01 (um) ano, nos termos do art. 40, §1º, da Lei Execuções Fiscais, a contar de **04/11/2013**. **DOU FÉ.**

Mossoró, 28 de novembro de 2013.

JEFFERSON PEDROSA FEITOSA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, citei/intimei o(a) representante da FAZENDA NACIONAL do inteiro teor do(a)(s) despacho/sentença/ato ordinatório de fls. retro, mediante remessa dos autos.

Mossoró, 09 / 12 / 13.

Servidor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

89

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

RECEBIMENTO

Nesta data, certifico o recebimento dos presentes autos.

Mossoró, 22 de janeiro de 2014.

MARDONE RODRIGUES REGO SARMENTO
Técnico(a) Judiciário(a)

JUNTADA

JUNTO, nesta data, a estes autos, o (a):

[ ] AR [ ] Ofício [ ] Mandado

[ ] Carta Precatória [ ] Carta [X] Petição

[ ] Outros

Mossoró, 22/01/14.

Encarregado(a) do Feito

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MOSSORÓ

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 8ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Execução Fiscal n.º: 0001567-87.2012.4.05.8401
Exeqüente: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
Executada: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

A **UNIÃO/FAZENDA NACIONAL**, pelo Procurador da Fazenda Nacional adiante assinado, vem perante Vossa Excelência, informar que, conforme foi verificado mediante consulta ao sistema SINAL 04, em anexo, o valor constrito foi convertido em renda definitiva da União; o que motivou a expedição de memorando ao SETDAU (Setor de Dívida Ativa) em Natal, para a atualização do valor em execução.

Nesta oportunidade, ensejando o prosseguimento do feito executivo, a exeqüente requer a expedição de mandado de penhora e avaliação referente aos seguintes bens imóveis de propriedade da parte executada (vide cópia do ofício-resposta emitido pelo 1º Ofício de Notas de Mossoró contendo as certidões dos referidos imóveis), quais sejam:

a) 1 (um) prédio comercial contendo 2 (dois) salões e 2 (duas) salas, de construção de alvenaria de tijolos comuns, revestimento em reboco, massa única, pavimentação em cimento, esquadria em madeira de lei, cobertura em madeira e telha, pintura hidracor, com uma área de construção de 171,57 m2, situado em Mossoró/RN, no alinhamento da Rua Tiradentes, nº 180, Centro;
b) 1 (um) prédio comercial, contendo 2 (dois) salões, 2 (duas) salas e 1 (um) banheiro, de construção feita em alvenaria com tijolos comuns, revestimento em massa única, pavimentação em cimento, esquadrias em madeira, cobertura em madeira e telha, pintura hidracor, com uma área de construção de 209,23 m2 edificado em terreno próprio com uma área total, de 209,23 m2, cujo prédio foi construído no lugar antes ocupado por uma casa adquirida na então praça Felipe Guerra;
c) 1 (um) prédio comercial, contendo 3 (três) salas, 1 (uma) área coberta, 1 (uma) câmara escura, 1 (um) banheiro e 1 (uma) área descoberta, de

29JAN1416:49 610002795 BY 05567072012405840104

construção feita em alvenaria com tijolos comuns, revestimento em reboco a massa única, pavimentação em cimento, esquadrias em madeira de lei, cobertura em madeira e telha, pintura hidracor, com uma área de construção de 62,60 m2 edificado em terreno próprio com uma área de 67,20 m2, cujo prédio foi construído em oitão da casa antes adquirida na então praça Felipe Guerra, localizado no alinhamento da Rua Felipe Camarão, nº 209, Centro;

d) 1 (um) armazém, construído de tijolos e coberto de telhas, situado nesta cidade de Mossoró/RN, à Rua Tiradentes, nº 256, encravado em terreno foreiro que mede 7,40 m de frente por 37,40 m de fundos, limitando-se ao Norte, com imóvel pertencente aos herdeiros de Antônio Florêncio de Almeida, ao sul, com imóvel pertencente ao espólio ora inventariado, ao nascente com a via pública da Rua Tiradentes e, ao poente, com imóvel pertencente ao espólio, com 276,76 m2 de área coberta, prédio esse de edificação própria, em terreno acima;

e) 1 (um) armazém, construído de tijolos e coberto de telhas, situado nesta cidade de Mossoró/RN, à Rua Tiradentes, nº 252, encravado em terreno foreiro que mede 7,40 m, de frente por 37,40 m de fundos, limitando-se ao norte com imóvel pertencente ao espólio do inventariado; ao sul, com imóvel pertencente a João Borges; ao nascente, com a via pública da Rua Tiradentes e, ao poente, com moradores da Avenida Alberto Maranhão.

Termos em que,

Pede deferimento.

Mossoró/RN, 08 de janeiro de 2014.

Anna Rachel Nunes Avelino

Anna Rachel Nunes Avelino

Estagiária da Procuradoria da Fazenda Nacional

Gianfrancesco Nunes Teixeira

Procurador da Fazenda Nacional

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MOSSORÓ
PRIMEIRO CARTÓRIO JUDICIÁRIO

Ofício nº 580/2013

Mossoró/RN, 21 de Novembro de 2013

Senhor(a) Procurador(a):

Em resposta ao Ofício nº 177/2013 – GNT/PSFN/MOSSORÓ/RN, datado de 08.11.2013, firmado por Vossa Senhoria, vimos com o presente informar-lhe que conforme buscas procedidas nos livros de registros existentes neste Cartório, constatamos a existência de registro do imóvel em nome de **LUCIO SILVEIRA E FILHOS – CNPJ/MF nº 08378267/0001-29**, conforme cópias das matrículas **5.036, 5.038, 5.040, 3.903, 3.905, 3.688, 1.64** e **2.126,** que seguem em anexos.

Aproveitamos o ensejo para renovar-lhe votos de apreço.

Atenciosamente,

EDIMAR VIEIRA DE ALMEIDA
Oficial do Registro

Ao *Ilustríssimo* Sr.:
GIANFRANCESCO NUNES TEIXEIRA
Procuradora da Fazenda Nacional de Mossoró/RN
Av. Alberto Maranhão, nº 1820, Centro , Mossoró/RN.
CEP: 59.600-210

Imóvel:
UM PRÉDIO COMERCIAL, contendo 02 salões e 02 salas, de construção de alvenaria de tijolos comuns, revestimento em reboco, massa única, pavimentação em cimento, esquadria em madeira de lei, cobertura em madeira e telha, pintura hidracor, com uma área de construção de 171,57m², situado nesta cidade de Mossoró-Rn, no alinhamento da rua Tiradentes, nº 180, centro, encravado em terreno próprio com uma área de 171,57m² de superfície.

Proprietário:
ESPÓLIO DE JOÃO FRANCISCO DE BORJA (CPF/MF nº ,), brasileiro, , casado, residente e domiciliado nesta cidade de Mossoró-Rn.

Registro Anterior:
1.404 do livro nº 3-E.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 1
Nos termos da Certidão de Característica, expedida pela Secretaria de Urbanismo e Obras, da Prefeitura Municipal de Mossoró, em data de 03.09.1985, o prédio comercial acima matriculado, foi adquirido pelo referido espólio de João Francisco de Borja, por construção própria no ano de 1940, tendo sido gasto em sua construção a quantia de Cr$ 37.000 (trinta e sete mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 2
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 4º Cartório Cível de Natal (RN), em data de 11 de fevereiro de 1985, extraído dos respectivos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 21.01.1985, publicada no Diário Oficial do estado, edição de 24.01.1985, o imóvel acima matriculado, foi adquirido pela herdeira ***JOSEFINA DUARTE BORJA DE AZEVEDO***, brasileira, casada com Max Cunha de Azevedo, farmacêutica, residente e domiciliada na cidade de Natal-Rn, à Av. Hermes da Fonseca, 946, bairro do Tirol, por herança dos bens deixados por falecimento de João Francisco Borja e Maria Duarte Borja, avaliado por Cr$ 10.000 (dez mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 3
Procede-se a presente averbação nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do 7º Ofício desta cidade, às fls. 190/192, do livro nº 050, em data de 20.01.1986, para constar que o terreno onde se encontra edificado o prédio objeto da matrícula, foi aquirido pela aludida Josefina Duarte Borja de Azevedo, por compra feita a Jader Leite, sua esposa e outros, conforme consta do R-1-5.135, do livro 2-50, desta data.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 21/01/1986
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 4
Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do Tabelião do 6º Ofício desta cidade, às fls. 45/46, do livro nº 014, em data de 29.09.1986, o imóvel acima matriculado, , atualmente medindo 5,70m na frente, igual metragem nos fundos, por 31,10m de comprimento de ambos os lados, perfazendo um total de 177,27m² de superfície, confinando-se pela frente, com a rua Tiradentes, pelos fundos com imóvel s/nº da rua Lopes Trovão de propriedade de Francisco Bezerra, pelo lado direito, com a via Pública da rua Tiradentes e, pelo lado esquerdo, com o prédio nº 172, da rua Tiradentes, de propriedade de Josefina Borja de Azevedo, foi adquirido por ***LUCIO SILVEIRA E FILHOS***, firma estabelecida nesta cidade, no alinhamento da rua Felipe Camarão, nº 203, centro, CGC/MF nº 08.378.267/0001-29, por compra feita a Max Cunha de Azevedo e sua esposa, dona Josefina Duarte Borja de Azevedo, brasileiros, casados, ele professor universitário e ela farmaceutica, inscritos no CPF/MF sob os ns 003.519.704-87 e 200.488.074-00, respectivamente, domiciliados e residentes em Natal-Rn, pelo valor de 150.000,00 (cento e cinqüenta mil cruzados), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 14/10/1986
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 5
Procede-se a presente averbação nos termos da certidão de demolição, firmada em data de 12.12.1994, pela Secretaria de Urbanismo e Obras, da Prefeitura Municipal de Mossoró, para constar que o prédio comercial objeto da matrícula, foi totalmente demolido no ano de 1994, pela sua proprietária.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 18/01/1995
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 6
Procede-se a presente averbação nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do Tabelião do 6º Ofício desta cidade, às fls. 021, do lviro nº 27, em data de 12.01.1995, para constar que do terreno objeto da matrícula, foi desmembrada uma parte medindo 5,70m na frente igual metragem nos fundos, por 13,80m de comprimento de ambos os lados, vendida a Bevenuto José Veloso Soares e Pedro Jorge Veloso Soares, conforme consta do R-1-10.205, do livro 2-89.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1995
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 7
Porcede-se a está averbação nos termos da Escritura Pública e Compra e Venda, lavrada nas notas do Tabelião do 6º Ofício desta cidade, ás fls. 028, do livro nº 027, em data de 15.02.1995, para constar que do terreno constante da matrícula, foi desmembrada uma área no alinhamento da rua Lopes Trovão, medindo 2,40m de largura na frente / fundos por 5,70 de ambos os lados, formando um total de 13,68m² de superfície, vendida a Antonio Araújo Costa, conforme consta do R-1-12.270, do livro 2.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 22/12/2004
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Matrícula: 5.038

Imóvel:
UM PRÉDIO COMERCIAL, contendo 02 salões, 02 salas e 01 banheiro, de construção feita em alvenaria com tijolos comuns, revestimento em massa única, pavimentação em cimento, esquadrias em madeira, cobertura em madeira e telha, pintura hidracor, com uma área de construção de 209.23,m² edificado em terreno próprio com uma área total de 209.23,m², cujo prédio foi construído no lugar antes acupado por uma casa adquirida na então praça Felipe Guerra.

Proprietário:
ESPÓLIO DE JOÃO FRANCISCO DE BORJA (CPF/MF nº ,), brasileiro, , casado, residente e domiciliado nesta cidade de Mossoró/Rn.

Registro Anterior:
1.404 do livro 3-E.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 1
Nos termos da Certidão de Característica, firmada em data de 03.09.1985, pela Sec. de Urbanismo e Obras, da Prefeitura Municipal de Mossoró, o Prédio Comercial acima matriculado, foi adquirido pelo referido espólio de João Francisco de Borja, por construção própria no ano de 1942, tendo sido gasto em sua construção a quantia de Cr$ 180.000 (cento e oito mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 2
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 4º Cartório Cível de Natal/RN, em data de 11.02.1985, extraído dos autos de inventário julgado por sentença de 21.01.1985, públicado no Diário Oficial do Estado, edição de 24.01.1985, o imóvel objeto da matrícula, localizado à rua Felipe Camarão, nº 213, bairro Centro, foi adquirido pela herdeira ***JOSEFINA DUARTE BORJA DE AZEVEDO***, brasilera, casada com Max Cunha de Azevedo, farmaceutica, residente e domiciliada em Natal/Rn, à Av. Hermes da Fonseca, 946, bairro Tirol, por herança dos bens deixados por falecimento de João Francisco de Borja e Maria Duarte Borja, avaliado por Cr$ 180.000 (cento e oitenta mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 3
Procede-se a presente averbação nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada às fls. v150/151v do livro nº 050, em data de 30.12.1985, o terreno onde encontra-se edificado o prédio objeto da matrícula, passou a ser próprio, em virtude de aquisição feita a Antonio Martins de Miranda e sua esposa conforme consta do R-1-5.135, do livro nº 2-50, desta data.

O referido é verdade e dou fé. -

Mossoró/RN, em 21/01/1986
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 4
Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do Tabelião do 6° Ofício desta cidade, às fls. 73, do livro n° 025, em data de 02.06.1988, o prédio comercial, sob o n° 213, da rua Felipe Camarão, objeto da matrícula, foi aquirido pela firma ***LÚCIO SILVEIRA E FILHOS***, estabelecida nesta cidade, à rua Felipe Camarão, n° 203, centro, CGC/MF n° 08.378.267/0001-29, por compra feita a Josefina Duarte Borja de Azevedo, farmacêutica e seus esposo, Dr. Max Cunha de Azevedo, professor universitário, brasileiros, casados, inscritos no CPF/MF sob os ns 200.488.074-00 e 003.519.704-87, respectivamente, domiciliados e residentes na cidade de Natal-Rn, pelo valor de Cz$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzados), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 13/06/1988
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Imóvel:
UM PRÉDIO COMERCIAL, contendo 03 salas, 01 área coberta, 01 câmara escura, 01 banheiro e 01 área descoberta, de construção feita em alvenaria com tijolos comuns, revestimento em reboco a massa única, pavimentação em, cimento, esquadrias em madeira de lei, cobertura em madeira e telha, pintura hidracor, com uma área de construção de 62,60m² edificado em terreno próprio com uma área de 67,20m² cujo prédio foi construído em oitão da casa antes adquirida na então praça Felipe Guerra, e está localixado no alinhamento da rua Felipe Camarão, nº 209, bairro centro.

Proprictário:
ESPÓLIO DE JOÃO FRANCISCO DE BORJA (CPF/MF nº), brasileiro, , casado, residente e domiciliado nesta cidade de Mossoró-Rn.

Registro Anterior:
1.404 do livro nº 3-E.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 1
Nos termos da Certidão fornecida pela Sec. de Urbanismo e Obras, da Prefeitura Municipal de Mossoró, em data de 03.09.1985, o imóvel acima matriculado, foi adquirido pelo referido Espólio de *JOÃO FRANCISCO DE BORJA*, por construção no ano de 1942, tendo sido gasto em sua costrução a quantia de Cr$ 90.000 (noventa mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 2
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 4º Cartório Cível de Natal-RN, em data de 11.02.1985, extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 21.01.1985, publicado no Diário Oficial do estado, edição de 24.01.1985, o imóvel acima matriculado, foi adquirido pela herdeira *JOSEFINA DUARTE BORJA DE AZEVEDO*, brasileira, casada com Max Cunha de Azevedo, farmaceutica, residente e domiciliada na cidade de Natal-Rn, à Av. Hermes da Fonseca, nº 946, bairro Tirol, por herança dos bens deixados por falecimento de João Francisco Borja e Maria Duarte Borja, avaliado por Cr$ 90.000 (noventa mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 3
Procede-se a presente averbação nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do Tabelião do 7º Ofiico desta cidade, às fls. v150/151v, do livro nº 050, em data de 30.12.85, o terreno onde se encontra edificado o prédio objeto da matrícula, passou a ser próprio em virtude de aquisição feita a Antonio Martins de Miranda e sua esposa, conforme consta do R-1-5.135, do livro 2-50, desta data.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 21/01/1986
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 4

Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do Tabelião do 6° Ofício desta cidade, às fls. 74, do livro n° 025, em data de 02.06.1988, o prédio comercial sob o n° 209, objeto da matrícula, foi aduirido pela firma ***LUCIO SILVEIRA E FILHOS***, estabelecida nesta praça, à rua Felipe Camarão, n° 203, centro, CGC/MF n° 08.378.267/0001-29, por compra feita a Josefina Duarte Borja de Azevedo, farmaceutico e seu esposo, Max Cunha de Azevedo, professor universitário, brasileiros, casados, inscritos no CPF/MF ns 200.488.074-00 e 003.519.704-87, respectivamente, domiciliados e residentes em Natal - RN, pelo valor de Cz$ 200.000,00 (duzentos mil cruzados), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 13/06/1988
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Imóvel:
UM ARMAZÉM, construído de tijolos e coberto de telhas, situado nesta cidade de Mossoró-Rn. à rua Tiradentes, nº. 256, encravado em terreno foreiro que mede 7,40m. de frente, por 37,40m. de fundos, limitando-se ao Norte, com imóvel pertencente a herdeiros de Antonio Florencio de Almeida, ao Sul, com imóvel pertencente ao espólio em inventariado, ao Nascente, com a via pública da rua Tiradentes e, ao Poente, com imóvel pertencente ao espólio, com 276,76m2. de área coberta, prédio esse de edificação própria, em terreno acima.

Proprietário:
FRANCISCO RODRIGUES DO MONTE, *MARIA ALDENOURA RODRIGUES GALVÃO*, *MARIA DA CONCEIÇÃO DO MONTE MEDEIROS*, *MARIA ALBA DA MOTA SILVA*, *MARIA JOSÉ DA MOTA VIEIRA*, *VICENTE JOSÉ DA MOTA LIMA*, *MARIA IRACEMA DE MELO*, *FRANCISCO JOSÉ DA MOTA LIMA*, *MARIA AUGUSTA RODRIGUES PIMENTA*, *JOSÉ FRANCISCO DA MOTA LIMA*, *JOSÉ VICENTE DA MOTA LIMA*, e *FRANCISCO GERALDO DO MONTE*, todos abaixo qualificados individualmente.

Registro Anterior:
2.581, 2.582, do livro 3-G e 2.031, do livro 3-F.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 1
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2º Cartório Cível da cidade de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.1982, *FRANCISCO RODRIGUES DO MONTE*, brasileiro, casado, agropecuarista, CPF/MF nº. 057.403.044-15, domiciliado e residente nesta cidade, adquiriu 1/12 avos do armazém objeto da matricula, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimento de Osmydio de Oliveira e Francisca do monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00 e a parte acima por Cr$. 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 2
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2º Cartório Cível, da cidade de Natal-Rn. extraída dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.82, *MARIA ALDENORA RODRIGUES GALVÃO*, brasileira, casado, domestica, CPF/MF nº. 713.669.467-15, residente e domiciliada no Rio de Janeiro-RJ. adquiriu 1/12 avos do armazém da matricula, em condomínio, com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados, por falecimento de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00 e parte acima por Cr$. 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 3

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível, de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.82, ***MARIA DA CONCEIÇÃO DO MONTE MEDEIROS***, brasileira, viúva, domestica, CPF/MF n°. 138.850.304-20, residente e domiciliada nesta cidade, adquiriu 1/12 avos do armazém acima, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00, e a parte acima por Cr$. 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 4

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.1982, ***MARIA ALBA DA MOTA SILVA***, brasileira, viúva, do lar, CPF/MF n°. 012.017.434-00, domiciliada e residente em Natal-RN. adquiriu 1/12 avos do armazém acima, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimento do Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, cujo imóvel foi avaliado em sua em sua totalidade por Cr$. 75.000,00 e a parte deste pagamento por Cr$. 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 5

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível da cidade de Natal-RN. extraída dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.1982, ***MARIA JOSÉ DA MOTA VIEIRA***, brasileira, viúva, doméstica, residente em São Paulo-Sp. CPF/MF n°. 876.623.798-53, adquiriu 1/12 avos do imóvel objeto da matricula, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00 e a parte acima por Cr$. 6.250,00, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 6

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível da cidade de Natal-RN. extraído dos autos de inventário e partilha e partilha, julgado por sentença de 23.09.1982, ***VICENTE JOSÉ DA MOTA LIMA***, brasileiro, casado, proprietário, CPF/MF n°. 148.708.434-04, domiciliado e residente nesta cidade, adquiriu 1/12 avos do imóvel objeto da matricula, em condomínio com os demais herdeiros por herança dos bens deixados por falecimento de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00 e a parte constante acima por Cr$. 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 7

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do Cartório Cível Natal-RN. extraído dos autos do inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.82, ***MARIA IRACEMA DE MELO***,

brasileira, casada, doméstica, residente nesta cidade, CPF/MF nº. 043.762.504-49, adquiriu 1/12 avos do imóvel acima matriculado, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00, e a parte acima por Cr$. 6.250,00, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 8
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2º Ofício Cível da cidade de Natal-RN. extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.1982, ***FRANCISCO JOSÉ DA MOTA LIMA***, brasileiro, viúvo, funcionário público federal, CPF/MF nº. 012.404.554-53, domiciliado e residente em Natal-Rn. adquiriu 1/12 avos do imóvel objeto da matricula, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00, e a parte acima por Cr$. 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 9
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2º Ofício Cível da cidade de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário e partilha dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, julgado por sentença de 23.09.82, ***MARIA AUGUSTA RODRIGUES PIMENTA***, brasileira, viúva, do lar, CPF/MF nº. 289.912.674-68, domiciliada e residente nesta cidade, adquiriu 1/12 avos do imóvel objeto da matricula, em condomínio com os demais herdeiros, por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte oliveira, referidos, avaliado por Cr$. 75.000,00 e a parte Cr$. 6.250,00, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 10
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2º Ofício Cível da cidade de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.82, ***JOSÉ FRANCISCO DA MOTA LIMA***, brasileiro, casado, aposentado CPF/MF nº. 010.932.154-53, domiciliado e residente em Natal-Rn. adquiriu 1/12 avos do imóvel acima matriculado, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimento de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00 e a parte acima por Cr$. 6.250,00, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 11
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2º Cartório Cível de Natal-RN. extraído dos autos de inventário julgado por sentença de 23.09.82, ***JOSÉ VICENTE DA MOTA LIMA***, brasileiro, casado, funcionário federal aposentado,CPF/MF nº. 002.793.404-78, domiciliado e residente

esta cidade, adquiriu 1/12 avos do imóvel objeto da matrícula da matricula, em condomínio, com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.800,00 e a parte acima por Cr$. 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 12

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível de Natal-RN. extraído dos autos de inventário julgado por sentença de 23.09.82, ***FRANCISCO GERALDO DO MONTE***, brasileiro, casado, aposentado, CPF/MF n°. 012.215.584-04, domiciliado e residente em Natal -RN. adquiriu 1/12 avos do imóvel acima matriculado, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira, Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00, e a parte acima por Cr$. 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1982
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 13

Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do Tabelião do 7° Ofício desta cidade, às fls. V150/153v. do livro n°. 041, em data de 12.04.1983, o armazém objeto da matricula, foi adquirido pela firma ***LUCIO SILVEIRA & FILHOS***, estabelecida nesta cidade, à rua Felipe Camarão, 203, bairro Paraíba, CGC/MF n°. 08.378.267/0001-29, por compra feita a Francisco Rodrigues do Monte, sua esposa, d. Ozelita Lima do Monte, CPF/MF n°. 057.403.044-15, residentes nesta cidade, e aos demais herdeiros de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, todos qualificados na escritura constantes do R-1-3903 ao R-12-3.903, acima, pelo valor de Cr$. 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 10/06/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Imóvel:
UM ARMAZEM, construído de tijolos e coberto de telhas, situado nesta cidade de Mossoró-Rn. à rua Tiradentes, nº. 252, encravado em terreno que mede 7,40m. de frente, por 37,40m. de fundos, limitando-se ao Norte, com imóvel pertencente ao espólio inventariado; ao Sul, com imóvel pertencente a João Borges; ao Nascente, com a via pública da rua Tiradentes e, ao Poente, com moradores da Avenida Alberto Maranhão.

Proprietário:
FRANCISCO RODRIGUES DO MONTE, *MARIA ALDENORA RODRIGUES*, *MARIA DA CONCEIÇÃO DO MONTE MEDEIROS*, *MARIA ALBA DA MOTA SILVA*, *MARIA JOSÉ DA MOTA VIEIRA*, VICENTE JOSÉ DA MOTA LIMA, *MARIA IRACEMA DE MELO*, *FRANCISCO JOSÉ DA MOTA LIMA*, *MARIA AUGUSTA RODRIGUES PIMENTA*, *JOSÉ FRANCISCO DA MOTA LIMA*, *JOSÉ VICENTE DA MOTA LIMA*, e *FRANCISCO GERALDO DO MONTE*, todos abaixo qualificados individualmente.

Registro Anterior:
2.031, do livro 3-F.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 1
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2º Cartório Cível de Natal Rn. extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.82, *FRANCISCO RODRIGUES DO MONTE*, brasileiro, casado, agropecuarista, CPF/MF nº. 057.403.044-15, domiciliado e residente nesta cidade, adquiriu 1/12 avos do armazém acima matriculado, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 65.000,00, e a parte acima por Cr$. 5.416,66, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 2
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2º Cartório Cível, extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.82, *MARIA ALDENORA RODRIGUES GALVÃO*, brasileiro, casada, domestica, CPF/MF nº. 713.669.467-15, domiciliada e residente no Rio de Janeiro-Rn. adquiriu 1/12 avos do armazém acima matriculado, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 65.000,00, e a parte acima por Cr$. 5.416,66, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 3
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2º Cartório Cível de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.82, *MARIA DA CONCEIÇÃO DO MONTE MEDEIROS*, brasileira, viúva, doméstica, CPF/MF nº. 138.850.304-20, residente e domiciliada nesta cidade, adquiriu 1/13 avos do imóvel objeto da matricula, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e

Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 65.000,00, e a parte acima por Cr$. 5.416,66, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 4
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Ofício Cível de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.82, ***MARIA ALBA DA MOTA SILVA***, brasileira, viúva, do lar, CPF/MF n°. 012.017.434-20, domiciliada e residente em Natal-Rn. adquiriu 1/12 avos do armazém acima, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 65.000,00, e a parte acima por Cr$. 5.416.66, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 5
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.82, ***MARIA JOSÉ DA MOTA VIEIRA***, brasileira, viúva, doméstica, residente em São Paulo-Sp. CPF/MF n°. 876.623.798-53, adquiriu 1/12 avos do imóvel objeto da matricula, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 6.000,00 e a parte acima por Cr$. 5.416,66, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 6
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Ofício Cível de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário, julgado por sentença de 23.09.1982, ***VICENTE JOSÉ DA MOTA LIMA***, brasileiro, casado, proprietário, residente e domiciliado nesta cidade, CPF/MF n°. 148.708.434-04, adquiriu 1/12 avos do imóvel acima matriculado, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimento de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Mont Oliveira, avaliado por Cr$. 65.000,00 e a parte acima por Cr$. 5.416,66, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 7
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível da cidade de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário, julgado por sentença de 23.09.82, ***MARIA IRACEMA DE MELO***, brasileira, casada, doméstica, residente nesta cidade, CPF/MF n°. 043.762.504-49, adquiriu 1/12 avos do imóvel acima matriculado, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 65.000,00 e a parte acima por Cr$. 5.416,66, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos

Oficial do Registro

Registro 8

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário, julgado por sentença de 23.09.82, ***FRANCISCO JOSÉ DA MOTA LIMA***, brasileiro, viúvo, funcionário público federal, CPF/MF nº. 012.404.554-53, domiciliado residente em Natal-Rn. adquiriu 1/12 avos do imóvel acima matriculado em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 65.000,00 e a parte acima por Cr$. 5.416.66, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 9

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário, julgado por sentença de 23.09.1982, ***MARIA AUGUSTA RODRIGUES PIMENTA***, brasileira, viúva, do lar, CPF/MF nº. 289.912.674-68, domiciliada e residente nesta cidade, adquiriu 1/12 avos do imóvel da matrícula, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos da Osmydio Jovinio de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 65.000,00 e a parte acima por Cr$. 5.416,66, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 10

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do Cartório Cível de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.1982, ***JOSÉ FRANCISCO DA MOTA LIMA***, brasileiro, casado, aposentado, CPF/MF nº. 010.932.154.53, domiciliado e residente em Natal-Rn. adquiriu 1/12 avos do imóvel acima matriculado, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira, avaliado por Cr$. 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros), e a parte acima por Cr$. 5.416,66, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 11

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.82, ***JOSÉ VICENTE DA MOTA LIMA***, brasileiros, casado, funcionário público aposentado, domiciliado e residente nesta cidade, CPF/MF nº. 002.793.404-78, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 65.000,00 e a parte acima por Cr$. 5.416,66, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 12

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.1982, ***FRANCISCO GERALDO DO MONTE***, brasileiro, casado, aposentado, CPF/MF nº. 012.215.584- domiciliado e residente nesta

cidade, adquiriu 1/12 avos do imóvel objeto da matrícula, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 65.000,00, e a parte acima por Cr$. 5.416,66, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 13

Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do Tabelião do 7° Ofício desta cidade, às fls. v122/126, do livro nº. 041, em data de 28.02.83 o armazém objeto da matricula, foi adquirido pela firma ***LUCIO SILVEIRA E FILHOS***, estabelecida nesta cidade, e rua Felipe Camarão, nº. 203, inscrita no CGC/MF nº. 08.378.267/0001-29, por compra feita a Francisco Rodrigues do Monte, sua mulher, d. Ozelita Lima do Monte, CPF/MF nº. 057.403.044-15, Maria Aldenora Rodrigues Galvão e seu marido, Francisco Galvão de Araújo, CPF/MF nº. 713.669.467-15, Maria da Conceição Monte Medeiros, viúva, CPF/MF nº. 138.850.304-20, Maria Alba da Mota, viúva, CPF/MF nº. 297.523.534-87, Maria José da Mota Vieira, viúva, CPF/MF nº. 878.623.798-53, Vicente José da Mota Lima, sua mulher, d. Lenúzia Carvalho Lima, CPF/MF nº. 148.708.434-04, Maria Iracema de Melo, seu esposo, Pedro Oliveira de Melo, CPF/MF nº. 043.762.504-49, Francisco José da Mota Lima viúvo, CPF/MF nº. 012.404.554-53, Maria Augusta Rodrigues Pimenta, viúva, CPF/MF nº 289.212.674-68, José Francisco da Mota Lima, sua esposa, d. Francisca Ferreira Mota, CPF/MF nº. 010.932.154-53, José Vicente da Mota Lima, sua esposa, d. Maria Sena da Mota Lima, CPF ns. 002.793.404-78 e 229.765.234-87, e Francisco Geraldo do Monte, sua esposa, dona Celcina Ferreira do Monte, CPF/MF único nº. 012.215.584-04, todos acima qualificados individualmente, pelo valor de Cr$. 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 09/03/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Matrícula: 3.688 **Pág. 1**

Imóvel:
UMA CASA RESIDENCIAL, construída de tijolos e coberta de telha, situada nesta cidade de Mossoró, no alinhamento da rua Cel. Gurgel, nº 114, bem como um armazém nos fundos da mencionada casa, com a frente para a Praça Bento Praxedes, nº 27, contendo a dita casa uma porta e um janelão no pavimento térreo um janelão no pavimento superior e o armazém contendo uma porta larga um portão na frente que dá para a referida Praça Bento Praxedes, edificados, casa e terreno, em terreno próprio, medindo este 7,00m. de igual metragem nos fundos, por 55,60m. de comprimento pelos ambos os lados, confinando-se pela frente, com a via pública da referida rua Cel. Gurgel, pelos fundos, com a via pública da referida Praça Bento Praxedes, pelo lado direito, com imóveis de José Matias da Costa e, pelo lado esquerdo, com imóvel de Maria Gurgel de Oliveira ou sucessores.

Proprietário:
LUCIO SILVEIRA & FILHOS, desta praça, com sede à rua Felipe Camarão, nº 203, CGC/MF nº 08.378.267/0001-29.

Registro Anterior:
4.924, do livro 3-K.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 29/09/1982
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 1
Nos termos da Escritura Pública de Compra e venda, lavrada nas notas do Tabelião do 2º Ofício desta cidade. às fls. 123/125v. do livro nº 039, em data de 21.07.1982, o imóvel acima matriculado, foi adquirido pela citada firma ***LUCIO SILVEIRA & FILHOS***, desta Praça, por compra feita a Francisco da Silva Chaves, comerciário e sua esposa, dona Francisca de Freitas das Chagas Gadê Chaves, brasileiros, casados, ele comerciário e ela de afazeres do lar, domiciliados e residentes nesta cidade, inscritos no CPF/MF único sob o nº 003.527.804-87, pelo valor de Cr$ 10.000.000,00 (dez mil cruzeiros) sendo que no ato da assinatura da escritura foi recebido Cr$. 2.000.000,00 e o restante para ser pago em 8 prestações mensais e sucessivas, no valor de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), casa uma, vencíveis no dia 5 de cada mês subsequente, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 29/09/1982
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 2
Nos termos da Cédula de Crédito Comercial nº 87/0187-8, emitida em data de 26.05.87, por Lucio Silveira & Filho, sediada nesta praça, CGC/MF nº 08.378.267/0001-29, o imóvel acima matriculado, foi dado em hipoteca cedular de 1º Grau, sem concorrência de terceiros, para garantia do financiamento no valor de Cz$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados), à taxa de juros de 4% ao mês sem prejuízo da incidência da taxa moratória digo as quantias fornecidas pelo Banco e as que lhe foram devidas e título de despesas, em decorrência deste instrumento, sofrerão reajustes com base no vencimento nominal das letras do Banco Central do Brasil - LBC - Fiscal e sobre os saldos devedores ainda incidirão juros remuneratórios de 3% a.a. comercial, cujo financiamento tem o seu vencimento previsto para 04.08.87, com as demais condições constantes da aludida cédula e que ora não foram expressamente mencionados.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 26/05/1987
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 3
Procede-se a presente averbação nos termos da Baixa e Registro, firmada em data de 10.07.1990, pela agencia do local do Banco do Brasil S.A, para cancelamento o R-2-3.688, acima, em virtude da firma devedora ter pago integralmente o débito hipotecário constante do mesmo.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 11/07/1990
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 4
Nos termos da Escritura de Compra e Confissão de Dividas com Garantia Hipotecária, lavrada em as notas do 4° Ofício, desta cidade às fls. 034/036v. do livro 087, em data de 08.06.2010, o imóvel objeto desta matricula foi dado em primeira e especial hipoteca, sem concorrência de terceiros pela firma Lúcio Silvei & Filho, com sede e foro jurídico à rua Cel. Gurgel 114, centro nesta cidade de Mossoró-RN, CNPJ sob n° 08.378.267/0001-29, inscrição estadual 20.065.301-6, representada neste ato por seus sócios Valter Anuncianto da Silveira, brasileiro, casado sob o regime da comunhão de bens, empresário residente e domiciliado à rua Eliario Gurgel n° 80, Nova Betania, nesta cidade, CPF 092.709.494-00, RG. 124.000-IMLC-RN; Valguiria Anunciato da Silveira Maia, brasileira, casada em regime da comunhão de bens, empresária, residente e domiciliada á rua Segundo Marques 190, Nova Betania, nesta cidade de Mossoró-RN, CPF 565.158.804-30, RG. 212.169-ILMELC-RN, à AV. Gov. DIX-sept Rosado 83 centro, CNPJ sob n° 40.809.279/0001-73, inscrição estadual 20.037.467-2, neste ato representada por seu sócio gerente Elvire do Carmo Rebouças Neto, brasileiro, casado, empresário e economista, residente e domiciliada nesta cidade á Av. Dix-sept Rosado, n° 289, apto 1400, centro, CPF 020.188.884-04, RG. 113.859. IMELEC-RN, para garantia da divida no valor de R$ 1.328.360,00 (um milhão trezentos e vinte e oito mil trezentos e sessenta reais), que será pago em 40 parcelas semanas e sucessivas, sendo todas, sem execução no Valor de R$ 33.209,00 (trinta e três mil duzentos e nove reais), cujo vencimento da primeira dar-se-á, no dia 01.07.2010, e a última em 31.03.2011, sendo todas elas garantidas por cheques do Sr. Valter Anuciato da Silveira, emitidos contras as agencias 3526, Banco do Brasil S.A, e 3226, Bradesco Mossoró-RN, em favor da FACORINE, sem mais condições. (Guia - 70000601777).

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 08/06/2010
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 5
Procede-se a presente Averbação, nos Termos do Ofício n° ODS.0008.000100-0/2012, expedido pela Diretora de Secretaria da 8ª Vara Federal - Marla Jordânia Batista de Aquino Diógenes, datado de 18.02.2010, e extraído dos autos do processo n° 0003342-21.2004.4.05.8401, para declarar a **indisponibilidade do imóvel** objeto desta matrícula, dou fé.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 08/03/2012
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Imóvel:
UM ARMAZEM COMERCIAL, construído de tijolos e coberto de telhas, situado nesta cidade, no alinhamento da Rua Felipe Camarão, nº 203, bairro da Paraíba, contendo três portas de frente e quatro portas pelo lado direito para a Rua Tiradentes, encravado em terreno próprio este adquirido por compra a Antonio Martins de Miranda, sua mulher, conforme escritura pública de compra e venda, lavrada nas notas do Tabelião do 7º Ofício desta cidade, às fls. 156v/158v. do livro nº 11, em data de 20.06.1975, registrado no livro 2-15, sob o nº R-1-1626 em data de 23.02.79, medindo o confrontando o armazém e o respectivo domínio direto do terreno: 6,60. na frente, com a via pública da rua Felipe Camarão; 11,30m. nos fundos, com imóvel que pertencem ou pertenceram a Almir Florêncio de Souza; 35,65m. pelo lado direito, com a via pública da rua Tiradentes e, 35,65. pelo lado esquerdo, com imóvel que pertence ou pertenceu a João Francisco de Borja, ou sucessores.

Proprietário:
A firma desta praça, *LUCIO SILVEIRA & FILHO*, CGC/MF nº 08.378.267/0001-29, inscrição estadual nº 20065301-6-NL 798.
Registro Anterior:
468, livro 3-B.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 14/03/1979
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 1
Nos termos de Escritura Pública de Compra e Venda lavrada nas notas deste Cartório, às fls. 139/140, do livro nº 96, em data de 13.03.1979, o imóvel acima matriculado foi adquirido pelo referida firma *LUCIO SILVA & FILHO*, por compra feira a Salvina Maria de Oliveira, brasileira, viúva, doméstica, inscrita no CPF/MF nº 012.213.534-20, residente e domiciliada nesta cidade, pelo valor de Cr$. 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 14/03/1979
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 2
Nos termos Cédula de Crédito Comercial nº ECC-82/0004, emitida em data de 14.07.1982, pela firma Lucio Silva & Filho, desta Praça, CGC/MF nº 08.378.267/0001-29, o imóvel acima matriculado, foi dado em primeira e especial hipoteca, sem concorrência de terceiros, em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.S., para garantia do financiamento no valor de Cr$. 10.000.000,00 (dês milhões de cruzeiros), à taxa de juros de 8% ao ano, exigíveis mensalmente, no dia 10 de cada mês, e mais correção monetária de acordo com os índices estabelecidos para a variação das ORTN's, e mais juros moratórios de 1% ao ano, com vencimento previsto para 10.07.1984, com as demais condições constantes da cédula.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 14/07/1982
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 3
Procede-se a presente averbação nos termos da GERIN-84/59, firma em data de 06.08.1984, pela agencia local do Banco do Nordeste do Brasil S.S., para cancelar o R-2-1.641, acima, em virtude da firma devedora ter pago integralmente todo o débito hipotecário constante do mesmo.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 14/08/1984
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Matrícula: 2.126

Imóvel:
UM ARMAZEM construído de tijolos e coberto de telhas, localizado nesta cidade, à rua Tiradentes, nº 86, com 7,40m. de frente, por 1/2 quarteirão de fundos, limitando-se pelo lado direito, com prédio de outro proprietário e pelo lado esquerdo, com um prédio pertencente a Tibúrcio Soares.

Proprietário:
ALMIR DE ALMEIDA CASTRO FILHO.

Registro Anterior:
NÃO CONSTA.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 14/05/1980
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 1
Nos termos da Escritura digo Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2º Ofício desta cidade, em data de 28.08.1963, extraído dos autos de inventário de julgado por sentença de 07.05.1963, o imóvel constante da matrícula acima foi adquirido pelo referido Almir de Almeida Castro Filho, por herança dos bens deixados por falecimento de seu pai, Almir de Almeida Castro, avaliado por Cr$. 400.0000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 17/05/1980
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 2
Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas deste Cartório, às fls. 159v / 161, do livro nº 098, datada de 19.05.1980, o imóvel constante da matrícula acima, atualmente, medindo e confrontando-se do seguinte modo: 7,40. na frente, com a via publica da rua Tiradentes; 7,40m. nos fundos, com imóvel de propriedade da volcal ; 37,00m. pelo lado direito, com prédio de terceiro proprietário finalmente, 37,00m. pelo esquerdo, com imóvel da compradora e de outros proprietários, foi adquirido pela firma *LUCIO SILVEIRA & FILHOS,* com sede nesta praça CGC/MF nº 08.378.267/0001-29 e inscrição estadual nº 20065301-6, por compra feita a Almir de Almeida Castro Filho, brasileiro, solteiro, maior, jornalista, CPF/MF sob o nº 882.807.728-04, domiciliado e residente em São Paulo., pelo valor de Cr$. 845.000,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), sendo recebido Cr$. 300.000,00 em moeda corrente, e o restante de Cr$. 545.000,00 para pagamento de 5 prestações, sedo a primeira de Cr$. 115.000,00, a segunda de Cr$. 112.000,00, a terceira de Cr$. 109.000,00, a quarta de Cr$. 106.000,00, a quinta e última de Cr$. 103.000,00, vencendo-se, respectivamente a 19.06.80, 19.07.80, 19.08.80, 19.09.80, 19.10.80, sem quaisquer outras condições.:

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/05/1980
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 3
Nos termos da Escritura Pública de Abertura de Crédito com Garantia de Hipoteca com outros pactos, lavradas nas notas do Tabelião do 7º Ofício desta cidade, às fls. 003v/ 011 do livro nº 040, em data de 24.09.1980, o imóvel acima matriculado foi dado em primeira e especial hipoteca, sem concorrência de terceiros, em favor da agencia local do Banco do Nordeste do Brasil S.A., para garantia do financiamento contraído pelo firma Lucia Silveira & Filhos, desta praça, no valor de Cr$. 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), a taxa de juros de 6% ao ano, com juros moratórios de 1% ao ano, e

correção monetária de acordo com os índices das ORTNS, para ser pago em 02 anos, inclusive 03 meses de carência, vencendo-se a primeira prestação em 15.01.1981, e a última em 15.09.1982, comas demais condições constantes da escritura.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 25/09/1980
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 4
Procede-se a presente averbação nos termos do of.ref.Gerin-Diver-82/064, encaminhado a este Oficial em data de 12.08.82, pela agencia local do BNB, para cancelar o R-3-2.126, acima, em virtude da firma devedora ter pago integralmente o debito constante do mesmo.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 27/09/1982
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

103

PSFN-MOSSORO

CANDICE MENEZES DO VALE
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5)

Consulta Dívida Ativa

Informações Gerais

10/12/2013 09:27 Tempo restante de conexão: 19:58

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL

Parâmetro: 41212000334

Número de Inscrição: 41 2 12 000334-00

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18

CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 95.359,68 UFIR 89.615,31
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 95.359,68 UFIR 89.615,31
Receita:	3551 - DIV.ATIVA-IRPJ	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 260.415,63
Qtd. de Débitos:	0005	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012901726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):					
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Inscr. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Inscr. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

109

PSFN-MOSSORO

CANDICE MENEZES DO VALE
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5)

Consulta Dívida Ativa

Informações Gerais

10/12/2013 09:27 Tempo restante de conexão: 19:59

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO

Parâmetro: 41612000976

Número de Inscrição: 41 6 12 000976-79 Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18

CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Receita:	1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 160.097,67
Qtd. de Débitos:	0005	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	41001291726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):					
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Inscr. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Inscr. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

105

PSFN-MOSSORO

CANDICE MENEZES DO VALE
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5)

Consulta Dívida Ativa

Informações Gerais

10/12/2013 09:27 Tempo restante de conexão: 19:59

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL

Parâmetro: 41712000279

Número de Inscrição: 41 7 12 000279-53

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18

CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 9.937,09 UFIR 9.338,49
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 9.494,59 UFIR 8.922,64
Receita:	0810 - DIV.ATIVA-PIS	Qtd. de Pagamentos:	0001	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	PIS	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 25.410,91
Qtd. de Débitos:	0003	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012900726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):					
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

SINAL04,1-RPE (CONSULTA PAGAMENTO)

DATA: 27/12/13 HORA: 13:56:16 USUARIO: JAMILA MARIA

PERIODO DISP: 01/01/93 A 24/12/13 PERIODO PESQ: 01/10/13 A 01/11/13

DELEGACIA: 04202 - MOSSORO PAG. 2

08.378.267/0001-29 LUCIO SILVEIRA E FILHOS

DT.ARREC	BCO/AGEN	BDA-SQ	DT.VENC.	REFERENCIA	NR PROCESSO
21/10/2013	104/0560	000-00	30/09/2013	00004171200027953	

UA. ARR	DT.RECEP.	P.A	P.SIPADE	NR.PAGTO	RECEITA	VALOR DO PAGAMENTO
0420200	22/10/2013	30/09/2013		2533156813-1	0810	1.184,88
					TOTAL	1.184,88

SIST.INTERESSE: DIVIDA ATIVA ORIGINAL

?=TOPO PF3=SAI PF5=COMPROVANTE PF7=VOLTA TELA

PF8=AVANCA TELA PF9=HISTORICO PF10=IMPRIME PF11=NOVA CONSULTA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR(ES): UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU(S): LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão destes autos ao(à) Exmo(a). Senhor(a) Juiz(a) Federal da 8ª Vara/RN.
Mossoró, 22 de janeiro de 2014.

MARDONE RODRIGUES REGO SARMENTO
Técnico(a) Judiciário(a)

DESPACHO

Tendo em vista a indicação de bens imóveis de propriedade da parte executada, acompanhada das respectivas matrículas imobiliárias, defiro o pedido do exequente às fls. 90/91, determinando o prosseguimento da execução fiscal em epígrafe.

Nesse sentido, expeça-se o competente Mandado de Penhora e Avaliação sobre os bens imóveis informados às fls. 90/102, devendo a constrição judicial observar como limite o valor atualizado do crédito exequendo hospedado às fls. 103/105, em consonância com art. 659, caput, do CPC. Ademais, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, o(a) Oficial(a) de Justiça deverá providenciar averbação da penhora efetivada junto ao Primeiro Cartório Judiciário da Comarca de Mossoró-RN (art. 659, § 4º, do CPC).

Por fim, cumpre informar que da intimação da penhora, ato que garantiu a execução, contar-se-á o prazo de 30 (trinta) dias para o executado, querendo, opor os Embargos à Execução, por meio do qual deverá alegar toda a matéria de defesa, além de requerer provas e juntar documentos tendentes a comprovar suas afirmações (art.16 da LEF).

Expedientes necessários.

Mossoró, 22 de janeiro de 2014.

EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO
Juiz(a) Federal Substituto(a) da 8ª Vara/SJRN

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

Vistos em Inspeção
(Período Anual Inspecionado: Março/2013 a Fevereiro/2014)

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

( ) Processo em ordem.
( ) Cite(m)-se.
(X) Expeça-se: (X) Mandado ( ) Ofício ( ) Carta ( ) RPV/Precatório ( ) Alvará ( ) Edital.
( ) Aguarde-se devolução do(a)(s) mandado(s) / Ofício(s) / Carta(s) Precatória(s).
( ) Aguarde-se o cumprimento do(s) expediente(s) de fl. _____.
( ) Reitere(m)-se o(s) expediente(s) de fl. _____.
( ) Solicitem-se informações sobre Ofício/ Carta Precatória.
( ) Aguarde-se a realização de perícia / apresentação de laudo.
( ) Aguarde-se o pagamento de ( ) RPV/Precatório ( ) Alvará.
( ) Mantenham-se suspensos/sobrestados/arquivados sem baixa.
( ) Cumpra-se o(a) ato ordinatório/ despacho/decisão de fl. _____.
( ) Publique-se.
( ) Designe-se audiência.
( ) Remetam-se à(o): ( )CAIXA; ( )AGU; ( )PFN; ( )PGF; ( )DPU, ( )PF. ( ) INSS
( ) Vista ao MPF.
( ) Vista a(o) ( ) promovido(a) ( ) promovente.
( ) Certificar/aguardar o decurso de prazo.
( ) Conclusos para Despacho após Inspeção
( ) Conclusos para Decisão/Sentença após Inspeção.
( ) Sentenciar em 30 dias.
( ) Decidir em 10 dias.
( ) Remeter ao TRF.
( ) Arquivar c/baixa.
( ) Solicitem-se informações acerca do cálculo.
( ) Cobrar a devolução dos autos.
( ) Aguarde-se a devolução dos autos.
( ) Mantenham-se os autos conclusos para: Decisão ( ) Sentença ( ).

Mossoró/RN, 03 de fevereiro de 2014

EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO
Juíza Federal Substituta da 8ª Vara/SJRN

REPRESENTANTE DO MPF

REPRESENTANTE DA OAB

REPRESENTANTE DA AGU

REPRESENTANTE DA DPU

(FCS)
EXP MPA

109
8

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins que, nesta data, confeccionei o(a) respectivo(a) **Mandado/Carta Precatória/Ofício/Edital**, cadastrado(a) sob o nº **MAF.0008.000085-3/2014**. Dou fé.

Mossoró, 11 de fevereiro de 2014.

Francisco Canindé da Silva
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

1/10
08.

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do(a) expediente/petição nº **MAF.0008.000085-3/2014**, que se vê adiante.

Mossoró, 10 de abril de 2014.

Antonio Luiz Costa Junior
Estagiário(a)

111
68

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO
MAF.0008.000085-3/2014

EXECUÇÃO FISCAL: 0001567-87.2012.4.05.8401
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
NÚMERO(S) DA(S) CDA(S): 41 2 12 000334-00, 41 6 12 000976-79, 41 7 12 000279-53, 40.673.015-6, 40.673.014-8, 41 6 12 000406-42
VALOR(ES) DA(S) CDA(S): R$ 445.924,21, a ser atualizado na data do pagamento.

VM

LUCIO SILVEIRA & FILHOS
RUA FELIPE CAMARAO, 203, PARAIBA, MOSSORO - RN

A Doutora **EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO**, Juíza Federal Substituta da 8ª Vara Federal – Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, na forma da lei, etc.

MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo Federal, a quem for o presente apresentado, que, em seu cumprimento, proceda a **PENHORA** ou **ARRESTO** do(s) seguinte(s) bem(ns): **documentos em anexo ou de tantos outros bens da empresa executada quantos bastem para a garantia da execução**, na forma dos artigos 10 e 11 da Lei nº 6.830/80; Nomeie depositário, efetive a avaliação e dê ciência ao (à) executado (a).

Recaindo a penhora sobre imóvel de propriedade de pessoa física, intime o cônjuge do proprietário (a), se casado for, e notifique o oficial do Registro de Imóveis competente para que proceda a averbação devida (art. 7º, IV e art. 14 da Lei nº 6.830/80), a quem se fará entrega de contrafé e cópia do termo ou auto de penhora ou arresto.

Recaindo a penhora em veículo, deverá registrar a restrição de transferência de propriedade e avaliação do bem no sistema eletrônico – RENAJUD. Fica desde já o Senhor Oficial de Justiça, uma vez constatada a existência de bens automotores não localizados, autorizado a proceder ao registro da restrição quanto à transferência e circulação junto ao RENAJUD.

Por fim, não localizando bens móveis ou imóveis passíveis de penhora, deverá o Senhor Oficial proceder na forma do § 3º do art. 659 do CPC, descrevendo na certidão os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento do devedor. Intime o depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo; cientifique o (a) executado (a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor embargos à execução. Informe-se, ainda, que este Juízo funciona no endereço e horários acima indicados, de segunda a sexta-feira.

CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.

EXPEDIDO nesta cidade de Mossoró/RN, em 11 de fevereiro de 2014. Eu, Francisco Canindé da Silva ( ), Técnico(a) Judiciário(a), digitei e conferi o presente mandado que, de ordem da MM. Juíza Federal, vai devidamente assinado pelo Diretor de Secretaria.

ALEX CAVALCANTE LIMÃO
Diretor de Secretaria da 8ª Vara/SJRN

Matrícula: 5.036

93
112
08

Imóvel:
UM PRÉDIO COMERCIAL, contendo 02 salões e 02 salas, de construção de alvenaria de tijolos comuns, revestimento em reboco, massa única, pavimentação em cimento, esquadria em madeira de lei, cobertura em madeira e telha, pintura hidracor, com uma área de construção de 171,57m², situado nesta cidade de Mossoró-Rn, no alinhamento da rua Tiradentes, nº 180, centro, encravado em terreno próprio com uma área de 171,57m² de superfície.

Proprietário:
ESPÓLIO DE JOÃO FRANCISCO DE BORJA (CPF/MF nº ,), brasileiro, , casado, residente e domiciliado nesta cidade de Mossoró-Rn.

Registro Anterior:
1.404 do livro nº 3-E.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 1
Nos termos da Certidão de Característica, expedida pela Secretaria de Urbanismo e Obras, da Prefeitura Municipal de Mossoró, em data de 03.09.1985, o prédio comercial acima matriculado, foi adquirido pelo referido espólio de João Francisco de Borja, por construção própria no ano de 1940, tendo sido gasto em sua construção a quantia de Cr$ 37.000 (trinta e sete mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 2
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 4º Cartório Cível de Natal (RN), em data de 11 de fevereiro de 1985, extraído dos respectivos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 21.01.1985, publicada no Diário Oficial do estado, edição de 24.01.1985, o imóvel acima matriculado, foi adquirido pela herdeira ***JOSEFINA DUARTE BORJA DE AZEVEDO***, brasileira, casada com Max Cunha de Azevedo, farmacêutica, residente e domiciliada na cidade de Natal-Rn, à Av. Hermes da Fonseca, 946, bairro do Tirol, por herança dos bens deixados por falecimento de João Francisco Borja e Maria Duarte Borja, avaliado por Cr$ 10.000 (dez mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985.
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 3
Procede-se a presente averbação nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do 7º Ofício desta cidade, às fls. 190/192, do livro nº 050, em data de 20.01.1986, para constar que o terreno onde se encontra edificado o prédio objeto da matrícula, foi aquirido pela aludida Josefina Duarte Borja de Azevedo, por compra feita a Jader Leite, sua esposa e outros, conforme consta do R-1-5.135, do livro 2-50, desta data.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 21/01/1986
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

113
28

Registro 4
Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do Tabelião do 6° Ofício desta cidade, às fls. 45/46, do livro n° 014, em data de 29.09.1986, o imóvel acima matriculado, , atualmente medindo 5,70m na frente, igual metragem nos fundos, por 31,10m de comprimento de ambos os lados, perfazendo um total de 177,27m² de superficie, confinando-se pela frente, com a rua Tiradentes, pelos funcos com imóvel s/n° da rua Lopes Trovão de propriedade de Francisco Bezerra, pelo lado direito, com a via Pública da rua Tiradentes e, pelo lado esquerdo, com o prédio n° 172, da rua Tiradentes, de propriedade de Josefina Borja de Azevedo, foi adquirido por ***LUCIO SILVEIRA E FILHOS***, firma estabelecida nesta cidade, no alinhamento da rua Felipe Camarão, n° 203, centro, CGC/MF n° 08.378.267/0001-29, por compra feita a Max Cunha de Azevedo e sua esposa, dona Josefina Duarte Borja de Azevedo, brasileiros, casados, ele professor universitário e ela farmaceutica, inscritos no CPF/MF sob os ns 003.519.704-87 e 200.488.074-00, respectivamente, domiciliados e residentes em Natal-Rn, pelo valor de 150.000,00 (cento e cinqüenta mil cruzados), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 14/10/1986
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 5
Procede-se a presente averbação nos termos da certidão de demolição, firmada em data de 12.12.1994, pela Secretaria de Urbanismo e Obras, da Prefeitura Municipal de Mossoró, para constar que o prédio comercial objeto da matrícula, foi totalmente demolido no ano de 1994, pela sua proprietária.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 18/01/1995
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 6
Procede-se a presente averbação nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do Tabelião do 6° Ofício desta cidade, às fls. 021, do lviro n° 27, em data de 12.01.1995, para constar que do terreno objeto da matrícula, foi desmembrada uma parte medindo 5,70m na frente igual metragem nos fundos, por 13,80m de comprimento de ambos os lados, vendida a Bevenuto José Veloso Soares e Pedro Jorge Veloso Soares, conforme consta do R-1-10.205, do livro 2-89.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1995
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 7
Porcede-se a está averbação nos termos da Escritura Pública e Compra e Venda, lavrada nas notas do Tabelião do 6° Oficio desta cidade, ás fls. 028, do livro n° 027, em data de 15.02.1995, para constar que do terreno constante da matrícula, foi desmembrada uma área no alinhamento da rua Lopes Trovão, medindo 2,40m de largura na frente / fundos por 5,70 de ambos os lados, formando um total de 13,68m² de superficie, vendida a Antonio Araújo Costa, conforme consta do R-1-12.270, do livro 2.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 22/12/2004
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Matrícula: 5.038 **Pág. 1**

Imóvel:
UM PRÉDIO COMERCIAL, contendo 02 salões, 02 salas e 01 banheiro, de construção feita em alvenaria com tijolos comuns, revestimento em massa única, pavimentação em cimento, esquadrias em madeira, cobertura em madeira e telha, pintura hidracor, com uma área de construção de 209.23,m² edificado em terreno próprio com uma área total de 209.23,m², cujo prédio foi construído no lugar antes acupado por uma casa adquirida na então praça Felipe Guerra.

Proprietário:
ESPÓLIO DE JOÃO FRANCISCO DE BORJA (CPF/MF nº ',), brasileiro, , casado, residente e domiciliado nesta cidade de Mossoró/Rn.

Registro Anterior:
1.404 do livro 3-E.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 1
Nos termos da Certidão de Característica, firmada em data de 03.09.1985, pela Sec. de Urbanismo e Obras, da Prefeitura Municipal de Mossoró, o Prédio Comercial acima matriculado, foi adquirido pelo referido espólio de João Francisco de Borja, por construção própria no ano de 1942, tendo sido gasto em sua construção a quantia de Cr$ 180.000 (cento e oito mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 2
Nos termos do Formal de Partilha, espedido pelo Escrivão do 4º Cartório Cível de Natal/RN, em data de 11.02.1985, extraído dos autos de inventário julgado por sentença de 21.01.1985, públicado no Diário Oficial do Estado, edição de 24.01.1985, o imóvel objeto da matrícula, localizado à rua Felipe Camarão, nº 213, bairro Centro, foi adquirido pela herdeira ***JOSEFINA DUARTE BORJA DE AZEVEDO***, brasilera, casada com Max Cunha de Azevedo, farmaceutica, residente e domiciliada em Natal/Rn, à Av. Hermes da Fonseca, 946, bairro Tirol, por herança dos bens deixados por falecimento de João Francisco de Borja e Maria Duarte Borja, avaliado por Cr$ 180.000 (cento e oitenta mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 3
Procede-se a presente averbação nso termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada às fls. v150/151v do livro nº 050, em data de 30.12.1985, o terreno onde encontra-se edificado o prédio objeto da matrícula, passou a ser próprio, em virtude de aquisição feita a Antonio Martins de Miranda e sua esposa conforme consta do R-1-5.135, do livro nº 2-50, desta data.

O referido é verdade e dou fé. -

115
cf

Mossoró/RN, em 21/01/1986
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 4

Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do Tabelião do 6° Ofício desta cidade, às fls. 73, do livro n° 025, em data de 02.06.1988, o prédio comercial, sob o n° 213, da rua Felipe Camarão, objeto da matrícula, foi aquirido pela firma ***LÚCIO SILVEIRA E FILHOS***, estabelecida nesta cidade, à rua Felipe Camarão, n° 203, centro, CGC/MF n° 08.378.267/0001-29, por compra feita a Josefina Duarte Borja de Azevedo, farmacêutica e seus esposo, Dr. Max Cunha de Azevedo, professor universitário, brasileiros, casados, inscritos no CPF/MF sob os ns 200.488.074-00 e 003.519.704-87, respectivamente, domiciliados e residentes na cidade de Natal-Rn, pelo valor de Cz$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzados), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 13/06/1988
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Matrícula: 5.040 **Pág. 1**

95
116
08

Imóvel:
UM PRÉDIO COMERCIAL, contendo 03 salas, 01 área coberta, 01 câmara escura, 01 banheiro e 01 área descoberta, de construção feita em alvenaria com tijolos comuns, revestimento em reboco a massa única, pavimentação em, cimento, esquadrias em madeira de lei, cobertura em madeira e telha, pintura hidracor, com uma área de construção de 62,60m² edificado em terreno próprio com uma área de 67,20m² cujo prédio foi construído em oitão da casa antes adquirida na então praça Felipe Guerra, e está localixado no alinhamento da rua Felipe Camarão, nº 209, bairro centro.

Proprietário:
ESPÓLIO DE JOÃO FRANCISCO DE BORJA (CPF/MF nº), brasileiro, , casado, residente e domiciliado nesta cidade de Mossoró-Rn.

Registro Anterior:
1.404 do livro nº 3-E.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 1
Nos termos da Certidão fornecida pela Sec. de Urbanismo e Obras, da Prefeitura Municipal de Mossoró, em data de 03.09.1985, o imóvel acima matriculado, foi adquirido pelo referido Espólio de ***JOÃO FRANCISCO DE BORJA***, por construção no ano de 1942, tendo sido gasto em sua costrução a quantia de Cr$ 90.000 (noventa mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 2
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 4º Cartório Cível de Natal-RN, em data de 11.02.1985, extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 21.01.1985, publicado no Diário Oficial do estado, edição de 24.01.1985, o imóvel acima matriculado, foi adquirido pela herdeira ***JOSEFINA DUARTE BORJA DE AZEVEDO***, brasileira, casada com Max Cunha de Azevedo, farmacêutica, residente e domiciliada na cidade de Natal-Rn, à Av. Hermes da Fonseca, nº 946, bairro Tirol, por herança dos bens deixados por falecimento de João Francisco Borja e Maria Duarte Borja, avaliado por Cr$ 90.000 (noventa mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 15/10/1985
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Averbação 3
Procede-se a presente averbação nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do Tabelião do 7º Ofício desta cidade, às fls. v150/151v, do livro nº 050, em data de 30.12.85, o terreno onde se encontra edificado o prédio objeto da matrícula, passou a ser próprio em virtude de aquisição feita a Antonio Martins de Miranda e sua esposa, conforme consta do R-1-5.135, do livro 2-50, desta data.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 21/01/1986
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Matrícula: 3.903

Imóvel:
UM ARMAZÉM, construído de tijolos e coberto de telhas, situado nesta cidade de Mossoró-Rn. à rua Tiradentes, nº. 256, encravado em terreno foreiro que mede 7,40m. de frente, por 37,40m. de fundos, limitando-se ao Norte, com imóvel pertencente a herdeiros de Antonio Florencio de Almeida, ao Sul, com imóvel pertencente ao espólio ora inventariado, ao Nascente, com a via pública da rua Tiradentes e, ao Poente, com imóvel pertencente ao espólio, com 276,76m2. de área coberta, prédio esse de edificação própria, em terreno acima.

Proprietário:
FRANCISCO RODRIGUES DO MONTE, *MARIA ALDENOURA RODRIGUES GALVÃO*, *MARIA DA CONCEIÇÃO DO MONTE MEDEIROS*, *MARIA ALBA DA MOTA SILVA*, *MARIA JOSÉ DA MOTA VIEIRA*, *VICENTE JOSÉ DA MOTA LIMA*, *MARIA IRACEMA DE MELO*, *FRANCISCO JOSÉ DA MOTA LIMA*, *MARIA AUGUSTA RODRIGUES PIMENTA*, *JOSÉ FRANCISCO DA MOTA LIMA*, *JOSÉ VICENTE DA MOTA LIMA*, e *FRANCISCO GERALDO DO MONTE*, todos abaixo qualificados individualmente.

Registro Anterior:
2.581, 2.582, do livro 3-G e 2.031, do livro 3-F.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 1
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2º Cartório Cível da cidade de Natal-Rn. extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.1982, *FRANCISCO RODRIGUES DO MONTE*, brasileiro, casado, agropecuarista, CPF/MF nº. 057.403.044-15, domiciliado e residente nesta cidade, adquiriu 1/12 avos do armazém objeto da matricula, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimento de Osmydio de Oliveira e Francisca do monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00 e a parte acima por Cr$: 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 2
Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2º Cartório Cível, da cidade de Natal-Rn. extraída dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.82, *MARIA ALDENORA RODRIGUES GALVÃO*, brasileira, casado, domestica, CPF/MF nº. 713.669.467-15, residente e domiciliada no Rio de Janeiro-RJ. adquiriu 1/12 avos do armazém da matricula, em condomínio, com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados, por falecimento de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00 e parte acima por Cr$. 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 3

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível, de Natal-Rn; extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.82, ***MARIA DA CONCEIÇÃO DO MONTE MEDEIROS***, brasileira, viúva, domestica, CPF/MF n°. 138.850.304-20, residente e domiciliada nesta cidade, adquiriu 1/12 avos do armazém acima, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00, e a parte acima por Cr$. 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 4

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível de Natal-Rn; extraído dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.1982, ***MARIA ALBA DA MOTA SILVA***, brasileira, viúva, do lar, CPF/MF n°. 012.017.434-00, domiciliada e residente em Natal-RN. adquiriu 1/12 avos do armazém acima, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimento do Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, cujo imóvel foi avaliado em sua em sua totalidade por Cr$. 75.000,00 e a parte deste pagamento por Cr$. 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 5

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível da cidade de Natal-RN. extraída dos autos de inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.1982, ***MARIA JOSÉ DA MOTA VIEIRA***, brasileira, viúva, doméstica, residente em São Paulo-Sp. CPF/MF n°. 876.623.798-53, adquiriu 1/12 avos do imóvel objeto da matricula, em condomínio com os demais herdeiros, por herança dos bens deixados por falecimentos de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00 e a parte acima por Cr$. 6.250,00, sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 6

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do 2° Cartório Cível da cidade de Natal-RN. extraído dos autos de inventário e partilha e partilha, julgado por sentença de 23.09.1982, ***VICENTE JOSÉ DA MOTA LIMA***, brasileiro, casado, proprietário, CPF/MF n°. 148.708.434-04, domiciliado e residente nesta cidade, adquiriu 1/12 avos do imóvel objeto da matricula, em condomínio com os demais herdeiros por herança dos bens deixados por falecimento de Osmydio Jovino de Oliveira e Francisca do Monte Oliveira, avaliado por Cr$. 75.000,00 e a parte constante acima por Cr$. 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -
Mossoró/RN, em 20/01/1983
Sebastião Vasconcelos dos Santos
Oficial do Registro

Registro 7

Nos termos do Formal de Partilha, expedido pelo Escrivão do Cartório Cível Natal-RN. extraído dos autos do inventário e partilha, julgado por sentença de 23.09.82, ***MARIA IRACEMA DE MELO***,

119
cs

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - 8ª Vara Federal
Avenida Jorge Coelho de Andrade, s/nº – Presidente Costa e Silva – Mossoró/RN
Sec8vara@jfrn.gov.br / Fone: 84-34225855

MAF.0008.000085-3/2014

CERTIDÃO

Certifico que compareci ao endereço indicado no mandado retro, TENDO PROCEDIDO À PENHORA E AVALIAÇÃO DO IMÓVEL, conforme auto de penhora e avaliação em anexo. Na oportunidade, deixei de nomear depositário, bem como intimado a parte executada por não a ter encontrado, tendo em vista que o imóvel encontrava-se em reforma.

Ato contínuo, dirigi-me ao 1° Ofício de Notas de Mossoró e procedi ao registro de penhora, conforme auto em anexo.

O referido é verdade. Dou fé.

Mossoró-RN, 09 de abril de 2014.

Alisson Xenofonte de Brito
Oficial de Justiça Federal Avaliador
Mat. RN915

120
cf

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - 8ª Vara Federal
Avenida Jorge Coelho de Andrade, s/nº – Presidente Costa e Silva – Mossoró/RN
Sec8vara@jfrn.gov.br / Fone: 84-34225855

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Na data de 03 de ABRIL de 2014, eu, Alisson Xenofonte de Brito, Oficial de Justiça Avaliador, Mat. RN-915, em cumprimento ao mandado MAF.0008.00085-3/2014 nos termos dos autos do Processo nº 0001567-87.2012.4.05.8401 (Execução Fiscal), promovida pelo *UNIÃO FEDERAL* em face de *LÚCIO SILVEIRA E FILHOS*, após observadas as formalidades legais, PROCEDI À PENHORA DO IMÓVEL com as seguintes características:

UM PRÉDIO COMERCIAL, matrícula **1.641**, localizado na rua Felipe Camarão nº 203, (esquina com a rua Tiradentes). Apresenta aproximadamente 6,60 metros de frente e 35,65 de fundos. Em estado de deterioração externo mas em obras de reforma. Apresenta atualmente três pavimentos (um térreo e dois andares superiores). **AVALIAÇÃO: R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).**

Informo que deixei de nomear depositário por não haver encontrado responsável pela empresa executada, tendo em vista estar sem uso, devido à reforma.

E, para constar, lavrei o presente auto, que, depois de lido e achado conforme, assino, Oficial de Justiça Avaliador que garanto a minha fé.

Mossoró-RN, 03 de ABRIL de 2014.

Alisson Xenofonte de Brito
Oficial de Justiça Federal Avaliador
Mat. RN915

JUNTADA

JUNTO, nesta data, a estes autos, o(a):

( ) AR ( ) Carta
(X) Carta Precatória ( ) Mandado
( ) Ofício ( ) Petição
( ) Outros: _____

que adiante se vê.

Mossoró, 12/05/2014.

Encarregado de Setor
Jefferson Feitosa Feitosa
Técnico Judiciário
Mat. FN 859

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MOSSORÓ
PRIMEIRO CARTÓRIO

Ofício nº 77/2014 Mossoró/RN, 03 de Abril de 2014

Senhor (a) Juiz (a)

Em Cumprimento ao Mandado de Penhora e Avaliação MAF. 0008.000085-3/2014, datado de 11.02.2014, extraído dos autos de Execução Fiscal nº 0001567-87.2012.4.05.8401, em que são partes: União Federal/Fazenda Nacional e Lucio Silveira & Filhos, comunico a Vossa Excelência, que foi feito o registro da penhora na matrícula **1.641**, conforme cópia da matrícula que segue anexo.

Renovo os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

EDIMAR VIEIRA DE ALMEIDA
Oficial do Registro

A Excelentíssima Sra.
EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO
Juíza Federal da 8ª Vara SJRN.

122

Imóvel:

UM ARMAZEM COMERCIAL, construído de tijolos e coberto de telhas, situado nesta cidade, no alinhamento da Rua Felipe Camarão, nº 203, bairro da Paraíba, contendo três portas de frente e quatro portas pelo lado direito para a Rua Tiradentes, encravado em terreno próprio este adquirido por compra a Antonio Martins de Miranda, sua mulher, conforme escritura pública de compra e venda, lavrada nas notas do Tabelião do 7º Ofício desta cidade, às fls. 156v/158v. do livro nº 11, em data de 20.06.1975, registrado no livro 2-15, sob o nº R-1-1626 em data de 23.02.79, medindo o confrontando o armazém e o respectivo domínio direto do terreno: 6,60. na frente, com a via pública da rua Felipe Camarão; 11,30m. nos fundos, com imóvel que pertencem ou pertenceram a Almir Florêncio de Souza; 35,65m. pelo lado direito, com a via pública da rua Tiradentes e, 35,65. pelo lado esquerdo, com imóvel que pertence ou pertenceu a João Francisco de Borja, ou sucessores.

Proprietário:

A firma desta praça, ***LUCIO SILVEIRA & FILHO,*** CGC/MF nº 08.378.267/0001-29, inscrição estadual nº 20065301-6-NL 798.

Registro Anterior:

468, livro 3-B.

O referido é verdade e dou fé. -

Mossoró/RN, em 14/03/1979

Sebastião Vasconcelos dos Santos

Oficial do Registro

Registro 1

Nos termos de Escritura Pública de Compra e Venda lavrada nas notas deste Cartório, às fls. 139/140, do livro nº 96, em data de 13.03.1979, o imóvel acima matriculado foi adquirido pelo referida firma ***LUCIO SILVA & FILHO,*** por compra feira a Salvina Maria de Oliveira, brasileira, viúva, doméstica, inscrita no CPF/MF nº 012.213.534-20, residente e domiciliada nesta cidade, pelo valor de Cr$. 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), sem condições.

O referido é verdade e dou fé. -

Mossoró/RN, em 14/03/1979

Sebastião Vasconcelos dos Santos

Oficial do Registro

Registro 2

Nos termos Cédula de Crédito Comercial nº ECC-82/0004, emitida em data de 14.07.1982, pela firma Lucio Silva & Filho, desta Praça, CGC/MF nº 08.378.267/0001-29, o imóvel acima matriculado, foi dado em primeira e especial hipoteca, sem concorrência de terceiros, em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.S., para garantia do financiamento no valor de Cr$. 10.000.000,00 (dês milhões de cruzeiros), à taxa de juros de 8% ao ano, exigíveis mensalmente, no dia 10 de cada mês, e mais correção monetária de acordo com os índices estabelecidos para a variação das ORTN's, e mais juros moratórios de 1% ao ano, com vencimento previsto para 10.07.1984, com as demais condições constantes da cédula.

O referido é verdade e dou fé. -

Mossoró/RN, em 14/07/1982

Sebastião Vasconcelos dos Santos

Oficial do Registro

Averbação 3

Procede-se a presente averbação nos termos da GERIN-84/59, firma em data de 06.08.1984, pela agencia local do Banco do Nordeste do Brasil S.S., para cancelar o R-2-1.641, acima, em virtude da firma devedora ter pago integralmente todo o débito hipotecário constante do mesmo.

O referido é verdade e dou fé. -

Mossoró/RN, em 14/08/1984

Sebastião Vasconcelos dos Santos

Oficial do Registro

Registro 4

Nos termos do Mandado de Penhora e Avaliação MAF nº 0008.000085-3/2014, expedido em data de 11.02.2014, pelo MM Juíza Federal da 8ª Vara de Mossoró-RN, Dra. Emanuela Mendonça Santos Brito, o imóvel acima, foi penhorado nos autos do processo nº 0001567-87.2012.4.05.8401 ao qual figuram como partes: União Federal/Fazenda Nacional e Lucio Silveira & Filhos, para garantia do débito no valor de R$ 445.924,21 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e um centavos), conforme consta dos autos do processo supra mencionado.

O referido é verdade e dou fé. -

Mossoró/RN, em 03/04/2014

Edimar Vieira de Almeida

Oficial do Registro

124
A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão destes autos ao(à) Exmo(a). Senhor(a) Juiz(a) Federal da 8ª Vara/RN.
Mossoró, 7 de maio de 2014.

JEFFERSON PEDROSA FEITOSA
Técnico(a) Judiciário(a)

DESPACHO

Considerando o teor do Auto de Penhora e Avaliação de fls. 120, intime-se a parte exequente para indicar endereço do executado diverso daquele constante na peça inicial, a fim de proceder a sua intimação do aludido ato constritivo.

Mossoró, 7 de maio de 2014.

ANDRÉ DIAS FERNANDES
Juiz(a) Federal(a) da 8ª Vara/SJRN

125

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, citei/intimei o(a) representante da FAZENDA NACIONAL do inteiro teor do(a)(s) **despacho de fls. retro**, mediante remessa dos autos.

Mossoró, 19 / 05 / 14.

Servidor

126
C8

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

RECEBIMENTO

Nesta data, certifico o recebimento dos presentes autos.

Mossoró, 13 de junho de 2014.

Antonio Luiz Costa Junior
Estagiário(a)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do(a) expediente/petição nº **2014.0061.004528-5**, que se vê adiante.

Mossoró, 13 de junho de 2014.

Antonio Luiz Costa Junior
Estagiário(a)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Procuradoria da Fazenda Nacional no Rio Grande do Norte
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Mossoró

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 8ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Execução Fiscal nº. 0001567-87.2012.4.05.8401
Exeqüente: UNIÃO / FAZENDA NACIONAL
Executado: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
CDAs: 41212000334-00, 41612000976-79 E 41712000279-53

A UNIÃO/ FAZENDA NACIONAL, por seu procurador que a esta subscreve, nos autos da Execução em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, diante da frustração da citação via AR, **requerer intimação no seguinte endereço:**

R CEL. GURGEL 114, CENTRO - CEP:59600-200 MOSSORO/RN

Termos em que pede deferimento.

Mossoró-RN, 9 de junho de 2014.

Gianfrancesco Teixeira
Procurador da Fazenda Nacional

11JUN1415:05 GU00045285 GV 0X5078729013-0958/0/GA

Consulta a Contribuinte

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição Estadual:	**20.065.301-6**		
Razão Social:	**LUCIO SILVEIRA E FILHOS**	Nome Fantasia:	**A CASA DO PAPAI**
CPF/CNPJ:	**08.378.267/0001-29 MATRIZ**		
Natureza Jurídica	**207-0 - SOCIEDADE EMPRESARIA EM NOME COLETIVO**		
Tipo Contribuinte:	**NORMAL**	Regional:	**6 URT**
Produtor Rural de Pequeno Porte:	**NÃO**		

CONTATO

Telefone:	
Endereço do Estabelecimento:	**R FELIPE CAMARAO 203, PARAIBA - CEP:59600-340 MOSSORO/RN**
Endereço para Correspondência:	**R CEL. GURGEL 114, CENTRO - CEP:59600-200 MOSSORO/RN**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica (CNAE) Principal:	**46.91-5/00 - COMERCIO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS**
Atividade(s) Econômica(s) (CNAE) Secundária(s):	
Situação Cadastral p/ o Sintegra:	**HABILITADO**

Situação Cadastral:	**ATIVO**		
Situação Cadastral Atualizada em:	**04/11/2010 10:39:22**		
Cadastro Atualizado em:	**12/02/2014 11:57:45**		
Regime Pagamento:	**NORMAL**	Início de Atividade Comercial:	**15/03/1978**
Credenciamento(Data de Início):	**Emissão de NF-e (01/09/2009)**		
Obrigado ao envio de arquivos de EFD :	**SIM** Obrigatoriedade		

CONTADOR

Nome:	**IVO RIBEIRO BEZERRA**

REPRESENTANTE(S)

Nome / Qualificação	**VALQUIRIA ANUNCIATA DA SILVEIRA MAIA - SOCIO-ADMINISTRADOR**
	VALTER ANUNCIATO DA SILVEIRA - SOCIO-ADMINISTRADOR
	LUCIO JOSE DA SILVEIRA - SOCIO-ADMINISTRADOR

Redefinir

131
cf

10/06/2014 17:09 Visualizacao do Relatorio Usuario: 47777230204
41538 - REL-RESUMO-CNPJ Col: 1-79 Pag: 1 (1) Ver pag: _____

```
----+----1----+----2----+----3----+----4----+----5----+----6----+----7----+----
1MINISTERIO DA FAZENDA   SECRETARIA DE RECEITA FEDERAL          DATA: 10/06/2014
+                                                                      10/06/2014
+                                                                      10/06/2014
 T34277RC                    -SISTEMA CNPJ ON LINE-              PAG.:          1
-
 CNPJ     : 08.378.267/0001-29 (MATRIZ)
 SITUACAO : ATIVA                                        CPF :  092.709.494-00
 N.EMP.: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
0END.: R FELIPE CAMARAO 203
0BAIRRO    : PARAIBA                                    CEP :  59600-340
 MUNICIPIO: 1759 MOSSORO                                              UF: RN
 ORGAO     : 0420200  DATA ABERTURA : 02/02/1978
```

```
----+----1----+----2----+----3----+----4----+----5----+----6----+----7----+----
   =Ajuda       PF4=Inicio     PF7=Recua      PF10=Esquerda

PF3=Sai         PF5=Final      PF8=Avanca     PF11=Direita       PF12=Cancela
```

132

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.378.267/0001-29 MATRIZ		02/02/1978

NOME EMPRESARIAL
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
A CASA DO PAPAI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.93-1-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.91-5-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
207-0 - SOCIEDADE EMPRESARIA EM NOME COLETIVO

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R FELIPE CAMARAO	203	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
59.600-340	PARAIBA	MOSSORO	RN

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **10/06/2014** às **17:02:21** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Voltar

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

133

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 20/05/2014 08:55 | Tempo restante de conexão: 20:00

CANDICE MENEZES DO VALE (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | **DEVEDOR PARCELAMENTO** | **DÉBITOS VALORES** | **PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL** | **PROTESTOS**

Parâmetro: 41712000279 | Número de Inscrição: 41 7 12 000279-53 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	01/06/2012	**Procuradoria Responsável:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Judicial:**		**Valor Inscrito:**	R$ 9.937,09 UFIR 9.338,49
Órgão de Origem:		**Procuradoria de Inscrição:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Único Judicial:**	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-MOSSORO	**Valor Remanescente:**	R$ 9.494,59 UFIR 8.922,64
Receita:	0810 - DIV.ATIVA-PIS	**Qtd. de Pagamentos:**	0001	**Juízo:**	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	PIS	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	25/09/2012	**Valor Consolidado:**	R$ 25.792,59
Qtd. de Débitos:	0003	**Qtd. de Protestos:**	000	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**	
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	410012901726	**Data da Extinção:**			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**					
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

134
8

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 20/05/2014 08:54 | Tempo restante de conexão: 19:59

CANDICE MENEZES DO VALE (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | **DEVEDOR PARCELAMENTO** | **DÉBITOS VALORES** | **PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL** | **PROTESTOS**

Parâmetro: 41212000334 | Número de Inscrição: 41 2 12 000334-00 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	01/06/2012	**Procuradoria Responsável:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Judicial:**		**Valor Inscrito:**	R$ 95.359,68 UFIR 89.615,31
Órgão de Origem:		**Procuradoria de Inscrição:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Único Judicial:**	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-MOSSORO	**Valor Remanescente:**	R$ 95.359,68 UFIR 89.615,31
Receita:	3551 - DIV.ATIVA-IRPJ	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	25/09/2012	**Valor Consolidado:**	R$ 264.249,10
Qtd. de Débitos:	0005	**Qtd. de Protestos:**	000	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**	
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	410012901726	**Data da Extinção:**			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**					
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Inscr. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

135
68

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 20/05/2014 08:55 | Tempo restante de conexão: 19:59

CANDICE MENEZES DO VALE (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS **DEVEDOR** **DÉBITOS** **PAGAMENTOS** **PROTESTOS**
OCORRÊNCIAS **PARCELAMENTO** **VALORES** **EXECUÇÃO FISCAL**

Parâmetro: 41612000976 **Número de Inscrição:** 41 6 12 000976-79

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 **CPF/CNPJ:** 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	01/06/2012	**Procuradoria Responsável:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Judicial:**		**Valor Inscrito:**	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Órgão de Origem:		**Procuradoria de Inscrição:**	RIO GRANDE DO NORTE	**Nº. Único Judicial:**	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-MOSSORO	**Valor Remanescente:**	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Receita:	1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	25/09/2012	**Valor Consolidado:**	R$ 162.429,94
Qtd. de Débitos:	0005	**Qtd. de Protestos:**	000	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**	
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	410012901726	**Data da Extinção:**			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**					
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

loja do papai mossoró

+Gianfrancesco

136

Web Imagens Mapas Vídeos Shopping Mais ▾ Ferramentas de pesquisa

Aproximadamente 39.300 resultados (0,29 segundos)

Loja Papai
https://plus.google.com/105461935729634504225/about?gl=br&hl. . ▾
Google+ page · Seja o primeiro a avaliar

Rua Felipe Camarão, 203 - Boa Vista, Mossoró - RN, 59600-340
(84) 3314-0848

LOJA DO PAPAI - Mossoró - RN - Guia Mais
www.guiamais.com.br/. ./loja+do+papai-armarinhos+atacado+e+fabricac... ▾
Veja o telefone e saiba como chegar em **LOJA DO PAPAI** especializado em ... localizado no endereço R Felipe Camarão, 203 - Alto Conceição - **Mossoró**, RN.

Loja do Papai - Boa Vista - Felipe Camarão - Mossoró - RN ...
www telelistas.net/pessoas/rn/**mossoro**/264381669/**loja+do+papai** ▾
Veja o telefone de **Loja do Papai** - Boa Vista, **Mossoró**, RN. Localize pessoas em todo o Brasil usando o TeleListas.net.

Loja do Papai - Apontador
www.apontador.com.br › .. › Endereços Empresariais ▾
Encontre o endereço ou o telefone de contato **Loja do Papai** Centro em **Mossoró**.

Loja do Papai em Mossoro no Rio Grande do Norte - RN ...
www.achecerto.com.br/**loja-do-papai_cidade_mossoro**_estado_rio-grand... ▾
Informações sobre **Loja do Papai** na cidade de **Mossoro** no Rio Grande do Norte - RN. Telefones, Endereços, CEP, Ruas de Empresas, Pessoas, Profissionais.

Loja do Papai em Mossoró | eGuias.net
eguias.net › RN › Mossoró › Armarinhos ▾
Loja do Papai em **Mossoró**, especializado em Armarinhos, localizado na Rua Felipe Camarão, 203 Centro **Mossoró**/RN CEP: 59.600-340 :: eGuias.net.

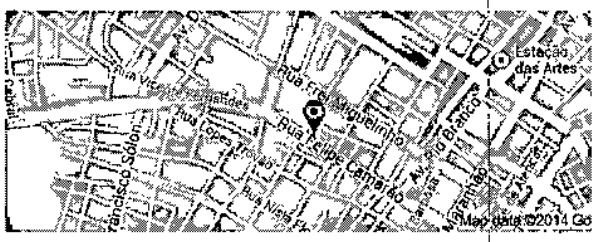
Armarinhos, Lojas de Variedades na Cidade Mossoró - Rio ...
www.encontra**mossoro**.com.br/a/armarinhos-em-**mossoro**.shtml ▾
Loja do Papai Rua Felipe Camarão, 203 - Bairro Centro - **Mossoró** - RN - CEP: 59600-340 (84) 3314-3316. ML Variedades Rua Avelino Cunha, 169 - Bairro: ...

Loja do Papai Mossoró 59600-340, Atacado Armarinhos
www.misterwhat.com.br › .. › Mossoró › Atacado Armarinhos ▾
Loja do Papai no **Mossoró** 59600-340 – Perfil da Companhia, Número de Telefone, Endereço, CEP, Mapa e mais.

Loja Do Papai em Mossoró, Rio Grande Do Norte, Brasil ...
guialocal.com.br › Rio Grande Do Norte › Mossoró ▾
GuiaLocal no Brasil - **Loja Do Papai**, Rua Felipe Camarão, 203 Centro, **Mossoró**, Rio Grande Do Norte, Brasil. Armarinhos.

mulher é flagrada roubando na loja do papai em mossoró
carvalhoaldo.blogspot.com/.../mulher-e-flagrada-roubando-na-**loja**-do.ht... ▾
17/12/2010 - "Balbina Alexandrina da Conceição", de 57 anos, foi presa no início da tarde de sexta feira 17 de dezembro, tentando sair de dentro da **loja do** ...

Rua Tiradentes, Mossoró - RN
informacoesdobrasil.com.br/rua/rn/**mossoro**/rua-tiradentes+7118/ ▾
Informações sobre Rua Tiradentes, **Mossoró** - RN. ... Rua Tiradentes, 0SN - SOBRELOJA APARTAMENTO 2, **Mossoró** - RN . , DEPOSITO **LOJA DO PAPAI**



Loja Papai

Como chegar | Seja o primeiro a avaliar

Endereço: Rua Felipe Camarão, 203 - Boa Vista, Mossoró - RN, 59600 340

Telefone: (84) 3314-0848

Comentários
Seja o primeiro a avaliar

Você é o proprietário desta empresa? Corrija aqui

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 **Mais**

O Ipatinga - MG - Do seu endereço IP - Usar local preciso - Saiba mais

Ajuda Enviar feedback Privacidade e Termos Usar Google.com

(32)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins que, nesta data, confeccionei o(a) respectivo(a) **Mandado/Carta Precatória/Ofício/Edital/Alvará**, cadastrado(a) sob o nº **MAF.0008.000385-1/2014.** Dou fé.

Mossoró, 6 de agosto de 2014.

Francisco Canindé da Silva
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do(a) expediente/petição nº **MAF.0008.000385-1/2014**, que se vê adiante.

Mossoró, 26 de agosto de 2014.

BRUNO GURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

MANDADO DE INTIMAÇÃO
MAF.0008.000385-1/2014

EXECUÇÃO FISCAL: 0001567-87.2012.4.05.8401
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
NÚMERO(S) DA(S) CDA(S): 41 2 12 000334-00, 41 6 12 000976-79, 41 7 12 000279-53, 40.673.015-6, 40.673.014-8, 41 6 12 000406-42
VALOR(ES) DA(S) CDA(S): R$ 452.471,63; valor a ser atualizada na data do pagamento.

LUCIO SILVEIRA & FILHOS
RUA CEL GURGEL, 114, CENTRO, CEP 59.600-200, MOSSORO - RN

O Doutor **ANDRÉ DIAS FERNANDES**, Juiz Federal da 8ª Vara – Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, na forma da lei, etc.

MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo Federal, a quem for o presente distribuído, que, **INTIME** o executado da penhora realizada as fls. 120, bem como, faça a nomeação do depositário, conforme despacho de fls. 124.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei.

EXPEDIDO nesta cidade de Mossoró/RN, em 6 de agosto de 2014. Eu, Francisco Canindé da Silva (_____), Técnico(a) Judiciário(a), digitei e conferi o presente mandado que, de ordem da MM. Juiz Federal, vai devidamente assinado pelo Diretor de Secretaria.

ALEX CAVALCANTE LIMÃO
Diretor de Secretaria da 8ª Vara da SJRN

140

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - 8ª Vara Federal
Avenida Jorge Coelho de Andrade, s/nº – Presidente Costa e Silva – Mossoró/RN
Sec8vara@jfrn.gov.br / Fone: 84-34225855

MAF:0008.000385-12014

CERTIDÃO

Certifico que procedi à INTIMAÇÃO de LUCIO SILVEIRA E FILHOS acerca do inteiro teor do mandado anexo, na pessoa de seu representante. Na oportunidade foi recebida cópia do mandado, e assinada a contrafé.

Deixei de nomear depositário por não encontrar quem aceitasse o encargo.

O referido é verdade e disto dou fé.

Mossoró-RN, 14 de agosto de 2014.

Alisson Xenofonte de Brito
Oficial de Justiça Federal Avaliador
Mat. RN915

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
REU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

CERTIFICO que transcorreu o prazo legal da penhora de fls. **120** sem que houvesse manifestação da(s) parte(s) interessada(s).

DOU FÉ.

Mossoró, 29 de setembro de 2014.

BRUNO GURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

142
9

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão destes autos ao(à) Exmo(a). Senhor(a) Juiz(a) Federal da 8ª Vara/RN.
Mossoró, 29 de setembro de 2014.

BRUNO GURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

DESPACHO

Considerando a disciplina de apensamento contida na ORDEM DE SERVIÇO nº 02/2010 da 8ª Vara Federal, intime-se o exequente para ciência do (s) apensamento(s) do(s) processo(s) nº 0000387-65.2014.4.05.8401 aos presentes autos.

1. Considerando a ordem de preferência disposta nos artigos 655 e 655-A do Código de Processo Civil e art. 11, I, da Lei nº 6.830/80, e com vistas ao atendimento do princípio da efetividade processual, também aplicável à tutela jurisdicional executiva, DETERMINO que se proceda ao bloqueio eletrônico de depósitos em dinheiro e aplicações financeiras em nome da(s) parte(s) executada(s), através do Sistema **BACEN-JUD**, até o limite do crédito exequendo, ficando de logo convertido(s) em penhora.

2. Caso o bloqueio de ativos seja positivo e superior à importância de R$ 500 (quinhentos) reais/R$ 100 (cem) reais[1], providenciem-se: a) transferência dos valores penhorados para conta judicial remunerada, que deverá ser efetivada através do próprio sistema BACENJUD e, concomitantemente, se houver, o imediato desbloqueio dos valores penhorados em excesso; b) a intimação do executado para tomar ciência da penhora *online* efetuada, e querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, opor os respectivos embargos à execução nos termos do art. 16, inciso III, da Lei de Execuções Fiscais. Sendo o bloqueio de ativos financeiros efetivado em valor inferior ao patamar estabelecido, proceda-se o imediato desbloqueio dos respectivos numerários.

[1] Limite maior estabelecido para execuções fiscais que tem a União/Fazenda Nacional como parte exequente, sendo o menor para outros exequentes.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

3. Caso o bloqueio de ativos não seja suficiente para adimplemento do total da dívida, providencie-se a restrição judicial do(s) veículo(s) de propriedade do executado, quanto a sua transferência, através do Sistema Eletrônico – **RENAJUD;**

4. Caso a restrição via RENAJUD seja positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação sobre os veículos indisponibilizados. O Oficial de Justiça deverá ainda intimar o executado(s) da(s) penhora(s) efetuada(s), assim como registrá-la(s) no Sistema Eletrônico RENAJUD. Da intimação da penhora, ato que garantiu a execução, contar-se-á o prazo de 30 (trinta) dias para o executado, querendo, opor os Embargos à Execução, por meio do qual deverá alegar toda a matéria de defesa, além de requerer provas e juntar os documentos tendentes a comprovar suas afirmações (art. 16 da LEF);

5. Decorrido *in albis* o prazo de interposição de embargos, **convertam-se os valores em renda** ou **designe-se leilão/praça** para a venda judicial dos bens penhorados, conforme o caso;

6. Caso os esforços sejam negativos, intime-se o exequente para que, no prazo de 10(dez) dias, indique bens de propriedade do executado passíveis de penhora. No caso de imóveis, o requerimento deverá ser instruído com a certidão atualizada do cartório imobiliário competente, quanto à matrícula/registro (menos de noventa dias de emissão), sob pena de indeferimento de plano.

7. Nada sendo requerido, suspenda-se o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme o art. 40, caput e § 1°, da Lei 6.830/80;

8. Passado o prazo de suspensão sem que sejam localizados bens penhoráveis do devedor, arquive-se o presente feito sem baixa na distribuição, conforme art. 40, § 2°, da Lei 6.830/80, independentemente de nova intimação ao exequente.

Expedientes necessários.

Mossoró, 29 de setembro de 2014.

ORLAN DONATO ROCHA
Juiz Federal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, citei/intimei o(a) representante da FAZENDA NACIONAL do inteiro teor do(a)(s) despacho/sentença/ato ordinatório de fls. retro, mediante remessa dos autos.

Mossoró, 20 / 10 / 14.

Servidor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

145
CD

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

RECEBIMENTO

Nesta data, certifico o recebimento dos presentes autos.

Mossoró, 12 de novembro de 2014.

Antonio Luiz Costa Junior
Estagiário(a)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

JNG
CD

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do(a) expediente/petição nº **2014.0061.008566-0**, que se vê adiante.

Mossoró, 12 de novembro de 2014.

Antonio Luiz Costa Junior
Estagiário(a)

ARAÚJO, SOARES, BARRETO E ABREU
ADVOGADOS ASSOCIADOS
MARCOS ARAÚJO • NAERTON SOARES • EVANS CARLOS • BARRETO JÚNIOR • FERNANDA ABREU
SAMYA ARAÚJO • ALESSANDRA DANTAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA OITAVA VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

PROCESSO Nº 0001567-87.2012.4.05.8401
EXECUÇÃO FISCAL

04NOU1417-43 610035660 8V 01567372012405340I

LUCIO SILVEIRA & FILHOS, devidamente qualificado nos autos do feito em epígrafe, nos quais contende com **UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL,** igualmente individualizada, vêm a respeitável e condigna presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu causídico doravante subscrito, aferir acerca da suspensão de exigibilidade do crédito em comento.

1. Em 14 (quatorze) de agosto de 2014, a empresa executada recebeu intimação de penhora de imóvel avalizado em R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para fins de garantia de débito na importância de R$ 452.471,63 (quatrocentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos) referente ao não recolhimento do imposto de renda pessoa jurídica.

2. A respeito da dívida em disceptação, todavia, é importante aferir sobre a suspensão da exigibilidade em

decorrência do deferimento do pedido de parcelamento da importância em tela, haja vista o Recibo de Pedido de Parcelamento da Lei n° 12.996 de 18 junho de 2014 anexado, cujo conteúdo está reproduzido a seguir:

> ***"Este pedido de parcelamento somente produzirá efeitos com o correspondente pagamento da antecipação ou sua primeira parcela, em valor não inferior ao estipulado no parágrafo 2° do artigo 2° da Lei 12.996/2014, que deve ser efetuado até o dia 25/08/2014, com código de receita 4737."***

3. Tem-se a confirmação de que o pedido do parcelamento foi aceito pelo fisco, porquanto o comprovante de pagamento da primeira parcela, outrossim, em anexo, no valor de R$ 40.857,06 (quarenta mil oitocentos e cinquenta e sete reais e seis centavos), adimplido em 22 de agosto de 2014, antes mesmo do termo final do prazo determinado pelo Ministério da fazenda.

4. Desta feita, é inconteste que, quando da existência de parcelamento de débito fiscal, há a suspensão de sua exigibilidade até o pagamento da última parcela acordada, conforme texto do art. 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional:

> **Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:**
> **(*omissis*)**
> **VI – o parcelamento.**

5. Em resposta ao entendimento acima, o Tribunal Regional Federal da Quarta Região, na pessoa da Desembargadora Federal MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, aferiu acerca da suspensão em comento:

> ***"Como a adesão ao parcelamento tem por efeito a suspensão da execução, nos termos do artigo 151, VI do CTN,*** ***não decorreu o lustro prescricional intercorrente entre o arquivamento do feito, em 21.02.2003 (fl. 48), e a sentença prolatada, de modo que deve ser reformado o decisium para que os autos sejam mantidos em cartório em regime de arquivamento administrativo, sem baixa na distribuição."***[1]
>
> - realçados desenvolvidos -

6. O Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, mediante prolação da Desembargadora DALILA ANDRADE, corrobora que:

> ***"O parcelamento da dívida fiscal não importa, assim, em novação, sendo que, nos termos do art. 151, inciso VI, do CTN, apenas suspende a exigibilidade do crédito tributário.***
> ***Neste sentido, inclusive, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, como se colhe do seguinte aresto: 'PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ADESÃO A PARCELAMENTO. SUSPENSÃO, E NÃO EXTINÇÃO, DA EXECUÇÃO FISCAL. PRECEDENTES. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE. SÚMULA N. 83 DO STJ. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. 1. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que a adesão a programa de parcelamento não enseja a extinção da execução fiscal, mas apenas a suspensão do feito . Precedentes. Aplicável, pois, a Súmula n. 83 desta Corte. 2. A irresignação manifestada pela alínea c não merece ser conhecida pela ausência do necessário cotejo analítico entre o acórdão considerado paradigma e a decisão impugnada, na forma que determinam os arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ. A simples transcrição de ementas e de trechos de acórdãos não***

[1] TRF-4 - AC: 221420520124049999 RS 0022142-05.2012.404.9999, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 06/11/2013, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: D.E. 14/11/2013.

atende o que determinam as referidas normas. 3. Recurso especial não conhecido' (REsp 1200199 / RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Órgão Julgador T2, Data do Julgamento 24/08/2010, Data da Publicação/Fonte DJe 30/09/2010)"[2].

- grifos nossos -

7. Com o mesmo espeque, o Tribunal Regional Federal da Quinta Região, na pessoa do Desembargador Federal PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA, ratifica que:

"Portanto, a sentença deve ser reformada ante a ausência de interesse processual da Fazenda (art. 267, VI do CPC), posto que, nos termos do art. 151, VI do CTN, o parcelamento é causa que suspende a exigibilidade do crédito tributário e também interrompe a fluência do prazo prescricional (art. 174, IV do CTN)"[3].

- grifos adicionados -

8. Desta feita, deve a execução fiscal em comento permanecer suspensa até o adimplemento integral do débito em execução, porquanto imperiosa a suspensividade da cobrança em tela.

9. É o entendimento promanado do art. 792 do Código de Processo Civil:

Art. 792. Convindo as partes, o juiz declarará suspensa a execução durante o prazo concedido pelo credor, para que o devedor cumpra voluntariamente a obrigação.
Parágrafo único. Findo o prazo sem cumprimento da obrigação, o processo retomará o seu curso.

[2] TRT-5 - AP: 27001420055050032 BA 0002700-14.2005.5.05.0032, 2ª. TURMA, Data de Publicação: DJ 20/05/2011.
[3] TRF-5 - REEX: 200985000056347 , Relator: Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, Data de Julgamento: 12/08/2010, Terceira Turma, Data de Publicação: 19/08/2010.

10. O Tribunal Regional Federal da Quinta Região, quando do pronunciamento do Desembargador Federal GERALDO APOLIANO, defende, justamente, a suspensão do feito executório enquanto vigora o parcelamento do débito em comento:

> ***"Entretanto, se o parcelamento for efetuado no curso da ação executiva, como é o caso, a execução somente será extinta quando o devedor quitar a última prestação, devendo, até então, permanecer suspensa, a teor do disposto no art. 792, do Código de Processo Civil.***
> ***Em casos semelhantes ao presente, assim já decidiu este Egrégio Tribunal:***
> ***TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. OPÇÃO PELO PARCELAMENTO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. DESCABIMENTO. RECURSO PROVIDO. 1. A adesão pelo sujeito passivo ao parcelamento do débito tributário, por constituir hipótese de suspensão de exigibilidade do crédito tributário (cf. CTN: 151, VI), mercê do diferimento do prazo para pagamento, dá ensanchas à suspensão da execução fiscal, caso já ajuizada. 2. Apelação provida, em ordem a determinar a suspensão da execução fiscal, na pendência do parcelamento, sem prejuízo da retomada do seu curso, em caso de eventual descumprimento das condições ajustadas. (1ª T., AC 404863/CE, rel. Des. Federal Convocado Edilson Nobre, DJ 13.12.07, p. 680)"[4].***
> - grifos insertos -

11. No mesmo enfoque, o Desembargador

[4] TRF5-PROCESSO: 00030487320144059999, AC573029/CE, RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO, Terceira Turma, JULGAMENTO: 04/09/2014, PUBLICAÇÃO: DJE 11/09/2014 - Página 207

Federal IVAN LIRA DE CARVALHO, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, argumenta acerca da suspensão da execução enquanto vigora o parcelamento pretendido:

> ***"No tocante à exclusão das CDAS, o STJ e esta eg. Corte já se posicionaram no sentido de que o parcelamento da dívida, por não extinguir a obrigação, implica a suspensão da execução, e não sua extinção, o que só se verifica após quitado o débito."***[5]
>
> - hachurados por acréscimos -

12. Com o fito de amparar as fundamentações suso mencionadas, segue o rol de precedentes:

> **PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO APÓS O AJUIZAMENTO DA AÇÃO. EXTINÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SUSPENSÃO DO PROCESSO. ART. 792, DO CPC.**
> **1. Se o débito fiscal for parcelado antes do ajuizamento da Execução Fiscal, esta se encontrará viciada porquanto a exigibilidade do título executivo é requisito essencial da execução, e havendo parcelamento do débito, a sua exigibilidade estará suspensa, nos termos do art. 151, VI, do Código Tributário Nacional, ficando vedada a sua cobrança.**
> **2. Contudo, se o parcelamento for efetuado no curso da ação executiva, como é o caso, a execução somente será extinta quando o devedor quitar a última prestação, devendo, até então, permanecer suspensa, a teor do disposto no art. 792, do Código de Processo Civil.**
> **3. Apelação provida para determinar o retorno dos autos à Instância de origem para que se aguarde o**

[5] TRF5- PROCESSO: 00158408320124058300, APELREEX31040/PE, RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL IVAN LIRA DE CARVALHO (CONVOCADO), Quarta Turma, JULGAMENTO: 09/09/2014, PUBLICAÇÃO: DJE 18/09/2014 - Página 337.

353

pagamento integral da dívida.
(TRF5-PROCESSO: 00030487320144059999, AC573029/CE, RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GERALDO APOLIANO, Terceira Turma, JULGAMENTO: 04/09/2014, PUBLICAÇÃO: DJE 11/09/2014 - Página 207).

- grifos nossos -

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

I. O STJ e esta eg. Corte já se posicionaram no sentido de que o parcelamento da dívida, por não extinguir a obrigação, implica a suspensão da execução, e não sua extinção, o que só se verifica após quitado o débito. Precedentes: STJ, AgRg no REsp 923784 / MG, rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 18/12/2008; TRF5. Quarta Turma. AC 524897/CE. Rel. Des. Fed. Lázaro Guimarães. Julg. 30/08/2012. DJe 05/09/2012.

II. A jurisprudência do STJ e desta Corte é uníssona no sentido de que, apesar de as execuções fiscais ajuizadas em face de empresa em processo de recuperação judicial não se suspenderem em virtude do deferimento do processamento da referida recuperação, devem ser obstados os atos judiciais que reduzam o patrimônio da empresa, enquanto mantida essa condição.

III. No caso dos autos, o pedido de recuperação judicial foi deferido em 29/08/2011, data a partir da qual deverá ser determinada a suspensão dos atos de constrição do patrimônio dos executados, que veio a ocorrer em 2012.

IV - Apelação do embargante parcialmente provida para suspender o ato de contrição do bem penhorado após o deferimento da recuperação judicial.

V - Remessa oficial parcialmente provida para determinar a suspensão da execução judicial no tocante às CDA's nº 35.579.713-5 e nº 49.903.092-3.
(TRF5- PROCESSO: 00158408320124058300, APELREEX31040/PE, RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL IVAN LIRA DE CARVALHO (CONVOCADO), Quarta Turma, JULGAMENTO: 09/09/2014, PUBLICAÇÃO: DJE 18/09/2014 - Página 337).

- sublinhados inseridos -

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO DO DÉBITO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ART. 151, VI, DO CTN. INSUBSISTÊNCIA DA PENHORA 'ON LINE'. DESCONSTITUIÇÃO. 1. A teor do disposto no art. 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional, o parcelamento do débito suspende a exigibilidade do crédito tributário. 2. Situação em que o parcelamento foi formalizado em 04/12/2013, enquanto a penhora efetivada sobre a conta corrente do Embargante, bloqueando a quantia de R$ 42.850,95 (quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos), ocorreu em 10/12/2013. 3. Constrição efetivada que se mostra insubsistente, eis que, naquele instante, o crédito já era inexigível, nos moldes do dispositivo legal alhures mencionado, devendo ser a mesma desconstituída. Precedentes. Apelação improvida.

(TRF-5 - AC: 6532520134058001 , Relator: Desembargador Federal Geraldo Apoliano, Data de Julgamento: 08/05/2014, Terceira Turma, Data de Publicação: 14/05/2014).

- grifados adicionados -

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SUSPENSÃO. PARCELAMENTO. NECESSÁRIA A INÉRCIA DO CREDOR. 1. Para a caracterização da prescrição intercorrente, não basta o decurso de prazo superior a cinco anos desde os marcos interruptivos, sendo necessário estar evidente a ausência de impulso ou desídia do exequente em relação aos atos de cobrança. 2. O pedido de parcelamento do débito suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151 do CTN e, consequentemente acarreta a suspensão da execução fiscal, devendo este ser reativado em caso de inadimplemento ou extinto após a quitação do débito.

(TRF-4 - AC: 221420520124049999 RS 0022142-05.2012.404.9999, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 06/11/2013, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: D.E. 14/11/2013)

- destacados por acréscimos -

355
cd

13. Corrobora-se, portanto, a inexigibilidade do crédito em tela, porquanto o seu parcelamento desde o mês de agosto do corrente ano, devendo primar pela suspensão da respectiva execução e, posterior extinção, quando do pagamento da última parcela pretendida.

DIANTE DO EXPOSTO,

Requer-se, de Vossa Excelência, que conheça da SUSPENSÃO DO CRÉDITO EM VIRTUDE DO PARCELAMENTO COMPROVADO, sob a ótica do art. 151, inciso VI, do Código Tribunal Nacional.

Pugna-se, ainda, pela suspensão do processo executivo em tela, haja vista a realidade supra, até o adimplemento integral do débito, o qual deverá ocorrer à extinção do feito.

Por conseguinte, propugna-se pela obstaculização da hasta pública do bem imóvel penhorado, em decorrência da inexigibilidade do crédito executado.

Pede e espera deferimento.

Mossoró/RN, 03 de novembro de 2014

FRANCISCO MARCOS DE ARAÚJO

Advogado OAB/RN 2359

156
CB

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

LÚCIO SILVEIRA & FILHOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de n° 08.378.267/0001-29, com sede na Rua Coronel Gurgel, n° 114, Bairro Centro, CEP 59.600-200, na cidade de Mossoró – Estado do Rio Grande do Norte, representado por **VALTER ANUNCIATO DA SILVEIRA,** brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF n° 092.709.494-00, com endereço profissional no logradouro acima.

OUTORGADO

FRANCISCO MARCOS DE ARAÚJO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Rio Grande do Norte, sob o n° 2359, com escritório na Avenida Jorge Coelho de Andrade, 274, Costa e Silva, Mossoró/RN.

PODERES

A representação judicial e extrajudicial do outorgante, perante qualquer juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, com poderes para acompanhar todo o rito processual nas instâncias competentes, podendo, separadamente substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe convier praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, **no que concerne ao processo de Execução Fiscal n° 0001567-87.2012.4.05.8401, em tramitação na 8ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Mossoró/RN,** dando tudo por bom, firme e valioso.

Firma a presente procuração.
Mossoró/RN, 03 de novembro de 2014.

OUTORGANTE

157
CD

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CNPJ: 08.378.267/0001-29
Nome Empresarial: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

RECIBO DE PEDIDO DE PARCELAMENTO DA LEI Nº 12.996 DE 18 JUNHO DE 2014.

A pessoa jurídica acima identificada solicitou o parcelamento de débitos na modalidade Parcelamento de Demais Débitos - PGFN de que trata a Lei nº 12.996/2014.

Este pedido de parcelamento somente produzirá efeitos com o correspondente pagamento da antecipação ou sua primeira parcela, em valor não inferior ao estipulado no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei 12.996/2014, que deve ser efetuado até o dia 25/08/2014, com código de receita 4737.

O DARF para pagamento da 1º prestação da antecipação está disponível para impressão nas páginas da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na Internet.

Confirmação recebida via Internet
Pelo Agente Receptor SERPRO
em 21/08/2014 às 11:34:56 (horário de Brasília)
Recibo: 00017099899672321570
Certificação Digital: 3F79 9179 55C2 66DB 4536 E32F C627 986C
CNPJ: 08.378.267/0001-29
Autoridade Certificadora: AC Certisign RFB G4

Aprovado pela IN/RFB nº 738/07 | 2ª via

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

02	PERÍODO DE APURAÇÃO	25/08/2014
03	NÚMERO DO CPF OU CNPJ	08.378.267/0001-29
04	CÓDIGO DA RECEITA	4737
05	NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06	DATA DE VENCIMENTO	25/08/2014
07	VALOR PRINCIPAL	40.857,06
08	VALOR DA MULTA	
09	VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/69	
10	VALOR TOTAL	40.857,06
11	AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	

01 NOME / TELEFONE
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

DARF válido para pagamento até 25/08/2014
Domicílio tributário informado: MOSSORO
NÃO RECEBER COM RASURAS

Lei Nº 12.996 de 2014 – Parcelamento

21/08/2014 11:38:25

85640000408-6 57060064423-3 71083782670-4 00147374237-5

DARF emitido em duas vias. Recorte nas linhas tracejadas e efetue o pagamento na rede bancária autorizada.

22/08/2014 - BANCO DO BRASIL - 15:41:20
836010580 0287

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD BARRA

AG. ARRECADADOR	
CNC 001 - 8360 -	
CODIGO DE BARRAS	85640000408 57060064423 71083782670 00147374237
DATA DO PAGAMENTO	22/08/2014
PERIODO DE APURACAO	
NUMERO DO CPF	
CODIGO DA RECEITA	
NUMERO DE REFERENCIA	
DATA DO VENCIMENTO	
RECEITA BRUTA ACUMULADA	
PERCENTUAL	
VALOR DO PRINCIPAL	
VALOR DA MULTA	
VALOR DOS JUROS	
VALOR TOTAL	40.857,06
NR.AUTENTICACAO	6.F08.331.E26.BFE.BEB

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do(a) expediente/petição nº **2014.0061.008758-1**, que se vê adiante.

Mossoró, 12 de novembro de 2014.

Antonio Luiz Costa Junior
Estagiário(a)

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MOSSORÓ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 8ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAU DOS FERROS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Execução Fiscal
Processo nº 0001567-87.2012.05.8401
Exequente: UNIÃO (Fazenda Nacional)
Executado: LÚCIO SILVEIRA E FILHOS

A **UNIÃO – Fazenda Nacional,** por sua Procuradora abaixo subscrita, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **informar que o contribuinte solicitou administrativamente o parcelamento dos débitos cobro**, nos termos da reabertura dos prazos da Lei 11.941/09. Desse modo, considerando que **tal pedido ainda não foi deferido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**, requer a **suspensão da presente execução pelo prazo de 90 (noventa) dias,** enquanto se aguarda a **consolidação** do parcelamento pleiteado pela executada, nos moldes da Lei 11.941/09 (vide extratos em anexos).

Termos em que,
Pede deferimento.
Mossoró-RN, 05 de novembro 2014.

JACIEL PAIVA DO AMARAL NETO
ESTAGIÁRIO DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

GIANFRANCESCO NUNES TEIXEIRA
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

07NDV1417:04 610097581 BV 0156787201240558401UA

161
68

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CHISTPAR PGF - PGFN - DATAPREV CHISTPAR
DIVIDA ATIVA
05/11/2014 CONSULTA AO HISTORICO DO PARCELAMENTO 12:43:12

Credito: 352259981 CGC: 40.779.217/0001-66
F A T MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

Parcelamento	Dt.Concessao	Dt.Inibicao	Motivo Inibicao	Parc.pag
352259981	05/03/2003	29/05/2003	Cancelado	

XMIT

Fim da Consulta

Versão 0.268.01D12

362

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CPAR PGF - PGFN - DATAPREV CPAR
DIVIDA ATIVA
CONSULTA A INFORMACOES DO PARCELAMENTO 12:44:04

Parcel.: 352259981 PRC: 18200801 Acao Jud.:20039369 Honor:
CGC: 40.779.217/0001-66 : F A T MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
Dt.concessao.: 05/03/2003 Dt.Requer.: 05/03/2003 Dt.Descredenc.:
Dt.Atualiz.: 05/03/2003 Qtd.Agrup.: 1 Prim. Cota : 31/03/2003 Qtd. Parc.: 48
Inic/Fim Vigencia: 05/03/2003- Bco.: Ag.: CC.:
Num.Proc: Acao Jud. Parecer: Vara: 000 Comarca: 00000
Pag. Parc.: Dt.Pag.Parc.: Foro :

Modalidade Parcelamento: 61	Consolidado	Parcela
Principal Atualizado...	4.104,70	85,51
Multa.....	1.594,19	33,21
Juros.....	3.962,59	82,55
Honor/Encargo Legal....		
Juros/Honorario Refis..		
T O T A L.....	9.661,48	201,27

☐ - C-Demonstrativo de Consolidacao H-Historico do Parcelamento
A-Agrupados S-Saldo do Parcelamento P-Pagamento das parcelas

XMIT ☐

Fim de consulta

Versão 0.268.01D12

163
CD

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
05/11/2014 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 12:43:35

Credito: 352259981 CGC: 40.779.217/0001-66
Nome: **F A T MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME**

Doc. de Origem..: 22/09/2000 LDC - LANCAMENTO DE DEBITO CONFESSADO
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 22/09/2000 Livro: 1 Folha: 417
Dt. de Inscricao: 25/02/2003 RFB: 18.021.060 Orgao Inscr.: 18.221.000
Periodo da Divida: 05/1996 a 13/1998 PRC Tramitacao: 18.200.801
Comarca: 18080 Vara: 001 Acao Jud: 20039369 Primeira Instancia
Fase: **535 AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO** Dt. da Fase: **05/06/2003**
REFIS excluido 15/05/2002

Principal:	1.113,16	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	222,61	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	2.459,92	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	3.795,69		
Honorarios:	759,13		

Valores atualizados p/ 10/2014 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.01D12

__ PAEX,CONSULTA,CONSPEDIDO (CONSULTA PEDIDO PARCELAMENTO)

DATA : 05/11/2014 HORA : 15:25 USUARIO : GIANFRANCESCO

CNPJ: 40.779.217/0001-66 - F A T MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

	NRO RECIBO	DT-TRANSMISSAO	HO-TRANSMISSAO
CODIGO DE ACESSO - 689042727922	----------	25/07/2007	17:24:37
OPCAO PARC SN SRF	00000030589928992327	25/07/2007	17:24:13
L 12996-PGFN-PREV	00097399895232820580	22/08/2014	10:49:55
L 12996-PGFN-DEMAIS	00097399895232820570	22/08/2014	10:49:55
L 12996-RFB-PREV	00097399895232820560	22/08/2014	10:49:55

PF3=SAI PF12=VOLTA PF7=RECUA PF8=AVANCA

PAEX,CONSULTA,CONSCONTA (CONSULTA CONTA)

DATA : 05/11/2014 HORA : 15:27 USUARIO : GIANFRANCESCO

L.12996-PGFN-PREV

40.779.217/0001-66 - F A T MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

PEDIDO FORMALIZADO EM : 22/08/2014

OPCAO VALIDADA EM : 22/08/2014

ORGAO DE JURISDICAO : 04.202.00

CODIGO DE ACESSO :

SITUACAO : EM CONSOLIDACAO NA PGFN

PF1=AJUDA PF3=SAI PF12=VOLTA

166

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

ATO ORDINATÓRIO

A teor do disposto no artigo 162, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, modificado pela Lei 8.952, de 13.12.94, c/c o Provimento nº 01, de 25.03.2009, art. 87, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, **intime-se a parte contrária para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a petição e os documentos novos juntados pelo executado às fls. 147/165, nos termos do art. 398 do Código de Processo Civil.**

Mossoró, 13 de novembro de 2014.

JEFFERSON PEDROSA FEITOSA
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, citei/intimei o(a) representante da FAZENDA NACIONAL do inteiro teor do(a)(s) **ato ordinatório de fls. retro**, mediante remessa dos autos.

Mossoró, 17 / 11 / 14.

Servidor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

RECEBIMENTO

Nesta data, certifico o recebimento dos presentes autos.

Mossoró, 09 de dezembro de 2014.

Antonio Luiz Costa Junior
Estagiário(a)

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MOSSORÓ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 8ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE:

PROCESSO	**0001567-87.2012.4.05.8401**
EXEQUENTE	**UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**
EXECUTADO	**LÚCIO SILVEIRA E FILHOS**
CDA	**41212000334-00 e outras**

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, por seu Procurador adiante subscrito, vem, perante Vossa Excelência, em atenção ao teor da consulta em anexo, requerer o **sobrestamento da presente execução fiscal por 01 (um) ano**, determinando-se, após tal prazo, a abertura de nova vista dos autos a esta Procuradoria, para fins de análise da regularidade do parcelamento solicitado pela parte executada.

Pede deferimento.

Mossoró, 4 de dezembro de 2014.

Jaciel Paiva do Amaral Neto
Estagiário da Procuradoria da Fazenda Nacional

Gianfrancesco Nunes Teixeira
Procurador da Fazenda Nacional

04DEZ14 16:53 610094707 8V 0156787201240584041DA

PSFN-MOSSORO | Consulta Divida Ativa | 18/11/2014 09:34 | Tempo restante de conexão: 20:00

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41212000334 | Número de Inscrição: 41 2 12 000334-00 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 95.359,68 UFIR 89.615,31
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 95.359,68 UFIR 89 615,31
Receita:	3551 - DIV.ATIVA-IRPJ	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juizo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 269.369,91
Qtd. de Débitos:	0005	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012901726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 18/11/2014 09:34 | Tempo restante de conexão: 20:00

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA | Devedor
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5)

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41212000334 | Número de Inscrição: 41 2 12 000334-00 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Dados do Devedor - PGFN

Nome Completo:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS		Pág.: 1/1
CPF/CNPJ:	08378267/0001-29	Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
Atividade/Profissão:	COMERCIO ATACADISTA MERCADORIAS EM GERAL		
Endereço:	FELIPE CAMARAO 203		
Bairro:	PARAIBA	CEP:	59600-340
Município:	MOSSORO	UF:	RN

Consulta Histórico de Endereços da Inscrição

Dados do Devedor - RFB

Nome Completo:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS		
CPF/CNPJ:	08378267/0001-29	Situação Cadastral:	ATIVA
CNAE/Ocupação:	4646001 - COM RCIO ATACADISTA DE COSM TICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA		
Endereço:	BENTO PRAXEDES 65		
Bairro:	CENTRO	CEP:	59600-182
Município:	MOSSORO	UF:	RN

Situação do Optante no Parc. Simples Nacional 2007:
Data de Opção no Parc. Simples Nacional 2007:
Data de Exclusão do Parc. Simples Nacional 2007:
Situação do Optante da Lei 11.941: OPTANTE DA LEI 11.941/2009 COM PEDIDO DE PARCELAMENTO VALIDADO
Data da Opção a Lei 11.941:
Data de Negociação da Lei 11.941:
Data de Exclusão da Lei 11.941:
Modalidade da Lei 11.941:

Ajuda | Insc. Anterior | Prox. Inscrição | Pág. Anterior | Pág. Seguinte | Voltar

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 18/11/2014 09:34 | Tempo restante de conexão: 20:00

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41612000976 | Número de Inscrição: 41 6 12 000976-79 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 58.016,83 UFIR 54.521,94
Receita:	1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 165.545,46
Qtd. de Débitos:	0005	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012901726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO

Consulta Dívida Ativa

18/11/2014 09:35 Tempo restante de conexão: 20:00

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5)

Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41712000279 — Número de Inscrição: 41 7 12 000279-53 — Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 450907/2004-18 — CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	01/06/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 9.937,09 UFIR 9.338,49
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00015678720124058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 9 494,59 UFIR 8.922,64
Receita:	0810 - DIVATIVA-PIS	Qtd. de Pagamentos:	0001	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	PIS	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/09/2012	Valor Consolidado:	R$ 26.302,46
Qtd. de Débitos:	0003	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410012901726	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 18/11/2014 09:35 | Tempo restante de conexão: 20:00

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5)
Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41612000406 | Número de Inscrição: 41 6 12 000406-42 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 721197/2011-37 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	25/04/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 118.587,07 UFIR 111.443,53
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	1861020134058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 108.704,81 UFIR 102.156,56
Receita:	1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL	Qtd. de Pagamentos:	0005	Juízo:	917255 - SETOR DE DISTRIBUIÇÃO		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0001	Data de Protocolo:	05/02/2013	Valor Consolidado:	R$ 178.181,47
Qtd. de Débitos:	0002	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410013900067	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 18/11/2014 09:35 | Tempo restante de conexão: 20:00

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41212000092 | Número de Inscrição: 41 2 12 000092-90 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 721362/2011-51 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	25/04/2012	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 12.015,97 UFIR 11 292,01
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00003876520144058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 7.023,89 UFIR 6.600,70
Receita:	3560 - DIV.ATIVA-IRPJ FONTE	Qtd. de Pagamentos:	0013	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	Qtd. de Parcelamentos:	0001	Data de Protocolo:	01/04/2014	Valor Consolidado:	R$ 11.638,35
Qtd. de Débitos:	0024	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410014900502	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Prox. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 18/11/2014 09:35 | Tempo restante de conexão: 20:00

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41213001260 | Número de Inscrição: 41 2 13 001260-19 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 500731/2013-35 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12 996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	08/11/2013	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 22.327,19 UFIR 20.982,16
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00003876520144058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 22.327,19 UFIR 20.982,16
Receita:	3560 - DIV.ATIVA-IRPJ FONTE	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	01/04/2014	Valor Consolidado:	R$ 32.751,90
Qtd. de Débitos:	0011	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410014900502	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO | Consulta Dívida Ativa | 18/11/2014 09:36 | Tempo restante de conexão: 20:00

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA (www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41613003348 | Número de Inscrição: 41 6 13 003348-26 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 500732/2013-80 | CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	08/11/2013	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 1.450.070,23 UFIR 1.362.719,66
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00003876520144058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 1.450.070,23 UFIR 1.362.719,66
Receita:	4493 - DM.ATIVA-COFINS	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	01/04/2014	Valor Consolidado:	R$ 2.110.358,98
Qtd. de Débitos:	0026	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410014900502	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

PSFN-MOSSORO

Consulta Dívida Ativa

18/11/2014 09:36 Tempo restante de conexão: 20:00

DANIELLY BEATRYS BEZERRA DE FRANCA
(www3.pgfn.fazenda-10.15.26.5)

Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS OCORRÊNCIAS | DEVEDOR PARCELAMENTO | DÉBITOS VALORES | PAGAMENTOS EXECUÇÃO FISCAL | PROTESTOS

Parâmetro: 41713000885 Número de Inscrição: 41 7 13 000885-04 Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13433 500730/2013-91 CPF/CNPJ: 08378267/0001-29

Devedor Principal: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 12.996/14 - TODOS DEBITOS ATENDEM						
Data da Inscrição:	08/11/2013	Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	R$ 313.765,38 UFIR 294.864,40
Órgão de Origem:		Procuradoria de Inscrição:	RIO GRANDE DO NORTE	Nº. Único Judicial:	00003876520144058401		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-MOSSORO	Valor Remanescente:	R$ 313.765,38 UFIR 294.864,40
Receita:	0810 - DIV.ATIVA-PIS	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	410942 - 08ª VARA FEDERAL		
Série:	PIS	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	01/04/2014	Valor Consolidado:	R$ 456.856,66
Qtd. de Débitos:	0026	Qtd. de Protestos:	000	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:	
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	410014900502	Data da Extinção:			
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:							

Ajuda | Insc. Anterior | Prox. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

__ PAEX,CONSULTA,CONSPEDIDO (CONSULTA PEDIDO PARCELAMENTO)

DATA : 04/12/2014 HORA : 16:58 USUARIO : GIANFRANCESCO

CNPJ: 08.378.267/0001-29 - LUCIO SILVEIRA E FILHOS

		NRO RECIBO	DT-TRANSMISSAO	HO-TRANSMISSAO
CODIGO DE ACESSO - 158010640016		----------	11/09/2006	17:19:05
OPCAO PARC 120 :	COFINS	99975875602500	11/09/2006	17:08:18
:	PIS/PASEP	99975875602500	11/09/2006	17:08:18
L12865-PGFN-DEMAIS-ART 1		00017099899672321770	11/12/2013	11:41:23
L 12996-PGFN-PREV		00017099899672321580	21/08/2014	11:34:56
L 12996-PGFN-DEMAIS		00017099899672321570	21/08/2014	11:34:56
L 12996-RFB-DEMAIS		00017099899672321550	21/08/2014	11:34:56

PF3=SAI PF12=VOLTA PF7=RECUA PF8=AVANCA

PAEX,CONSULTA,CONSCONTA (CONSULTA CONTA)

DATA : 04/12/2014 HORA : 16:59 USUARIO : GIANFRANCESCO

L.12996-PGFN-PREV

08.378.267/0001-29 - LUCIO SILVEIRA E FILHOS

PEDIDO FORMALIZADO EM : 21/08/2014

OPCAO VALIDADA EM : 21/08/2014

ORGAO DE JURISDICAO : 04.202.00

CODIGO DE ACESSO :

SITUACAO : EM CONSOLIDACAO NA PGFN

PF1=AJUDA PF3=SAI PF12=VOLTA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0001567-87.2012.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do(a) expediente/petição nº **2014.0061.009928-8**, que se vê adiante.

Mossoró, 17 de dezembro de 2014.

BRUNO GURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

ARAÚJO, SOARES, BARRETO E ABREU
ADVOGADOS ASSOCIADOS

MARCOS ARAÚJO • NAERTON SOARES • EVANS CARLOS • BARRETO JÚNIOR • FERNANDA ABREU • OSCAR OLIVEIRA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA OITAVA VARA FEDERAL DA SUBSECÇÃO DE MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE.

17DEZ1412:07 5100099288 SV 01567872012405210101

COM REF. PROCESSO N.º 0001567-87.2012.4.05.8401.
AÇÃO DE EXECUÇÃO

LÚCIO SILVEIRA & FILHOS LTDA., já devidamente qualificada nos presentes autos, nos quais litiga com a **UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL,** não somenos individuadA, vem, por meio de seu procurador *in fine* subscrito, à respeitável e condigna presença de Vossa Excelência, **REQUERER A SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA** existentes nos autos, pelos fatos seguintes:

1. A executada devia à UNIÃO um pouco mais de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), tendo **REQUERIDO PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL**, no que foi **deferido**, estando em situação absolutamente regular, quitando as parcelas com pontualidade e rigor.

2. Nesse meio tempo, sem ter conhecimento, a executada teve penhorado UM PRÉDIO COMERCIAL localizado à rua Felipe Camarão nº 203, matrícula nº 1.641, avaliado em R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

3. Acontece que, esse imóvel já houvera sido vendido anteriormente para a CASA FREITAS LTDA., não tendo sido formalizada a transferência, no que restou impossibilitada agora em face da penhora.

4. Para evitar embaraços com a empresa compradora, vem a executada REQUERER A SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA, oferecendo em troca **OUTRO IMÓVEL ATÉ DE MAIOR VALOR**, consistente num prédio comercial na rua Coronel Gurgel nº 114, no Centro de Mossoró, Registro e Matrícula R-1.3.688, avaliado por três imobiliárias entre R$ 8.000.000,00 e R$ 10.000.000,00.

5. A garantia oferecida sobeja 20 (vinte) vezes o valor da dívida parcelada.

Assim, requer a executada a substituição da penhora existente pelo imóvel suso mencionado, cuja escritura vai em anexo, postulando pela liberação da garantia anterior.

P. Deferimento.

Mossoró/RN, 10 de dezembro de 2014.

FRANCISCO MARCOS DE ARAÚJO
Advogado OAB/RN 2359

184

Exigibilidade Suspensa no Procuradoria da Fazenda Nacional		
CNPJ 08.378.267/0001-29		
Inscrição	**Situação**	
41.2.01.000215-33	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-C/ PARC ANT-TODOS DEBITOS AT	Detalhar
41.6.01.000584-87	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-C/ PARC ANT-TODOS DEBITOS AT	Detalhar
41.6.03.000672-69	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-C/ PARC ANT-TODOS DEBITOS AT	Detalhar
[redacted]	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS AT	Detalhar
[redacted]	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS AT	Detalhar
[redacted]	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS AT	Detalhar
41.6.12.000977-50	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS AT	Detalhar
41.6.13.000178-55	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS AT	Detalhar
41.6.13.003567-14	ATIVA NAO AJUIZ AGUARD NEG LEI 11.941-S/PARC ANT-TODOS DEBITOS AT	Detalhar

185
369

Receita Federal

19/08/2014

Situação Fiscal do Contribuinte - e-CAC

Exigibilidade Suspensa na Procuradoria da Fazenda Nacional

Contribuinte:	08.378.267/0001-29	**Processo:**	13433.450.907/2004-18
Tipo de devedor:	DEVEDOR PRINCIPAL		
Tributo:	3551-IRPJ		
Número de inscrição:	41.2.12.000334-00	**Data da inscrição:**	01/06/2012
Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS AT		
Data do ajuizamento:	30/07/2012		
PFN responsável:	RIO GRANDE DO NORTE		

186

Receita Federal

19/08/2014

Situação Fiscal do Contribuinte - e-CAC

Exigibilidade Suspensa na Procuradoria da Fazenda Nacional

Contribuinte:	08.378.267/0001-29	**Processo:**	13433.450.907/2004-18
Tipo de devedor:	DEVEDOR PRINCIPAL		
Tributo:	1804-CONTRIBUICAO SOCIAL		
Número de inscrição:	41.6.12.000976-79	**Data da inscrição:**	01/06/2012
Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS AT		
Data do ajuizamento:	30/07/2012		
PFN responsável:	RIO GRANDE DO NORTE		

187

Receita Federal

19/08/2014

Situação Fiscal do Contribuinte - e-CAC

Exigibilidade Suspensa na Procuradoria da Fazenda Nacional

Contribuinte:	08.378.267/0001-29	**Processo:**	13433.450.907/2004-18
Tipo de devedor:	DEVEDOR PRINCIPAL		
Tributo:	0810-PIS		
Número de inscrição:	41.7.12.000279-53	**Data da inscrição:**	01/06/2012
Situação:	ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-S/ PARC ANT-TODOS DEBITOS AT		
Data do ajuizamento:	30/07/2012		
PFN responsável:	RIO GRANDE DO NORTE		

Ciro IMÓVEIS

CORRETOR DE IMÓVEIS Creci- 3222-F

AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

PRÉDIO COMERCIAL

RUA CORONEL GURGEL, Nº 114 CENTRO.

MOSSORÓ/RN

189

IMÓVEL:
Prédio Comercial (LOJA DO PAPAI)

ENDEREÇO:
Rua Cel. Gurgel, 114 - centro – Mossoró/RN

AVALIADOR:	DATA VISTORIA
José Ciro de Souza - Creci 3222-F / RN	09 de dezembro de 2014

CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

Usos Predominantes	Infra-estrutura		Equip. Comunitários
[x] Res. Unifamiliar	[X] Água	[x] Pavimentação	[x] Escola
[ ] Res. Multifamiliar	[x] Esgoto	[x] Coleta de lixo	[x] Saúde pública
[x] Comercial	[x] Energia Elétrica	[x] Transp. coletivo	[X] Comércio
[ ] Industrial	[x] Telefone*		[x] Segurança Pública

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL:

PRÉDIO COMERCIAL, COM TERREO E MAIS DOIS PAVIMENTOS, SITUADO NO CENTRO DE MOSSORÓ, NA RUA CORONEL GURGEL, COM FUNDOS CORRESPONDENTES COM A PRAÇA BENTO PRAXEDES.

TERRENO

Forma	Topografia	Situação	Superfície	Fração ideal
Regular	Plana	De centro	Seca	100%

Área	Frente	Lado Direito	Lado esquerdo	Fundos
389,20m²	7,00m	55,60m	55,60m	55,60m

AREA CONSTRUÍDA

Aproximadamente 1.167,60 m².

VALOR DE AVALIAÇÃO	Área Em m²	Valor Mínimo (R$)		Valor Máximo (R$)	
		m²	Total	m²	Total
Construção	1.167,60	7.000,00	8.173.200,00	8.000,00	9.340.800,00
TOTAL==========➔		**R$ 8.173.200,00**		**R$ 9.340.800,00**	

José Ciro de Souza
CPF: 034.253.954-08
Diretor Administrativo

FACHADA



IMAGEM SATÉLITE



José Cláudio de Souza
CPF: 038.253.954-08
Diretor Administrativo

Conclusão

Os valores estabelecidos por metro quadrado para as edificações, foram definidos levando-se em consideração o tipo e a qualidade do acabamento do imóvel avaliado, e foi necessário visita in loco ao imóvel mencionado.

A avaliação desse imóvel foi elaborada de forma minuciosa com trabalho de campo, visita, pesquisas em outros imóveis do bairro, análise da construção, alvenaria e qualidade e infra estrutura.

O imóvel ora citado tem um valor de mercado mínimo de R$ 8.173.200,00 (oito milhões, cento e setenta e três mil e duzentos reais) e máximo de R$ 9.340.800,00 (nove milhões, trezentos e quarenta mil e oitocentos reais).

Mossoró/RN, 10 de dezembro de 2014.

José [illegible] de Souza
[illegible] 034.253.954-08
Diretor Administrativo

182
363

República Federativa do Brasil
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMARCA DE MOSSORÓ
2º. Cartório Judiciário
RUA SANTOS DUMONT, nº. 86 - FONE 321-2543

Francisco das Chagas Ferreira Gomes
Tabelião

Escritura de: COMPRA E VENDA.-

Livro n.º 039 - - Fls. 123 a 125v. - -

Valor: Cr$ 10.000.000,00./

Data Mossoró, 21 de julho de 1982. /=/=/=/=/=/=/=/=/=/==/==

Outorgantes VENDEDORES: FRANCISCO DA SILVEIRA CHAVES e sua = esposa, dona FRANCISCA DE FREITAS GADÊ CHAVES. /=/=/=/=/=/=/=/

Outorgado COMPRADORA: LÚCIO SILVEIRA & FILHOS./=/=/=/=/=/

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

Imóvel: UMA CASA RESIDENCIAL, construida de tijolos e coberta de telhas, situada nesta cidade de Mossoró, no alinhamento-rua Cel. Gurgel nº 114. /=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=

183

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Francisco das Chagas Ferreira Gomes
Tabelião do 2º. Ofício



Traslado PRIMEIRO = ==
Lv. de Notas Nº. 039- = =
Folhas 123 a 125v. = =

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMARCA DE MOSSORÓ

Escritura PÚBLICA DE COM-- PRA E VENDA que entre fazem o Sr. FRANCISCO DA SILVEIRA CHAVES e sua esposa, dona FRANCISCA DE FREITAS GADÊ CHAVES, como OUTORGANTES VENDEDORES e a firma LÚCIO SILVEIRA & FILHOS, como OUTORGADA COMPRADORA, na declarada forma abaixo:

SAIBAM= quantos esta pública escritura de compra e venda virem ou = dela notícias tiverem que, aos vinte e hum (21) dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e oitenta e dois (1982),= neste cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, República Federativa do Brasil, neste cartório do 2º Oficio,= sito à rua Santos Dumont, nº 86, perante mim, tabelião, compareceram partes entre si justas, avindas e contratadas, a saber: de um lado, como OUTORGANTES VENDEDORES, o SR. FRANCISCO DA SILVEIRA CHAVES, comerciário e sua esposa, dona == FRANCISCA DE FREITAS GADÊ CHAVES, do lar, ambos brasileiros, casados, inscritos no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 003.527.804-87, domiciliados e residentes neste cidade de Mossoró, à rua Cel. Gurgel, nº 114, e, de outro lado, como OUTORGADA COMPRADORA- LÚCIO SILVEIRA & FILHOS, firma comercial desta praça, com séde à rua Felipe Camarão, nº 203, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 08.378.267/0001-29, neste ato representada pelos Srs. Valter Anunciato da Sil-- veira, C.P.F. (MF) nº 092.709.494-00; Valdemar Anunciato da Silveira, C.P.F.(MF) nº 056.286.104-10 e Lúcia José da Silveira, C.P.F. nº 003.652.114-00, brasileiros, casados, co-- merciantes, domiciliados e residentes neste cidade, respectivamente Diretor Financeiro, Diretor Comercial e Diretor Ad-

2.º OFICIO DE NOTAS

MOSSORÓ - RN.

PRIMEIRO CARTÓRIO Mossoró

SILVEIRA & FILHOS, já qualificada, o referido imóvel acima descrito e confrontado e desde já cedem e transferem à mesma outorgada compradora toda a posse, dominio, direitos e ação que sobre o aludido imóvel ora vendido exerciam, para que possa a mesma outorgada dele usar, gozar e livremente dispor como seu que é e fica sendo de hoje em diante por força desta escritura, obrigando-se, por si, seus herdeiros ou sucessores, a fazerem esta venda em qualquer tempo sempre boa, firme e valiosa e a responderem pela evicção. Pela outorgada compradora e ante as testemunhas me foi dito que aceitava esta escritura nos seus expressos termos. Foi pago o imposto de transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos sobre o presente instrumento, conforme conhecimento nº 172.215, datado de 19 de julho de 1982, fornecido pela Coletoria Estadual de Mossoró. Foram apresentadas e ficam arquivadas neste cartório as Certidões de Quitação Federal nº 07152, datada de 09 de junho de 1982; Estadual nº 03728/82, datada de 17 de junho de 1982 e Municipal nº 6530/82, datada de 02 de junho de 1982. E de como assim o disseram, do que dou fé, pediram-me e eu lhes lavrei este instrumento que lhes li, acharam conforme, aceitaram e assinam com as testemunhas José de Oliveira França, solteiro, maior, cartorário e Flaviano de Holanda Montenegro, casado, funcionário público, domiciliados e residentes nesta cidade, minhas conhecidas, do que dou fé. Eu, Maria Altinete Amorim da Silva, ajudante compromissada, a escrevi. E eu, Francisco das Chagas Ferreira Gomes, tabelião do 2º Oficio, a subscrevo e assino. (a) Francisco das Chagas Ferreira Gomes- Tabelião do 2º Oficio. Mossoró, 21 de julho de 1982- (aa) Francisco da Silveira Chaves- Francisco de Freitas Gadê Chaves - Valter Anunciato da Silveira- Valdemar Anunciato da Silveira - Lúcio José da Silveira- Tests. (aa) José de Oliveira França- Flaviano de Holanda Montenegro. Nada mais. Fiel ao original com o qual conferi; dou fé. Eu, [illegible] tabelião do 2º Oficio, o datilografei, conferi, subscrevo e assino em público e raso de que uso./=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/

Mossoró (RN), 21 de julho de 1982

Em testemunho da verdade.

O TABELIÃO DO 2º OFICIO

Francisco das Chagas Ferreira Gomes
Tabelião e Escrivão do 2.º Ofício
C.P.F. 012 220 804

Brasil Imóveis
Imobiliária Ltda.

PARECER

MERCADOLÓGICO

IMÓVEL:

PREDIO COMERCIAL
(Loja do Papai)

ENDEREÇO:

Localizado na Rua Cel. Gurgel, 114 – bairro Centro – neste município de Mossoro/RN.

Brasil Imóveis
Imobiliária Ltda.

PARECER MERCADOLÓGICO

CLIENTE INTERESSADO:	PROPRIETÁRIO(A):
LÚCIO SILVEIRA & FILHOS	LÚCIO SILVEIRA & FILHOS

A requerimento verbal do interessado acima, executamos perícia no imóvel abaixo relacionado objetivando estabelecer o preço de mercado para venda.

I. IL (tipo, finalidade e uso atual)

PRÉDIO COMERCIAL

ENDEREÇO:

Localizado na Rua Cel. Gurgel, 114 – bairro Centro – neste município de Mossoro/RN.

CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

Usos Predominantes	Infra-estrutura		Equip. Comunitários
[x] Res. Unifamiliar	[X] Água	[X] Pavimentação	[x] Escola
[X] Res. Multifamiliar	[X] Esgoto	[X] Coleta de lixo	[x] Saúde pública
[X] Comercial	[X] Energia Elétrica	[X] Transp. coletivo	[x] Comércio
[ ] Industrial	[X] Telefone		[x] Segurança Pública

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

TERRENO

Forma	Topografia	Situação	Superfície	Fração ideal
Regular	Plana	De centro	seca	1

Área	Frente	Lado Direito	Lado Esquerdo	Fundos
389,20m²	7,00m	55,60m	55,60m	7,00m

BRASIL IMÓVEIS IMOBILIÁRIA LTDA.
Rua Antônio Vieira de Sá, 17-B – Cep. 59.607-100 – Bairro Aeroporto – Mossoró/RN.
CRECI/RN 1677 J - CNPJ/MF: 04.077.549/0001-35 – Fone. (84) 3316-6464.

Raimundo P. Nunes Neto
CRECI: 1795
17ª Região/RN

Brasil Imóveis
Imobiliária Ltda.

EDIFICAÇÃO

Tipo	Nº pavimentos	Situação	Idade aparente (em anos)	Nº Elevadores
Prédio Comercial	**03**	**Isolado**	**10anos**	—

	Área de Const.		Área Equivalente		Outras áreas	Nº Vagas Garagem
Área Privativa	**1.167,60**	m²		m²		Coberta:
Uso Comum	-	m²		m²		Descoberta:
Total	**1.167,60**	m²		m²		Total :

Padrão Acabamento	Estado de Conservação	Tipo de forro	Tipo de Piso	Tipo Esquadrias	Armários
Normal	**Bom**	**Laje, Gesso e PVC**	**Cerâmica e cimentado**	**Ferro e alumínio**	—

VALOR DE AVALIAÇÃO	Área Em m²	Valor por m²	Total
Construção	1.167,60	8.000,00	9.340.800,00
TOTAL ⟹			**R$ 9.340.800,00**

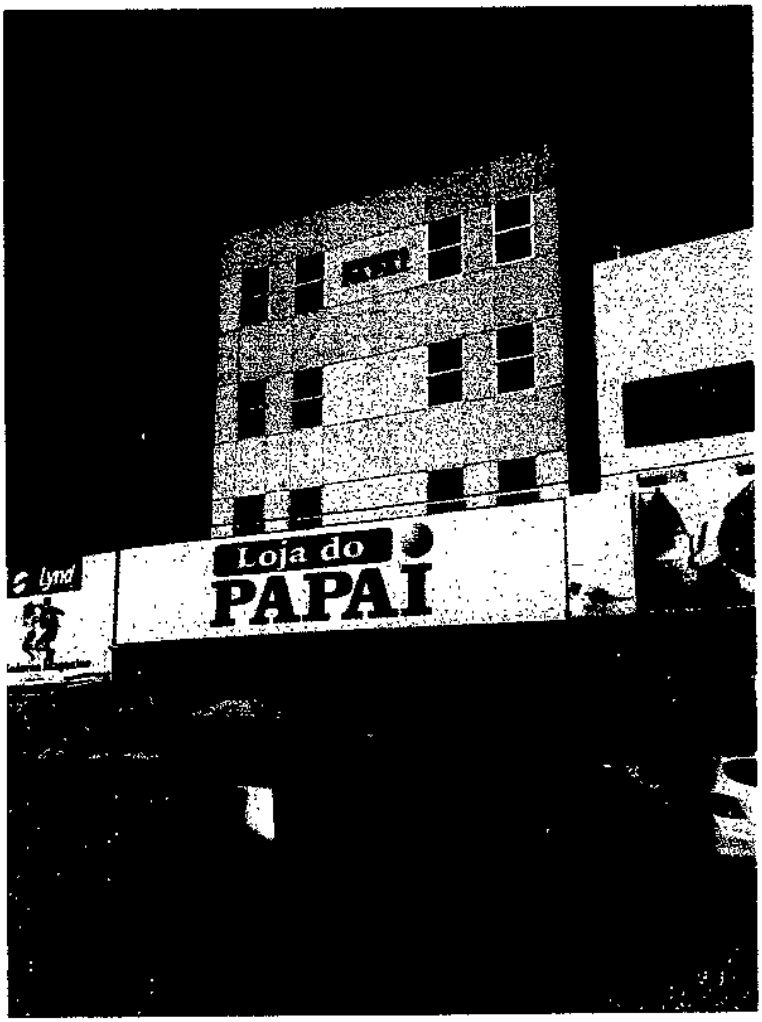
- Dessa forma após perícia no local e constatações de valores de imóveis similares na região do imóvel paradigma, avaliamos o imóvel em questão por **R$ 9.340.800,00 (nove milhões, trezentos e quarenta mil e oitocentos reais),** p[illegible]ndo ter variação para maior ou menor em até 10%, de acordo com o potencial e o comportamento do mercado.

Mossoró/RN, 10 de dezembro de 2014.

BRASIL IMÓVEIS IMOBILIARIA LTDA.
RAIMUNDO PERERIA NUNES NETO
CRECI 1795/RN
Diretor

Brasil Imóveis
Imobiliária Ltda.

FOTOS:



Raimundo P. Nunes Neto
CRECI: 1795
17ª Região/RN

República Federativa do Brasil
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMARCA DE MOSSORÓ
2º. Cartório Judiciário
RUA SANTOS DUMONT, nº. 86 - FONE 321-2543

Francisco das Chagas Ferreira Gomes
Tabelião

Escritura de: COMPRA E VENDA.-

Livro n.º 039 - - Fls. 123 a 125v. - -

Valor: Cr$ 10.000.000,00./

Data Mossoró, 21 de julho de 1982. /=/=/=/=/=/=/=/=/=/==/==

Outorgante S VENDEDORES: FRANCISCO DA SILVEIRA CHAVES e sua = esposa, dona FRANCISCA DE FREITAS GADÊ CHAVES. /=/=/=/=/=/=/=/

Outorgado COMPRADORA: LÚCIO SILVEIRA & FILHOS./=/=/=/=/=/

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

Imóve l: UMA CASA RESIDENCIAL, construida de tijolos e coberta de telhas, situada nesta cidade de Mossoró, no alinhamento rua Cel. Gurgel nº 114. /=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=

200
309

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Francisco das Chagas Ferreira Gomes
Tabelião do 2º. Ofício

Traslado PRIMEIRO = ==
Lv. de Notas Nº. 039- = =
Folhas 123 a 125v. = =

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMARCA DE MOSSORÓ

Escritura PÚBLICA DE COM-- PRA E VENDA que entre fazem o Sr. FRANCISCO DA SILVEIRA CHAVES e sua esposa, dona FRANCISCA DE FREITAS GADÊ CHAVES, como OUTORGANTES VENDEDORES e a firma LÚCIO SILVEIRA & FILHOS, como OUTORGADA COMPRADORA, na declarada forma abaixo:

SAIBAM= quantos esta pública escritura de compra e venda virem ou = dela notícias tiverem que, aos vinte e hum (21) dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e oitenta e dois (1982),= nesta cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, República Federativa do Brasil, neste cartório do 2º Ofício,= sito à rua Santos Dumont, nº 86, perante mim, tabelião, compareceram partes entre si justas, avindas e contratadas, a saber: de um lado, como OUTORGANTES VENDEDORES, o SR. FRANCISCO DA SILVEIRA CHAVES, comerciário e sua esposa, dona == FRANCISCA DE FREITAS GADÊ CHAVES, do lar, ambos brasileiros, casados, inscritos no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 003.527.804-87, domiciliados e residentes nesta cidade de Mossoró, à rua Cel. Gurgel, nº 114, e, de outro lado, como OUTORGADA COMPRADORA- LÚCIO SILVEIRA & FILHOS, firma comercial desta praça, com séde à rua Felipe Camarão, nº 203, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 08.378.267/0001-29, neste ato representada pelos Srs. Valter Anunciato da Sil-- veira, C.P.F. (MF) nº 092.709.494-00; Valdemar Anunciato da Silveira, C.P.F.(MF) nº 056.286.104-10 e Lúcia José da Silveira, C.P.F. nº 003.652.114-00, brasileiros, casados, co-- merciantes, domiciliados e residentes nesta cidade, respectivamente Diretor Financeiro, Diretor Comercial e Diretor Ad-

Processo: 0001567-87.2012.4.05.8401
Assinado eletronicamente por:
RODRIGO FARIAS DE MENEZES - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 28/07/2020 15:10:29
Identificador: 4058401.7375167
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20072815062259300000007396909

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Jud.-Rio Grande do Norte

Emitido em 29/11/2012 14:46

Termo de Autuação

Mossoró, 29 de novembro de 2012, nesta Secretaria da 8 a. VARA FEDERAL autuo os documentos adiante, em _____ folha(s), com 0 apenso(s), na seguinte conformidade:

Processo.....: 0001567-87.2012.4.05.8401
Classe do processo.....: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....: 25/09/2012 09:37:00
2. Número de volumes.....: 1
3. Nro. do processo adm....: 13433 450907/2004-18
4. Valor de execução.....: R$ 429.559,63
5. Observações.....:
6. Vara.....: 8 a. VARA FEDERAL - Juiz Substituto
7. Tipo de distribuição.....: Distribuição - Ordinária
8. Data/Hora distribuição....: 27/11/2012 17:02
9. Distr. lançada por.....: NEWTON FLADSTONE BARBOSA DE MOURA
10. Usuário ult. alteração....: NEWTON FLADSTONE BARBOSA DE MOURA
11. Data última alteração....: 27/11/2012 17:02
12. Processo Prevento.....:
13. Nro. Inscrição C.D.A.....: 41 2 12 000334-00
41 6 12 000976-79
41 7 12 000279-53

SEQ- Tipo Parte	Nome das Partes do Processo	Característica
1-EXEQUENTE	UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	
2-EXECUTADO	LUCIO SILVEIRA & FILHOS	

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL -
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

JUÍZO DA SECAO JUDICIARIA - MOSSORO

Justiça Federal - RN
0001567-87.2012.4.05.8401

JFRN
25SET2012 37 61010510?

A **União** , CNPJ-00394460/0216-53, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, com fundamento na Lei 6.380/80, vem propor em face de **LUCIO SILVEIRA E FILHOS** , inscrita(o) no **Cadastro De Pessoas Jurídicas** sob o n. **08378267/0001-29** , domiciliada(o) na **FELIPE CAMARAO 203, PARAIBA, MOSSORO, CEP 59600-340**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

consubstanciada na(s) seguinte(s) certidão(ões) de Inscrição em Dívida Ativa, que integra(m) a presente petição inicial:

N. DO PROCESSO ADM.	N. DA INSCRIÇÃO	VALOR ATUALIZADO
13433 450907/2004-18	41 2 12 000334-00	R$ 250.164,46
13433 450907/2004-18	41 6 12 000976-79	R$ 153.860,84
13433 450907/2004-18	41 7 12 000279-53	R$ 25.534,33

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012.

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

07

Para tanto, requer-se na forma do art. 8 da Lei 6.830/80, e art. 172 parágrafo 2, do Código de Processo Civil:
1. A citação da(o) Executada(O), pelo correio, com Aviso de Recepção(AR), para pagar, no prazo legal, as dívidas inscritas, devidamente atualizadas, acrescidas de juros, encargos previstos no Decreto-Lei n. 1.025/69, alterado pelo Decreto-Lei n. 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens livres e desembaraçados para garantir a execução em consonância que a legislação em vigor, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem a plena execução da dívida;
2. Não paga a dívida ou não garantida a execução, a expedição de mandado de penhora e avaliação a recair sobre tantos bens quantos bastem à garantia integral da dívida, inclusive imóveis, nesse caso procedendo-se à intimação do cônjuge e à notificação do cartório de registro competente.
- Dá-se à causa o valor atualizado de **R$*429.559,63********** (*QUATROCENTOS E VINTE E NOVE MIL QUINHENTOS E CINCOENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS******** **********), consoante o disposto no art. 6, parágrafo 4, Lei de Execuções Fiscais, que corresponde ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s).

Pede deferimento.

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012.

4 1 0 0 1 2 9 0 1 7 2 6

0147891 00004/00064

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 39608

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00001 / 00011

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **41 2 12 000334-00** , da série **IRPJ/2012** desde, **01/06/2012**

Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
CPF/CNPJ: **08378267/0001-29**
End: **FELIPE CAMARAO 203, PARAIBA, MOSSORO, CEP 59600-340**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
13433 450907/2004-18	**R$ 95.359,68**	**UFIR 89.615,31**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012.

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 2 12 000334-00**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1122000	**IMPOSTO**	**31/01/2001**	**01/02/2001**	**01/02/2001**	**R$ 25.824,23** **UFIR 24.268,61**

fundamentação legal

ART 27 E PARS DL 5844/43; ART 25 L 8981/95; ARTS 1 E 3 E PARS 1, 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E 3 L 9249/95; ARTS 1, 4, 5 E PARS 1, 2 E 4, ART 19 PAR 7, ART 22 PAR 3, ART 25 E INCS, E ARTS 51, 53 , 54, 55, 60 E 70 PAR 3 E INC III L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 2 L 9779/99; ART 4 E PAR UN L

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 2 12 000334-00**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 5.164,84
1122000	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**UFIR 4.853,72**

fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

08

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 2 12 000334-00**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1092001	**IMPOSTO**	**31/10/2001**	**01/11/2001**	**01/11/2001**	**R$ 8.665,03** **UFIR 8.143,05**

fundamentação legal

ART 27 E PARS E ART 32 DL 5844/43; ART 6 E PARS DL 1598/77; ART 46 PAR 3 L 8383/91; ART 3 E INC II L 8200/91; ART 25 L 8981/95; ARTS 1, 3 E PARS 1, 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E 3 E ART 25 E PAR S (COMB C/ART 1 L 9430/96) L 9249/95; ART 1 PAR UN L 9316/96; ARTS 1 E PARS, 4, 5 E PARS 1, 2 E

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 2 12 000334-00**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1092001	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.733,00** **UFIR 1.628,61**

fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 39608

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00006 / 00011

10
4

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 2 12 000334-00**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 15.927,70
1122001	**IMPOSTO**	**31/01/2002**	**01/02/2002**	**01/02/2002**	**UFIR 14.968,23**

fundamentação legal

ART 27 E PARS E ART 32 DL 5844/43; ART 6 E PARS DL 1598/77; ART 46 PAR 3 L 8383/91; ART 3 E INC II L 8200/91; ART 25 L 8981/95; ARTS 1, 3 E PARS 1, 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E 3 E ART 25 E PAR 5 (COMB C/ART 1 L 9430/96) L 9249/95; ART 1 PAR UN L 9316/96; ARTS 1 E PARS, 4, 5 E PARS 1, 2 E

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 2 12 000334-00**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
					R$ 3.185,54
1122001	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	**-**	**-**	**-**	**UFIR 2.993,64**

fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

12

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 2 12 000334-00**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1092002	**IMPOSTO**	**31/10/2002**	**01/11/2002**	**01/11/2002**	**R$ 7.937,14** **UFIR 7.459,01**

fundamentação legal

ART 27 E PARS E ART 32 DL 5844/43; ART 6 E PARS DL 1598/77; ART 46 PAR 3 L 8383/91; ART 3 E INC II L 8200/91; ART 25 L 8981/95; ARTS 1, 3 E PARS 1, 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E 3 E ART 25 E PAR S (COMB C/ART 1 L 9430/96) L 9249/95; ART 1 PAR UN L 9316/96; ARTS 1 E PARS, 4, 5 E PARS 1, 2 E

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 2 12 000334-00**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1092002	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.587,42** **UFIR 1.491,80**

fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00010 / 00011

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 2 12 000334-00**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
					R$ 21.112,32
1122002	**IMPOSTO**	**31/01/2003**	**03/02/2003**	**03/02/2003**	**UFIR 19.840,54**

fundamentação legal

ART 27 E PARS E ART 32 DL 5844/43; ART 6 E PARS DL 1598/77; ART 46 PAR 3 L 8383/91; ART 3 E INC II L 8200/91; ART 25 L 8981/95; ARTS 1, 3 E PARS 1, 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E 3 E ART 25 E PAR S (COMB C/ART 1 L 9430/96) L 9249/95; ART 1 PAR UN L 9316/96; ARTS 1 E PARS, 4, 5 E PARS 1, 2 E

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00011 / 00011

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 2 12 000334-00**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1122002	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 4.222,46** **UFIR 3.968,10**

fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00001 / 00011

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **41 6 12 000976-79** , da série **DO/2012** desde, **01/06/2012**

Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
CPF/CNPJ: **08378267/0001-29**
End: **FELIPE CAMARAO 203, PARAIBA, MOSSORO, CEP 59600-340**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
13433 450907/2004-18	**R$ 58.016,83**	**UFIR 54.521,94**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012.

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 6 12 000976-79**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	**R$ 20.731,68**
1122000	**CONTRIBUIC AO**	**31/01/2001**	**01/02/2001**	**01/02/2001**	**UFIR 19.482,83**

fundamentação legal

ARTS 1 E 4 L 7689/88; ART 25 COMB C/ART 57 L 8981/95; ARTS 1 E 19 L 9249/95; ARTS 1 E 5 E PARS 1 , 2 E 4, ART 19 PAR 7 E ART 22 PAR 3 COMBS C/ ART 28, ARTS 29 E INCS, 55 E 60 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 4 E PAR UN L 9964/00; ARTS 6 E INC II, 21, 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2113/00-26

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

18

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 6 12 000976-79**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 4.146,33
1122000	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**UFIR 3.896,56**

fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 6 12 000976-79**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 5.199,02
1092001	**CONTRIBUIC AO**	**31/10/2001**	**01/11/2001**	**01/11/2001**	**UFIR 4.885,83**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E PAR 1 E AL "C" (C/ALT ART 2 L 8034/90) E ART 4 L 7689/88; ART 3 E INC II L 8003/90; ARTS 2, 3 E INC II E 6 (COMB C/ART 41 PAR 2 E ART 45 PAR 3 DEC 332/91) L 8200/91; ART 25 COMB C/ ART 57, ARTS 57, 100 E 105 L 8981/95; ARTS 1, 13 E INCS E 19 L 9249/95; ARTS 1 E PARS, 5 E PARS

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

20

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 450907/2004-18

Nº de Inscrição
41 6 12 000976-79

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1092001	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.039,80** **UFIR 977,16**

fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00006 / 00011

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 6 12 000976-79**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1122001	**CONTRIBUIC AO**	**31/01/2002**	**01/02/2002**	**01/02/2002**	**R$ 7.893,97** **UFIR 7.418,44**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E PAR 1 E AL "C" (C/ALT ART 2 L 8034/90) E ART 4 L 7689/88; ART 3 E INC II L 8003/90; ARTS 2, 3 E INC II E 6 (COMB C/ART 41 PAR 2 E ART 45 PAR 3 DEC 332/91) L 8200/91; ART 25 COMB C/ ART 57, ARTS 57, 100 E 105 L 8981/95; ARTS 1, 13 E INCS E 19 L 9249/95; ARTS 1 E PARS, 5 E PARS

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 39608

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 6 12 000976-79**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1122001	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.578,79** **UFIR 1.483,68**

fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 6 12 000976-79**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1092002	**CONTRIBUIC AO**	**31/10/2002**	**01/11/2002**	**01/11/2002**	**R$ 4.762,28** **UFIR 4.475,40**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E PAR 1 E AL "C" (C/ALT ART 2 L 8034/90) E ART 4 L 7689/88; ART 3 E INC II L 8003/90; ARTS 2, 3 E INC II E 6 (COMB C/ART 41 PAR 2 E ART 45 PAR 3 DEC 332/91) L 8200/91; ART 25 COMB C/ ART 57, ARTS 57, 100 E 105 L 8981/95; ARTS 1, 13 E INCS E 19 L 9249/95; ARTS 1 E PARS, 5 E PARS

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 6 12 000976-79**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 952,45
1092002	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**UFIR 895,08**

fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 6 12 000976-79**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO REAL RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1122002	**CONTRIBUIC AO**	**31/01/2003**	**03/02/2003**	**03/02/2003**	**R$ 9.760,43** **UFIR 9.172,47**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E PAR 1 E AL "C" (C/ALT ART 2 L 8034/90) E ART 4 L 7689/88; ART 3 E INC II L 8003/90; ARTS 2, 3 E INC II E 6 (COMB C/ART 41 PAR 2 E ART 45 PAR 3 DEC 332/91) L 8200/91; ART 25 COMB C/ ART 57, ARTS 57, 100 E 105 L 8981/95; ARTS 1, 13 E INCS E 19 L 9249/95; ARTS 1 E PARS, 5 E PARS

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 450907/2004-18

Nº de Inscrição
41 6 12 000976-79

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1122002	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.952,08** **UFIR 1.834,49**

fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00001 / 00007

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **41 7 12 000279-53** , da série **PIS/2012** desde, **01/06/2012**

Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
CPF/CNPJ: **08378267/0001-29**
End: **FELIPE CAMARAO 203, PARAIBA, MOSSORO, CEP 59600-340**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
13433 450907/2004-18	**R$ 9.937,09**	**UFIR 9.338,49**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS

EM ANEXO

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012.

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 7 12 000279-53**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 2.035,37
1032002	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**15/04/2002**	**16/04/2002**	**02/05/2002**	**UFIR 1.912,76**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5, 6 (C/ALTS ARTS 4 E PAR UN, 5 E PAR UN E 6 E PAR UN L 9718/98 (C/ALTS ART 3 L 9990/00)) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 3 L 9990/00; ART 1 E INCS L 10147/00; ARTS 18, 30 E PARS, 35 E

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00003 / 00007

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 7 12 000279-53**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1032002	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 407,07** **UFIR 382,55**

fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 7 12 000279-53**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 2.965,94
1042002	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**15/05/2002**	**16/05/2002**	**03/06/2002**	**UFIR 2.787,27**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5, 6 (C/ALTS ARTS 4 E PAR UN, 5 E PAR UN E 6 E PAR UN L 9718/98 (C/ALTS ART 3 L 9990/00)) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 3 L 9990/00; ART 1 E INCS L 10147/00; ARTS 18, 30 E PARS, 35 E

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00005 / 00007

31

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 450907/2004-18

Nº de Inscrição
41 7 12 000279-53

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 593,18
1042002	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**UFIR 557,45**

fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 450907/2004-18	**41 7 12 000279-53**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	**R$ 3.279,61**
1052002	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**14/06/2002**	**17/06/2002**	**01/07/2002**	**UFIR 3.082,05**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5, 6 (C/ALTS ARTS 4 E PAR UN, 5 E PAR UN E 6 E PAR UN L 9718/98 (C/ALTS ART 3 L 9990/00)) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 3 L 9990/00; ART 1 E INCS L 10147/00; ARTS 18, 30 E PARS, 35 E

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00007 / 00007

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 450907/2004-18

Nº de Inscrição
41 7 12 000279-53

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1052002	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 655,92** **UFIR 616,41**

fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 30 DE JULHO DE 2012

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 3960B

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
RODRIGO FARIAS DE MENEZES - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 28/07/2020 15:10:29
Código verificador: 4058401.7375169
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
00033/00064 0147920
20074000693000000007396911

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Jud.-Rio Grande do Norte

. Emitido em 11/04/2014 12:22

Termo de Autuação

Mossoró, 11 de abril de 2014, nesta Secretaria da 8 a. VARA FEDERAL autuo os documentos adiante, em _____ folha(s), com 0 apenso(s), na seguinte conformidade:

Processo.....:	0000387-65.2014.4.05.8401
Classe do processo.....:	99 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....:	1/4/2014 11:51:00
2. Número de volumes.....:	1
3. Nro. do processo adm....:	13433 721362/2011-51
4. Valor de execução.....:	R$ 2.457.270,99
5. Observações.....:	
6. Vara.....:	8 a. VARA FEDERAL - Juiz Titular
7. Tipo de distribuição.....:	Distribuição - Ordinária
8. Data/Hora distribuição....:	11/04/2014 09:23
9. Distr. lançada por.....:	ARNALDO PEREIRA DE ANDRADE SEGUNDO
10. Usuário ult. alteração....:	ARNALDO PEREIRA DE ANDRADE SEGUNDO
11. Data última alteração....:	11/04/2014 09:23
12. Processo Prevento.....:	
13. Nro. inscrição C.D.A.....:	41 2 12 000092-90 41 2 13 001260-19 41 6 13 003348-26 41 7 13 000885-04

SEQ- Tipo Parte	Nome das Partes do Processo	Característica
1-EXEQUENTE	UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	
2-EXECUTADO	LUCIO SILVEIRA & FILHOS	

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL -
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

JUÍZO DA SECAO JUDICIARIA - MOSSORO

Justiça Federal - RN
0000387-65.2014.4.05.8401

JFRN
01ABR1411.51 610027315

A **União** , CNPJ-00394460/0216-53, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, COM FUNDAMENTO NA LEI 6.830/80, VEM PROPOR EM FACE DE **LUCIO SILVEIRA E FILHOS** , inscrita(o) no **Cadastro De Pessoas Juridicas** sob o n. **08378267/0001-29** , domiciliada(o) na **FELIPE CAMARAO 203, PARAIBA, MOSSORO, CEP 59600-340**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

consubstanciada na(s) seguinte(s) certidão(ões) de Inscrição em Dívida Ativa, que integra(m) a presente petição inicial:

N. DO PROCESSO ADM.	N. DA INSCRIÇÃO	VALOR ATUALIZADO
13433 721362/2011-51	41 2 12 000092-90	R$ 10.913,49
13433 500731/2013-35	41 2 13 001260-19	R$ 30.831,73
13433 500732/2013-80	41 6 13 003348-26	R$ 1.985.652,93
13433 500730/2013-91	41 7 13 000885-04	R$ 429.872,84

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014.

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL -
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Para tanto, requer-se na forma do art. 8 da Lei 6.830/80, e art. 172 parágrafo 2, do Código de Processo Civil:
1. A citação da(o) Executada(O), pelo correio, com Aviso de Recepção(AR), para pagar, no prazo legal, as dívidas inscritas, devidamente atualizadas, acrescidas de juros, encargos previstos no Decreto-Lei n. 1.025/69, alterado pelo Decreto-Lei n. 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens livres e desembaraçados para garantir à execução em consonância que a legislação em vigor, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem a plena execução da dívida;
2. Não paga a dívida ou não garantida a execução, a expedição de mandado de penhora e avaliação a recair sobre tantos bens quantos bastem à garantia integral da dívida, inclusive imóveis, nesse caso procedendo-se à intimação do cônjuge e à notificação do cartório de registro competente.
- Dá-se à causa o valor atualizado de **R$*2.457.270,99******** (***DOIS MILHOES QUATROCENTOS E CINCOENTA E SETE MIL DUZENTOS E SETENTA REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS* **********),** consoante o disposto no art. 6, parágrafo 4, Lei de Execuções Fiscais, que corresponde ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s).

Pede deferimento.

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014.

4 1 0 0 1 4 9 0 0 5 0 2

2324550 00004/00320

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00001 / 00028

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **41 2 12 000092-90** , da série **IRPJ/2012** desde, **25/04/2012**

Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
CPF/CNPJ: **08378267/0001-29**
End: **FELIPE CAMARAO 203, PARAIBA, MOSSORO, CEP 59600-340**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
13433 721362/2011-51	**R$ 12.015,97**	**UFIR 11.292,01**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A divida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014.

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1012009	**IMPOSTO**	**20/02/2009**	**26/02/2009**	**02/03/2009**	**R$ 725,95** **UFIR 682,21**

fundamentação legal

Decreto n: 3000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), art. 651, I

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1022009	**IMPOSTO**	**20/03/2009**	**23/03/2009**	**01/04/2009**	**R$ 607,15** **UFIR 570,57**

fundamentação legal

Decreto n: 3000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), art. 651, I

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1032009	**IMPOSTO**	**20/04/2009**	**22/04/2009**	**04/05/2009**	**R$ 540,44** **UFIR 507,88**

fundamentação legal

Decreto n: 3000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), art. 651, I

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1042009	**IMPOSTO**	**20/05/2009**	**21/05/2009**	**01/06/2009**	**R$ 510,48** **UFIR 479,72**

fundamentação legal

Decreto n: 3000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), art. 651, I

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00006 / 00028

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1052009	**IMPOSTO**	**19/06/2009**	**22/06/2009**	**01/07/2009**	**R$ 561,23** **UFIR 527,42**

fundamentação legal

Decreto n: 3000, de 26 de marco de 1999 (RIR/99), art. 651, I

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00007 / 00028

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1062009	**IMPOSTO**	**20/07/2009**	**21/07/2009**	**03/08/2009**	**R$ 511,92** **UFIR 481,08**

fundamentação legal

Decreto n: 3000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), art. 651, I

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00008 / 00028

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1072009	**IMPOSTO**	**20/08/2009**	**21/08/2009**	**01/09/2009**	**R$ 555,60** **UFIR 522,13**

fundamentação legal

Decreto n: 3000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), art. 651, I

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1082009	**IMPOSTO**	**18/09/2009**	**21/09/2009**	**01/10/2009**	**R$ 532,72** **UFIR 500,62**

fundamentação legal

Decreto n: 3000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), art. 651, I

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

14

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00010 / 00028

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1092009	**IMPOSTO**	**20/10/2009**	**21/10/2009**	**03/11/2009**	**R$ 517,63** **UFIR 486,44**

fundamentação legal

Decreto n: 3000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), art. 651, I

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1102009	**IMPOSTO**	**20/11/2009**	**23/11/2009**	**01/12/2009**	**R$ 618,97** **UFIR 581,68**

fundamentação legal

Decreto n: 3000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), art. 651, I

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1112009	**IMPOSTO**	**18/12/2009**	**21/12/2009**	**04/01/2010**	**R$ 548,18** **UFIR 515,15**

fundamentação legal

Decreto n: 3000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), art. 651, I

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	**0000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1122009	**IMPOSTO**	**20/01/2010**	**21/01/2010**	**01/02/2010**	**R$ 636,00** **UFIR 597,68**

fundamentação legal

Decreto n: 3000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), art. 651, I

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE LANCAMENTO EX-OFFICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1012009	**MULTA EX-OFFICIO**	**10/01/2012**	**11/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 544,46** **UFIR 511,66**

fundamentação legal

ART 160 L 5172/66; ART 1 L 9249/95; ART 44 E INC I L 9430/96 C/ALT ART 14 L 11488/07; ART 9 E PAR UN L 10426/02 C/ALT ART 16 L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00015 / 00028

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE LANCAMENTO EX-OFFICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1122009	**MULTA EX-OFFICIO**	**10/01/2012**	**11/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 477,00** **UFIR 448,26**

fundamentação legal

ART 160 L 5172/66; ART 1 L 9249/95; ART 44 E INC I L 9430/96 C/ALT ART 14 L 11488/07; ART 9 E PAR UN L 10426/02 C/ALT ART 16 L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE LANCAMENTO EX-OFFICIO	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1102009	**MULTA EX-OFFICIO**	**10/01/2012**	**11/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 464,23** **UFIR 436,26**

fundamentação legal

ART 160 L 5172/66; ART 1 L 9249/95; ART 44 E INC I L 9430/96 C/ALT ART 14 L 11488/07; ART 9 E PAR UN L 10426/02 C/ALT ART 16 L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL – OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE LANCAMENTO EX-OFFICIO	**0000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1022009	**MULTA EX-OFFICIO**	**10/01/2012**	**11/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 455,36** **UFIR 427,92**

fundamentação legal

ART 160 L 5172/66; ART 1 L 9249/95; ART 44 E INC I L 9430/96 C/ALT ART 14 L 11488/07; ART 9 E PAR UN L 10426/02 C/ALT ART 16 L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE LANCAMENTO EX-OFFICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1052009	**MULTA EX-OFFICIO**	**10/01/2012**	**11/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 420,92** **UFIR 395,56**

fundamentação legal

ART 150 L 5172/66; ART 1 L 9249/95; ART 44 E INC I L 9430/96 C/ALT ART 14 L 11488/07; ART 9 E PAR UN L 10426/02 C/ALT ART 15 L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00019 / 00028

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE LANCAMENTO EX-OFFICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1072009	**MULTA EX-OFFICIO**	**10/01/2012**	**11/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 416,70** **UFIR 391,59**

fundamentação legal

ART 160 L 5172/66; ART 1 L 9249/95; ART 44 E INC I L 9430/96 C/ALT ART 14 L 11488/07; ART 9 E PAR UN L 10426/02 C/ALT ART 15 L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE LANCAMENTO EX-OFFICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1112009	**MULTA EX-OFFICIO**	**10/01/2012**	**11/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 411,14** **UFIR 386,37**

fundamentação legal

ART 160 L 5172/66; ART 1 L 9249/95; ART 44 E INC I L 9430/96 C/ALT ART 14 L 11488/07; ART 9 E PAR UN L 10426/02 C/ALT ART 16 L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00021 / 00028

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE LANCAMENTO EX-OFFICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1032009	**MULTA EX-OFFICIO**	**10/01/2012**	**11/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 405,33** **UFIR 380,91**

fundamentação legal

ART 160 L 5172/66; ART 1 L 9249/95; ART 44 E INC I L 9430/96 C/ALT ART 14 L 11488/07; ART 9 E PAR UN L 10426/02 C/ALT ART 16 L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00022 / 00028

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE LANCAMENTO EX-OFFICIO	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1082009	**MULTA EX-OFFICIO**	**10/01/2012**	**11/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 399,54** **UFIR 375,47**

fundamentação legal

ART 160 L 5172/66; ART 1 L 9249/95; ART 44 E INC I L 9430/96 C/ALT ART 14 L 11488/07; ART 9 E PAR UN L 10426/02 C/ALT ART 16 L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00023 / 00028

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE LANCAMENTO EX-OFFICIO	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1092009	**MULTA EX-OFFICIO**	**10/01/2012**	**11/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 388,22** **UFIR 364,83**

fundamentação legal

ART 160 L 5172/66; ART 1 L 9249/95; ART 44 E INC I L 9430/96 C/ALT ART 14 L 11488/07; ART 9 E PAR UN L 10426/02 C/ALT ART 16 L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE LANCAMENTO EX-OFFICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1062009	**MULTA EX-OFFICIO**	**10/01/2012**	**11/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 383,94** **UFIR 360,81**

fundamentação legal

ART 160 L 5172/66; ART 1 L 9249/95; ART 44 E INC I L 9430/96 C/ALT ART 14 L 11488/07; ART 9 E PAR UN L 10426/02 C/ALT ART 16 L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00025 / 00028

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 721362/2011-51	**41 2 12 000092-90**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE LANCAMENTO EX-OFFICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
1042009	**MULTA EX-OFFICIO**	**10/01/2012**	**11/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 382,86** **UFIR 359,79**

fundamentação legal

ART 150 L 5172/66; ART 1 L 9249/95; ART 44 E INC I L 9430/96 C/ALT ART 14 L 11488/07; ART 9 E PAR UN L 10426/02 C/ALT ART 16 L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	**CORREIO/AR EM 09/12/2011**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00026 / 00028

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3

EXTRATO DE PAGAMENTOS

Nº do Processo Adm.
13433 721362/2011-51

Nº de Inscrição
41 2 12 000092-90

data de arrecadação	banco/ agência	bdar sequência	valor total
31/05/2012	001/3070-9	001/65	R$ 505,30
29/06/2012	001/0036-6	001/43	R$ 509,01
31/07/2012	001/0036-6	001/65	R$ 512,21
31/08/2012	001/0036-6	001/79	R$ 515,61
28/09/2012	237/0605-2	001/82	R$ 519,06
31/10/2012	001/0036-6	001/83	R$ 521,77
28/12/2012	001/3070-9	001/54	R$ 527,57
28/01/2013	001/3070-9	001/17	R$ 530,32
28/02/2013	001/3070-9	001/12	R$ 533,32
28/03/2013	001/3070-9	001/11	R$ 535,77
30/04/2013	001/3070-9	001/66	R$ 538,52
23/05/2013	001/3070-9	001/17	R$ 541,58
31/07/2013	001/0036-6	001/57	R$ 547,63

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014.

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3

SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

Nº do Processo Adm.
13433 721362/2011-51

Nº de Inscrição
41 2 12 000092-90

natureza do débito	data de vencimento	termo inicial juros	termo inicial atual. monet.	multa mora	valores originários remanescentes
IMPOSTO	19/06/2009	01/07/2009	22/06/2009	-	R$ 180,09 169,24 UFIR
IMPOSTO	20/07/2009	03/08/2009	21/07/2009	-	R$ 511,92 481,08 UFIR
IMPOSTO	20/08/2009	01/09/2009	21/08/2009	-	R$ 555,60 522,13 UFIR
IMPOSTO	18/09/2009	01/10/2009	21/09/2009	-	R$ 532,72 500,62 UFIR
IMPOSTO	20/10/2009	03/11/2009	21/10/2009	-	R$ 517,63 486,44 UFIR
IMPOSTO	20/11/2009	01/12/2009	23/11/2009	-	R$ 618,97 581,68 UFIR
IMPOSTO	18/12/2009	04/01/2010	21/12/2009	-	R$ 548,18 515,15 UFIR
IMPOSTO	20/01/2010	01/02/2010	21/01/2010	-	R$ 636,00 597,68 UFIR
MULTA EX-OFFICIO	10/01/2012	01/02/2012	11/01/2012	-	R$ 135,05 126,91 UFIR
MULTA EX-OFFICIO	10/01/2012	01/02/2012	11/01/2012	-	R$ 416,70 391,59 UFIR
MULTA EX-OFFICIO	10/01/2012	01/02/2012	11/01/2012	-	R$ 411,14 386,37 UFIR
MULTA EX-OFFICIO	10/01/2012	01/02/2012	11/01/2012	-	R$ 405,33 380,91 UFIR
MULTA EX-OFFICIO	10/01/2012	01/02/2012	11/01/2012	-	R$ 399,54 375,47 UFIR
MULTA EX-OFFICIO	10/01/2012	01/02/2012	11/01/2012	-	R$ 388,22 364,83 UFIR
MULTA EX-OFFICIO	10/01/2012	01/02/2012	11/01/2012	-	R$ 383,94 360,81 UFIR

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014.

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00028 / 00028

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 3

SALDO DO VALOR ORIGINÁRIO

Nº do Processo Adm.
13433 721362/2011-51

Nº de Inscrição
41 2 12 000092-90

natureza do débito	data de vencimento	termo inicial juros	termo inicial atual. monet.	multa mora	valores originários remanescentes
MULTA EX-OFFICIO	**10/01/2012**	**01/02/2012**	**11/01/2012**	**-**	**R$ 382,86** **359,79 UFIR**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014.

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00001 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **41 2 13 001260-19** , da série **IRPJ/2013** desde, **08/11/2013**

Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
CPF/CNPJ: **08378267/0001-29**
End: **RUA FELIPE CAMARAO 203, PARAIBA, MOSSORO, CEP 59600-340**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
13433 500731/2013-35	**R$ 22.327,19**	**UFIR 20.982,16**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014.

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00002 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem	nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01022011	**IMPOSTO**	**18/03/2011**	**21/03/2011**	**01/04/2011**	**R$ 1.506,53** **UFIR 1.415,77**

fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 IN C I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01022011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 301,30** **UFIR 283,15**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem	nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01032011	**IMPOSTO**	**20/04/2011**	**25/04/2011**	**02/05/2011**	**R$ 2.035,74** **UFIR 1.913,10**

fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 IN C I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00005 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01032011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	**-**	-	-	**R$ 407,14** **UFIR 382,62**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem	nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01042011	**IMPOSTO**	**20/05/2011**	**23/05/2011**	**01/06/2011**	**R$ 1.517,66** **UFIR 1.426,23**

fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 IN C I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 1 0101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00007 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 500731/2013-35

Nº de Inscrição
41 2 13 001260-19

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01042011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 303,53** **UFIR 285,24**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

40

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00008 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem	nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01052011	**IMPOSTO**	**20/06/2011**	**21/06/2011**	**01/07/2011**	**R$ 1.842,76** **UFIR 1.731,75**

fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 IN C I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 1 0101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

41
A

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00009 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 500731/2013-35

Nº de Inscrição
41 2 13 001260-19

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01052011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 368,55** **UFIR 346,35**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem	nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 1.488,82
01062011	**IMPOSTO**	**20/07/2011**	**21/07/2011**	**01/08/2011**	**UFIR 1.399,13**

fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 IN C I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01062011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 297,76** **UFIR 279,82**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00012 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem	nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01072011	**IMPOSTO**	**19/08/2011**	**22/08/2011**	**01/09/2011**	**R$ 1.475,46** **UFIR 1.386,58**

fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 IN C I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 1 0101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00013 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01072011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 295,09** **UFIR 277,31**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00014 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem	nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01082011	**IMPOSTO**	**20/09/2011**	**21/09/2011**	**03/10/2011**	**R$ 1.413,77** **UFIR 1.328,60**

fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 IN C I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR I L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01082011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 282,75** **UFIR 265,72**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem	nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01092011	**IMPOSTO**	**20/10/2011**	**21/10/2011**	**01/11/2011**	**R$ 1.454,38** **UFIR 1.366,77**

fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 IN C I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 11 PAR 1 L 9532/97; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC V L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00017 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01092011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 290,87** **UFIR 273,35**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

50
A

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00018 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem	nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01102012	**IMPOSTO**	**20/11/2012**	**21/11/2012**	**03/12/2012**	**R$ 1.948,24** **UFIR 1.830,88**

fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 IN C I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC VI L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01102012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 389,64** **UFIR 366,17**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem	nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01112012	**IMPOSTO**	**20/12/2012**	**21/12/2012**	**02/01/2013**	**R$ 1.369,11** **UFIR 1.286,63**

fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 IN C I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "O" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC VI L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01112012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 273,82** **UFIR 257,32**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00022 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500731/2013-35	**41 2 13 001260-19**

origem	nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01122012	**IMPOSTO**	**18/01/2013**	**21/01/2013**	**01/02/2013**	**R$ 2.553,56** **UFIR 2.399,73**

fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ART 7 IN C I E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 3 PAR 5 L 10101/00; ART 70 E INC I E AL "D" L 11196/05 C/ALT ART 5 L 11933/09; ART 1 INC VI L 11482/07 C/ALT ART 1 L 12469/11; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00023 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 500731/2013-35

Nº de Inscrição
41 2 13 001260-19

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01122012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 510,71** **UFIR 479,94**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00001 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **41 6 13 003348-26** , da série **DO/2013** desde, **08/11/2013**

Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
CPF/CNPJ: **08378267/0001-29**
End: **RUA FELIPE CAMARAO 203, PARAIBA, MOSSORO, CEP 59600-340**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
13433 500732/2013-80	**R$ 1.450.070,23**	**UFIR 1.362.719,66**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014.

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01022011	**CONTRIBUICAO**	**25/03/2011**	**28/03/2011**	**01/04/2011**	**R$ 46.032,87** **UFIR 43.259,90**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR U N L 11488/07; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01022011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 9.206,57** **UFIR 8.651,98**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

59

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00004 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01032011	**CONTRIBUICAO**	**25/04/2011**	**26/04/2011**	**02/05/2011**	**R$ 55.982,97** **UFIR 52.610,62**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR U N L 11488/07; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

60
A

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00005 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01032011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 11.196,59** **UFIR 10.522,12**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00006 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01042011	**CONTRIBUICAO**	**25/05/2011**	**26/05/2011**	**01/06/2011**	**R$ 55.305,50** **UFIR 52.913,72**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR U N L 11488/07; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

62

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00007 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01042011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 11.261,10** **UFIR 10.582,74**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00008 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01052011	**CONTRIBUIC AO**	**24/06/2011**	**27/06/2011**	**01/07/2011**	**R$ 102.971,20** **UFIR 96.768,34**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/AL T ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR U N L 11488/07; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-25**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01052011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	**-**	**-**	**-**	**R$ 20.594,24** **UFIR 19.353,66**

fundamentação legal
ART. 51, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

65
A

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00010 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01062011	**CONTRIBUIC AO**	**25/07/2011**	**26/07/2011**	**01/08/2011**	**R$ 101.540,91** **UFIR 95.424,21**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/AL T ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR U N L 11488/07; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00011 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01062011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 20.308,18** **UFIR 19.084,84**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01072011	**CONTRIBUICAO**	**25/08/2011**	**26/08/2011**	**01/09/2011**	**R$ 81.574,29** **UFIR 76.660,36**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00013 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 16.314,85
01072011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**UFIR 15.332,07**

fundamentação legal

ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00014 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01082011	**CONTRIBUICAO**	**23/09/2011**	**26/09/2011**	**03/10/2011**	**R$ 42.484,21** **UFIR 39.925,01**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01082011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	**-**	**-**	**-**	**R$ 8.496,84** **UFIR 7.985,00**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01092011	**CONTRIBUICAO**	**25/10/2011**	**26/10/2011**	**01/11/2011**	**R$ 58.926,78** **UFIR 55.377,10**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01092011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 11.785,35** **UFIR 11.075,42**

fundamentação legal

ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01102011	**CONTRIBUIC AO**	**25/11/2011**	**28/11/2011**	**01/12/2011**	**R$ 61.116,70** **UFIR 57.435,10**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 8 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01102011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 12.223,34** **UFIR 11.487,02**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01112011	**CONTRIBUICAO**	**23/12/2011**	**26/12/2011**	**02/01/2012**	**R$ 49.337,76** **UFIR 46.365,71**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01112011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 9.867,55** **UFIR 9.273,14**

nº da decl./notif.

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01122011	**CONTRIBUICAO**	**25/01/2012**	**26/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 64.260,78** **UFIR 60.389,79**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR U N L 11488/07; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL – OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01122011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 12.852,15** **UFIR 12.077,95**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00024 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01012012	**CONTRIBUIC AO**	**24/02/2012**	**27/02/2012**	**01/03/2012**	**R$ 31.821,80** **UFIR 29.904,89**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00025 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01012012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 6.364,36** **UFIR 5.980,97**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01022012	**CONTRIBUICAO**	**23/03/2012**	**26/03/2012**	**02/04/2012**	**R$ 39.821,60** **UFIR 37.422,79**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00027 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01022012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 7.964,32** **UFIR 7.484,55**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01032012	**CONTRIBUICAO**	**25/04/2012**	**26/04/2012**	**02/05/2012**	**R$ 21.255,05** **UFIR 19.974,67**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00029 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 500732/2013-80

Nº de Inscrição
41 6 13 003348-26

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01032012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 4.251,01** **UFIR 3.994,93**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01042012	**CONTRIBUIC AO**	**25/05/2012**	**28/05/2012**	**01/06/2012**	**R$ 32.948,75** **UFIR 30.963,96**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00031 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01042012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 6.589,75** **UFIR 6.192,79**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

87

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00032 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01052012	**CONTRIBUIC AO**	**25/06/2012**	**26/06/2012**	**02/07/2012**	**R$ 37.408,29** **UFIR 35.154,86**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00033 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 500732/2013-80

Nº de Inscrição
41 6 13 003348-26

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01052012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 7.481,65** **UFIR 7.030,97**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01062012	**CONTRIBUICAO**	**25/07/2012**	**26/07/2012**	**01/08/2012**	**R$ 48.837,70** **UFIR 45.895,78**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00035 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01062012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 9.767,54** **UFIR 9.179,15**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01072012	**CONTRIBUICAO**	**24/08/2012**	**27/08/2012**	**03/09/2012**	**R$ 48.282,90** **UFIR 45.374,40**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10998/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01072012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 9.656,58** **UFIR 9.074,88**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00038 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01082012	**CONTRIBUICAO**	**25/09/2012**	**26/09/2012**	**01/10/2012**	**R$ 36.850,62** **UFIR 34.630,78**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00039 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01082012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 7.370,12** **UFIR 6.926,15**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

95

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00040 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01092012	**CONTRIBUICAO**	**25/10/2012**	**26/10/2012**	**01/11/2012**	**R$ 22.406,10** **UFIR 21.056,38**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PAR5 L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00041 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01092012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 4.481,22** **UFIR 4.211,27**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01102012	**CONTRIBUIC AO**	**23/11/2012**	**26/11/2012**	**03/12/2012**	**R$ 46.252,57** **UFIR 43.466,37**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00043 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01102012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 9.250,51** **UFIR 8.693,27**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00044 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01112012	**CONTRIBUIC AO**	**24/12/2012**	**26/12/2012**	**02/01/2013**	**R$ 30.674,72** **UFIR 28.826,91**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/0 8) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01112012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 6.134,94** **UFIR 5.765,38**

fundamentação legal

ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da divida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01122012	**CONTRIBUICAO**	**25/01/2013**	**28/01/2013**	**01/02/2013**	**R$ 20.947,70** **UFIR 19.685,83**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01122012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 4.189,54** **UFIR 3.937,16**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01012013	**CONTRIBUICAO**	**25/02/2013**	**26/02/2013**	**01/03/2013**	**R$ 24.512,92** **UFIR 23.036,29**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00049 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 500732/2013-80

Nº de Inscrição
41 6 13 003348-26

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01012013	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 4.902,58** **UFIR 4.607,25**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00050 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01022013	**CONTRIBUICAO**	**25/03/2013**	**26/03/2013**	**01/04/2013**	**R$ 23.360,10** **UFIR 21.952,91**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00051 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500732/2013-80	**41 6 13 003348-26**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01022013	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 4.672,02** **UFIR 4.390,58**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 500732/2013-80

Nº de Inscrição
41 6 13 003348-26

origem
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

nº da decl./notif.
0

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01032013	**CONTRIBUICAO**	**25/04/2013**	**26/04/2013**	**02/05/2013**	**R$ 22.477,12** **UFIR 21.123,12**

fundamentação legal

ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART 56, 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ART S 2 (C/ALT ART 4 L 10996/04), 5, 9 E 11 (C/ALT ART 3 L 11933/09), ART 51 (C/ALT ART 35 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00053 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 500732/2013-80

Nº de Inscrição
41 6 13 003348-26

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01032013	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 4.495,42** **UFIR 4.224,62**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00001 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **41 7 13 000885-04** , da série **PIS/2013** desde, **08/11/2013**

Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
CPF/CNPJ: **08378267/0001-29**
End: **RUA FELIPE CAMARAO 203, PARAIBA, MOSSORO, CEP 59600-340**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
13433 500730/2013-91	**R$ 313.765,38**	**UFIR 294.864,40**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A divida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014.

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00002 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01022011	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/03/2011**	**28/03/2011**	**01/04/2011**	**R$ 9.993,98** **UFIR 9.391,95**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 59 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01022011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.998,79** **UFIR 1.878,39**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01032011	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/04/2011**	**26/04/2011**	**02/05/2011**	**R$ 12.154,20** **UFIR 11.422,04**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01032011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 2.430,84** **UFIR 2.284,40**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01042011	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/05/2011**	**26/05/2011**	**01/06/2011**	**R$ 12.224,22** **UFIR 11.487,84**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

316

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00007 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01042011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 2.444,84** **UFIR 2.297,55**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01052011	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**24/06/2011**	**27/06/2011**	**01/07/2011**	**R$ 22.355,59** **UFIR 21.008,91**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem

MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01052011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	**-**	-	-	**R$ 4.471,11** **UFIR 4.201,78**

fundamentação legal

ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01062011	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/07/2011**	**26/07/2011**	**01/08/2011**	**R$ 22.045,07** **UFIR 20.717,10**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01062011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 4.409,01** **UFIR 4.143,42**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01072011	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/08/2011**	**26/08/2011**	**01/09/2011**	**R$ 17.710,21** **UFIR 16.643,36**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01072011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 3.542,04** **UFIR 3.328,67**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

123

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00014 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01082011	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**23/09/2011**	**26/09/2011**	**03/10/2011**	**R$ 9.223,55** **UFIR 8.667,93**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 500730/2013-91

Nº de Inscrição
41 7 13 000885-04

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01082011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	**-**	**-**	**-**	**R$ 1.844,71** **UFIR 1.733,58**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01092011	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/10/2011**	**26/10/2011**	**01/11/2011**	**R$ 12.793,31** **UFIR 12.022,65**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
13433 500730/2013-91

Nº de Inscrição
41 7 13 000885-04

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01092011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 2.558,66** **UFIR 2.404,53**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00018 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01102011	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/11/2011**	**28/11/2011**	**01/12/2011**	**R$ 13.268,76** **UFIR 12.469,46**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01102011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 2.653,75** **UFIR 2.493,89**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01112011	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**23/12/2011**	**26/12/2011**	**02/01/2012**	**R$ 10.711,49** **UFIR 10.066,24**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01112011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 2.142,29** **UFIR 2.013,24**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01122011	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/01/2012**	**26/01/2012**	**01/02/2012**	**R$ 13.951,35** **UFIR 13.110,93**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01122011	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 2.790,27** **UFIR 2.622,18**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00024 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01012012	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**24/02/2012**	**27/02/2012**	**01/03/2012**	**R$ 6.908,68** **UFIR 6.492,51**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL – OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01012012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.381,73** **UFIR 1.298,50**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00026 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01022012	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**23/03/2012**	**26/03/2012**	**02/04/2012**	**R$ 8.645,48** **UFIR 8.124,68**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

136

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00027 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01022012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.729,09** **UFIR 1.624,93**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00028 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01032012	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/04/2012**	**26/04/2012**	**02/05/2012**	**R$ 4.614,58** **UFIR 4.336,60**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 59 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01032012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 922,91** **UFIR 867,32**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00030 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01042012	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/05/2012**	**28/05/2012**	**01/06/2012**	**R$ 10.295,87** **UFIR 9.675,66**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01042012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 2.059,17** **UFIR 1.935,13**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01052012	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/06/2012**	**26/06/2012**	**02/07/2012**	**R$ 8.121,54** **UFIR 7.632,30**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00033 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01052012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.624,30** **UFIR 1.526,46**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

143

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00034 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01062012	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/07/2012**	**26/07/2012**	**01/08/2012**	**R$ 10.602,92** **UFIR 9.964,21**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00035 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01062012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 2.120,58** **UFIR 1.992,84**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01072012	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**24/08/2012**	**27/08/2012**	**03/09/2012**	**R$ 10.482,47** **UFIR 9.851,01**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00037 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01072012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 2.096,49** **UFIR 1.970,20**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01082012	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/09/2012**	**26/09/2012**	**01/10/2012**	**R$ 8.000,46** **UFIR 7.518,52**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 7 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da divida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01082012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.600,09** **UFIR 1.503,70**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00040 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01092012	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/10/2012**	**26/10/2012**	**01/11/2012**	**R$ 4.864,48** **UFIR 4.571,45**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 65 L 9430/96; ART 68 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01092012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 972,89** **UFIR 914,29**

fundamentação legal

ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01102012	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**23/11/2012**	**26/11/2012**	**03/12/2012**	**R$ 6.022,13** **UFIR 5.659,36**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00043 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01102012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.204,42** **UFIR 1.131,87**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

153

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00044 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01112012	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**24/12/2012**	**26/12/2012**	**02/01/2013**	**R$ 6.659,65** **UFIR 6.258,48**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01112012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.331,93** **UFIR 1.251,69**

fundamentação legal

ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00046 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01122012	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/01/2013**	**28/01/2013**	**01/02/2013**	**R$ 4.547,86** **UFIR 4.273,90**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 35 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01122012	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 909,57** **UFIR 854,78**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

157

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00048 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem	nº da decl./notif.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS	**0**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01012013	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/02/2013**	**26/02/2013**	**01/03/2013**	**R$ 5.321,88** **UFIR 5.001,29**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL – OAB 2715

158

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00049 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01012013	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.064,37** **UFIR 1.000,25**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

159

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00050 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
FALTA DE RECOLHIMENTO DO PIS

nº da decl./notif.
0

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
01022013	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/03/2013**	**26/03/2013**	**01/04/2013**	**R$ 5.071,60** **UFIR 4.766,09**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ARTS 1 A 3 LC 08/70; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 1 E PAR 2, ARTS 2 (C/ALT ART 3 L 10996/04), 4 E 10 (C/ALT ART 2 L 11933/09) L 10637/02; ART 51 (C /ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 5 L 10925/04 E C/ALT 21 L 10865/04), ARTS 58-A E PAR U N E 58-I (INCLUIDOS P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; ART 1 E PARS L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

160

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
00051 / 00053

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
13433 500730/2013-91	**41 7 13 000885-04**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
01022013	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.014,32** **UFIR 953,21**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

NATAL , 27 DE JANEIRO DE 2014

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Jud.-Rio Grande do Norte

Relatório de Processos

Vara 8 a. VARA FEDERAL
Classe 99 - EXECUÇÃO FISCAL
Local Físico 8 a. VARA FEDERAL
Parte Ré LUCIO SILVEIRA & FILHOS
Listar Baixados Somente Ativos
Filtro(s).

Processo	Autor	Classe	Distribuição	Fase	Réu
0000387-65.2014.4.05.8401	EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	11/04/2014 09:23	Distribuição - Ordinária	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
0000832-20.2013.4.05.8401	EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	15/07/2013 15:16	Intimação de Despacho - Registro no Sistema	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
00[illegible]7-87.2012.4.05.8401	EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	27/11/2012 17:02	Intimação de Despacho - Registro no Sistema	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
0003342-21.2004.4.05.8401	EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	27/09/2004 18:52	Arquivado Provisoriamente por Art. 40 - Lei 6.830/	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

Total Geral: 4
Total Geral por Classe:

Classe	Total
99	4

164

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0000387-65.2014.4.05.8401
CIASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO E CONCLUSÃO

Considerando a Ordem de Serviço nº 02/2010 - 8ª VF, **CERTIFICO** a **EXISTÊNCIA** de outra(s) Execuções Fiscais propostas pelo exequente em face do(s) mesmo executado(s) em tramitação na Secretaria da 8ª Vara Federal, conforme relatório extraído do Sistema Tebas de fl. 163.

Nesta data, faço conclusão destes autos ao Exmo. Senhor Juiz Federal da 8ª Vara/RN.

Mossoró, 22 de abril de 2014.

ARTHUR RABELLO QUILICI
Técnico Judiciário - RN 917

DESPACHO

1. Cite(m)-se o(s) executado(s) via Oficial de Justiça para, no prazo de 05 (cinco) dias, **pagar a dívida ou garantir a execução** (art. 7º, I, c/c o art. 8º, III, Lei 6.830/80). Em se tratando de executado firma individual, fica desde já autorizada a citação da pessoa física correspondente, bem como à expedição dos mandados e cartas precatórias necessárias para efetivação da citação acima mencionada.

2. Em sendo negativa a diligência do Oficial de Justiça, intime-se o exequente para informar novo endereço da parte executada no prazo de 10 (dez) dias. Em caso de resposta positiva, expeça-se novamente Mandado de Citação a ser cumprido no endereço indicado pelo autor.

3. Em caso de resposta negativa ou esgotadas as tentativas de citação pessoal, cite(m)-se o(s) executado(s) por meio de Edital (art.8º, inciso III c/c Súmula nº 414 do Superior Tribunal de Justiça). O Edital de Citação deverá ser afixado no átrio do Fórum, publicado uma só vez no Diário Oficial Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região, e com prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade com o art. 8º, inciso IV, da Lei 6.830/80.

4. Efetivada a citação, verifique-se a possibilidade de apensamento destes autos à **Execução Fiscal nº 0001567-87.2012.4.05.8401**.

Expedientes necessários.

Mossoró, 22 de abril de 2014.

ANDRÉ DIAS FERNANDES
Juiz Federal da 8ª Vara/SJRN

165
cf

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0000387-65.2014.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
RÉU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins que, nesta data, confeccionei o(a) respectivo(a) **Mandado/Carta Precatória/Ofício/Edital,** cadastrado(a) sob o nº **MAF.0008.000219-1/2014.** Dou fé.

Mossoró, 6 de maio de 2014.

Francisco Caninde da Silva
Técnico(a) Judiciário(a)

166
08

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0000387-65.2014.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

JUNTADA

Nesta data, faço juntada do(a) expediente/petição nº **MAF.0008.000219-1/2014**, que se vê adiante.

Mossoró, 19 de maio de 2014.

Antonio Luiz Costa Junior
Estagiário(a)

167
63

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

MANDADO DE CITAÇÃO

MAF.0008.000219-1/2014

EXECUÇÃO FISCAL: 0000387-65.2014.4.05.8401
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
NÚMERO(S) DA(S) CDA(S): 41 2 12 000092-90, 41 2 13 001260-19, 41 6 13 003348-26, 41 7 13 000885-04
VALOR (ES) DA(S) CDA(S): R$ 2.457.270,99; valor a ser atualizada na data do pagamento.

LUCIO SILVEIRA & FILHOS
RUA FELIPE CAMARAO, 203, PARAIBA, CEP 59600-340, MOSSORO - RN

O Doutor **ANDRÉ DIAS FERNANDES**, Juiz Federal da 8ª Vara – Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, na forma da lei, etc.

MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo Federal, a quem for o presente apresentado, que, em seu cumprimento, **CITE** o executado para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a presente dívida, nos termos do art. 8° da Lei n° 6.830/80, com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa (CDA), ou garantir a execução, nos termos do art. 9° da Lei n° 6.830/80.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei.

EXPEDIDO nesta cidade de Mossoró/RN, em 6 de maio de 2014. Eu, Francisco Carindé da Silva (_____), Técnico(a) Judiciário(a), digitei e conferi o presente mandado que, de ordem do MM. Juíz Federal, vai devidamente assinado pelo Diretor de Secretaria.

Anexo: Cópia da inicial e Certidão de Dívida Ativa (CDA).

ALEX CAVALCANTE LIMÃO
Diretor de Secretaria da 8ª Vara da SJRN

16

168
c8

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - 8ª Vara Federal
Avenida Jorge Coelho de Andrade, s/nº – Presidente Costa e Silva – Mossoró/RN
Sec8vara@jfrn.gov.br / Fone: 84-34225855

MAF.0008.000219-1/2013

CERTIDÃO

Certifico que compareci à rua mencionada no mandado em epígrafe, MAS DEIXEI DE PROCEDER A CITAÇÃO por não ter localizado a empresa executada LÚCIO SILVEIRA E FILHOS.

No local (Rua Felipe Camarão 203 e/ou 213 – imóveis conjugados), funciona há uma semana a "Comercial Freitas LTDA", CNPJ nº 63.473.235.0015/16. Perguntado os funcionários do estabelecimento afirmaram desconhecer e empresa executada.

Por conseguinte, devolvo o mandado retro e submeto à apreciação superior.

O referido é verdade e dou fé.

Mossoró-RN, 13 de maio de 2014.

Alisson Xenofonte de Brito
Oficial de Justiça Federal Avaliador
Mat. RN915

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0000387-65.2014.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, citei/intimei o(a) representante da FAZENDA NACIONAL do inteiro teor do(a)(s) despacho/sentença/ato ordinatório de fls. 164, item 2, mediante remessa dos autos.

Mossoró, 26 / 05 / 14.

Servidor

170

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0000387-65.2014.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL

RECEBIMENTO

Nesta data, certifico o recebimento dos presentes autos.

Mossoró, 17 de junho de 2014.

JEFFERSON PEDROSA FEITOSA
Técnico(a) Judiciário(a)

JUNTADA

JUNTO, nesta data, a estes autos, o(a):

( ) AR ( ) Carta
( ) Carta Precatória (X) Mandado
( ) Ofício ( ) Petição
( ) Outros:_____

que adiante se vê.
Mossoró, 17/06/2014

Encarregado de Setor
Jefferson Pedrosa Feitosa
Técnico Judiciário
Mat. RN 859

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MOSSORÓ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 8ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Execução Fiscal n. º: 0000387-65.2014.4.05.8401.
Exequente: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
Executado: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

A UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, pelo Procurador da Fazenda Nacional adiante assinado, vem perante Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

Em certidão exarada pelo Oficial de Justiça, verifica-se que não foi possível realizar a citação do executado, haja vista não ter sido encontrado no endereço presente nos cadastros da Receita Federal do Brasil, conforme certidão de fls. 168.

Assim sendo, requer a União/Fazenda Nacional seja procedida a **CITAÇÃO POR EDITAL** de **LUCIO SILVEIRA & FILHOS** (CPF: 08.378.267/0001-29), já que não foi localizado novo endereço, conforme percebido pela consulta feita ao sistema CNPJ-2, em anexo.

Termos em que,
Pede deferimento.
Mossoró/RN, 11 de junho de 2014.

Marina de Fátima Gadelha da Costa
Estagiária da Procuradoria da Fazenda Nacional

Gianfrancesco N. Teixeira
Procurador da Fazenda Nacional

16JUN1409:46 610046354 BV 00387652014053401CA

173

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

EDITAL DE CITAÇÃO
EDI.0008.000092-4/2014

A Doutora **SOPHIA NÓBREGA CÂMARA LIMA**, Juíza Federal Substituta da 10ª Vara em exercício na 8ª Vara, da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER a quantos o presente **EDITAL** virem ou conhecimento dele tiverem, que por este fica **CITADO**, com o prazo de trinta (30) dias, o executado abaixo mencionado que se encontra em lugar incerto e não sabido, para comparecer a este Juízo Federal, situado à Avenida Jorge Coelho de Andrade, S/N - Bairro Costa e Silva, nesta cidade, a fim de no prazo de cinco (05) dias, após o escoamento do prazo do Edital, pagar a importância proveniente da **EXECUÇÃO FISCAL**, sob pena de serem penhorados bens, tantos quantos bastem à satisfação do débito, acrescido das cominações legais.

PROCESSO nº 0000387-65.2014.4.05.8401

EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO(S): LUCIO SILVEIRA & FILHOS.

CDA(S) nº(s): 41 2 12 000092-90, 41 2 13 001260-19, 41 6 13 003348-26, 41 7 13 000885-04;

DATA(S) DA(S) CDA(S): 25/04/2012, 08/11/2013, 08/11/2013, 08/11/2013;

VALOR(ES) DA(S) CDA(S): R$ 10.913,49, 30.831,73, 1.985.652,93, 429.872,84, que deverá(ão) ser corrigido(s) na data de efetivação do pagamento.

CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI.

Dado e passado nesta cidade de Mossoró/RN, aos 24 de junho de 2014. Eu (), Antonio Luiz Costa Junior, Estagiário(a), digitei, conferi e subscrevo, e vai devidamente assinado pela MM. Juíza Federal.

SOPHIA NÓBREGA CÂMARA LIMA
Juíza Federal Substituta da 10ª Vara/SJRN
Em exercício na 8ª Vara/SJRN

174

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE
8ª VARA FEDERAL - Mossoró/RN

Processo nº. 0000387-65.2014.4.05.8401 - Classe 99
Advogado(a)(s) ,

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO/CIRCULAÇÃO

Certifico que o ato de fls. foi incluído no Boletim nº 2014.000110 e publicado no Diário Oficial Eletrônico da Justiça Federal de 1º e 2º grau da 5ª. Região - nº 124.0/2014, página 69, disponibilizado no dia 07/07/2014, no site: www.trf5.jus.br e Publicado em 08/07/2014, ficando intimado(a/s) o(a/s) advogado(a/s)/réu(ré/s) acima relacionado(a/s), cujo(s) nome(s) constou(aram) em referido boletim, conforme disposto na Resolução nº 29, de 26/10/2011. publicada em 31/10/2011, p. 159 do DOU - Seção 1.

O referido é verdade. Dou fé.
Mossoró, 11/07/2014.

__Técnico(a) Judiciário(a)

176

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0000387-65.2014.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
AUTOR/EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
REU/EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

CERTIFICO que transcorreu o prazo legal do edital de fls. **173** sem que houvesse manifestação da(s) parte(s) interessadá(s).

DOU FÉ.

Mossoró, 18 de agosto de 2014.

BRUNO GURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

170

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0000387-65.2014.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

Em cumprimento da Ordem de Serviço n° 02/2010 da 8ª Vara Federal, realizei a **BAIXA** destes autos por apensamento à ação de Execução Fiscal 0001567-87.2012.4.05.8401 em tramitação pela Secretaria da 8ª VF contra o mesmo devedor.

Mossoró, 22 de agosto de 2014.

BRUNO GURGEL BEZERRA
Analista Judiciário

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
RODRIGO FARIAS DE MENEZES - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 28/07/2020 15:10:29
Identificador: 4058401.7375171
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20072815062259200000007396913

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Jud.-Rio Grande do Norte

02

Emitido em 28/02/2013 15:46

Termo de Autuação

Mossoró, 28 de fevereiro de 2013, nesta Secretaria da 8 a. VARA FEDERAL autuo os documentos adiante, em _____ folha(s), com 0 apenso(s), na seguinte conformidade:

Processo.....: 0000186-10.2013.4.05.8401
Classe do processo.....: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....: 05/02/2013 09:25:00
2. Número de volumes.....: 1
3. Nro. do processo adm....: 13433 721197/2011
4. Valor de execução.....: R$ 156.631,82
5. Observações.....:
6. Vara.....: 8 a. VARA FEDERAL - Juiz Substituto
7. Tipo de distribuição.....: Distribuição - Ordinária
8. Data/Hora distribuição....: 27/02/2013 14:11
9. Distr. lançada por.....: EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO
10. Usuário ult. alteração....: EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO
11. Data última alteração....: 27/02/2013 14:11
12. Processo Prevento.....:
13. Nro. inscrição C.D.A.....: 41 6 12 000406-42

SEQ- Tipo Parte	Nome das Partes do Processo	Característica
1-EXEQUENTE	UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	
2-EXECUTADO	LUCIO SILVEIRA & FILHOS	

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL -
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Folha
001 / 001

03

JUÍZO DA SECAO JUDICIARIA - MOSSORO

Justiça Federal - RN
0000186-10.2013.4.05.8401

JFRN

05FEV1309:25 A10011160

A **União** , CNPJ-00394460/0216-53, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, com fundamento na Lei 6.380/80, vem propor em face de **LUCIO SILVEIRA E FILHOS** , inscrita(o) no **Cadastro De Pessoas Jurídicas** sob o n. **08378267/0001-29** , domiciliada(o) na **FELIPE CAMARAO 203, PARAIBA, MOSSORO, CEP 59600-340** .

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

consubstanciada na(s) seguinte(s) certidão(ões) de Inscrição em Dívida Ativa, que integra(m) a presente petição inicial:

N. DO PROCESSO ADM.	N. DA INSCRIÇÃO	VALOR ATUALIZADO
13433 721197/2011-37	41 6 12 000406-42	R$ 156.631,82

Para tanto, requer-se na forma do art. 8 da Lei 6.830/80, e art. 172 parágrafo 2, do Código de Processo Civil:

1. A citação da(o) Executada(O), pelo correio, com Aviso de Recepção(AR), para pagar, no prazo legal, as dívidas inscritas, devidamente atualizadas, acrescidas de juros, encargos previstos no Decreto-Lei n. 1.025/69, alterado pelo Decreto-Lei n. 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens livres e desembaraçados para garantir a execução em consonância que a legislação em vigor, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem a plena execução da dívida;
2. Não paga a divida ou não garantida a execução, a expedição de mandado de penhora e avaliação a recair sobre tantos bens quantos bastem à garantia integral da dívida, inclusive imóveis, nesse caso procedendo-se à intimação do cônjuge e à notificação do cartório de registro competente.

- Dá-se à causa o valor atualizado de **R$*156.631,82********** (********CENTO E CINCOENTA E SEIS MIL SEISCENTOS E TRINTA E UM REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS********** **********), consoante o disposto no art. 6, parágrafo 4, Lei de Execuções Fiscais, que corresponde ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s).

Pede deferimento.

NATAL , 21 DE JANEIRO DE 2013.

4 1 0 0 1 3 9 0 0 0 6 7

0092429 00002/00013

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

04

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **41 6 12 000406-42**, da série **DO/2012** desde, **25/04/2012**

Nome: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**
CPF/CNPJ: **08378267/0001-29**
End: **FELIPE CAMARAO 203, PARAIBA, MOSSORO, CEP 59600-340**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
13433 721197/2011-37	**R$ 118.587,07**	**UFIR 111.443,53**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

NATAL , 21 DE JANEIRO DE 2013.

ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 2715

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Jud.-Rio Grande do Norte

Relatório de Processos

Vara 8 a. VARA FEDERAL
Parte Autora FAZENDA NACIONAL
Parte Ré LUCIO SILVEIRA & FILHOS
Listar Baixados Somente Ativos
Filtro(s).

Processo	Autor	Classe	Distribuição	Fase	Réu
0000106-46.2013.4.05.8401	EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	06/02/2013 18:06	Conclusão para Despacho	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
0000186-10.2013.4.05.8401	EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	27/02/2013 14:11	Distribuição - Ordinária	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
0001567-87.2012.4.05.8401	EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	27/11/2012 17:02	Intimação de Despacho - Registro no Sistema	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
(342-21.2004.4.05.8401	EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	27/09/2004 18:52	Remessa Externa Para FAZENDA NACIONAL por motivo d	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

Total Geral: 4
Total Geral por Classe:

Classe	Total
99	4

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0000186-10.2013.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO E CONCLUSÃO

Considerando a Ordem de Serviço nº 02/2010 - 8ª VF, **CERTIFICO** para os devidos fins a. **EXISTÊNCIA** de outra(s) ação(ões) de Execução Fiscal do(s) exequente(s) contra o(s) executado(s) em tramitação na Secretaria da 8ª Vara, conforme relatório extraído do Sistema Tebas de fls. 09.

Nesta data, faço conclusão destes autos ao Exmo Senhor Juiz Federal desta 8ª Vara/RN.

Mossoró, 28 de fevereiro de 2013.

Francisco Canindé da Silva
Técnico(a) Judiciário(a)

DESPACHO

Vistos em inspeção.

1.Cite(m)-se o(s) executado(s) via Oficial de Justiça para, no prazo de 05 (cinco) dias, **pagar a dívida ou garantir a execução** (art. 7º, I, c/c o art. 8º, III, Lei 6.830/80). Em se tratando de executado firma individual, fica desde já autorizada a citação da pessoa física correspondente.

2.Em sendo negativa a diligência do Oficial de Justiça, intime-se o exequente para informar novo endereço da parte executada no prazo de 10 (dez) dias. Em caso de resposta positiva, expeça-se novamente Mandado de Citação a ser cumprido no endereço indicado pelo autor.

3.Em caso de resposta negativa ou esgotadas as tentativas de citação pessoal, cite(m)-se o(s) executado(s) por meio de Edital (art.8º, inciso III c/c Súmula nº 414 do Superior Tribunal de Justiça). O Edital de Citação deverá ser afixado no átrio do Fórum, publicado uma só vez no Diário Oficial Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região, e com prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade com o art. 8º, inciso IV, da Lei 6.830/80.

4. Efetivada a citação, verifique-se a possibilidade de apensamento destes autos ao **processo 0003342-21.2004.4.05.8401.**

Expedientes necessários.

Mossoró, 28 de fevereiro de 2013

ANDRÉ DIAS FERNANDES
Juiz Federal da 8ª Vara/RN

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0000186-10.2013.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins que, nesta data, confeccionei o(a) respectivo(a) **Mandado/Carta Precatória/Ofício**, cadastrado(a) sob o nº **MAF.0008.000074-7/2013.** Dou fé.

Mossoró, 6 de março de 2013.

Francisco Canindé da Silva
Técnico(a) Judiciário(a)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

MANDADO DE CITAÇÃO
MAF.0008.000074-7/2013

EXECUÇÃO FISCAL: 0000186-10.2013.4.05.8401
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
NÚMERO(S) DA(S) CDA(S): 41 6 12 000406-42
VALOR (ES) DA(S) CDA(S): R$ 156.631,82; valor a ser atualizada na data do pagamento.

LUCIO SILVEIRA & FILHOS
RUA FELIPE CAMARAO, 203, PARAIBA, CEP 59.600-340, MOSSORÓ - RN

A Doutora **EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO**, Juíza Federal Substituta da 8ª Vara – Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, na forma da lei, etc.

MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo Federal, a quem for o presente apresentado, que, em seu cumprimento, **CITE** o executado para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a presente dívida, nos termos do art. 8° da Lei n° 6.830/80, com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa (CDA), ou garantir a execução, nos termos do art. 9° da Lei n° 6.830/80.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei.

EXPEDIDO nesta cidade de Mossoró/RN, em 6 de março de 2013. Eu, Francisco Canindé da Silva (_____), Técnico(a) Judiciário(a), digitei e conferi o presente mandado que, de ordem da MM. Juíza Federal, vai devidamente assinado pelo Diretor de Secretaria.

Anexo: Cópia da inicial e Certidão de Dívida Ativa (CDA).

ALEX CAVALCANTE LIMÃO
Diretor de Secretaria da 8ª Vara da SJRN

12/04/2013

CERTIDÃO

Certifico que CITEI O EXECUTADO NOS TERMOS DO MANDADO

Mossoró, 15 / 04 / 13

Encarregado do Setor
THIAGO Fonseca

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0000186-10.2013.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

Em cumprimento da Ordem de Serviço nº 02/2010 da 8ª Vara Federal, realizei a **BAIXA** destes autos por apensamento a ação de Execução Fiscal principal (0001567-87.2012.4.05.8401) em tramitação pela Secretaria da 8ª VF contra o mesmo devedor.

Mossoró, 27 de abril de 2013.

MARDONE RODRIGUES REGO SARMENTO
Técnico(a) Judiciário(a)

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
RODRIGO FARIAS DE MENEZES - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 28/07/2020 15:10:29
Identificador: 4058401.7375173
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20072815062259200000007396915

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Jud.-Rio Grande do Norte

Emitido em 27/02/2013 13:27

02

Termo de Autuação

Mossoró, 27 de fevereiro de 2013, nesta Secretaria da 8 a. VARA FEDERAL autuo os documentos adiante, em _____ folha(s), com 0 apenso(s), na seguinte conformidade:

Processo.....:	0000106-46.2013.4.05.8401
Classe do processo.....:	99 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....:	25/01/2013 08:15:00
2. Número de volumes.....:	1
3. Nro. do processo adm....:	406730156
4. Valor de execução.....:	R$ 58.011,84
5. Observações.....:	
6. Vara.....:	8 a. VARA FEDERAL - Juiz Substituto
7. Tipo de distribuição.....:	Distribuição - Ordinária
8. Data/Hora distribuição....:	06/02/2013 18:06
9. Distr. lançada por.....:	Leopoldo Fontenele Teixeira
10. Usuário ult. alteração....:	Leopoldo Fontenele Teixeira
11. Data última alteração....:	06/02/2013 18:06
12. Processo Prevento.....:	
13. Nro. inscrição C.D.A.....:	40.673.015-6 40.673.014-8

SEQ- Tipo Parte	Nome das Partes do Processo	Característica
1-EXEQUENTE	UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	
2-EXECUTADO	LUCIO SILVEIRA & FILHOS	

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria





120130003883

EXMO. DR. JUIZ FEDERAL DA ___ VARA FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE MOSSORO

Justiça Federal - RN



0000106-46.2013.4.05.8401

UNIAO, pessoa juridica de direito publico interno, com fundamento na Lei no. 6830,de 22 de setembro de 1980, vem, mui respeitosamente, por seu representante legal infra-assinado, propor a presente EXECUCAO FISCAL, para cobranca da divida no valor de R$ ************58.011,84(CINQUENTA E OITO MIL, ONZE REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS. **********) atualizada para o mes de 01/2013, conforme as anexas certidoes de Divida Ativa sob numero (s) 40.673.014-8, 40.673.015-6,********** contra:

Devedor		Identificacao
LUCIO SILVEIRA E FILHOS		CGC: 08.378.267/0001-29
Endereco		Telefone
R FELIPE CAMARAO 203		
CEP Bairro	Municipio	UF
59600-340 PARAIBA	MOSSORO	RN

Para tanto, requer-se na forma do artigo 8 da Lei 6.830 e art. 172, paragrafo 2, do Codigo de Processo Civil:

1. A citacao da(o) Executada (o),pelo correio,com Aviso de Recepcao(AR) ,para pagar, no prazo legal, as dividas inscritas, devidamente atualizadas, acrescidas de juros, encargos previstos no Decreto-Lei No 1.025/1969, alterado pelo Decreto-Lei No. 1.645/1978, custas e despesas processuais, ou nomear bens livres e desembaracados para garantir a execucao em consonancia com a legislacao em vigor, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem a plena execucao da divida.
2. Nao paga a divida ou nao garantida a execucao,a expedicao de mandado de penhora e avaliacao, a recair sobre tantos bens quanto bastem a garantia integral da divida, inclusive imoveis, nesse caso procedendo-se a intimacao do conjuge e a notificacao do cartorio de re-

F.0001
(continua)

JFRN
25JAN1308:15 AI0006531

04

120130003883

gistro de imoveis competente.

Da-se a causa o valor da divida com os acrescimos calculados ate a data da distribuicao, nos termos do artigo 6o, paragrafo 4o da Lei de Execucoes Fiscais.

Nestes Termos,

p.deferimento

MOSSORO, 12/01/2013

Joana Marta Onofre de Araújo

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO
MAT- 1556977 N.OAB- 17372

Procuradoria: MOSSORO
Endereco: RUA TIRADENTES,259 , SALA 404 AUDITORIO
Cep: 59600-210 Bairro: CENTRO
Municipio: MOSSORO UF: RN

F.0002
(final)

05

120130003883

UNIAO FEDERAL MINISTERIO DA FAZENDA
DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Origem:18.200.801 Tramitacao:18.200.801
Credito: 40.673.015-6
Processo Administrativo - Originario: 406730156
Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Endereco: R FELIPE CAMARAO 203
Bairro : PARAIBA Munic.: MOSSORO
UF : RN CEP : 59600-340

Fase Atual: 534 em 12/01/2013
Doc.: DCGB - DCG BATCH

Compet.	Moeda(*)	(**) TOTAL (**) JUROS	(*) ORIGINARIO (**) MULTA MORA	(**) ATUALIZADO
05/2012	REAL	42.152,25 1.562,69	33.824,63 6.764,93	33.824,63
Total do Credito		42.152,25 1.562,69	6.764,93	33.824,63

Sobre o valor total incide encargos legais previsto no Decreto-Lei No. 1.025/69,alterado pelo Decreto-Lei No. 1.645/78, e custas processuais.
** Valores atualizados para 01/2013 em REAL c/multa ajuizam.
Ufir de conversao: 0,9108 F.0001 (final)

06
9





UNIAO FEDERAL MINISTERIO DA FAZENDA
DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Origem:18.200.801 Tramitacao:18.200.801
Credito: 40.673.014-8
Processo Administrativo - Originario: 406730148
Devedor: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Endereco: R FELIPE CAMARAO 203
Bairro : PARAIBA Munic.: MOSSORO
UF : RN CEP : 59600-340

Fase Atual: 534 em 12/01/2013
Doc.: DCGB - DCG BATCH

Compet.	Moeda(*)	(**) TOTAL (**) JUROS	(*) ORIGINARIO (**) MULTA MORA	(**) ATUALIZADO
05/2012	REAL	6.190,95 229,52	4.967,86 993,57	4.967,86
Total do Credito		6.190,95 229,52	993,57	4.967,86

Sobre o valor total incide encargos legais previsto no Decreto-Lei No. 1.025/69,alterado pelo Decreto-Lei No. 1.645/78, e custas processuais.
** Valores atualizados para 01/2013 em REAL c/multa ajuizam.
Ufir de conversao: 0,9108 F.0001 (final)

07
9

120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Certifico que do registroda divida ativa da Uniao consta a inscricao da divida cujo os dados sao os seguintes:

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/387	29/12/2012	406730156		40.673.015-6

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Endereco			Telefone
R FELIPE CAMARAO 203			
CEP	Bairro	Municipio	UF
59600-340	PARAIBA	MOSSORO	RN

Identificacao
CGC: 08.378.267/0001-29

Periodo da Divida	Valor Originario	Moeda
05/2012 a 05/2012	33.824,63	REAL

Documento Original DCGB - DCG BATCH
Orgao de Origem 18.021.060 Lancamento 10/11/2012 Calculo 12/01/2013

Princ.Atualizado	Juros	Multa	Valor Total
33.824,63	1.562,69	6.764,93	42.152,25

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
041.00		ATRIBUICAO DE COMPETENCIA PARA FISCALIZAR, ARRECADAR E COBRA
041.02	desde 01/11/2004	PERIODO DE 11/2004 A 12/2004 MP N. 222, DE 04.10.2004, ARTIGOS 1. E 3.; POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ANEXO I, ART. 18, I. PERIODO DE 01/2005 A 02/2005 MP N. 222, DE 04.10.2004, ARTIGOS 1. E 3., CONVERTIDA NA LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ANEXO I, ART. 18, I. PERIODO DE 03/2005 A 05/2005 LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ANEXO I, ART. 18, I; DECRETO N. 5.403, DE 28.03.2005, ANEXO I, ART.

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO MAT- 1556977 F.0001
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO (continua)

08

120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/387	29/12/2012	406730156		40.673.015-6

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
041.02	desde 01/11/2004	15, I. PERIODO DE 06/2005 A 14.08.2005 LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.403, DE 28.03.2005, ANEXO I, ART. 15, I; DECRETO N. 5.469, DE 15.06.2005, ANEXO I, ART. 18, I. A PARTIR DE 15.08.2005 MP N. 258, DE 21.07.2005, ART. 3., CAPUT E PARAGRAFO 1., ART. 10 E INCISO I DO ART. 12. A PARTIR DE 19.11.2005 LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.469, DE 15.06.2005, ANEXO I, ART. 18, I. A PARTIR DE 02.05.2007 LEI N. 11.457, DE 16.03.07, ARTS. 2 E 3.
089.00		GFIP - GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL
089.04	desde 01/12/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 32, IV (ACRESCENTADO PELA MP N. 1.596-14/97, COM REDACAO DA MP N. 449, DE 03.12.2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 27.05.2009) E ART. 33 (COM A REDACAO DA LEI N. 10.256, DE 09.07.2001E ALTERACAO DA MP N. 449, DE 03.12.08, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 27.05.09), PARAGRAFO 7. (ACRESCENTADO PELA MP N. 1.596-14/97, CONVERTIDA NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97, ALTERADA PELA MP N. 449, DE 03.12.08, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 2705.09) REDACAO); DECRETO N. 2.803, DE 20.10.98; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL - RPS, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 225, IV, PARAGRAFOS 1., 2., 3. E 4. E ART. 245, CAPUT E PARAGRAFO 1.;
200.00		CONTRIBUICAO DA EMPRESA SOBRE A REMUNERACAO DE EMPREGADOS
200.08	desde 01/12/1999	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 22, I (COM A REDACAO DADA

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO

MAT- 1556977 F.0002
(continua)

09

120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original / Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/387	29/12/2012	406730156	40.673.015-6

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
200.08	desde 01/12/1999	PELA LEI N. 9.876, DE 26.11.99); REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 12, I E PARAGRAFO UNICO, ART. 201, I, PARAGRAFO 1. E ART. 216, I, "B" (COM AS ALTERACOES DADAS PELO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99).
224.00		CONTRIBUICAO DAS EMPRESAS/COOPERATIVAS S/ AS REMUNERACOES PAGAS, DISTRIBUIDAS OU CREDITADAS A AUTONOMOS, AVULSOS E DEMAIS PESSOAS FISICAS E DOS COOPERADOS, DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR N. 84/96 ATE 02/2000 E CONTRIB. DAS EMPRESAS S/ A REM. A CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS, DE QUE TRATA A LEI N. 8.212/91, NA REDACAO DADA PELA LEI N. 9.876/
224.05	desde 01/03/2000	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 22, III (COM AS ALTERACOES DA LEI N. 9.876, DE 26.11.99; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 12, I E PARAGRAFO UNICO, ART. 201, II, PARAGRAFOS 1., 2., 3., 5. E 8., COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99 E DO DECRETO N. 3.452, DE 09.05.00.
301.00		CONTRIBUICAO DAS EMPRESAS PARA FINANCIAMENTO DOS BENEFICIOS EM RAZAO DA INCAPACIDADE LABORATIVA
301.08	desde 01/12/1999	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 22, II (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 9.732, DE 11.12.98); REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 12, I, PARAGRAFO UNICO, NA REDACAO DADA PELO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99, ART. 202, I, II E III E PARAGRAFOS 1. AO 6.. A PARTIR DE 01/2010 LEI N.

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO

MAT- 1556977 F.0003
(continua)

1º

120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Original	Administrativo Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/387	29/12/2012	406730156		40.673.015-6

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
301.08	desde 01/12/1999	8.212, DE 24.07.91, ART. 22, II (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 9.732, DE 11.12.98); REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 12, I, PARAGRAFO UNICO, NA REDACAO DADA PELO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99, ART. 202, I, II E III E PARAGRAFOS 1. AO 6 E ART. 202-A (ACRESCENTADO PELO DECRETO N. 6.042, DE 12.02.07, COM REDACAO DO DECRETO N. 6.957, DE 09.09.09) E DECRETO N. 6.957, DE 09.09.10, ARTIGOS 2. E 4..
400.00		CONTRIBUICAO DEVIDA A TERCEIROS - SALARIO EDUCACAO
400.05	desde 01/11/2004	CONSTITUICAO FEDERAL, ART. 212, PARAGRAFO 5., COMBINADO COM O ART. 34, CAPUT, DAS DISPOSICOES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS; LEI N. 9.424, DE 26.12.96, ART. 15, CAPUT; MP N. 1.565, DE 09.01.97 E REEDICOES ATE A MP N. 1.607, DE 11.12.97, E REEDICOES ATE A MP N. 1.607-24, DE 19.11.98, CONVERTIDAS NA LEI N. 9.766, DE 18.12.98; LEI N. 9.601, DE 21.01.98, ART. 2.; DECRETO N. 3.142, DE 16.08.99, ART. 1., 2., 6., INCISO II PARAGRAFO 1.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3., POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGO 3., DECRETO N. 87.043, DE 22.03.82, ARTIGOS 1., 2., 3., I, PARAGRAFOS 1., 2., 4., 5. E ART. 13; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I. A PARTIR DE 01.01.2007: CONSTITUICAO FEDERAL, ART. 212, PARAGRAFO 5., COMBINADO COM O ART.34, CAPUT, DAS DISPOSICOES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS; LEI N. 9.424, DE 26.12.96, ART. 15, CAPUT; LEI N. 9.766, DE 18..12.98, ART. 1., DECRETO N. 6003, DE 28.12.06, ARTIGO 1., PARAGRAFO 1. E ARTIGOS 10 E 11.
405.00		TERCEIROS - INCRA

Joana Marta Onofre de Araújo

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO — MAT- 1556977 F.0004
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO — (continua)




120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/387	29/12/2012	406730156		40.673.015-6

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
405.04	desde 01/11/2004	LEI N. 2.613, DE 23.09.55, ART. 6., PARAGRAFO 4., (COM AS ALTERACOES DA LEI N. 4.863, DE 29.11.65, ART. 35, PARAGRAFO 2., VIII); DECRETO-LEI N. 1.146, DE 31.12.70, ART. 1., I, ITEM 2, ARTIGOS 3. E 4.; LEI COMPLEMENTAR N. 11, DE 25.05.71, ART. 15, II; DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86, ART. 3.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
413.00		TERCEIROS - SENAC
413.04	desde 01/11/2004	DECRETO-LEI N. 8.621, DE 10.01.46, ARTIGOS 4. E 5.; DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86, ARTIGOS 1. E 3.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
414.00		TERCEIROS - SESC
414.04	desde 01/11/2004	DECRETO-LEI N. 9.853, DE 13.09.46, ART. 3.; DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86, ARTIGOS 1. E 3.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
415.00		TERCEIROS - SEBRAE
415.04	desde 01/11/2004	LEI N. 8.029, DE 12.04.90, ART. 8., PARAGRAFO 3. (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 8.154, DE 28.12.90), COMBINADO COM O ART. 1. DO DECRETO-LEI N. 2.318, DE 30.12.86 E

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO

MAT- 1556977 F.0005
(continua)

12
4

120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/387	29/12/2012	406730156		40.673.015-6

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
415.04	desde 01/11/2004	PARAGRAFO 4.; MP N. 222, DE 04.10.2004, ART. 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ART. 18, I.
600.00		CORRECAO MONETARIA
600.08	desde 01/01/1995	LEI N. 8.981, DE 20.01.95, ART. 6., REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL-ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 356, DE 07.12.91, COM A NOVA REDACAO DADA PELO DECRETO N. 612, DE 21.07.92 E ALTERACOES POSTERIORES, ART. 39, PARAGRAFO 5., RENUMERADO PARA PARAGRAFO 9., PELO ART. 1. DO DECRETO N. 738 DE 28.01.93, E PARAGRAFO 10 (ACRESCENTADO PELO DECRETO N. 738, DE 28.01.93); REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL-ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 2.173, DE 05.03.97, ART. 58, I. VALORES ORIGINARIOS EM REAL E SEM ATUALIZACAO
601.00		ACRESCIMOS LEGAIS - MULTA
601.10	desde 01/12/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 35, (COMBINADO COM O ART. 61 DA LEI N. 9.430, DE 27.12.96) COM REDACAO DA MP N. 449 DE 04.12.2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 27.05.2009.CALCULO DA MULTA: PARA PAGAMENTO DE OBRIGACAO VENCIDA, NAO INCLUIDA EM AUTO-DE-INFRACAO: 0,33%, POR DIA DE ATRASO, CALCULADA A PARTIR DO PRIMEIRO DIA SUBSEQUENTE AO DO VENCIMENTO DO PRAZO PREVISTO PARA O PAGAMENTO DA CONTRIBUICAO ATE O DIA EM QUE OCORRER O SEU PAGAMENTO, LIMITADO A 20%.
602.00		ACRESCIMOS LEGAIS - JUROS

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO

MAT- 1556977 F.0006
(continua)

120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/387	29/12/2012	406730156		40.673.015-6

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
602.08	desde 01/12/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 35, COMBINADO COM O ART. 61 DA LEI N. 9.430, DE 27.12.96, COM REDACAO DA MP N. 449, DE 04.12.2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 27.05.2009. CALCULO DOS JUROS: JUROS CALCULADOS SOBRE O VALOR ORIGINARIO, MEDIANTE A APLICACAO DOS SEGUINTES PERCENTUAIS: A) TAXA MEDIA MENSAL DE CAPTACAO DO TESOURO NACIONAL RELATIVA A DIVIDA MOBILIARIA FEDERAL / TAXA REFERENCIAL DO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDACAO E DE CUSTODIA - SELIC, A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO MES SUBSEQUENT AO VENCIMENTO DO PRAZO ATE O MES ANTERIOR AO DO PAGAMENTO B) 1% (UM POR CENTO) NO MES DO PAGAMENTO.
700.00		ENCARGO LEGAL DE 20% (VINTE POR CENTO)
700.01	desde 01/05/2007	DECRETO-LEI N. 1.025/69, ART. 1; DECRETO-LEI N. 1.645/78, ART. 3; LEI 7.799/89, ART. 64, PARAGRAFO 2 E LEI N. 8.383/91, ART. 57, PARAGRAFO 2.
800.00		PRAZO E OBRIGACAO DE RECOLHIMENTO - EMPRESAS EM GERAL
800.11	desde 01/10/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 30, I (COM A ALTERACAO DA LEI N. 8.620, DE 05.01.93, DA LEI N. 9.876, DE 26.11.99, DA MP N. 351, DE 22.01.07, CONVERTIDA NA LEI N. 11.488, DE 25.06.07 E DA MP N. 447, DE 14.11.08, CONVERTIDA NA LEI N. 11.933, DE 28.04.2009); LEI N. 8.620, DE 05.01.93, ART. 7., PARAGRAFOS 1. E 2.; LEI N. 10.666, DE 08.05.03, ART. 4., PARAGRAFO 1., COMBINADO COM O ART. 15; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 216, I, "B" E PARAGRAFOS 1. AO 6., COM AS

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO

MAT- 1556977 F.0007
(continua)

14

120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/387	29/12/2012	406730156		40.673.015-6

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
800.11	desde 01/10/2008	ALTERACOES DO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99.

E para que se possa proceder a cobranca em acao propria, nos termos da Lei No. 6830 de 22/09/80, art 20. e seus paragrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraida a presente certidao.
Sobre o valor total incide encargos legais previsto no Decreto-Lei No. 1.025/69,alterado pelo Decreto-Lei No. 1.645/78, e custas processuais.

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO MAT- 1556977 F.0008
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO (final)

15
4

120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Certifico que do registroda divida ativa da Uniao consta a inscricao da divida cujo os dados sao os seguintes:

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/386	29/12/2012	406730148		40.673.014-8

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Endereco			Telefone
R FELIPE CAMARAO 203			
CEP	Bairro	Municipio	UF
59600-340	PARAIBA	MOSSORO	RN

Identificacao
CGC: 08.378.267/0001-29

Periodo da Divida	Valor Originario	Moeda
05/2012 a 05/2012	4.967,86	REAL

Documento Original DCGB - DCG BATCH
Orgao de Origem 18.021.060 Lancamento 10/11/2012 Calculo 12/01/2013

Princ.Atualizado	Juros	Multa	Valor Total
4.967,86	229,52	993,57	6.190,95

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
041.00		ATRIBUICAO DE COMPETENCIA PARA FISCALIZAR, ARRECADAR E COBRA
041.02	desde 01/11/2004	PERIODO DE 11/2004 A 12/2004 MP N. 222, DE 04.10.2004, ARTIGOS 1. E 3., POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ANEXO I, ART. 18, I. PERIODO DE 01/2005 A 02/2005 MP N. 222, DE 04.10.2004, ARTIGOS 1. E 3., CONVERTIDA NA LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ANEXO I, ART. 18, I. PERIODO DE 03/2005 A 05/2005 LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.256, DE 27.10.2004, ANEXO I, ART. 18, I; DECRETO N. 5.403, DE 28.03.2005, ANEXO I, ART.

Joana Marta Onofre de Araujo

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO MAT- 1556977 F.0001
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO (continua)



120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/386	29/12/2012	406730148		40.673.014-8

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
041.02	desde 01/11/2004	15, I. PERIODO DE 06/2005 A 14.08.2005 LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.403, DE 28.03.2005, ANEXO I, ART. 15, I; DECRETO N. 5.469, DE 15.06.2005, ANEXO I, ART. 18, I. A PARTIR DE 15.08.2005 MP N. 258, DE 21.07.2005, ART. 3., CAPUT E PARAGRAFO 1., ART. 10 E INCISO I DO ART. 12. A PARTIR DE 19.11.2005 LEI N. 11.098, DE 13.01.2005, ARTIGOS 1. E 3.; DECRETO N. 5.469, DE 15.06.2005, ANEXO I, ART. 18, I. A PARTIR DE 02.05.2007 LEI N. 11.457, DE 16.03.07, ARTS. 2 E 3.
089.00		GFIP - GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL
089.04	desde 01/12/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 32, IV (ACRESCENTADO PELA MP N. 1.596-14/97, COM REDACAO DA MP N. 449, DE 03.12.2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 27.05.2009) E ART. 33 (COM A REDACAO DA LEI N. 10.256, DE 09.07.2001E ALTERACAO DA MP N. 449, DE 03.12.08, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 27.05.09), PARAGRAFO 7. (ACRESCENTADO PELA MP N. 1.596-14/97, CONVERTIDA NA LEI N. 9.528, DE 10.12.97, ALTERADA PELA MP N. 449, DE 03.12.08, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 2705.09) REDACAO); DECRETO N. 2.803, DE 20.10.98; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL - RPS, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 225, IV, PARAGRAFOS 1., 2., 3. E 4. E ART. 245, CAPUT E PARAGRAFO 1.;
100.00		CONTRIBUICAO DOS SEGURADOS (EMPREGADOS, TRABALHADORES TEMPORARIOS E AVULSOS)
100.15	desde 01/12/1999	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 20 (COM A REDACAO DADA PELA

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO

MAT- 1556977 F.0002
(continua)

17

120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original / Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/386	29/12/2012	406730148	40.673.014-8

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
100.15	desde 01/12/1999	LEI N. 9.032, DE 28.04.95, ALTERADA POSTERIORMENTE PELA LEI N. 9.129, DE 20.11.95), COMBINADO COM OS ARTIGOS 12, I (COM AS ALTERACOES DA LEI N. 8.647, DE 13.04.93, DA LEI N. 9.506, DE 30.10.97 E DA LEI N. 9.876, DE 26/11/99) E ART. 28, I E PARAGRAFOS (COM A REDACAO DADA PELA LEI N. 9.528, DE 10.12.97); LEI N. 8.620, DE 05.01.93, ART. 7., PARAGRAFO 2.; LEI N. 9.311, DE 24.10.96, ART. 17, II; LEI N. 9.317, DE 05.12.96, ART. 3., PARAGRAFO 2., "H"; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL - RPS, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 9., I, "G" (ALINEA ACRESCENTADA PELO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99), PARAGRAFO 1. A 7., ART. 198, ART. 214, I, PARAGRAFOS 1. A 15, ART. 216, I, "A"(ALTERADO PELO DECRETO N. 4.729, DE 09.06.03) E "B" (ALTERACAO DO DECRETO N. 6.722, DE 20.12.08), PARAGRAFOS 1. A 6., ARTIGOS 217 E 218.
114.00		CONTRIBUINTE INDIVIDUAL - CONTRIBUICOES DESCONTADAS PELA EMPRESA/COOPERATIVA DE TRABALHO
114.01	desde 01/04/2003	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 12, V, ART. 21, ART. 28, III, ART. 30, I, "B", PARAGRAFO 2., COM REDACAO DA LEI N. 9.876, DE 26.11.99 E ALTERACOES DA MP 447, DE 14.11.2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.933, DE 28.04.2009, E PARAGRAFOS 4. E 5., COM AS ALTERACOES INTRODUZIDAS PELA LEI N. 9.876, DE 26.11.99 C/C ART. 4., "CAPUT" E PARAGRAFO 1. DA LEI N. 10.666, DE 08.05.2003, ALTERADOS PELA LEI N. 11.933, DE 28.04.2009, DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 9., V, ART. 199, ART. 214, III, PARAGRAFOS 3. E 5., ART. 216, I, PARAGRAFOS 20, 21, 23, 26 A 31, COM A REDACAO DADA PELO DECRETO N. 4.729, DE 09.06.03 E ALTERACAO DO DECRETO N. 6.722, DE 30.12.2008.

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO

MAT- 1556977 F.0003
(continua)

120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/386	29/12/2012	406730148		40.673.014-8

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
600.00		CORRECAO MONETARIA
600.08	desde 01/01/1995	LEI N. 8.981, DE 20.01.95, ART. 6., REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL-ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 356, DE 07.12.91, COM A NOVA REDACAO DADA PELO DECRETO N. 612, DE 21.07.92 E ALTERACOES POSTERIORES, ART. 39, PARAGRAFO 5., RENUMERADO PARA PARAGRAFO 9., PELO ART. 1. DO DECRETO N. 738 DE 28.01.93, E PARAGRAFO 10 (ACRESCENTADO PELO DECRETO N. 738, DE 28.01.93); REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL-ROCSS, APROVADO PELO DECRETO N. 2.173, DE 05.03.97, ART. 58, I. VALORES ORIGINARIOS EM REAL E SEM ATUALIZACAO
601.00		ACRESCIMOS LEGAIS - MULTA
601.10	desde 01/12/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 35, (COMBINADO COM O ART. 61 DA LEI N. 9.430, DE 27.12.96) COM REDACAO DA MP N. 449 DE 04.12.2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 27.05.2009.CALCULO DA MULTA: PARA PAGAMENTO DE OBRIGACAO VENCIDA, NAO INCLUIDA EM AUTO-DE-INFRACAO: 0,33%, POR DIA DE ATRASO, CALCULADA A PARTIR DO PRIMEIRO DIA SUBSEQUENTE AO DO VENCIMENTO DO PRAZO PREVISTO PARA O PAGAMENTO DA CONTRIBUICAO ATE O DIA EM QUE OCORRER O SEU PAGAMENTO, LIMITADO A 20%.
602.00		ACRESCIMOS LEGAIS - JUROS
602.08	desde 01/12/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 35, COMBINADO COM O ART. 61

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO — MAT- 1556977 F.0004
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO

(continua)




120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/386	29/12/2012	406730148		40.673.014-8

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
602.08	desde 01/12/2008	DA LEI N. 9.430, DE 27.12.96, COM REDACAO DA MP N. 449, DE 04.12.2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.941, DE 27.05.2009. CALCULO DOS JUROS: JUROS CALCULADOS SOBRE O VALOR ORIGINARIO, MEDIANTE A APLICACAO DOS SEGUINTES PERCENTUAIS: A) TAXA MEDIA MENSAL DE CAPTACAO DO TESOURO NACIONAL RELATIVA A DIVIDA MOBILIARIA FEDERAL / TAXA REFERENCIAL DO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDACAO E DE CUSTODIA - SELIC, A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO MES SUBSEQUENT AO VENCIMENTO DO PRAZO ATE O MES ANTERIOR AO DO PAGAMENTO B) 1% (UM POR CENTO) NO MES DO PAGAMENTO.
700.00		ENCARGO LEGAL DE 20% (VINTE POR CENTO)
700.01	desde 01/05/2007	DECRETO-LEI N. 1.025/69, ART. 1; DECRETO-LEI N. 1.645/78, ART. 3; LEI 7.799/89, ART. 64, PARAGRAFO 2 E LEI N. 8.383/91, ART. 57, PARAGRAFO 2.
800.00		PRAZO E OBRIGACAO DE RECOLHIMENTO - EMPRESAS EM GERAL
800.11	desde 01/10/2008	LEI N. 8.212, DE 24.07.91, ART. 30, I (COM A ALTERACAO DA LEI N. 8.620, DE 05.01.93, DA LEI N. 9.876, DE 26.11.99, DA MP N. 351, DE 22.01.07, CONVERTIDA NA LEI N. 11.488, DE 25.06.07 E DA MP N. 447, DE 14.11.08, CONVERTIDA NA LEI N. 11.933, DE 28.04.2009); LEI N. 8.620, DE 05.01.93, ART. 7., PARAGRAFOS 1. E 2.; LEI N. 10.666, DE 08.05.03, ART. 4., PARAGRAFO 1., COMBINADO COM O ART. 15; REGULAMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO N. 3.048, DE 06.05.99, ART. 216, I, "B" E PARAGRAFOS 1. AO 6., COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 3.265, DE 29.11.99.

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO

MAT- 1556977 F.0005
(continua)

120130003883

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

P G F N de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
18.200.801	0002/386	29/12/2012	406730148		40.673.014-8

Devedor
LUCIO SILVEIRA E FILHOS

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal

E para que se possa proceder a cobranca em acao propria, nos termos da Lei No. 6830 de 22/09/80, art 20. e seus paragrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraida a presente certidao.
Sobre o valor total incide encargos legais previsto no Decreto-Lei No. 1.025/69,alterado pelo Decreto-Lei No. 1.645/78, e custas processuais.

JOANA MARTA ONOFRE DE ARAUJO
DATA: 12/01/2013 LOCAL: MOSSORO

MAT- 1556977 F.0006
(final)

21

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Jud.-Rio Grande do Norte

Relatório de Processos

Vara 8 a. VARA FEDERAL
Parte Autora FAZENDA NACIONAL
Parte Ré LUCIO SILVEIRA & FILHOS
Listar Baixados Somente Ativos
Filtro(s).

Processo	Autor	Classe	Distribuição	Fase	Réu
0000106-46.2013.4.05.8401	EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	06/02/2013 18:06	Distribuição - Ordinária	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
0000186-10.2013.4.05.8401	EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	27/02/2013 14:11	Distribuição - Ordinária	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
0001567-87.2012.4.05.8401	EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	27/11/2012 17:02	Intimação de Despacho - Registro no Sistema	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
0[illegible]42-21.2004.4.05.8401	EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL	EXECUÇÃO FISCAL	27/09/2004 18:52	Remessa Externa Para FAZENDA NACIONAL por motivo d	EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

Total Geral: 4

Total Geral por Classe:

Classe	Total
99	4

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0000106-46.2013.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO E CONCLUSÃO

Considerando a Ordem de Serviço nº 02/2010 - 8ª VF, **CERTIFICO** para os devidos fins a **EXISTÊNCIA** de outra(s) ação(ões) de Execução Fiscal do(s) exequente(s) contra o(s) executado(s) em tramitação na Secretaria da 8ª Vara, conforme relatório extraído do Sistema Tebas de fls. 21.

Nesta data, faço conclusão destes autos ao Exmo Senhor Juiz Federal desta 8ª Vara/RN.

Mossoró, 28 de fevereiro de 2013.

Francisco Caninde da Silva
Técnico(a) Judiciário(a)

DESPACHO

Vistos em inspeção.

1.Cite(m)-se o(s) executado(s) via Oficial de Justiça para, no prazo de 05 (cinco) dias, **pagar a dívida ou garantir a execução** (art. 7º, I, c/c o art. 8º, III, Lei 6.830/80). Em se tratando de executado firma individual, fica desde já autorizada a citação da pessoa física correspondente.

2.Em sendo negativa a diligência do Oficial de Justiça, intime-se o exequente para informar novo endereço da parte executada no prazo de 10 (dez) dias. Em caso de resposta positiva, expeça-se novamente Mandado de Citação a ser cumprido no endereço indicado pelo autor.

3.Em caso de resposta negativa ou esgotadas as tentativas de citação pessoal, cite(m)-se o(s) executado(s) por meio de Edital (art.8º, inciso III c/c Súmula nº 414 do Superior Tribunal de Justiça). O Edital de Citação deverá ser afixado no átrio do Fórum, publicado uma só vez no Diário Oficial Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região, e com prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade com o art. 8º, inciso IV, da Lei 6.830/80.

4. Efetivada a citação, verifique-se a possibilidade de apensamento destes autos ao processo **0003342-21.2004.4.05.8401.**

Expedientes necessários.

Mossoró, 28 de fevereiro de 2013

ANDRÉ DIAS FERNANDES
Juiz Federal da 8ª Vara/RN

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

PROCESSO: 0000106-46.2013.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins que, nesta data, confeccionei o(a) respectivo(a) **Mandado/Carta Precatória/Ofício/Edital**, cadastrado(a) sob o nº **MAF.0008.000191-3/2013.** Dou fé.

Mossoró, 4 de abril de 2013.

Francisco Canindé da Silva
Técnico(a) Judiciário(a)

JUNTADA

Junto, nesta data, a estes autos, o (a):

[ ] AR [ ] Ofício [X] Mandado

[ ] Carta Precatória [ ] Carta [ ] Petição

[ ] Outros

Mossoró, 26 / 04 / 2023

Encarregado do Setor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

MANDADO DE CITAÇÃO

MAF.0008.000191-3/2013

EXECUÇÃO FISCAL: 0000106-46.2013.4.05.8401
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS
NÚMERO(S) DA(S) CDA(S): 40.673.015-6, 40.673.014-8
VALOR (ES) DA(S) CDA(S): R$ 58.011,84; valor a ser atualizada na data do pagamento.

LUCIO SILVEIRA & FILHOS
RUA FELIPE CAMARÃO, 203, PARAIBA, CEP 59.600-340, MOSSORO - RN

A Doutora **EMANUELA MENDONÇA SANTOS BRITO**, Juíza Federal Substituta da 8ª Vara – Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, na forma da lei, etc.

MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo Federal, a quem for o presente apresentado, que, em seu cumprimento, **CITE** o executado para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a presente dívida, nos termos do art. 8º da Lei nº 6.830/80, com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa (CDA), ou garantir a execução, nos termos do art. 9º da Lei nº 6.830/80.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei.

EXPEDIDO nesta cidade de Mossoró/RN, em 4 de abril de 2013. Eu, Francisco Canindé da Silva (_____), Técnico(a) Judiciário(a), digitei e conferi o presente mandado que, de ordem da MM. Juíza Federal, vai devidamente assinado pelo Diretor de Secretaria.

Anexo: Cópia da inicial e Certidão de Dívida Ativa (CDA).

ALEX CAVALCANTE LIMÃO
Diretor de Secretaria da 8ª Vara da SJRN

Rec'd. 12/04/2013

CERTIDÃO

Certifico que, CITEI O EXECUTADO NOS TERMOS DO MANDADO RETRO.

Mossoró, 12/04/13

Encarregado do Setor
THIAGO FONSECA - OJ

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ – 8ª VARA

PROCESSO: 0000106-46.2013.4.05.8401
CLASSE: 99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA & FILHOS

CERTIDÃO

Em cumprimento da Ordem de Serviço nº 02/2010 da 8ª Vara Federal, realizei a **BAIXA** destes autos por apensamento a ação de Execução Fiscal principal (0001567-87.2012.4.05.8401) em tramitação pela Secretaria da 8ª VF contra o mesmo devedor.

Mossoró, 27 de abril de 2013.

MARDONE RODRIGUES REGO SARMENTO
Técnico(a) Judiciário(a)

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
RODRIGO FARIAS DE MENEZES - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 28/07/2020 15:10:29
Identificador: 4058401.7375174
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20072815062259200000007396916

Em virtude da migração dos respectivos autos físicos para o Sistema de Processo Judicial Eletronico (PJe), o presente feito **permanece sobrestado** (Sobrestamento por parcelamento), sem que tenha havido solução de continuidade quanto à contagem do prazo de sobrestamento iniciado antes da migração.

Em virtude da migração dos respectivos autos físicos para o Sistema de Processo Judicial Eletronico (PJe), o presente feito **permanece sobrestado** (Sobrestamento por parcelamento), sem que tenha havido solução de continuidade quanto à contagem do prazo de sobrestamento iniciado antes da migração.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO: **0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo		Polo passivo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE	**LUCIO SILVEIRA E FILHOS**	EXECUTADO
		FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 21/08/2020 11:21, o(a) LUCIO SILVEIRA E FILHOS foi intimado(a) acerca de Atos Eletrônicos registrado em 21/08/2020 10:46 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20082110461600700000007506225 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 21/08/2020 11:21 - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO: **0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo		Polo passivo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE	**LUCIO SILVEIRA E FILHOS**	EXECUTADO
		FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 31/08/2020 23:59, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Atos Eletrônicos registrado em 21/08/2020 10:46 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20082110461600700000007506225 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 01/09/2020 00:00 - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) FEDERAL DA 8ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Execução Fiscal (SIDA) nº **0001567-87.2012.4.05.8401**
Exequente: **União (Fazenda Nacional)**
Executado: **LUCIO SILVEIRA E FILHOS**

A **União (Fazenda Nacional)** vem, por meio do(a) seu(sua) procurador(a) abaixo assinado(a), expor fatos e argumentos para ao final requerer o que segue:

Considerando que os créditos não se encontram mais suspensos em razão de rescisão do parcelamento anteriormente concedido ao devedor, requer a determinação de prosseguimento do feito, com o deferimento de **alienação judicial** do bem penhorado à fl. 255, na forma do art. 22 e seguintes da Lei nº 6.830/80, precedida da necessária **reavaliação** , já que a última avaliação efetuada ocorreu no ano de 2015, ou seja, há mais de 05 (cinco) anos.

Termos em que pede deferimento.

Recife, 22 de outubro de 2020.

EMILIA CAMPOS DAMASCENO
Procurador(a) da Fazenda Nacional

00015678720124058401

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 35
Inscrições Selecionadas: 8
Parâmetro de Localização: 08378267000129

1º Devedor:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	08.378.267/0001-29
Situação:	ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	13433 721362/2011-51
Nº Inscrição:	41 2 12 000092-90
Receita:	3560 / DIV.ATIVA-IRPJ FONTE
Data Inscrição:	25/04/2012
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	3876520144058401
Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito:	R$ 12.015,97 (UFIR 11.292,01)
Valor Consolidado:	R$ 7.174,41

2º Devedor:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	08.378.267/0001-29
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	13433 450907/2004-18
Nº Inscrição:	41 2 12 000334-00
Receita:	3551 / DIV.ATIVA-IRPJ
Data Inscrição:	01/06/2012
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	15678720124058401
Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito:	R$ 95.359,68 (UFIR 89.615,31)
Valor Consolidado:	R$ 318.337,11

3º Devedor:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL

CPF/CNPJ:	08.378.267/0001-29
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	13433 450907/2004-18
Nº Inscrição:	41 6 12 000976-79
Receita:	1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição:	01/06/2012
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	15678720124058401
Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito:	R$ 58.016,83 (UFIR 54.521,94)
Valor Consolidado:	R$ 195.337,10

4º Devedor:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	08.378.267/0001-29
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	13433 450907/2004-18
Nº Inscrição:	41 7 12 000279-53
Receita:	0810 / DIV.ATIVA-PIS
Data Inscrição:	01/06/2012
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	15678720124058401
Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito:	R$ 9.937,09 (UFIR 9.338,49)
Valor Consolidado:	R$ 31.177,94

5º Devedor:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	08.378.267/0001-29
Situação:	ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	13433 721197/2011-37
Nº Inscrição:	41 6 12 000406-42
Receita:	1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição:	25/04/2012
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	1861020134058401
Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito:	R$ 118.587,07 (UFIR 111.443,53)
Valor Consolidado:	R$ 215.390,56

6º Devedor:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	08.378.267/0001-29
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	13433 500731/2013-35
Nº Inscrição:	41 2 13 001260-19
Receita:	3560 / DIV.ATIVA-IRPJ FONTE
Data Inscrição:	08/11/2013
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	3876520144058401
Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito:	R$ 22.327,19 (UFIR 20.982,16)
Valor Consolidado:	R$ 44.216,91

7º Devedor:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	08.378.267/0001-29
Situação:	ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	13433 500732/2013-80
Nº Inscrição:	41 6 13 003348-26
Receita:	4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição:	08/11/2013
Data Primeira Cobrança:	08/12/2013
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	3876520144058401
Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito:	R$ 1.450.070,23 (UFIR 1.362.719,66)
Valor Consolidado:	R$ 2.503.643,46

8º Devedor:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	08.378.267/0001-29
Situação:	ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	13433 500730/2013-91
Nº Inscrição:	41 7 13 000885-04
Receita:	0810 / DIV.ATIVA-PIS
Data Inscrição:	08/11/2013
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	3876520144058401
Procuradoria Responsável:	RIO GRANDE DO NORTE
Valor Inscrito:	R$ 313.765,38 (UFIR 294.864,40)
Valor Consolidado:	R$ 541.912,93

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 2.080.079,44 (UFIR 1.954.777,50)

Valor Consolidado: R$ 3.857.190,42

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 2
Debcads Selecionados: 2
Parâmetro de Localização: 08378267000129

Devedor Principal:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS
CPF/CNPJ:	8378267000129
Debcad:	406730148
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	MOSSORO
Sistema de Origem:	Sicob
Órgão de Origem:	ARF - MOSSORÓ (RN)
Data Inscrição:	28/12/2012
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH
Data do documento de Origem:	09/11/2012
Período da Dívida:	05/2012 a 05/2012
Forma de Constituição:	Declaração (GFIP)
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 4.967,86
Valor Total:	R$ 11.475,16
Nº Judicial:	00001064620134058401
Órgão de Justiça de Origem:	MOSSORO - FEDERAL
Data de Protocolo:	24/01/2013
Juízo:	8

Devedor Principal:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS
CPF/CNPJ:	8378267000129
Debcad:	406730156
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	MOSSORO
Sistema de Origem:	Sicob
Órgão de Origem:	ARF - MOSSORÓ (RN)
Data Inscrição:	28/12/2012
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	DCGB - DCG BATCH
Data do documento de Origem:	09/11/2012
Período da Dívida:	05/2012 a 05/2012
Forma de Constituição:	Declaração (GFIP)

Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 33.824,63
Valor Total:	R$ 78.130,85
Nº Judicial:	00001064620134058401
Órgão de Justiça de Origem:	MOSSORO - FEDERAL
Data de Protocolo:	24/01/2013
Juízo:	8

FIM DO RELATÓRIO

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL)

DESPACHO

Tendo em vista as informações trazidas pela parte exequente (id. 7780183), comunicando que o parcelamento administrativo foi rescindido por inadimplência da parte executada, levante-se a suspensão, dando prosseguimento à presente execução.

Nesse sentido, acolho o pedido da FAZENDA NACIONAL , determinando que se proceda à reavaliação em relação ao imóvel de matrícula **nº 3688** (Rua Coronel Gurgel, nº 114, Centro, Mossoró/RN), penhorado nos presentes autos (fls. 254/256 - id. 7375161), intimando o executado para tomar ciência do resultado da diligência no prazo de 15 (quinze) dias para, se for o caso, apresentar impugnação mediante petição simples nos próprios autos.

Frise-se que o Oficial de Justiça responsável por cumprir a determinação deverá realizar **REGISTRO FOTOGRÁFICO** dos bens a serem reavaliados, cujas fotografias serão parte integrante dos documentos a serem juntados aos autos do processo, ao fim da diligência.

Caso não seja possível a intimação pessoal, intime-se o executado , por meio de seu defensor, para tomar ciência do resultado da reavaliação no prazo de 15 (quinze) dias e, se for o caso, apresentar impugnação mediante petição simples nos próprios autos.

Decorrido o prazo acima, leve-se o bem penhorado à hasta pública.

Cumpra-se.

ORLAN DONATO ROCHA
Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL)

DESPACHO

Tendo em vista as informações trazidas pela parte exequente (id. 7780183), comunicando que o parcelamento administrativo foi rescindido por inadimplência da parte executada, levante-se a suspensão, dando prosseguimento à presente execução.

Nesse sentido, acolho o pedido da FAZENDA NACIONAL , determinando que se proceda à reavaliação em relação ao imóvel de matrícula **nº 3688** (Rua Coronel Gurgel, nº 114, Centro, Mossoró/RN), penhorado nos presentes autos (fls. 254/256 - id. 7375161), intimando o executado para tomar ciência do resultado da diligência no prazo de 15 (quinze) dias para, se for o caso, apresentar impugnação mediante petição simples nos próprios autos.

Frise-se que o Oficial de Justiça responsável por cumprir a determinação deverá realizar **REGISTRO FOTOGRÁFICO** dos bens a serem reavaliados, cujas fotografias serão parte integrante dos documentos a serem juntados aos autos do processo, ao fim da diligência.

Caso não seja possível a intimação pessoal, intime-se o executado , por meio de seu defensor, para tomar ciência do resultado da reavaliação no prazo de 15 (quinze) dias e, se for o caso, apresentar impugnação mediante petição simples nos próprios autos.

Decorrido o prazo acima, leve-se o bem penhorado à hasta pública.

Cumpra-se.

ORLAN DONATO ROCHA
Juiz Federal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

Avenida Jorge Coelho de Andrade, S/N - Bairro Presidente Costa e Silva - Mossoró/RN
Horário de atendimento: 09h00 às 18h00 - Fone: (84) 3422-5855
E-mail: secretaria8vara@jfrn.jus.br

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

MANDADO DE REAVALIAÇÃO

LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Rua Dracon de Albuquerque, 10, Santo Antonio, Mossoro CEP 59.611-020

Bem a ser Reavaliado:
Imóvel de matrícula **nº 3688** (Rua Coronel Gurgel, nº 114, Centro, Mossoró/RN), penhorado nos presentes autos (fls. 254/256 - id. 7375161)

O Doutor **ORLAN DONATO ROCHA** , Juiz Federal da 8ª Vara - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, na forma da lei, etc.

MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo Federal, ou a quem for distribuído o presente mandado, que em seu cumprimento, proceda **a REAVALIAÇÃO** do(s) bem(ns) constante(s) do(s) Auto(s) de Penhora em anexo, **INTIMANDO a parte executada do resultado da diligência para, querendo , apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias .**

Frise-se, ainda, que o Oficial de Justiça responsável por cumprir a determinação deverá realizar **REGISTRO FOTOGRÁFICO** dos bens a serem reavaliados, cujas fotografias serão parte integrante dos documentos a serem juntados aos autos do processo, ao fim da diligência.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei.

EXPEDIDO nesta cidade de Mossoró/RN, *data abaixo* . Eu, JEANE KATHLE ANTUNES DE MELO GONCALVES, Servidor da 8ª Vara Federal/SJRN , digitei e conferi o presente mandado que, de ordem do MM. Juiz Federal, vai por mim assinado eletronicamente.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO: **0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo		Polo passivo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE	**LUCIO SILVEIRA E FILHOS**	EXECUTADO
		FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 29/10/2020 12:35, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 28/10/2020 12:05 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20102812050579700000007829765 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 29/10/2020 12:35 - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO: **0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo		Polo passivo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE	**LUCIO SILVEIRA E FILHOS**	EXECUTADO
		FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 30/10/2020 08:06, o(a) LUCIO SILVEIRA E FILHOS foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 28/10/2020 12:05 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20102812050597000000007829766 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 30/10/2020 08:06 - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

Vistos em Inspeção

(Período Anual Inspecionado: Junho/2020 a Maio/2021)

.table-ocorrencias { width: 100%; } .table-ocorrencias, .table-ocorrencias th, .table-ocorrencias td { border: 1px solid; border-collapse: collapse; }

Ocorrência	Data Prazo
Aguarde-se o cumprimento de mandado.	

ORLAN DONATO ROCHA

Juiz Federal

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico que, no dia 17/06/2021, dirigi-me ao endereço indicado no expediente, e lá procedi à CONSTATAÇÃO e REAVALIAÇÃO do bem imóvel.

Ato contínuo, informei o Sr. João Paulo, (84 99660-8888) atual locatário do bem imóvel da nova avaliação, informando-o do procedimento até o eventual leilão judicial.

Por outro lado, o locatário me forneceu o telefone do Sr. Valtér Anunciato da Silveira (fl.255), que é o proprietário e depositário do bem (filho do Sr. Lucio Silveira) - 84 99604-9054, o qual, todavia, não atendeu as ligações e tentativa de contato para intimação.

Saliento, que após de envio de mensagens para intimação por whatsapp houve a visualização (dois traços e apareceu online), porém não houve resposta aos envios.

Ademais, atesto que a tentativa de intimação do Sr. Valter no endereço Dracon Silveira, 10, Santo Antonio, foi infrutífera, haja vista não ter sido atendido e a casa apresentar sinais de abandono.

O referido é verdade e disto dou fé.

Mossoró, RN, 22 de junho de 2021.

Rafael Alvarenga Pantoja

Oficial de Justiça Avaliador

AUTO DE CONSTATAÇÃO E /OU PENHORA E /OU AVALIAÇÃO DE BENS

8 Vara Federal - Avenida Jorge Coelho de Andrade – S/N – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró /RN Tel: 3422-5855

Certifico que, no dia 17-06-2021, em cumprimento à ordem judicial proferida nos autos do Processo nº 0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL, que a FAZENDA NACIONAL move em desfavor de LUCIO SILVEIRA E FILHOS e diligenciei no endereço indicado no mandado, ocasião em que procedi à constatação e reavaliação do bem móvel abaixo indicado:

BENS A SEREM CONSTATADOS E REAVALIADOS:

Bem a ser Reavaliado:

Imóvel de matrícula **nº 3688** (Rua Coronel Gurgel, nº 114, Centro, Mossoró/RN), penhorado nos presentes autos (fls. 254/256 - id. 7375161)

Constatação e reavaliação: R$ 4.000.000,00 (Quatro Milhões de Reais).

Trata-se de prédio bem localizado no centro da cidade, o qual abarca três pavimentos, além de um espaço grande no térreo e escritório no primeiro andar.

Cabe destacar que é o local onde funciona a empresa “Lojas Areia Branca – O Barateiro da Cidade” (foto em anexo).

Informei o Sr. João Paulo, (84 99660-8888) atual locatário do bem imóvel da nova avaliação, informando-o do procedimento até o eventual leilão judicial.

Por outro lado, o locatário me forneceu o telefone do Sr. Valtér Anunciato da Silveira (fl.255), que é o proprietário e depositário do bem (filho do Sr. Lucio Silveira) – 84 99604-9054, o qual, todavia, não atendeu as ligações e tentativa de contato para intimação.

Ademais, atesto que a tentativa de intimação do Sr. Valter no endereço Dracon Silveira, 10, Santo Antonio, foi infrutífera, haja vista não ter sido atendido e a casa apresentar sinais de abandono.

Diante de tais considerações, devolvo o mandado para apreciação do setor responsável.

Mossoró, RN, 22 de Junho de 2021

Rafael Alvarenga Pantoja

Oficial de Justiça Avaliador

Executado

LUCIO SILVEIRA E FILHOS



Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
RAFAEL ALVARENGA PANTOJA - Oficial de Justiça Distribuidor
Data e hora da assinatura: 22/06/2021 07:44:49
21062207362920400000009140028
Identificador: 4058401.9111829
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento à determinação do Excelentíssimo Senhor Juiz Federal da 8ª Vara Federal/SJRN, procedo à intimação do executado , por meio de seu defensor, para tomar ciência do resultado da reavaliação no prazo de 15 (quinze) dias e, se for o caso, apresentar impugnação mediante petição simples nos próprios autos.

Mossoró/RN, 24 de Junho de 2021.

JEANE KATHLE ANTUNES DE MELO GONCALVES
Servidor - 8ª Vara Federal/SJRN

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
JEANE KATHLE ANTUNES DE MELO GONCALVES - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 24/06/2021 13:03:49
Identificador: 4058401.9138126
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21062411180150200000009166436

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento à determinação do Excelentíssimo Senhor Juiz Federal da 8ª Vara Federal/SJRN, procedo à intimação do executado , por meio de seu defensor, para tomar ciência do resultado da reavaliação no prazo de 15 (quinze) dias e, se for o caso, apresentar impugnação mediante petição simples nos próprios autos.

Mossoró/RN, 24 de Junho de 2021.

JEANE KATHLE ANTUNES DE MELO GONCALVES
Servidor - 8ª Vara Federal/SJRN

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
JEANE KATHLE ANTUNES DE MELO GONCALVES - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 24/06/2021 13:03:49
Identificador: 4058401.9138128
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21062413034937800000009166438

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO: **0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo		Polo passivo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE	**LUCIO SILVEIRA E FILHOS**	EXECUTADO
		FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 28/06/2021 11:03, o(a) Sr(a) FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 24/06/2021 13:03 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21062413034937800000009166438 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 28/06/2021 11:03 - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

PETIÇÃO DE JUNTADA e **SUBSTABELECIMENTO** em arquivo no formato "PDF", em anexo.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA OITAVA VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCESSO Nº 0001567-87.2012.4.05.8401

FRANCISCO MARCOS DE ARAÚJO, vem à respeitável e condigna presença de Vossa Excelência, informar o **SUBSTABELECIMENTO**, e requerer a exclusão deste causídico do registro deste processo no PJe e quaisquer outros sistemas.

Ainda, solicita que os atos e publicações alusivas ao feito sejam realizados em nome do Dr. **IGOR LEITE LINHARES – OAB/RN 4270**, bem como que as intimações, incluindo a de ID 4058401.9185220, sejam feitas em nome do novo patrono.

Pede deferimento.

Mossoró/RN, 16 de julho de 2021.

FRANCISCO MARCOS DE ARAÚJO
Advogado - OAB 2359/RN

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO - Advogado
Data e hora da assinatura: 16/07/2021 12:31:56
Identificador: 4058401.9416602
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21071612305711800000009445181

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, **sem reservas**, os poderes que me foram conferidos, pelo outorgante, cujas individualizações constam no processo em trâmite, para o Dr. **IGOR LEITE LINHARES,** inscrito na ordem dos advogados do Brasil – Rio Grande do Norte sob o n.º 4270, com escritório na rua Juvenal Lamartine, número 23, Centro, nesta cidade de Mossoró/RN, para que possa praticar atos inerentes aos poderes *"ad juditia"* no transcurso do processo de número **0001567-87.2012.4.05.8401 8ª VARA FEDERAL** .

Mossoró/RN, 05 de Julho de 2021.

FRANCISCO MARCOS DE ARÁUJO
Advogado – OAB/RN 2.359.

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO - Advogado
Data e hora da assinatura: 16/07/2021 12:31:56
Identificador: 4058401.9416603
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21071612305711800000009445182

Impugnação e documentos anexos

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, **sem reservas**, os poderes que me foram conferidos, pelo outorgante, cujas individualizações constam no processo em trâmite, para o Dr. **IGOR LEITE LINHARES,** inscrito na ordem dos advogados do Brasil – Rio Grande do Norte sob o n.º 4270, com escritório na rua Juvenal Lamartine, número 23, Centro, nesta cidade de Mossoró/RN, para que possa praticar atos inerentes aos poderes *"ad juditia"* no transcurso do processo de número **0001567-87.2012.4.05.8401 8ª VARA FEDERAL** .

Mossoró/RN, 05 de Julho de 2021.

FRANCISCO MARCOS DE ARÁUJO
Advogado – OAB/RN 2.359.

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
Igor Leite Linhares - Advogado
Data e hora da assinatura: 20/07/2021 17:48:21
Identificador: 4058401.9436298
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21072017422936200000009464942

NORMA
BRASILEIRA

ABNT NBR 14653-1

Segunda edição
27.06.2019

Avaliação de bens
Parte 1: Procedimentos gerais

Assets appraisal
Part 1: General procedures

ICS 93.010; 03.080.99

ISBN 978-85-07-08096-1

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

Número de referência
ABNT NBR 14653-1:2019
19 páginas

© ABNT 2019

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019
Todos os direitos reservados. A menos que especificado de outro modo, nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou utilizada por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e microfilme, sem permissão por escrito da ABNT.

ABNT
Av.Treze de Maio, 13 - 28º andar
20031-901 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: + 55 21 3974-2300
Fax: + 55 21 3974-2346
abnt@abnt.org.br
www.abnt.org.br

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

Sumário

Página

Prefácio v
0 Introdução vii
0.1 Histórico vii
0.2 Princípios gerais da avaliação de bens vii
0.3 Abordagens de valor viii
0.4 Mercado ix
0.5 Considerações sobre o conceito de valor de mercado x
0.6 Particularidades do mercado imobiliário x
0.7 Avaliações complexas xi
1 Escopo 1
2 Referências normativas 1
3 Termos, definições, símbolos e abreviaturas 2
3.1 Termos e definições 2
3.2 Símbolos e abreviaturas 8
4 Classificação dos bens, frutos e direitos 8
4.1 Classificação dos bens 8
4.2 Classificação dos frutos 9
4.3 Classificação dos direitos 9
5 Procedimentos de excelência 10
5.1 Quanto à capacitação profissional 10
5.2 Quanto ao sigilo 10
5.3 Quanto à propriedade intelectual 10
5.4 Quanto ao conflito de interesses 10
5.5 Quanto à independência na atuação profissional 10
5.6 Quanto à competição por preços 10
5.7 Quanto à difusão do conhecimento técnico 10
6 Atividades básicas 11
6.1 Requisição da documentação 11
6.2 Conhecimento da documentação 11
6.3 Vistoria do bem avaliando 11
6.4 Coleta de dados 12
6.4.1 Aspectos quantitativos 12
6.4.2 Aspectos qualitativos 12
6.4.3 Coleta de dados de mercado 12
6.5 Diagnóstico do mercado 12
6.6 Escolha da metodologia 12
6.7 Tratamento dos dados 12
6.8 Resultado da avaliação 13
6.8.1 Arredondamento 13
6.8.2 Intervalo de valores admissíveis 13
6.9 Pressupostos, ressalvas e condições limitantes 13

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

7 Metodologia aplicável 13
7.1 Generalidades 13
7.2 Métodos para identificar o valor de um bem, de seus frutos e direitos 14
7.2.1 Método comparativo direto de dados de mercado 14
7.2.2 Método involutivo 14
7.2.3 Método evolutivo 14
7.2.4 Método da capitalização da renda 14
7.3 Métodos para identificar o custo de um bem 15
7.3.1 Método comparativo direto de custo 15
7.3.2 Método da quantificação de custo 15
7.4 Métodos para identificar indicadores de viabilidade da utilização econômica de um empreendimento 15
8 Especificação das avaliações 15
9 Apresentação do laudo de avaliação 15
10 Laudo de avaliação de uso restrito 16
11 Procedimentos específicos 16
11.1 Desapropriações 16
11.1.1 Classificação das desapropriações 16
11.1.2 Critérios 17
11.2 Avaliação de fundo de comércio, quando considerado, em decorrência de desapropriações e instituição de servidões 17
11.3 Liquidação forçada 18
Bibliografia 19

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

Prefácio

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o Foro Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e das Comissões de Estudo Especiais (ABNT/CEE), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas pelas partes interessadas no tema objeto da normalização.

Os Documentos Técnicos ABNT são elaborados conforme as regras da ABNT Diretiva 2.

A ABNT chama a atenção para que, apesar de ter sido solicitada manifestação sobre eventuais direitos de patentes durante a Consulta Nacional, estes podem ocorrer e devem ser comunicados à ABNT a qualquer momento (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996).

Os Documentos Técnicos ABNT, assim como as Normas Internacionais (ISO e IEC), são voluntários e não incluem requisitos contratuais, legais ou estatutários. Os Documentos Técnicos ABNT não substituem Leis, Decretos ou Regulamentos, aos quais os usuários devem atender, tendo precedência sobre qualquer Documento Técnico ABNT.

Ressalta-se que os Documentos Técnicos ABNT podem ser objeto de citação em Regulamentos Técnicos. Nestes casos, os órgãos responsáveis pelos Regulamentos Técnicos podem determinar as datas para exigência dos requisitos de quaisquer Documentos Técnicos ABNT.

A ABNT NBR 14653-1 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Construção Civil (ABNT/CB-002), pela Comissão de Estudo de Avaliação na Construção Civil (CE-002:134.002). O Projeto de Revisão circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 04, de 12.04.2016 a 12.06.2016.

A ABNT NBR 14653-1 cancela e substitui a ABNT NBR 14653-1:2001, a qual foi tecnicamente revisada.

A ABNT NBR 14653, sob o título geral "*Avaliação de bens*", contém as seguintes partes:

— Parte 1: Procedimentos gerais;

— Parte 2: Imóveis urbanos;

— Parte 3: Imóveis rurais;

— Parte 4: Empreendimentos;

— Parte 5: Máquinas, equipamentos, instalações e bens industriais em geral;

— Parte 6: Recursos naturais e ambientais;

— Parte 7: Patrimônios históricos.

Esta Parte 1 desempenha o papel de guia e visa consolidar os conceitos, métodos e procedimentos gerais para os serviços técnicos de avaliação de bens.

Nesta Norma, são utilizadas as formas verbais em conformidade com as Diretivas ABNT, Parte 2. A forma verbal "deve" é utilizada para indicar os requisitos a serem seguidos rigorosamente. As formas verbais "convém que", "é recomendável", "é recomendado" e "recomenda-se" são utilizadas para indicar que, entre várias possibilidades, uma é mais apropriada, sem com isso excluir outras, ou que um certo modo de proceder é preferível, mas não necessariamente exigível.

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

O Escopo em inglês da ABNT NBR 14653-1 é o seguinte:

Scope

This part of ABNT NBR 14653 presents general guidelines for the appraisal of assets on the following aspects:

a) typology of assets;

b) terminology, definitions, symbols and abbreviations;

c) basic activities of the appraisal process;

d) basic methodology;

e) specification of appraisals;

f) basic requirements of appraisal reports.

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

0 Introdução

0.1 Histórico

Os primeiros trabalhos técnicos conceituais voltados para as avaliações de bens no Brasil remontam à década de 1910, em publicações de escolas de engenharia e de repartições públicas dedicadas à tributação, gestão e contratação de serviços e obras nas grandes capitais.

Nas décadas subsequentes renomados engenheiros elaboraram monografias e publicaram trabalhos que subsidiaram e orientaram a nascente comunidade técnica da época.

A partir dos anos 1950, como parte do movimento que se notabilizou por constituir entidades profissionais dedicadas à difusão da técnica avaliatória, foram elaboradas as primeiras normas de avaliação.

O ponto de partida foi o Projeto de Norma P-NB-74, da ABNT, elaborado em 1957, que, juntamente com trabalhos específicos desenvolvidos com o propósito de padronizar critérios em ações expropriatórias, constituiu a base da primeira norma de avaliação, a NB 502 (Avaliação de imóveis urbanos), elaborada em 1977, revisada na década de 1980 e registrada no Inmetro, em 1989, como ABNT NBR 5676.

Este documento referenciou os inúmeros trabalhos decorrentes do cenário de excepcional desenvolvimento urbano observado no país. A ele seguiram-se outros, com foco na avaliação de unidades padronizadas; imóveis rurais; máquinas, equipamentos e complexos industriais; e glebas urbanizáveis. Paralelamente, entidades técnicas profissionais também formularam normas, de abrangência regional, que trouxeram importante contribuição para a consolidação de procedimentos e metodologias.

A partir de 1998, iniciou-se uma nova etapa com o Projeto desta ABNT NBR 14653 (Avaliação de bens), que, com uma formatação inovadora, estabelece as referências que norteiam as avaliações de diferentes tipos de bens, em um ambiente econômico cada vez mais complexo e internacionalizado.

A ABNT NBR 14653-1, em vigor desde 2004, foi revisada com a incorporação de conceitos de abrangência global, a serem observados na aplicação de todas as demais partes que integram a norma, com o propósito de facultar melhores condições de fundamentação das avaliações, cuja relevância nas relações econômicas e sociais é cada dia mais significativa.

0.2 Princípios gerais da avaliação de bens

A avaliação de bens, de seus frutos e direitos é uma análise técnica para identificar valores, custos ou indicadores de viabilidade econômica, para um determinado objetivo, finalidade e data, consideradas determinadas premissas, ressalvas e condições limitantes claramente explicitadas.

Os conceitos de valor, preço e custo são distintos.

O valor de um bem decorre de várias características, entre as quais se destacam sua raridade e sua utilidade para satisfazer necessidades e interesses humanos e sofre influências por suas características singulares e condições de oferta e procura. Trata-se de um conceito econômico abstrato e não de um fato.

O preço é uma expressão monetária que define uma transação de um bem, de seu fruto, de um direito, ou da expectativa de sua transação. O preço é um fato concreto, relacionado às capacidades financeiras, às motivações ou aos interesses específicos do comprador ou do vendedor.

O custo tem relação com o total dos gastos diretos e indiretos necessários à produção ou aquisição de um bem, fruto ou direito.

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

Os bens podem ser tangíveis ou intangíveis e os seus frutos e direitos abrangem os aluguéis, arrendamentos, comodatos, parcerias, servidões, cessões, *royalties*, entre outros.

As variações de valor dos bens ao longo do tempo resultam de influências econômicas, sociais e ambientais. Essas influências podem ser gerais, como no caso do nível da atividade econômica, com seus efeitos sobre o poder aquisitivo na sociedade, ou específicas, como mudanças tecnológicas e urbanísticas ou eventos ambientais impactantes.

Entre os princípios geralmente considerados e aceitos, conforme a natureza do bem e o objetivo e a finalidade da avaliação, citam-se os seguintes:

a) lei da oferta e da procura: observados isoladamente estes dois aspectos, o preço de um bem diminui com o aumento da sua oferta e cresce com o aumento da sua procura;

b) princípio da semelhança: em uma mesma data, dois bens semelhantes, em mercados semelhantes, têm valores semelhantes;

c) princípio da proporcionalidade: as diferenças de valor são proporcionais[1] às diferenças das características relevantes dos bens;

d) princípio da substituição: um bem pode substituir outro considerando-se aspectos como utilidade, destinação, funcionalidade, durabilidade, características tecnológicas, desempenho técnico e econômico;

e) princípio da rentabilidade: o valor de um bem, passível de exploração econômica, é função da renda que previsivelmente proporciona;

f) princípio do maior e melhor uso: o valor de um bem que comporta diferentes usos e aproveitamentos é o que resulta economicamente de maneira mais eficiente, consideradas as suas possibilidades legais, físicas e mercadológicas;

g) princípio da exequibilidade: quando existirem vários cenários ou possibilidades, são adotados os mais viáveis.

0.3 Abordagens de valor

A abordagem de valor de uma avaliação depende de seu objetivo e finalidade. As principais abordagens de valor dizem respeito à identificação do valor de mercado e de valores com características específicas.

As abordagens de valor podem ser:

a) abordagem pelo valor de mercado:

   É identificada a quantia mais provável pela qual um bem seria transacionado no mercado.

   Alguns tipos de valor podem traduzir ou se identificar com o valor de mercado:

   — o valor econômico, quando forem adotadas condições e taxas de desconto médias praticadas no mercado;

[1] As proporções não são necessariamente lineares.

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

— o valor patrimonial, quando, em situações específicas, a soma dos valores dos bens do patrimônio corresponder ao valor de mercado;

— o valor em risco, quando o bem for segurado pelo valor de mercado (caso usual do automóvel);

b) abordagem por valores específicos:

Refere-se aos valores distintos do valor de mercado, entre eles:

— o valor especial, que reflete características ou premissas relevantes apenas para um comprador especial, desconsideradas na identificação do valor de mercado. O valor econômico, quando forem adotadas premissas vinculadas a um comprador especial (por exemplo: taxas de desconto, isenções fiscais, projeções de receitas e despesas), adquire o caráter de um valor especial;

— o valor patrimonial, pois a soma dos valores dos bens componentes do patrimônio usualmente não representa o seu valor de mercado;

— o valor de liquidação forçada, que difere do valor de mercado, em razão de condições especiais destinadas a comercializar o bem em prazo inferior ao usual;

— o valor em risco, que identifica o montante para fins de cobertura securitária do bem, de acordo com critérios estabelecidos na apólice, quando diferentes do valor de mercado;

— o valor sinérgico, quando as sinergias estiverem disponíveis a um comprador determinado (por exemplo, caso de combinação de fluxos de caixa de empresas do mesmo segmento e união de terrenos com ganho de aproveitamento).

Nas práticas contábeis, é usualmente empregado o conceito "valor justo", que diz respeito ao preço de um bem, quando este atende aos interesses recíprocos de partes conhecedoras do mercado, independentes entre si, dispostas, mas não compelidas a negociar.

0.4 Mercado

Mercado é o ambiente no qual bens, frutos e direitos são ofertados e transacionados entre compradores e vendedores, mediante um mecanismo de preços.

O mercado se caracteriza por sua estrutura, conjuntura, conduta e desempenho.

A estrutura do mercado para um determinado tipo de bem, fruto e direito, normalmente relacionada aos ciclos econômicos de longo prazo, diz respeito ao grau de concentração de compradores e vendedores. As estruturas básicas do mercado podem ser, resumidamente:

a) concorrência perfeita: situação em que o número de vendedores e de compradores é suficientemente elevado para que um agente isolado não seja capaz de influenciar o comportamento dos preços;

b) monopólio: é constituído por um único vendedor;

c) monopsônio: é constituído por um único comprador;

d) oligopólio: é constituído por um número pequeno de vendedores;

e) oligopsônio: é constituído por um número pequeno de compradores.

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

A conjuntura de mercado diz respeito normalmente a variações de curto prazo na oferta e demanda, e suas consequências sobre os preços, em função de circunstâncias econômicas, sociais e ambientais.

A conduta do mercado corresponde ao padrão de comportamento que os agentes adotam para se ajustar à conjuntura do mercado, por meio de ações como política de preços, formas de pagamento, estratégias de venda, oferta de novos produtos, entre outras.

O desempenho do mercado refere-se aos resultados finais atingidos e é aferido por meio da análise do seu comportamento em determinado período de tempo.

0.5 Considerações sobre o conceito de valor de mercado

Valor de mercado é a quantia mais provável pela qual se negociaria voluntariamente e conscientemente um bem, em uma data de referência, dentro das condições do mercado vigente.

Cada um dos elementos dessa definição tem sua própria natureza conceitual:

a) "quantia mais provável ..." se refere ao preço expresso ou convertido em moeda corrente, que pode ser obtido pelo bem numa transação na qual as partes sejam independentes entre si e sem interesses especiais na transação. Esse valor exclui preços alterados por circunstâncias especiais, como financiamento atípico, arranjos especiais em permutas ou retrovendas;

b) "...pela qual se negociaria..." se refere ao fato de que o valor do bem é uma quantia estimada, e não o preço preestabelecido por uma das partes ou pelo qual a transação é finalmente realizada;

c) "...voluntariamente..." se refere à presunção de que cada parte está motivada para efetuar a transação, sem estar forçada a completá-la;

d) "...e conscientemente um bem..." se refere à presunção de que as partes são conhecedoras das condições do bem e do mercado em que está inserido;

e) "...numa data de referência..." indica que o valor de mercado estimado está referido a uma data, e, portanto, pode variar ao longo do tempo. A eventual mudança das condições de mercado pode conduzir a um valor diferente, em outra data;

f) "...dentro das condições do mercado vigente" significa que o valor reflete as condições da estrutura, da conjuntura, da conduta e do desempenho do mercado na data de referência da avaliação. Entre essas condições está o tempo de exposição do bem no mercado, que pode ser suficiente, de acordo com as suas especificidades, para chamar a atenção de interessados e atingir o preço mais representativo das condições do mercado.

0.6 Particularidades do mercado imobiliário

O mercado imobiliário caracteriza-se como um "mercado imperfeito", com bens não homogêneos, estoque limitado, liquidez diferenciada e grande influência de fatores externos.

Nesse mercado, tem-se acesso, muitas vezes, apenas aos preços desejados pelos vendedores (as ofertas) ou a preços de transações sujeitos a deformações decorrentes dos interesses do informante, influindo na amostra que é coletada pelo profissional da engenharia de avaliações no método comparativo direto de dados de mercado.

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

0.7 Avaliações complexas

Nos casos em que as avaliações de bens ou direitos envolvam o concurso de profissionais com áreas de formação, especialidades ou ênfases distintas, são observadas as condições e restrições previstas nas atribuições definidas pela legislação específica de cada área. São exemplos dessas avaliações as de complexos industriais, recursos ambientais, empreendimentos, entre outros.

A coordenação do trabalho pode ser exercida por um profissional especialista na área de avaliações, considerada, preferencialmente, a predominância da modalidade avaliatória no caso.

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

Avaliação de bens
Parte 1: Procedimentos gerais

1 Escopo

Esta Norma apresenta as diretrizes para avaliação de bens, quanto a:

a) classificação da sua natureza;

b) instituição de terminologia, definições, símbolos e abreviaturas;

c) descrição das atividades básicas;

d) definição da metodologia básica;

e) especificação das avaliações;

f) requisitos básicos de laudos de avaliação.

Esta Norma também apresenta diretrizes para os procedimentos de excelência relativos ao exercício profissional e é exigida em todas as manifestações técnicas escritas vinculadas às atividades de engenharia de avaliações.

NOTA A avaliação é realizada por profissional devidamente habilitado e capacitado, com observância de suas atribuições e competências profissionais legalmente definidas, de forma a não incorrer no exercício ilegal da profissão. Observar a legislação vigente na Bibliografia (itens de [2] a [5]).

2 Referências normativas

As demais partes desta Norma relacionadas a seguir estão subordinadas à aplicação deste documento. Para referências datadas, aplicam-se somente as edições citadas. Para referências não datadas, aplicam-se as edições mais recentes do referido documento (incluindo emendas).

ABNT NBR 14653-2, *Avaliação de bens – Parte 2: Imóveis urbanos*

ABNT NBR 14653-3, *Avaliação de bens – Parte 3: Imóveis rurais e seus componentes*

ABNT NBR 14653-4, *Avaliação de bens – Parte 4: Empreendimentos*

ABNT NBR 14653-5, *Avaliação de bens – Parte 5: Máquinas, equipamentos, instalações e bens industriais em geral*

ABNT NBR 14653-6, *Avaliação de bens – Parte 6: Recursos naturais e ambientais*

ABNT NBR 14653-7, *Avaliação de bens – Parte 7: Bens de patrimônios históricos e artísticos*

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

3 Termos, definições, símbolos e abreviaturas

3.1 Termos e definições

Para os efeitos deste documento, aplicam-se os seguintes termos e definições.

3.1.1
acessório
bem que se incorpora ao principal e que possui valor isoladamente, incorporado ou não a ele

3.1.2
amostra
conjunto de dados representativos de uma população

3.1.3
amostragem
procedimento utilizado para constituir uma amostra

3.1.4
arrendamento
retribuição pela cessão de direito à exploração, uso ou fruição de um bem capaz de produzir frutos, por prazo certo e condições convencionadas

3.1.5
avaliação de bens, de seus frutos e direitos
análise técnica para identificar valores, custos ou indicadores de viabilidade econômica, para um determinado objetivo, finalidade e data, consideradas determinadas premissas, ressalvas e condições limitantes

3.1.6
benefícios e despesas indiretas (BDI)
acréscimo sobre o custo direto da obra ou serviço, representativo do lucro do construtor, das despesas indiretas e dos impostos

3.1.7
bem
coisa que tem valor, suscetível de utilização ou que pode ser objeto de direito, que integra um patrimônio

3.1.7.1
bem tangível
bem identificado materialmente (por exemplo, imóveis, equipamentos, matérias-primas)

3.1.7.2
bem intangível
bem não identificado materialmente (por exemplo, fundo de comércio, marcas e patentes)

3.1.8
benfeitoria
resultado de obra ou serviço realizado em um bem e que não pode ser retirado sem destruição, fratura ou dano

3.1.8.1
benfeitoria necessária
benfeitoria indispensável para conservar o bem ou evitar a sua deterioração

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

3.1.8.2
benfeitoria útil
benfeitoria que aumenta ou facilita o seu uso, embora possa ser dispensável

3.1.8.3
benfeitoria voluptuária
benfeitoria que visa simples deleite ou recreio, sem aumentar o uso normal do bem

3.1.9
campo de arbítrio
intervalo de variação no entorno do estimador pontual adotado na avaliação, dentro do qual pode-se arbitrar o valor do bem, desde que justificado pela existência de características próprias não contempladas no modelo

3.1.10
comprador especial
adquirente que possui vantagens ou interesses específicos em relação a um bem ou direito, não relevantes para outros participantes do mercado

3.1.11
custo
total dos gastos diretos e indiretos necessários à produção, manutenção ou aquisição de um bem, em uma determinada data e situação

3.1.11.1
custo direto de produção
gastos com insumos, inclusive mão de obra, na produção de um bem

3.1.11.2
custo indireto de produção
despesas administrativas e financeiras e demais ônus e encargos necessários à produção de um bem

3.1.11.3
custo de reedição
custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra

3.1.11.4
custo de desmonte
quantia gasta para a desmobilização, o transporte e a realocação de determinados bens

3.1.11.5
custo de reprodução
custo necessário para reproduzir um bem idêntico, com a consideração dos seus insumos pertinentes, sem considerar eventual depreciação

3.1.11.6
custo de substituição
custo de reedição de um bem, com a mesma utilidade e características assemelhadas ao avaliando

3.1.12
dado de mercado
elemento ou informação disponível em determinado mercado, com as suas respectivas características

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

3.1.13
dano
prejuízo causado a outrem pela ocorrência de vícios, defeitos, sinistros e delitos, entre outros

3.1.14
depreciação
perda de valor de um bem, devido a modificações em seu estado ou qualidade, ocasionadas pelo descrito em 3.1.14.1 a 3.1.14.4

3.1.14.1
decrepitude
desgaste de suas partes constitutivas, em consequência de seu envelhecimento natural, em condições normais de utilização e manutenção

3.1.14.2
deterioração
desgaste de seus componentes em razão de uso ou manutenção inadequados

3.1.14.3
mutilação
retirada de sistemas ou componentes originalmente existentes

3.1.14.4
obsoletismo
superação tecnológica ou funcional

3.1.15
empreendimento
conjunto de bens capaz de produzir receitas por meio de comercialização ou exploração econômica, podendo ser imobiliário (por exemplo, loteamento, prédios comerciais/residenciais), de base imobiliária (por exemplo, hotel, *shopping center*, parques temáticos), industrial ou rural

3.1.16
empresa
organização por meio da qual são canalizados recursos para produzir ou oferecer bens e serviços, com vista, em geral, à obtenção de lucros, podendo no seu patrimônio conter cotas-partes de outras empresas ou empreendimentos

3.1.17
engenharia de avaliações
conjunto de conhecimentos técnico-científicos especializados, aplicados à avaliação de bens por arquitetos ou engenheiros

3.1.18
engenharia de custos
conjunto de conhecimentos técnico-científicos especializados, aplicados à avaliação de custos de bens e serviços

3.1.19
engenharia econômica
conjunto de conhecimentos técnico-científicos especializados, aplicados à análise e avaliação técnico-econômica de empreendimentos

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

3.1.20
engenharia legal
parte da engenharia e da arquitetura que atua na interface técnico-legal, envolvendo avaliações e toda espécie de perícias

3.1.21
fator de comercialização
razão entre o valor de mercado de um bem e o seu custo total, que pode ser igual, maior ou menor do que 1

3.1.22
fruto
resultado da exploração econômica de um bem

3.1.23
fundo de comércio
bem intangível pertencente ao titular do negócio, decorrente do resultado de suas operações mercantis, composto, entre outros, de nome comercial, freguesia, patentes e marcas

3.1.24
hipótese nula em um modelo de regressão
hipótese de que uma ou um conjunto de variáveis independentes envolvidas no modelo de regressão não é importante para explicar a variação do fenômeno, a um nível de significância preestabelecido

3.1.25
homogeneização
tratamento dos preços observados, mediante a aplicação de transformações matemáticas que expressem, em termos relativos, as diferenças entre os atributos dos dados de mercado e os do bem avaliando

3.1.26
imóvel
bem constituído de terreno e eventuais benfeitorias a ele incorporadas

3.1.27
inferência estatística
parte da ciência estatística que permite extrair conclusões sobre a população a partir de amostra

3.1.28
infraestrutura
conjunto de obras e serviços que dá suporte às atividades econômicas e sociais ou à utilização de um bem

3.1.29
instalação
conjunto de aparelhos, peças ou dispositivos necessários ou acessórios à utilização de um bem

3.1.30
laudo de avaliação
relatório com fundamentação técnica e científica, elaborado por profissional da engenharia de avaliações, em conformidade com esta ABNT NBR 14653, para avaliar o bem

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

3.1.31
liquidez
facilidade com que um bem pode ser convertido em dinheiro, no seu mercado específico

3.1.32
memória de cálculo
demonstrativo dos procedimentos utilizados para a obtenção dos resultados da avaliação

3.1.33
modelo
representação técnica da realidade

3.1.34
modelo de regressão
modelo utilizado para representar determinado fenômeno ou comportamento considerando-se as diversas características que possam influenciá-los

3.1.35
nível de significância
probabilidade de rejeitar a hipótese nula, quando ela for verdadeira

3.1.36
pesquisa
conjunto de atividades de identificação, investigação, coleta e seleção dos dados de mercado

3.1.37
população
totalidade de dados do segmento que se pretende analisar

3.1.38
preço
é uma expressão monetária que define uma transação de um bem, de seu fruto, de um direito, ou da expectativa de sua transação

3.1.39
premissa especial
premissa que considera a existência de condições diferentes das usuais no mercado, na data da avaliação

3.1.40
recurso ambiental
recurso natural necessário à existência e preservação da vida

3.1.41
servidão
encargo específico que se impõe a uma propriedade em proveito de outrem

3.1.42
situação-paradigma
situação hipotética ou virtual, adotada como referencial para avaliação de um bem

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

3.1.43
taxa de desconto
taxa adotada para o cálculo do valor presente de uma despesa ou receita futura

3.1.44
tratamento de dados
aplicação de operações que expressem, em termos relativos, as diferenças de atributos entre os dados de mercado e os do bem avaliando

3.1.45
valor de desmonte [1]
valor de um bem ou conjunto de bens, na condição de sua desativação ou desmobilização

3.1.46
valor de liquidação forçada
valor de um bem, na hipótese de uma venda compulsória ou em espaço de tempo menor do que o normalmente observado no mercado

3.1.47
valor de mercado
quantia mais provável pela qual se negociaria voluntária e conscientemente um bem, em uma data de referência, dentro das condições do mercado vigente

3.1.48
valor econômico
valor presente da renda líquida auferível pelo empreendimento, durante sua vida econômica, a uma taxa de desconto correspondente ao custo de oportunidade, considerados cenários previsíveis sob condições de risco

3.1.49
valor depreciável
diferença entre o valor do bem na condição de novo e o seu valor residual

3.1.50
valor de indenização
valor atribuído a danos, perdas ou prejuízos provocados, referido a uma determinada data

3.1.51
valor em risco
valor representativo da parcela do bem que se deseja segurar e que pode corresponder ao valor máximo segurável

3.1.52
valor especial
valor que considera atributos particulares de um bem ou direito, que geram interesse somente para um comprador especial ou sob as condições de uma premissa especial

[1] Esta definição geral é particularizada em algumas partes desta Norma, de acordo com suas especificidades.

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

3.1.53
valor patrimonial
valor de um bem, partes de um bem ou conjunto de bens de pessoa física ou jurídica, determinado conforme o objetivo, a finalidade e a abrangência da avaliação

3.1.54
valor residual
valor do bem ao final de sua vida útil ou de seu horizonte projetivo

3.1.55
valor sinérgico
valor resultante da interação de dois ou mais bens ou direitos, quando o valor global for maior do que a soma dos valores individuais

3.1.56
vantagem da coisa feita
diferença entre o valor de mercado e o custo de reedição de um bem, quando positiva

3.1.57
vida econômica
prazo econômico operacional de um bem

3.1.58
vida útil
prazo de utilização funcional de um bem

3.1.59
vida remanescente
vida que resta a um bem

3.1.60
vistoria
constatação local, presencial, de fatos e aspectos, mediante observações criteriosas em um bem e nos elementos e condições que o constituem ou o influenciam

3.2 Símbolos e abreviaturas

Para os efeitos deste documento, aplicam-se os símbolos e abreviaturas da legislação vigente (ver Bibliografia).

As notações adotadas nas avaliações são explicitadas no laudo, indicando-se também suas respectivas unidades de medida.

4 Classificação dos bens, frutos e direitos

4.1 Classificação dos bens

Os bens abrangidos nesta parte da ABNT NBR 14653 classificam-se em tangíveis e intangíveis.

a) quanto aos tangíveis, destacam-se, entre outros:

— imóveis;

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

- máquinas;
- equipamentos;
- veículos;
- mobiliário e utensílios;
- acessórios;
- matérias-primas e outras mercadorias;
- infraestruturas;
- instalações;
- recursos naturais;
- recursos ambientais;
- culturas agrícolas;
- semoventes;

b) quanto aos intangíveis, destacam-se entre outros:

- empreendimentos de base imobiliária, industrial ou rural;
- fundos de comércio;
- marcas;
- patentes.

4.2 Classificação dos frutos

a) rendas de exploração direta;

b) aluguel;

c) arrendamento;

d) parcerias;

e) outros.

4.3 Classificação dos direitos

a) servidões;

b) usufrutos;

c) concessões;

d) comodatos;

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

e) direitos hereditários;

f) direitos possessórios;

g) *royalties*;

h) outros.

5 Procedimentos de excelência

No âmbito desta parte da ABNT NBR 14653 devem ser adotados os procedimentos descritos em 5.1 a 5.7.

5.1 Quanto à capacitação profissional

Manter-se atualizado quanto ao estado da arte e somente aceitar encargo para o qual esteja especificamente habilitado e capacitado, assessorando-se de especialistas, quando necessário.

5.2 Quanto ao sigilo

Considerar como confidencial o resultado do trabalho realizado e toda informação técnica, financeira ou de outra natureza, recebida do cliente a menos que autorizada a sua divulgação.

5.3 Quanto à propriedade intelectual

Jamais reproduzir trabalhos alheios publicados sem a necessária citação. No caso de trabalhos não publicados, obter autorização para reproduzi-los. Ao reproduzir, fazê-lo sem truncamentos, de modo a expressar corretamente o sentido das teses desenvolvidas.

5.4 Quanto ao conflito de interesses

Declinar da sua contratação e informar as razões ao cliente, se houver motivo de impedimento ou suspeição em decorrência de conflito de interesse.

5.5 Quanto à independência na atuação profissional

Assessorar com independência a parte que o contratou, com o objetivo de expressar a realidade.

5.6 Quanto à competição por preços

Evitar a participação em competições que aviltem honorários profissionais.

5.7 Quanto à difusão do conhecimento técnico

Esforçar-se na difusão de conhecimentos para a melhor e mais correta compreensão dos aspectos técnicos e assuntos relativos ao exercício profissional. Expressar-se publicamente sobre assuntos técnicos somente quando devidamente capacitado para tal.

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

6 Atividades básicas

São aspectos essenciais a serem esclarecidos previamente ao desenvolvimento da avaliação, entre outros:

a) finalidade: locação, arrendamento, comodato, aquisição, doação, alienação, dação em pagamento, permuta, garantia, fins contábeis, seguro, arrematação, adjudicação, indenização, tributação e outros;

b) objetivo: valor de mercado de compra e venda ou de locação; outros valores, como valor em risco, valor patrimonial, valor econômico, custo de reedição, valor de liquidação forçada, valor de desmonte; indicadores de viabilidade e outros;

c) prazo-limite para apresentação do laudo;

d) expectativa em relação ao grau de fundamentação;"

e) forma de apresentação;

f) condições a serem observadas, no caso de laudos de uso restrito.

6.1 Requisição da documentação

Cabe ao profissional da engenharia de avaliações solicitar ao contratante ou interessado o fornecimento da documentação relativa ao bem, para realização do trabalho. Não é de responsabilidade do profissional da engenharia de avaliações analisar a legitimidade da documentação jurídica do bem nem a realização de estudos, auditorias, exames, medições e inspeções prévias para o desenvolvimento da avaliação.

6.2 Conhecimento da documentação

6.2.1 Convém que, ao iniciar o procedimento de avaliação, a primeira providência do profissional da engenharia de avaliações seja tomar conhecimento da documentação disponível.

6.2.2 Na impossibilidade de o contratante ou interessado fornecer toda a documentação necessária ou esclarecer eventuais incoerências, o profissional da engenharia de avaliações deve julgar sobre a possibilidade de elaborar a avaliação. Em caso positivo, deve deixar claramente expressas as ressalvas relativas à insuficiência ou incoerência da informação, bem como os pressupostos assumidos em função dessas condições.

6.3 Vistoria do bem avaliando

6.3.1 A vistoria é atividade essencial para o processo avaliatório.

6.3.1.1 Em casos excepcionais, quando essa atividade for impossível ou inviável, admite-se a adoção de uma situação-paradigma, desde que acordada entre as partes e explicitada no laudo, observadas prescrições específicas descritas em 6.9 desta parte 1 e das demais partes desta Norma.

6.3.2 A vistoria deve ser efetuada pelo profissional da engenharia de avaliações com o objetivo de conhecer e caracterizar o bem avaliando, daí resultando informações essenciais para a respectiva avaliação.

6.3.3 Recomenda-se que a vistoria seja realizada pelo responsável técnico pela avaliação.

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

6.3.4 Convém registrar as características físicas de localização e de utilização do bem.

6.3.5 O conhecimento de estudos, projetos ou perspectivas tecnológicas que possam afetar o valor do bem avaliando deve ser explicitado e suas consequências apreciadas.

6.4 Coleta de dados

Convém que seja planejada com antecedência, tendo em vista: as características do bem avaliando, disponibilidade de recursos, informações e pesquisas anteriores, plantas e documentos, prazo de execução dos serviços, enfim, tudo que possa esclarecer aspectos relevantes para a avaliação.

6.4.1 Aspectos quantitativos

Convém buscar a maior quantidade possível de dados de mercado, com atributos comparáveis aos do bem avaliando.

6.4.2 Aspectos qualitativos

Na fase de coleta de dados convém:

a) buscar dados de mercado com atributos mais semelhantes possíveis aos do bem avaliando;

b) identificar e diversificar as fontes de informação, sendo que as informações devem ser cruzadas, tanto quanto possível, com objetivo de aumentar a confiabilidade dos dados de mercado;

c) identificar e descrever as características relevantes dos dados de mercado coletados;

d) buscar dados de mercado de preferência contemporâneos com a data de referência da avaliação.

6.4.3 Coleta de dados de mercado

Na coleta de dados de mercado relativos a ofertas, convém buscar informações sobre o tempo de exposição no mercado e, no caso de transações, verificar a forma de pagamento praticada e a data em que ocorreram.

6.5 Diagnóstico do mercado

O profissional, conforme o tipo de bem, as condições de contratação, o método empregado e a finalidade da avaliação, pode tecer considerações sobre o mercado do bem avaliando, de forma a indicar, tanto quanto possível, a estrutura, a conduta e o desempenho do mercado.

6.6 Escolha da metodologia

A metodologia escolhida deve ser compatível com a natureza do bem avaliando, o objetivo e a finalidade da avaliação e os dados de mercado disponíveis. Para a identificação do valor de mercado, sempre que possível, preferir o método comparativo direto de dados de mercado, conforme definido em 7.2.1.

6.7 Tratamento dos dados

Os dados devem ser tratados para obtenção de modelos de acordo com a metodologia escolhida.

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

6.8 Resultado da avaliação

6.8.1 Arredondamento

Permite-se arredondar o resultado da avaliação, bem como os limites do intervalo de confiança e do campo de arbítrio, em até 1 %.

6.8.2 Intervalo de valores admissíveis

É o intervalo calculado pelo profissional da engenharia de avaliações, com a utilização de critérios prescritos nas demais partes desta Norma, dentro do qual a adoção de qualquer valor nele contido, pelo solicitante do laudo, tem respaldo na avaliação.

6.9 Pressupostos, ressalvas e condições limitantes

No caso de adoção de situação-paradigma (hipotética ou virtual) para a avaliação de um bem, esta deve ser devidamente caracterizada e o profissional da engenharia de avaliações deve esclarecer as fontes e os pressupostos admitidos, com a consignação na conclusão do laudo de que o resultado só é válido para essa situação.

Prescrições específicas sobre máquinas e complexos industriais, bem como sobre avaliações de unidades padronizadas por amostragem, devem ser consultadas nas respectivas partes desta Norma.

Exemplos de avaliação em situação-paradigma:

a) hipotética: avaliação de imóvel não vistoriado internamente e avaliação de terreno sem a consideração das benfeitorias existentes;

b) virtual: avaliação de imóvel ou empreendimento ainda em fase de projeto ou construção, considerado na condição de pronto, e avaliação de imóvel cujas benfeitorias foram modificadas ou destruídas.

Sempre que o profissional da engenharia de avaliações presumir e assumir situações ou fatos que possam afetar a escolha da abordagem ou o resultado do trabalho, deve deixar claramente expressos no laudo de avaliação os pressupostos considerados, bem como as ressalvas e condições limitantes.

Os pressupostos, ressalvas e condições limitantes estão, muitas vezes, ligados a restrições e limitações do profissional da engenharia de avaliações em desenvolver investigações mais profundas ou em obter os esclarecimentos necessários.

São exemplos de pressupostos, ressalvas e condições limitantes: idoneidade das fontes de informações, adoção de uma área específica no caso de informações divergentes, não exame de condições dominiais, não exame de passivos ambientais sobre imóveis, não exame de vícios ocultos, não verificação de medidas, impossibilidade de vistoria, entre outros.

7 Metodologia aplicável

7.1 Generalidades

7.1.1 A metodologia aplicável é função, basicamente, da natureza do bem avaliando, da finalidade da avaliação e da disponibilidade, qualidade e quantidade de informações colhidas no mercado. A sua escolha deve ser justificada e ater-se ao estabelecido nesta norma (todas as partes), com o objetivo de retratar o comportamento do mercado por meio de modelos que suportem racionalmente o convencimento do valor.

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

7.1.2 Esta Norma (todas as partes) se aplicam a situações normais e típicas do mercado. Em situações atípicas, onde ficar comprovada a impossibilidade de utilizar as metodologias previstas nesta Norma, é facultado ao profissional da engenharia de avaliações o emprego de outro procedimento, desde que devidamente justificado.

7.1.3 Os procedimentos avaliatórios usuais com a finalidade de identificar o valor de um bem, de seus frutos e direitos, o seu custo, bem como aqueles para determinar indicadores de viabilidade, estão descritos em 7.2, 7.3 e 7.4, respectivamente.

7.1.4 Para alguns tipos de bens tangíveis e intangíveis, existem métodos específicos que são apresentados nas respectivas partes desta Norma.

7.2 Métodos para identificar o valor de um bem, de seus frutos e direitos

7.2.1 Método comparativo direto de dados de mercado

Identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.

Na aplicação deste método para a avaliação imobiliária, a natureza dos bens, a indisponibilidade dos dados e de suas características, bem como os prazos limitados para a concepção da avaliação, podem levar à coleta de amostras que não atendem na íntegra aos pressupostos formais das amostras aleatórias simples, exigidos pelos modelos de estatística inferencial.

Assim, as amostras utilizadas nesse tipo de avaliação são mais bem descritas como "amostras acidentais", que devem possuir a maior representatividade possível em relação à população, mesmo que não sejam utilizadas as técnicas tradicionais paraa coleta de amostras aleatórias simples.

O profissional da engenharia de avaliações, para alcançar o máximo de representatividade da amostra, deve especificar claramente as características dos imóveis que compõem a população pesquisada, tomando como referência as características do imóvel avaliando, além de levar em consideração os aspectos citados em 6.4. Com a utilização desses cuidados, torna-se viável a aplicação de estatística inferencial.

7.2.2 Método involutivo

Identifica o valor do bem, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem e com as condições do mercado no qual está inserido, considerando-se cenários viáveis para execução e comercialização do produto. O método involutivo pode identificar o valor de mercado. No caso da utilização de premissas especiais, o resultado é um valor especial.

7.2.3 Método evolutivo

Identifica o valor do bem pelo somatório dos valores de seus componentes. Caso a finalidade seja a identificação do valor de mercado, deve ser considerado o fator de comercialização. O método da capitalização da renda pode identificar o valor de mercado. No caso da utilização de premissas especiais, o resultado é um valor especial.

7.2.4 Método da capitalização da renda

Identifica o valor do bem, com base na capitalização presente da sua renda líquida prevista, considerando-se cenários viáveis.

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

7.3 Métodos para identificar o custo de um bem

7.3.1 Método comparativo direto de custo

Identifica o custo do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.

7.3.2 Método da quantificação de custo

Identifica o custo do bem ou de suas partes por meio de orçamentos sintéticos ou analíticos, a partir das quantidades de serviços e respectivos custos diretos e indiretos.

7.4 Métodos para identificar indicadores de viabilidade da utilização econômica de um empreendimento

Os procedimentos avaliatórios usuais, com a finalidade de determinar indicadores de viabilidade da utilização econômica de um empreendimento, são baseados no seu fluxo de caixa projetado, a partir do qual são determinados indicadores de decisão baseados no valor presente líquido, taxas internas de retorno, tempos de retorno, entre outros.

8 Especificação das avaliações

A especificação é resultante do prazo demandado, dos recursos despendidos, bem como da disponibilidade de dados de mercado, da metodologia e da natureza do tratamento a ser empregado.

As avaliações podem ser especificadas quanto à fundamentação e precisão.

A fundamentação é função do aprofundamento do trabalho avaliatório, com o envolvimento da seleção da metodologia em razão da confiabilidade, qualidade e quantidade dos dados disponíveis.

O estabelecimento inicial pelo contratante do grau de fundamentação desejado tem por objetivo a determinação do empenho no trabalho avaliatório, mas não representa garantia de alcance de graus elevados de fundamentação.

A precisão é estabelecida quando for possível medir o grau de certeza e o nível de erro tolerável em uma avaliação. Depende da natureza do bem, do objetivo da avaliação, da conjuntura de mercado, da abrangência alcançada na coleta de dados (quantidade, qualidade e natureza), da metodologia e dos instrumentos utilizados.

Os graus de fundamentação e de precisão nas avaliações são definidos nas demais Partes desta Norma, guardado o critério geral de atribuir graus em ordem numérica e crescente, onde o grau I é o menor e o grau III é o maior.

9 Apresentação do laudo de avaliação

O requisitos mínimos do laudo de avaliação estão listados a seguir:

a) identificação do solicitante do trabalho;

b) objetivo da avaliação;

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

c) finalidade da avaliação;

d) identificação e caracterização do bem avaliando;

e) documentação utilizada para a avaliação;

f) pressupostos e condições limitantes da avaliação;

g) dados e informações efetivamente utilizados;

h) memória de cálculo;

i) indicação do(s) método(s) utilizado(s), com justificativa da escolha;

j) especificação da avaliação;

k) resultado da avaliação e sua data de referência;

l) qualificação legal completa e assinatura do(s) responsável(is) técnico(s) pela avaliação;

m) local e data da elaboração do laudo;

n) outros requisitos previstos nas demais partes desta Norma.

Para que o trabalho avaliatório seja considerado em conformidade com esta Norma, devem ser atendidas todas as alíneas citadas anteriormente.

A apresentação do laudo de avaliação pode ser resumida, de acordo com o estabelecido entre as partes contratantes, desde que atendidas as alíneas anteriores na própria peça técnica principal ou em arquivos e documentos a ela vinculados.

10 Laudo de avaliação de uso restrito

O laudo de avaliação de uso restrito obedece às condições específicas pré-combinadas entre as partes contratantes, no que tange à sua confidencialidade, finalidade ou utilização.

11 Procedimentos específicos

11.1 Desapropriações

11.1.1 Classificação das desapropriações

11.1.1.1 Quanto à abrangência

a) total: aquela que atinge o bem em sua totalidade;

b) parcial: aquela que atinge parte do bem.

11.1.1.2 Quanto à duração

a) temporária;

b) permanente.

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

11.1.2 Critérios

11.1.2.1 Nas desapropriações, convém que as avaliações apresentem como resultados os valores que possam ser adotados para a justa indenização, como o valor de mercado, o valor econômico, o custode reedição, o custo de reprodução, entre outros.

11.1.2.2 Devem ser apreciadas circunstâncias especiais, quando cabíveis, como alterações de vocação, forma, uso, acessibilidade, ocupação e aproveitamento.

11.1.2.3 Nas desapropriações parciais, o profissional da engenharia de avaliações deve utilizar critério que permita mensurar prejuízos, visando à recomposição do patrimônio do expropriado, considerando, inclusive, eventual desvalorização do remanescente. Podem ser utilizados, entre outros, os seguintes critérios básicos:

a) estimar a diferença entre os valores do bem na sua condição original e na condição resultante do ato expropriatório, considerada a mesma data de referência (critério "antes e depois");

b) utilizar o valor unitário médio do imóvel primitivo à área desapropriada. Este critério é aplicável apenas para estimar o valor do terreno ou da terra nua, devendo as benfeitorias ser consideradas à parte;

c) estimar o valor da parte do bem atingida pela desapropriação e eventuais reflexos na parte remanescente, com as seguintes considerações:

   — quando ocorrer desvalorização do remanescente em decorrência da desapropriação, o valor desta alteração deve ser apresentado e justificado;

   — no caso de benfeitorias atingidas, devem ser previstas indenizações relativas ao custo de obras de adaptação do remanescente, possível desvalia acarretada por perda de funcionalidade, eventual lucro cessante, custo de desmonte, entre outras perdas e danos, no caso de ser necessária a desocupação temporária para a execução dos serviços;

   — se for considerado inviável o remanescente do imóvel em função do esvaziamento do seu conteúdo econômico, esta condição e o valor do remanescente devem ser explicitados. Neste caso, o profissional da engenharia de avaliações pode sugerir que a desapropriação parcial se torne total.

11.1.2.4 O contratante ou o solicitante da avaliação deve esclarecer previamente à elaboração do laudo a data de referência da avaliação.

11.1.2.5 No caso de imóveis situados em faixas de marinha ou acrescidos de marinha e dos terrenos marginais banhados pelas correntes navegáveis dos rios federais, convém que o profissional da engenharia de avaliações mencione as deduções de valor cabíveis, estabelecidas pela legislação vigente.

11.2 Avaliação de fundo de comércio, quando considerado, em decorrência de desapropriações e instituição de servidões

11.2.1 O valor de indenização de fundo de comércio busca compensar o prejuízo imposto à atividade econômica desenvolvida no bem afetado.

11.2.2 A desapropriação ou a instituição de servidão podem implicar a realocação da atividade econômica ou a sua extinção, quando inviável a realocação.

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

11.2.3 Para a extinção da atividade, é considerado o fundo de comércio correspondente à capitalização presente da renda líquida ao longo da vida útil do negócio, acrescidas as despesas necessárias para o seu fechamento e deduzido o valor residual dos bens. Convém que a renda líquida seja estimada com base no desempenho histórico do negócio.

11.2.4 Para a realocação da atividade, devem ser considerados os requisitos de 11.2.4.1 e 11.2.4.2.

11.2.4.1 Gastos de realocação

O fundo de comércio compreende, entre outros, os gastos necessários para:

a) remoção dos bens;

b) aquisição de novos pontos comerciais;

c) remodelação e adaptação do novo local para a atividade;

d) desmontagem, transporte e instalação dos equipamentos no novo local;

e) desativação do local original;

f) eventuais desempenhos de contratos comprometidos (multas, custos de transtorno e outros);

g) manutenção das atividades durante a realocação dos bens (aluguéis de espaços adicionais, terceirização de processos e outros).

11.2.4.2 Lucro cessante

11.2.4.2.1 Para o cálculo do lucro cessante, considera-se o período total necessário ao desmonte da atividade, readaptação no novo local e retorno à condição anterior.

11.2.4.2.2 Convém que a projeção da renda líquida observe o desempenho do período anterior à data da interrupção da atividade. O lucro cessante corresponde à capitalização presente da renda líquida do negócio no período necessário à recomposição da atividade no novo local.

11.2.4.2.3 Na eventualidade de o imóvel pertencer ao negócio, o seu custo de oportunidade deve ser considerado como ativo contributório e, portanto, deduzido do fundo de comércio.

11.2.4.2.4 Os bens que não possam ser reaproveitados no novo local são avaliados pelos seus valores de reedição ou de reprodução.

11.3 Liquidação forçada

Quando solicitado, além do valor de mercado, pode constar no laudo de avaliação o valor para liquidação forçada, para uma certa data, adotando-se critérios acordados entre contratantes e contratados.

Convém que o valor de liquidação forçada corresponda ao valor presente líquido de um fluxo de caixa, resultante de receitas e despesas inerentes ao bem, descontado a uma taxa de atratividade definida pelo contratante, considerado um prazo de comercialização usual de mercado.

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

Bibliografia

[1] Decreto Federal nº 81.621, de 3 de maio de 1978, que aprova o Quadro Geral de Unidades de Medida.

[2] Decreto Federal nº 23.196/1933, de 12 de outubro de 1933, que regula o exercício da profissão agronômica.

[3] Decreto Federal nº 23.569/1933, de 11 de dezembro de 1933, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor.

[4] Lei Federal nº 5.194/1966, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo.

[5] Lei Federal nº 12.378/2010, de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício das profissões de arquiteto e urbanista.

Exemplar para uso exclusivo - MINISTERIO DA DEFESA - 03.277.610/0001-25

© ABNT 2019 - Todos os direitos reservados

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
Igor Leite Linhares - Advogado
Data e hora da assinatura: 20/07/2021 17:48:21
Identificador: 4058401.9436312
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

21072017453424100000009464956

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

NORMA
BRASILEIRA

ABNT NBR 14653-2

Segunda edição
03.02.2011

Válida a partir de
03.03.2011

Avaliação de bens
Parte 2: Imóveis urbanos

Assets appraisal
Part 2: Appraisal of urban real estate

ICS 03.080.99

ISBN 978-85-07-02596-2

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

Número de referência
ABNT NBR 14653-2:2011
54 páginas

© ABNT 2011

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

© ABNT 2011
Todos os direitos reservados. A menos que especificado de outro modo, nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou utilizada por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e microfilme, sem permissão por escrito da ABNT.

ABNT
Av.Treze de Maio, 13 - 28º andar
20031-901 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: + 55 21 3974-2300
Fax: + 55 21 3974-2346
abnt@abnt.org.br
www.abnt.org.br

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Sumário

Página

Prefácio iv
Introdução vi
1 Escopo 1
2 Referências normativas 1
3 Termos e definições 2
4 Símbolos e termos abreviados 9
5 Classificação dos imóveis urbanos 9
5.1 Quanto ao uso 9
5.2 Quanto ao tipo do imóvel 9
5.3 Quanto ao agrupamento dos imóveis 10
6 Procedimentos de excelência 10
7 Atividades básicas 10
7.1 Documentação 11
7.2 Legislação a consultar 11
7.3 Vistoria 11
7.3.1 Caracterização da região 11
7.3.2 Caracterização do terreno 11
7.3.3 Caracterização das edificações e benfeitorias 11
7.3.4 Edificações e benfeitorias não documentadas 12
7.3.5 Situações especiais 12
8 Procedimentos metodológicos 12
8.1 Procedimentos gerais 13
8.2 Métodos para identificar o valor de um bem, de seus frutos e direitos 13
8.2.1 Método comparativo direto de dados de mercado 13
8.2.2 Método involutivo 17
8.2.3 Método da renda 18
8.2.4 Método evolutivo 19
8.3 Métodos para identificar o custo de um imóvel 19
8.3.1 Método da quantificação do custo 20
8.3.2 Método comparativo direto de custo 21
9 Especificação das avaliações 21
9.1 Generalidades 21
9.2 Métodos comparativo direto de dados de mercado e comparativo direto de custo 22
9.3 Método da quantificação de custo 26
9.4 Método involutivo 27
9.5 Método evolutivo 28
10 Apresentação do laudo de avaliação 29
10.1 Laudo de avaliação completo 29
10.2 Laudo de avaliação simplificado 30
10.3 Anexos 30
11 Procedimentos específicos 30

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

11.1 Desapropriações 30
11.1.1 Classificação das desapropriações 30
11.1.2 Critérios 31
11.2 Servidões 31
11.2.1 Classificação 31
11.2.2 Critérios 32
11.3 Glebas urbanizáveis 32
11.4 Avaliação de aluguéis 32
11.4.1 Por comparação direta 32
11.4.2 Pela remuneração do capital 33
11.4.3 Reformas 33
11.5 Liquidação forçada 33
Anexo A (normativo) Procedimentos para a utilização de modelos de regressão linear 34
A.1 Introdução 34
A.2 Pressupostos básicos 34
A.2.1 Verificação dos pressupostos do modelo 35
A.2.1.1 Linearidade 35
A.2.1.2 Normalidade 35
A.2.1.3 Homocedasticidade 36
A.2.1.4 Verificação da autocorrelação 36
A.2.1.5 Colinearidade ou multicolinearidade 36
A.2.1.6 Pontos influenciantes ou "*outliers*" 37
A.3 Testes de significância 37
A.4 Poder de explicação 37
A.5 Variáveis dicotômicas 37
A.6 Códigos alocados 37
A.7 Códigos ajustados 38
A.8 Diferentes agrupamentos 38
A.9 Apresentação do modelo 38
A.10 Avaliação intervalar 38
Anexo B (normativo) Procedimentos para a utilização de tratamento por fatores 40
B.1 Introdução 40
B.2 Recomendações quanto à amostra 40
B.3 Saneamento da amostra 40
B.4 Erros de especificação 41
B.5 Fatores de homogeneização 41
B.6 Efeito de heterogeneização 41
B.7 Avaliação intervalar 41
Anexo C (informativo) Recomendações para tratamento de dados por regressão espacial 42
C.1 Introdução 42
C.2 Pressupostos básicos 42
C.3 Recomendações 42
C.3.1 Diagnóstico da autocorrelação espacial 42
C.3.2 Incorporação de efeitos de dependência espacial 43

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Anexo D (infomativo) Recomendações para a utilização de análise envoltória de dados (envoltória sob dupla ótica) (EDO/DEA) 44
D.1 Introdução 44
D.2 Pressupostos básicos 44
D.3 Recomendações 45
D.4 Estimativa pontual 45
Anexo E (infomativo) Recomendações para tratamento de dados por redes neurais artificiais 47
E.1 Introdução 47
E.2 Recomendações 48
E.3 Apresentação do modelo 48
Bibliografia 49

Figuras

Figura A.1 – Valores admissíveis quando for adotada a estimativa de tendência central 38
Figura A.2 – Valores admissíveis quando for adotado o valor arbitrado 39
Figura E.1 – Modelo de RNA com indicação das funções de ativação utilizadas durante o processo de treinamento 48

Tabelas

Tabela 1 – Grau de fundamentação no caso de utilização de modelos de regressão linear 22
Tabela 2 – Enquadramento do laudo segundo seu grau de fundamentação no caso de utilização de modelos de regressão linear 24
Tabela 3 – Grau de fundamentação no caso de utilização do tratamento por fatores 25
Tabela 4 – Enquadramento do laudo segundo seu grau de fundamentação no caso de utilização de tratamento por fatores 26
Tabela 5 – Grau de precisão nos casos de utilização de modelos de regressão linear ou do tratamento por fatores 26
Tabela 6 – Grau de fundamentação no caso da utilização do método da quantificação de custo de benfeitorias 26
Tabela 7 – Enquadramento do laudo segundo seu grau de fundamentação no caso da utilização do método da quantificação do custo de benfeitorias 27
Tabela 8 – Grau de fundamentação no caso da utilização do método involutivo 27
Tabela 9 – Enquadramento do laudo segundo seu grau de fundamentação no caso da utilização do método involutivo 28
Tabela 10 – Grau de fundamentação no caso da utilização do método evolutivo 29
Tabela 11 – Enquadramento do laudo segundo seu grau de fundamentação no caso da utilização do método evolutivo 29

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Prefácio

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o Foro Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e das Comissões de Estudo Especiais (ABNT/CEE), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros).

Os Documentos Técnicos ABNT são elaborados conforme as regras da Diretiva ABNT, Parte 2.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) chama atenção para a possibilidade de que alguns dos elementos deste documento podem ser objeto de direito de patente. A ABNT não deve ser considerada responsável pela identificação de quaisquer direitos de patentes.

A ABNT NBR 14653-2 foi elaborada no Comitê Brasileiro da Construção Civil (ABNT/CB-02), pela Comissão de Estudo de Avaliação na Construção Civil (CE-02:134.02). O seu 1º Projeto circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 08, de 18.08.2009 a 16.10.2009, com o número de Projeto ABNT NBR 14653-2. O seu 2º Projeto circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 07, de 02.07.2010 a 30.08.2010, com o número de 2º Projeto ABNT NBR 14653-2.

Esta segunda edição cancela e substitui a edição anterior (ABNT NBR 14653-2:2004), a qual foi tecnicamente revisada.

A ABNT NBR 14653, sob o título geral "*Avaliação de bens*", tem previsão de conter as seguintes partes:

— Parte 1: Procedimentos gerais;

— Parte 2: Imóveis urbanos;

— Parte 3: Imóveis rurais;

— Parte 4: Empreendimentos;

— Parte 5: Máquinas, equipamentos, instalações e bens industriais em geral;

— Parte 6: Avaliação de bens;

— Parte 7: Bens de patrimônios históricos e artísticos.

O Escopo desta Norma Brasileira em inglês é o seguinte:

Scope

This part of ABNT NBR 14653 specifies procedures for the appraisal process of urban property on the following aspects:

a) typology of urban property;

b) terminology, definitions, symbols and abbreviations;

c) basic activities of the appraisal process;

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

d) basic methodology;

e) specification of appraisals;

f) basic requirements of appraisal reports.

This part of ABNT NBR 14653 aims to detail the general procedures of ABNT NBR 14653-1, regarding the evaluation of urban properties, including urbanized tracts, standardized units and urban servitudes.

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Introdução

Esta parte da ABNT NBR 14653 é de uso obrigatório em qualquer manifestação escrita sobre avaliação de imóveis urbanos e visa complementar os conceitos, métodos e procedimentos gerais especificados na ABNT NBR 14653-1 para os serviços técnicos de avaliação de imóveis urbanos.

Nesta Norma, são utilizadas as formas verbais em conformidade com a Diretiva ABNT, Parte 2. A forma verbal "deve" é utilizada para indicar os requisitos a serem seguidos rigorosamente. As formas verbais "convém que", "é recomendável", "é recomendado" e "recomenda-se" são utilizadas para indicar que, entre várias possibilidades, uma é mais apropriada, sem com isso excluir outras, ou que um certo modo de proceder é preferível, mas não necessariamente exigível.

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Avaliação de bens
Parte 2: Imóveis urbanos

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

1 Escopo

Esta parte da ABNT NBR 14653 fornece os procedimentos para a avaliação de imóveis urbanos, quanto a:

a) classificação da sua natureza;

b) instituição de terminologia, definições, símbolos e abreviaturas;

c) descrição das atividades básicas;

d) definição da metodologia básica;

e) especificação das avaliações;

f) requisitos básicos de laudos de avaliação.

Esta parte da ABNT NBR 14653 visa detalhar os procedimentos gerais da ABNT NBR 14653-1, no que diz respeito à avaliação de imóveis urbanos, inclusive glebas urbanizáveis, unidades padronizadas e servidões urbanas.

2 Referências normativas

Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação deste documento. Para referências datadas, aplicam-se somente as edições citadas. Para referências não datadas, aplicam-se as edições mais recentes do referido (incluindo emendas).

Leis Federais nº 6766/79 e 9785/99, *que dispõem sobre o parcelamento do solo urbano*

Decreto Federal nº 81.621/78, *que aprova o Quadro Geral de Unidades de Medida*

Decreto-Lei nº 9760/46, *que dispõe sobre os terrenos de marinha e acrescidos de marinha*

ABNT NBR 12721:2006, *Avaliação de custos unitários e preparo de orçamento de construção para incorporação de edifícios em condomínio – Procedimento*

ABNT NBR 13752:1996, *Perícias de engenharia na construção civil*

ABNT NBR 14653-1:2001, *Avaliação de bens – Parte 1: Procedimentos gerais*

ABNT NBR 14653-4:2002, *Avaliação de bens – Parte 4: Empreendimentos*

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

3 Termos e definições

Para os efeitos desta Parte da ABNT NBR 14653, aplicam-se os termos e definições da ABNT NBR 14653-1 e os seguintes.

3.1
aproveitamento eficiente
aquele recomendável e tecnicamente possível para o local, numa data de referência, observada a atual e efetiva tendência mercadológica nas circunvizinhanças, entre os diversos usos permitidos pela legislação pertinente

3.2
área de servidão
parte do imóvel serviente diretamente atingida pela servidão

3.3
área total de construção de unidades em condomínio
área resultante do somatório da área real privativa e da parcela de área comum a ela atribuída, definidas conforme a ABNT NBR 12721

3.4
área útil da unidade
área real privativa, definida na ABNT NBR 12721, subtraída a área ocupada pelas paredes e outros elementos construtivos que impeçam ou dificultem sua utilização [1)]

3.5
BDI
percentual que indica os benefícios e despesas indiretas incidentes sobre o custo direto da construção

3.6
códigos ajustados
escala extraída dos elementos amostrais originais por meio de modelo de regressão, com a utilização de variáveis dicotômicas, para diferenciar as características qualitativas dos imóveis

3.7
códigos alocados
escala lógica ordenada para diferenciar as características qualitativas dos imóveis

3.8
conciliação
adoção do valor final da avaliação, devidamente justificado, em função dos resultados obtidos, quando utilizado mais de um método

3.9
conduta do mercado
práticas predominantes adotadas pelos agentes para influenciar as transações

1) A área útil da unidade não se confunde com a área privativa nem com a área total calculadas conforme a ABNT NBR 12721, usualmente utilizadas nas matrículas dos Registros de Imóveis e nos cadastros municipais para a cobrança de IPTU e outras finalidades.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

3.10
conjuntura do mercado
conjunto de circunstâncias, tais como estrutura, conduta e desempenho, que influenciam no comportamento do mercado em determinado período

3.11
defeitos construtivos
anomalias que podem causar danos efetivos ou representar ameaça potencial à saúde ou à segurança do usuário, decorrentes de falhas do projeto, do serviço ou do material aplicado na execução da construção

3.12
depreciação física
perda de valor em função do desgaste das partes constitutivas de benfeitorias, resultante de decrepitude, deterioração ou mutilação

3.13
desempenho do mercado
evidências da evolução do mercado, pela análise do seu comportamento num determinado período de tempo

3.14
desmembramento
subdivisão de um terreno em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem o prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes

3.15
domínio
direito real que submete a propriedade, de maneira legal, absoluta e exclusiva, ao poder e vontade de alguém

3.16
domínio direto
aquele pertencente ao proprietário do imóvel sob o instituto da enfiteuse

3.17
domínio pleno
domínio total, que é a soma do domínio útil com o domínio direto

3.18
domínio útil
direito atribuído ao enfiteuta de se utilizar do imóvel, podendo extrair dele seus frutos, vantagens e rendimentos econômicos

3.19
equipamento comunitário
benfeitoria que visa atender às necessidades básicas de saúde, educação, transporte, segurança ou lazer da comunidade

3.20
entidades técnicas reconhecidas
organizações e instituições, representativas dos engenheiros de avaliações e registradas no sistema CONFEA/CREA

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

3.21
estado de conservação
situação das características físicas de um bem, em um determinado instante, em decorrência da sua utilização e da manutenção a que foi submetido

3.22
estimador
função baseada nos dados de uma amostra usada para estimar um parâmetro da população

3.23
estimativa de tendência central
estimativa pontual obtida por um estimador de tendência central (por exemplo, média)

3.24
estimativa pontual
valor obtido para o estimador pontual

3.25
estrutura do mercado
decomposição analítica dos agentes predominantes no mercado

3.26
frente de referência
frente da situação paradigma adotada

3.27
frente projetada
projeção da frente real sobre a normal ao menor dos lados ou a corda, no caso de frente em curva

3.28
frente real
comprimento efetivo da linha divisória do imóvel com a via de acesso, em projeção horizontal

3.29
gabarito de altura
altura máxima de uma edificação permitida legalmente para um determinado local

3.30
gleba urbanizável
terreno passível de receber obras de infra-estrutura urbana, visando o seu aproveitamento eficiente, por meio de loteamento, desmembramento ou implantação de empreendimento

3.31
idade estimada
aproximação da idade real do imóvel, levando em consideração as suas características construtivas, arquitetônicas e funcionais

3.32
idade real
tempo decorrido desde a conclusão de fato da construção até a data de referência adotada no laudo

3.33
imóvel alodial
aquele livre de quaisquer ônus, encargos, foros ou pensões

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

3.34
imóvel com vocação urbana
imóvel em local com características, uso, ocupação, acesso e melhoramentos públicos disponíveis, que possibilitam sua utilização imediata para fins urbanos

3.35
imóvel dominante
imóvel que impõe restrição a outro, por servidão

3.36
imóvel paradigma
imóvel hipotético cujas características são adotadas como padrão representativo da região ou referencial da avaliação

3.37
imóvel serviente
imóvel que sofre restrição imposta por servidão

3.38
imóvel urbano
imóvel situado dentro do perímetro urbano definido em lei

3.39
infra-estrutura básica
equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, abastecimento de água potável, de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de acesso

3.40
intervalo de confiança
intervalo de valores dentro do qual está contido o parâmetro populacional com determinada confiança

3.41
intervalo de predição
estimativa de um intervalo de valores, a partir de dados de mercado observados, dentro do qual novos dados do mesmo contexto estarão contidos, com determinada probabilidade

3.42
lote
porção de terreno resultante de parcelamento do solo urbano

3.43
loteamento
subdivisão de gleba em lotes destinados a edificações, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes

3.44
luvas
quantia estabelecida para assinatura ou transferência do contrato de locação, a título de remuneração do ponto comercial

3.45
manutenção
ações preventivas ou corretivas necessárias para preservar as condições normais de utilização de um bem

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

3.46
modelo dinâmico
modelo no qual as despesas e receitas são previstas ao longo do tempo, com base em fluxo de caixa

3.47
modelo estático
modelo que utiliza fórmulas simplificadas e que não leva em conta o tempo de ocorrência das despesas e receitas

3.48
outlier
ponto atípico, identificado como estranho à massa de dados

3.49
padrão construtivo
qualidade das benfeitorias em função das especificações de projetos, materiais, execução e mão-de-obra efetivamente utilizados na construção

3.50
pé-direito
distância vertical livre entre o piso e o teto

3.51
percentual de comprometimento de área
relação entre a área objeto de gravame e a área total do imóvel

3.52
percentual de comprometimento de valor
relação entre os valores da área atingida por um gravame, antes e depois da sua instituição

3.53
planta de valores
representação gráfica ou listagem dos valores genéricos de metro quadrado de terreno ou do imóvel em uma mesma data

3.54
pólo de influência
local que, por suas características, influencia os valores dos imóveis, em função de sua proximidade com o elemento avaliando

3.55
ponto comercial
bem intangível que agrega valor ao imóvel comercial, decorrente de sua localização e expectativa de exploração comercial

3.56
ponto influenciante
ponto atípico que, quando retirado da amostra, altera significativamente os parâmetros estimados ou a estrutura do modelo

3.57
posse
detenção ou ocupação, com ou sem fruição, de coisa ou direito

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

3.58
profundidade equivalente
resultado numérico da divisão da área de um lote pela sua frente projetada principal

3.59
quota parte
número atribuído a uma fração ideal

3.60
renda
fruto da exploração de bens ou direitos, ou aplicação de capital

3.61
segmento de área diretamente desmembrável
parte de um terreno com frente para vias ou logradouros públicos oficiais, passível de aproveitamento econômico e legal

3.62
terreno de fundo
aquele que, situado no interior da quadra, se comunica com a via pública por um corredor de acesso

3.63
terreno encravado
aquele que não se comunica com a via pública

3.64
terreno interno
aquele localizado em vila, passagem, travessa ou local assemelhado, acessório da malha viária do Município ou de propriedade de particulares, e que não consta oficialmente na Planta Genérica de Valores do Município

3.65
terrenos acrescidos de marinha
terrenos formados, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha [2)]

3.66
terrenos de marinha
terrenos em uma profundidade de 33 m, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831, sendo os situados no continente, na costa marítima, nas ilhas e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés, ou contornando as ilhas situadas em zonas onde se faça sentir a influência das marés [3)]

3.67
testada
medida da frente do imóvel

---

2) Ver Decreto Lei nº 9760 de 5/9/1946, Seção II, artigo 3º.

3) Ver Decreto Lei nº 9760 de 5/9/1946, Seção II, artigo 2º.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

3.68
unidade imobiliária padronizada
imóvel de ocorrência usual e repetitiva no mercado imobiliário, comprovada através de pesquisa específica, e identificado de acordo com suas características construtivas

3.69
validação
procedimento destinado a testar o modelo utilizado na avaliação ou o seu resultado (por exemplo, a utilização de dados de mercado conhecidos, mas não empregados na elaboração do modelo)

3.70
valor arbitrado
valor pontual adotado como resultado final da avaliação, dentro dos limites do campo de arbítrio estabelecido nesta norma

3.71
valor depreciável
diferença entre o custo de reprodução da benfeitoria e o seu valor residual

3.72
variáveis independentes
variáveis que dão conteúdo lógico à variação dos preços de mercado coletados na amostra

3.73
variáveis qualitativas
variáveis que não podem ser medidas ou contadas, mas apenas ordenadas ou hierarquizadas, de acordo com atributos inerentes ao bem

3.74
variáveis quantitativas
variáveis que podem ser medidas ou contadas

3.75
variável dependente
variável cujo comportamento se pretende explicar pelas variáveis independentes

3.76
variável dicotômica
variável que assume apenas duas posições [4)]

3.77
variável "*proxy*"
variável utilizada para substituir outra de difícil mensuração e que se presume guardar com ela relação de pertinência, obtida por meio de indicadores publicados ou inferidos em outros estudos de mercado

3.78
vício
anomalia que afeta o desempenho de produtos ou serviços, ou os torna inadequados aos fins a que se destinam, causando transtornos ou prejuízos materiais ao consumidor

---

4) As variáveis dicotômicas também são conhecidas na literatura como variáveis binárias, "*dummies*", "de estado", "zero-um" e outros termos.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

3.79
vício construtivo
vício que decorre de falha de projeto, de material aplicado na construção ou de execução

3.80
vício de utilização
vício que decorre de uso inadequado ou de falha na manutenção

3.81
vocação do imóvel
uso presumivelmente mais adequado de determinado imóvel em função das características próprias e do entorno, respeitadas as limitações legais

4 Símbolos e termos abreviados

As notações adotadas pelo engenheiro de avaliações devem ser devidamente explicitadas no laudo, indicando-se também suas respectivas unidades de medida, de acordo com o Decreto Federal 81621, de 03/05/78.

5 Classificação dos imóveis urbanos [5)]

5.1 Quanto ao uso

a) residencial;

b) comercial;

c) industrial;

d) institucional;

e) misto.

5.2 Quanto ao tipo do imóvel

a) terreno (lote ou gleba);

b) apartamento;

c) casa;

d) escritório (sala ou andar corrido);

e) loja;

f) galpão;

g) vaga de garagem;

5) A classificação não é exaustiva.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

h) misto;

i) hotéis e motéis;

j) hospitais;

k) escolas;

l) cinemas e teatros;

m) clubes recreativos;

n) prédios industriais.

5.3 Quanto ao agrupamento dos imóveis

a) loteamento;

b) condomínio de casas;

c) prédio de apartamentos;

d) conjunto habitacional (casas, prédios ou mistos);

e) conjunto de salas comerciais;

f) prédio comercial;

g) conjunto de prédios comerciais;

h) conjunto de unidades comerciais;

i) complexo industrial.

6 Procedimentos de excelência

Consultar Seção 6 da ABNT NBR 14653-1:2001.

7 Atividades básicas

É recomendável que o engenheiro de avaliações, ao ser contratado ou designado para fazer uma avaliação, esclareça aspectos essenciais para a adoção do método avaliatório e eventuais níveis de fundamentação e precisão que se pretende atingir, entre outros:

— finalidade: locação, aquisição, doação, alienação, dação em pagamento, permuta, garantia, fins contábeis, seguro, arrematação, adjudicação e outros;

— objetivo: valor de mercado de compra e venda ou de locação; outros valores, tais como: valor em risco, valor patrimonial, custo de reedição, valor de liquidação forçada, valor de desmonte (ver definição na ABNT NBR 14653-4:2002); indicadores de viabilidade e outros;

— prazo-limite para apresentação do laudo;

— condições a serem utilizadas, no caso de laudos de uso restrito.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

7.1 Documentação

Reportar-se a 7.1 e 7.2 da ABNT NBR 14653-1:2001.

7.2 Legislação a consultar

Recomenda-se consultar as legislações municipal, estadual e federal, bem como examinar outras restrições (inclusive decorrentes de passivo ambiental) ou incentivos que possam influenciar no valor do imóvel.

7.3 Vistoria

Além do disposto em 7.3 da ABNT NBR 14653-1:2001, observar, no que couber, o descrito em 7.3.1 a 7.3.4.

7.3.1 Caracterização da região

— aspectos gerais: análise das condições econômicas, políticas e sociais, quando relevantes para o mercado, inclusive usos anteriores atípicos ou estigmas;

— aspectos físicos: condições de relevo, natureza predominante do solo, condições ambientais; localização: situação no contexto urbano, com indicação dos principais pólos de influência;

— uso e ocupação do solo: confrontar a ocupação existente com as leis de zoneamento e uso do solo do município, para concluir sobre as tendências de modificação a curto e médio prazos;

— infra-estrutura urbana: sistema viário, transporte coletivo, coleta de resíduos sólidos, água potável, energia elétrica, telefone, redes de cabeamento para transmissão de dados, comunicação e televisão, esgotamento sanitário, águas pluviais e gás canalizado;

— atividades existentes: comércio, indústria e serviço;

— equipamentos comunitários: segurança, educação, saúde, cultura e lazer.

7.3.2 Caracterização do terreno

— localização: situação na região e na via pública, com indicação de limites e confrontações definidas de acordo com a posição do observador, a qual deve ser obrigatoriamente explicitada;

— utilização atual e vocação, em confronto com a legislação em vigor;

— aspectos físicos: dimensões, forma, topografia, superfície, solo;

— infra-estrutura urbana disponível;

— restrições físicas e legais ao aproveitamento;

— sub ou superaproveitamento.

7.3.3 Caracterização das edificações e benfeitorias

— aspectos construtivos, qualitativos, quantitativos e tecnológicos, comparados com a documentação disponível;

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

— aspectos arquitetônicos, paisagísticos e funcionais, inclusive conforto ambiental;

— adequação da edificação em relação aos usos recomendáveis para a região;

— condições de ocupação;

— patologias aparentes como anomalias, avarias, danos construtivos e outras, conforme definidas na ABNT NBR 13752 que possam influenciar de forma significativa a variação dos preços relativos dos elementos amostrais.

7.3.4 Edificações e benfeitorias não documentadas

No caso da existência de edificações e benfeitorias que não constem na documentação, observar o disposto em 7.2 da ABNT NBR 14653-1:2001.

7.3.5 Situações especiais

7.3.5.1 Vistoria por amostragem

Na avaliação de conjunto de unidades autônomas padronizadas, é permitida vistoria interna por amostragem aleatória de uma quantidade definida previamente pelas partes ou, se houver omissão no contrato, o engenheiro de avaliações deve definir o tamanho da amostra utilizando critérios estatísticos.

7.3.5.2 Impossibilidade de vistoria

Quando não for possível o acesso do avaliador ao interior do imóvel, o motivo deve ser justificado no laudo de avaliação. Neste caso, em comum acordo com o contratante, a vistoria interna pode ser prescindida e a avaliação pode prosseguir com base nos elementos que for possível obter ou fornecidos pelo contratante, tais como:

a) descrição interna;

b) no caso de apartamentos, escritórios e conjuntos habitacionais, a vistoria externa de áreas comuns, a vistoria de outras unidades do mesmo edifício e informações da respectiva administração;

c) no caso de unidades isoladas, a vistoria externa.

As considerações hipotéticas sobre o imóvel, que configuram a situação paradigma, devem estar claramente explicitadas no laudo de avaliação.

7.3.5.3 Planta de valores

Nas avaliações em massa, a partir de dados cadastrais, recomenda-se vistoria por amostragem, com o objetivo de aferir os critérios e percepções considerados no cadastro.

8 Procedimentos metodológicos

Na aplicação dos métodos avaliatórios referidos na Seção 8 da ABNT NBR 14653-1:2001, recomendam-se os procedimentos metodológicos relacionados em 8.1 a 8.3.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 impresso: 30/03/2011)

8.1 Procedimentos gerais

8.1.1 Para a identificação do valor de mercado, sempre que possível preferir o método comparativo direto de dados de mercado, conforme definido em 8.2.1 da ABNT NBR 14653-1:2001.

8.1.2 Quando couber e o objetivo for a identificação do valor de mercado, é recomendável que sejam apresentadas considerações quanto ao aproveitamento eficiente do imóvel.

8.1.3 Nos mercados em transição são recomendáveis a análise e o diagnóstico da situação do mercado, eventualmente com a adoção de outro enfoque, procedendo-se à conciliação.

8.1.4 Métodos utilizados não detalhados nesta Norma devem ser descritos e fundamentados no trabalho.

8.2 Métodos para identificar o valor de um bem, de seus frutos e direitos

8.2.1 Método comparativo direto de dados de mercado

8.2.1.1 Planejamento da pesquisa

No planejamento de uma pesquisa, o que se pretende é a composição de uma amostra representativa de dados de mercado de imóveis com características, tanto quanto possível, semelhantes às do avaliando, usando-se toda a evidência disponível. Esta etapa – que envolve estrutura e estratégia da pesquisa – deve iniciar-se pela caracterização e delimitação do mercado em análise, com o auxílio de teorias e conceitos existentes ou hipóteses advindas de experiências adquiridas pelo avaliador sobre a formação do valor.

Na estrutura da pesquisa são eleitas as variáveis que, em princípio, são relevantes para explicar a tendência de formação de valor e estabelecidas as supostas relações entre si e com a variável dependente.

A estratégia de pesquisa refere-se à abrangência da amostragem e às técnicas a serem utilizadas na coleta e análise dos dados, como a seleção e abordagem de fontes de informação, bem como a escolha do tipo de análise (quantitativa ou qualitativa) e a elaboração dos respectivos instrumentos para a coleta de dados (fichas, planilhas, roteiros de entrevistas, entre outros).

8.2.1.2 Identificação das variáveis do modelo

8.2.1.2.1 Variável dependente

Para a especificação correta da variável dependente, é necessária uma investigação no mercado em relação à sua conduta e às formas de expressão dos preços (por exemplo, preço total ou unitário, moeda de referência, formas de pagamento), bem como observar a homogeneidade nas unidades de medida.

8.2.1.2.2 Variáveis Independentes

As variáveis independentes referem-se às características físicas (por exemplo, área, frente), de localização (como bairro, logradouro, distância ao pólo de influência, entre outros) e econômicas (como oferta ou transação, época e condição do negócio – à vista ou a prazo). As variáveis devem ser escolhidas com base em teorias existentes, conhecimentos adquiridos, senso comum e outros atributos que se revelem importantes no decorrer dos trabalhos, pois algumas variáveis consideradas no planejamento da pesquisa podem se mostrar pouco relevantes na explicação do comportamento da variável explicada e vice-versa.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Sempre que possível, recomenda-se a adoção de variáveis quantitativas. As diferenças qualitativas das características dos imóveis podem ser especificadas na seguinte ordem de prioridade:

a) pelo emprego de tantas variáveis dicotômicas quantas forem necessárias, especialmente quando a quantidade de dados for abundante e puderem ser preservados os graus de liberdade necessários à modelagem estatística definidos nesta Norma (por exemplo, aplicação de condições booleanas do tipo "maior do que" ou "menor do que", "sim" ou "não");

b) pelo emprego de variáveis *proxy* [6], por exemplo:

   - custos unitários básicos de entidades setoriais, para expressar padrão construtivo;
   - índice fiscal, índice de desenvolvimento humano, renda média do chefe de domicílio, níveis de renda da população, para expressar localização;
   - coeficientes de depreciação para expressar estado de conservação das benfeitorias;
   - valores unitários de lojas em locação para expressar a localização na avaliação de lojas para venda;

c) por meio de códigos ajustados, quando seus valores são extraídos da amostra com a utilização dos coeficientes de variáveis dicotômicas que representem cada uma das características. O modelo intermediário gerador dos códigos deve constar no laudo de avaliação (ver A.7);

d) por meio de códigos alocados construídos de acordo com A.6.

8.2.1.3 Levantamento de dados de mercado

8.2.1.3.1 Observar o disposto em 7.4.2 da ABNT NBR 14653-1:2001.

8.2.1.3.2 O levantamento de dados tem como objetivo a obtenção de uma amostra representativa para explicar o comportamento do mercado no qual o imóvel avaliando esteja inserido e constitui a base do processo avaliatório. Nesta etapa o engenheiro de avaliações investiga o mercado, coleta dados e informações confiáveis preferentemente a respeito de negociações realizadas e ofertas, contemporâneas à data de referência da avaliação, com suas principais características econômicas, físicas e de localização.

8.2.1.3.3 As fontes devem ser diversificadas tanto quanto possível e identificadas. A identificação das fontes pode ser dispensada em comum acordo entre as partes contratantes.

8.2.1.3.4 Recomenda-se que os dados de mercado tenham suas características verificadas pelo engenheiro de avaliações.

8.2.1.3.5 Os dados de oferta são indicações importantes do valor de mercado. Entretanto, devem-se considerar superestimativas que em geral acompanham esses preços e, sempre que possível, quantificá-las pelo confronto com dados de transações.

8.2.1.3.6 Na amostragem deve-se sopesar o uso de informações que impliquem opiniões subjetivas do informante e recomenda-se:

a) visitar cada imóvel tomado como referência, com o intuito de verificar, tanto quanto possível, todas as informações de interesse;

---

6) Observação: as variáveis "*proxy*", conforme definidas em 3.77, não devem ser confundidas com a atribuição de códigos alocados, nem obtidas de relações ou conceitos deduzidos da própria amostra.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

b) atentar para os aspectos qualitativos e quantitativos;

c) confrontar as informações das partes envolvidas, de forma a conferir maior confiabilidade aos dados coletados.

8.2.1.4 Tratamento de dados

8.2.1.4.1 Preliminares

É recomendável, preliminarmente, a sumarização das informações obtidas sob a forma de gráficos que mostrem as distribuições de freqüência para cada uma das variáveis, bem como as relações entre elas. Nesta etapa, verificam-se o equilíbrio da amostra, a influência das variáveis que presumivelmente expliquem a variação dos preços a forma dessa variação, possíveis dependências entre elas, identificação de pontos atípicos, entre outros. Assim, pode-se confrontar as respostas obtidas no mercado com as crenças *a priori* do engenheiro de avaliações, bem como permitir a formulação de novas hipóteses.

Nos casos de transformação de pagamento parcelado ou a prazo de um dado de mercado para preço à vista, esta deve ser realizada com a adoção de uma taxa de desconto, efetiva, líquida e representativa da média praticada pelo mercado, à data correspondente a esse dado, discriminando-se a fonte.

No tratamento dos dados podem ser utilizados, alternativamente e em função da qualidade e da quantidade de dados e informações disponíveis:

— tratamento por fatores: homogeneização por fatores e critérios, fundamentados por estudos conforme 8.2.1.4.2, e posterior análise estatística dos resultados homogeneizados.

— tratamento científico: tratamento de evidências empíricas pelo uso de metodologia científica que leve à indução de modelo validado para o comportamento do mercado.

Deve-se levar em conta que qualquer modelo é uma representação simplificada do mercado, uma vez que não considera todas as suas informações. Por isso, precisam ser tomados cuidados científicos na sua elaboração, desde a preparação da pesquisa e o trabalho de campo, até o exame final dos resultados.

O poder de predição do modelo deve ser verificado a partir do gráfico de preços observados na abscissa *versus* valores estimados pelo modelo na ordenada, que deve apresentar pontos próximos da bissetriz do primeiro quadrante. Alternativamente, podem ser utilizados procedimentos de validação.

A qualidade da amostra deve estar assegurada quanto a:

a) correta identificação dos dados de mercado, com especificação e quantificação das principais variáveis levantadas, mesmo aquelas não utilizadas no modelo;

b) isenção das fontes de informação;

c) identificação das fontes de informação, observada a exceção contida em 8.2.1.3.3;

d) número de dados de mercado efetivamente utilizados, de acordo com o grau de fundamentação;

e) sua semelhança com o imóvel objeto da avaliação, no que diz respeito à sua situação, à destinação, ao grau de aproveitamento e às características físicas; diferenças relevantes perante o avaliando devem ser tratadas adequadamente nos modelos adotados;

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

f) inserção de mais de um tipo de agrupamento no mesmo modelo. Nestes casos, o engenheiro de avaliações deve se certificar de ter contemplado as diferenças significativas entre esses grupos, sendo obrigatória a verificação da influência das interações entre as variáveis.

Recomenda-se a inclusão dos endereços completos dos dados de mercado.

8.2.1.4.2 Tratamento por fatores

O tratamento por fatores é aplicável a uma amostra composta por dados de mercado com as características mais próximas possíveis do imóvel avaliando.

Os fatores devem ser calculados por metodologia científica, como citado em 8.2.1.4.3, justificados do ponto de vista teórico e prático, com a inclusão de validação, quando pertinente. Devem caracterizar claramente sua validade temporal e abrangência regional e ser revisados no prazo máximo de quatro anos ou em prazo inferior, sempre que for necessário. Podem ser:

a) calculados e divulgados, juntamente com os estudos que lhe deram origem, pelas entidades técnicas regionais reconhecidas, conceituadas em 3.20, bem como por universidades ou entidades públicas com registro no sistema CONFEA/CREA, desde que os estudos sejam de autoria de profissionais de engenharia ou arquitetura;

b) deduzidos ou referendados pelo próprio engenheiro de avaliações, com a utilização de metodologia científica, conforme 8.2.1.4.3, desde que a metodologia, a amostragem e os cálculos que lhes deram origem sejam anexados ao laudo de avaliação.

No caso de utilização de tratamento por fatores, deve ser observado o Anexo B.

8.2.1.4.3 Tratamento científico

Quaisquer que sejam os modelos utilizados para inferir o comportamento do mercado e formação de valores, seus pressupostos devem ser devidamente explicitados e testados. Quando necessário, devem ser intentadas medidas corretivas, com repercussão na classificação dos graus de fundamentação e precisão.

Outras ferramentas analíticas para a indução do comportamento do mercado, consideradas de interesse pelo engenheiro de avaliações, tais como regressão espacial, análise envoltória de dados e redes neurais artificiais, podem ser aplicadas, desde que devidamente justificadas do ponto de vista teórico e prático, com a inclusão de validação, quando pertinente.

Os Anexos C, D e E apresentam de forma resumida as características e fundamentos básicos dessas ferramentas analíticas, em caráter informativo, visando sua difusão para o desenvolvimento técnico da engenharia de avaliações.

No caso de utilização de modelos de regressão linear, deve ser observado o Anexo A.

8.2.1.5 Campo de arbítrio

8.2.1.5.1 O campo de arbítrio definido em 3.8 da ABNT NBR 14653-1:2001 é o intervalo com amplitude de 15 %, para mais e para menos, em torno da estimativa de tendência central utilizada na avaliação.

8.2.1.5.2 O campo de arbítrio pode ser utilizado quando variáveis relevantes para a avaliação do imóvel não tiverem sido contempladas no modelo, por escassez de dados de mercado, por inexistência de fatores de homogeneização aplicáveis ou porque essas variáveis não se apresentaram estatisticamente significantes em modelos de regressão, desde que a amplitude de até mais ou menos 15 % seja suficiente para absorver as influências não consideradas e que os ajustes sejam justificados.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

8.2.1.5.3 Quando a amplitude do campo de arbítrio não for suficiente para absorver as influências não consideradas, o modelo é insuficiente para que a avaliação possa atingir o grau mínimo de fundamentação no método comparativo direto de dados de mercado e esse fato deve ser consignado no laudo.

8.2.1.5.4 O campo de arbítrio não se confunde com o intervalo de confiança de 80 % calculado para definir o grau de precisão da estimativa.

8.2.2 Método involutivo

O método involutivo, conforme definido em 8.2.2 da ABNT NBR 14653-1:2001, compreende as etapas descritas em 8.2.2.1 a 8.2.2.10.

8.2.2.1 Vistoria

Deve ser realizada de acordo com 7.3.

8.2.2.2 Projeto hipotético

Na concepção do projeto hipotético, o engenheiro de avaliações deve verificar o aproveitamento eficiente para o imóvel avaliando, como definido em 3.1.

8.2.2.3 Pesquisa de valores

A pesquisa de valores deve ser realizada segundo os preceitos do método comparativo direto de dados de mercado, conforme 8.2.1, e tem como objetivo estimar o valor de mercado do produto imobiliário projetado para a situação hipotética adotada e sua variação ao longo do tempo.

8.2.2.4 Previsão de receitas

As receitas de venda das unidades do projeto hipotético são calculadas a partir dos resultados obtidos em 8.2.2.3, considerados a eventual valorização imobiliária, preferencialmente inferida, a forma de comercialização identificada na conduta do mercado e o tempo de absorção em face da evolução conjuntural no mercado e evidências de seu desempenho.

8.2.2.5 Levantamento do custo de produção do projeto hipotético

Este levantamento corresponde à apuração dos custos diretos e indiretos, inclusive de elaboração e aprovação de projetos, necessários à transformação do imóvel para as condições do projeto hipotético.

8.2.2.6 Previsão de despesas adicionais

Podem ser incluídas, quando pertinentes, entre outras, as seguintes despesas:

a) de compra do imóvel;

b) de administração do empreendimento, inclusive vigilância;

c) com impostos, taxas e seguros;

d) com publicidade;

e) com a comercialização das unidades.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

8.2.2.7 Margem de lucro do incorporador

Quando for usada margem de lucro em modelos que não utilizem fluxo de caixa, esta margem deve ser considerada proporcional ao risco do empreendimento, que está diretamente ligado à quantidade de unidades resultantes do projeto, ao montante investido e ao prazo total previsto para retorno do capital. A margem de lucro adotada em modelos estáticos deve ter relação com o que é praticado no mercado.

8.2.2.8 Prazos

No caso de adoção de modelos dinâmicos, recomenda-se que:

a) o prazo para a execução do projeto hipotético seja compatível com as suas características físicas, disponibilidade de recursos, tecnologia e condições mercadológicas;

b) o prazo para a venda das unidades seja compatível com a estrutura, conduta e desempenho do mercado.

8.2.2.9 Taxas

No caso de adoção de modelos dinâmicos, recomenda-se explicitar as taxas de valorização imobiliária, de evolução de custos e despesas, de juros do capital investido e a mínima de atratividade.

8.2.2.10 Modelo

A avaliação pode ser realizada com a utilização dos seguintes modelos, em ordem de preferência:

a) por fluxos de caixa específicos;

b) com a aplicação de modelos simplificados dinâmicos;

c) com a aplicação de modelos estáticos.

8.2.3 Método da renda

As avaliações de empreendimentos de base imobiliária (hotéis, *shopping centers* e outros) devem observar as prescrições da ABNT NBR 14653-4. No caso de avaliação de imóvel que não se enquadre na situação anterior, devem ser observados os aspectos descritos em 8.2.3.1 a 8.2.3.4.

8.2.3.1 Estimação das receitas e despesas

Em função do tipo de imóvel que se pretende avaliar, são levantadas todas as despesas necessárias à sua manutenção e operação, impostos etc., e receitas provenientes da sua exploração.

8.2.3.2 Montagem do fluxo de caixa

A montagem do fluxo de caixa é feita com base nas despesas e receitas previstas para o imóvel e suas respectivas épocas.

8.2.3.3 Estabelecimento da taxa mínima de atratividade

Esta taxa é estimada em função das oportunidades de investimentos alternativos existentes no mercado de capitais e, também, dos riscos do negócio.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

8.2.3.4 Estimação do valor do imóvel

O valor máximo estimado para o imóvel é representado pelo valor atual do fluxo de caixa, descontado pela taxa mínima de atratividade.

8.2.4 Método evolutivo

A composição do valor total do imóvel avaliando pode ser obtida através da conjugação de métodos, a partir do valor do terreno, considerados o custo de reprodução das benfeitorias devidamente depreciado e o fator de comercialização, ou seja:

$$VI = (VT + CB) \cdot FC$$

onde

VI é o valor do imóvel;

VT é o valor do terreno;

CB é o custo de reedição da benfeitoria;

FC é o fator de comercialização.

A aplicação do método evolutivo exige que:

a) o valor do terreno seja determinado pelo método comparativo de dados de mercado ou, na impossibilidade deste, pelo método involutivo;

b) as benfeitorias sejam apropriadas pelo método comparativo direto de custo ou pelo método da quantificação de custo;

c) o fator de comercialização seja levado em conta, admitindo-se que pode ser maior ou menor do que a unidade, em função da conjuntura do mercado na época da avaliação.

8.2.4.1 Quando o imóvel estiver situado em zona de alta densidade urbana, onde o aproveitamento eficiente é preponderante, o engenheiro de avaliações deve analisar a adequação das benfeitorias, ressaltar o sub-aproveitamento ou o superaproveitamento do terreno e explicitar os cálculos correspondentes.

8.2.4.2 Quando puder ser empregado, o método evolutivo pode ser considerado método eletivo para a avaliação de imóveis cujas características *sui generis* impliquem a inexistência de dados de mercado em número suficiente para a aplicação do método comparativo direto de dados de mercado.

8.2.4.3 O método evolutivo pode também ser empregado quando se deseja obter o valor do terreno ou o custo de reedição da benfeitoria a partir do conhecimento do seu valor total, considerada a equação de 8.2.4.

8.3 Métodos para identificar o custo de um imóvel

Os métodos a seguir são recomendados para a identificação do custo de todos os tipos de imóveis, inclusive os que compõem os empreendimentos objeto da ABNT NBR 14653-4.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

8.3.1 Método da quantificação do custo

Utilizado para identificar o custo de reedição de benfeitorias. Pode ser apropriado pelo custo unitário básico de construção ou por orçamento, com citação das fontes consultadas.

8.3.1.1 Identificação de custo pelo custo unitário básico (ABNT NBR 12721)

8.3.1.1.1 Vistoria

Tem como objetivo principal examinar as especificações dos materiais aplicados, para estimação do padrão construtivo, a tipologia, o estado de conservação e a idade aparente.

8.3.1.1.2 Cálculo da área equivalente de construção

A área equivalente de construção deve ser calculada de acordo com a seguinte fórmula, em consonância com o previsto na ABNT NBR 12721 para os casos de prédios em condomínio:

$$S = Ap + \sum_{i}^{n} (Aq_i \cdot P_i)$$

onde

S é a área equivalente de construção;

Ap é a área construída padrão;

Aq_i é a área construída de padrão diferente;

P_i é o percentual correspondente à razão entre o custo estimado da área de padrão diferente e a área padrão, de acordo com os limites estabelecidos na ABNT NBR 12721.

8.3.1.1.3 Estimação do custo de construção

Para a estimação do custo de construção pode-se aplicar o modelo a seguir:

$$C = \left[CUB + \frac{OE + OI + (OFe - OFd)}{S} \right] (1 + A)(1 + F)(1 + L)$$

onde

C é o custo unitário de construção por metro quadrado de área equivalente de construção;

CUB é o custo unitário básico;

OE é o orçamento de elevadores;

OI é o orçamento de instalações especiais e outras, tais como geradores, sistemas de proteção contra incêndio, centrais de gás, interfones, antenas, coletivas, urbanização, projetos etc.;

OFe é o orçamento de fundações especiais;

OFd é o orçamento de fundações diretas;

S é a área equivalente de construção, de acordo com a ABNT NBR 12721;

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

A é a taxa de administração da obra;

F é o percentual relativo aos custos financeiros durante o período da construção;

L é o percentual correspondente ao lucro ou remuneração da construtora.

8.3.1.2 Identificação do custo pelo orçamento detalhado

8.3.1.2.1 Vistoria

A vistoria detalhada da benfeitoria tem como objetivo examinar as especificações dos materiais aplicados, o estado de conservação e a idade estimada.

8.3.1.2.2 Levantamento dos quantitativos

Nesta etapa são levantados todos os quantitativos de materiais e serviços aplicados na obra.

8.3.1.2.3 Pesquisa de custos

De acordo com as especificações dos materiais e serviços utilizados para execução da benfeitoria, coletam-se os seus respectivos custos em fontes de consulta especializadas.

8.3.1.2.4 Preenchimento da planilha orçamentária

O preenchimento da planilha deve ser de acordo com o modelo sugerido na ABNT NBR 12721, onde são discriminados todos os serviços, indicando-se a unidade de medida, a quantidade, o custo unitário, o custo total e a fonte de consulta.

8.3.1.3 Depreciação física

O cálculo da depreciação física pode ser realizado de forma analítica – por meio de orçamento necessário à recomposição do imóvel na condição de novo – ou por meio da aplicação de coeficiente de depreciação, que leve em conta a idade e o estado de conservação. Esse coeficiente deve ser aplicado sobre o valor depreciável.

8.3.1.4 Custo de reedição da benfeitoria

O custo de reedição da benfeitoria é o resultado da subtração do custo de reprodução da parcela relativa à depreciação.

8.3.2 Método comparativo direto de custo

A utilização do método comparativo direto para a avaliação de custos deve considerar uma amostra composta por imóveis de projetos semelhantes, a partir da qual são elaborados modelos que seguem os procedimentos usuais do método comparativo direto de dados de mercado.

9 Especificação das avaliações

9.1 Generalidades

9.1.1 A especificação de uma avaliação está relacionada tanto com o empenho do engenheiro de avaliações, como com o mercado e as informações que possam ser dele extraídas. O estabelecimento inicial pelo contratante do grau de fundamentação desejado tem por objetivo a determinação do empenho no trabalho avaliatório, mas não representa garantia de alcance de graus elevados de fundamentação. Quanto ao grau de precisão, este depende exclusivamente das características do mercado e da amostra coletada e, por isso, não é passível de fixação *a priori*.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

9.1.2 Todos os trabalhos elaborados de acordo com as prescrições desta Norma serão denominados laudos de avaliação. O grau de fundamentação atingido deve ser explicitado no corpo do laudo. Nos casos em que o grau mínimo I não for atingido, devem ser indicados e justificados os itens das Tabelas de especificação que não puderam ser atendidos e os procedimentos e cálculos utilizados na identificação do valor.

9.1.3 Os laudos de uso restrito, conforme 10.3 da ABNT NBR 14653-1:2001, podem ser dispensados de especificação, em comum acordo entre as partes.

9.2 Métodos comparativo direto de dados de mercado e comparativo direto de custo

9.2.1 O grau de fundamentação, no caso de utilização de modelos de regressão linear, deve ser determinado conforme a Tabela 1, observando o descrito em 9.1 e 9.2.

Tabela 1 – Grau de fundamentação no caso de utilização de modelos de regressão linear

Item	Descrição	Grau		
		III	II	I
1	Caracterização do imóvel avaliando	Completa quanto a todas as variáveis analisadas	Completa quanto às variáveis utilizadas no modelo	Adoção de situação paradigma
2	Quantidade mínima de dados de mercado, efetivamente utilizados	6 (k + 1), onde k é o número de variáveis independentes	4 (k + 1), onde k é o número de variáveis independentes	3 (k + 1), onde k é o número de variáveis independentes
3	Identificação dos dados de mercado	Apresentação de informações relativas a todos os dados e variáveis analisados na modelagem, com foto e características observadas no local pelo autor do laudo	Apresentação de informações relativas a todos os dados e variáveis analisados na modelagem	Apresentação de informações relativas aos dados e variáveis efetivamente utilizados no modelo
4	Extrapolação	Não admitida	Admitida para apenas uma variável, desde que: a) as medidas das características do imóvel avaliando não sejam superiores a 100 % do limite amostral superior, nem inferiores à metade do limite amostral inferior;	Admitida, desde que: a) as medidas das características do imóvel avaliando não sejam superiores a 100 % do limite amostral superior, nem inferiores à metade do limite amostral inferior;

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Tabela 1 (continuação)

Item	Descrição	Grau		
		III	II	I
4	Extrapolação	Não admitida	b) o valor estimado não ultrapasse 15 % do valor calculado no limite da fronteira amostral, para a referida variável, em módulo	b) o valor estimado não ultrapasse 20 % do valor calculado no limite da fronteira amostral, para as referidas variáveis, de *per si* e simultaneamente, e em módulo
5	Nível de significância a (somatório do valor das duas caudas) máximo para a rejeição da hipótese nula de cada regressor (teste bicaudal)	10 %	20 %	30 %
6	Nível de significância máximo admitido para a rejeição da hipótese nula do modelo através do teste F de Snedecor	1 %	2 %	5 %

9.2.1.1 Para atingir o Grau III, são obrigatórias:

a) apresentação do laudo na modalidade completa;

b) apresentação da análise do modelo no laudo de avaliação, com a verificação da coerência do comportamento da variação das variáveis em relação ao mercado, bem como suas elasticidades em torno do ponto de estimação;

c) identificação completa dos endereços dos dados de mercado usados no modelo, bem como das fontes de informação;

d) adoção da estimativa de tendência central.

9.2.1.2 É permitido ao engenheiro de avaliações fazer ajustes prévios nos atributos dos dados de mercado, sem prejuízo do grau de fundamentação, desde que devidamente justificados, em casos semelhantes aos seguintes:

a) conversão de valores a prazo em valores à vista, com taxas de desconto praticadas no mercado na data de referência da avaliação;

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

b) conversão de valores para a moeda nacional na data de referência da avaliação;

c) conversão de áreas reais de construção em áreas equivalentes, desde que com base em coeficientes publicados (por exemplo, os da ABNT NBR 12721) ou inferidos no mercado;

d) incorporação de luvas ao aluguel, com a consideração do prazo remanescente do contrato e taxas de desconto praticadas no mercado financeiro.

9.2.1.3 É permitida a utilização de tratamento prévio dos preços observados, limitado a um único fator de homogeneização, desde que fundamentado conforme 8.2.1.4.2, sem prejuízo dos ajustes citados em 9.2.1.2 (por exemplo, aplicação do fator de fonte para a transformação de preços de oferta para as condições de transação).

9.2.1.4 Recomenda-se a não extrapolação de variáveis que presumivelmente explicariam a variação dos preços e que não foram contempladas no modelo, especialmente quando o campo de arbítrio não for suficiente para as compensações necessárias na estimativa de valor.

9.2.1.5 O engenheiro de avaliações deve analisar o modelo, com a verificação da coerência da variação das variáveis em relação ao mercado, bem como o exame de suas elasticidades em torno do ponto de estimação.

9.2.1.6 Para fins de enquadramento global do laudo em graus de fundamentação, devem ser considerados os seguintes critérios:

a) na Tabela 1, identificam-se três campos (Graus III, II e I) e seis itens;

b) o atendimento a cada exigência do Grau I terá um ponto; do Grau II, dois pontos; e do Grau III, três pontos;

c) o enquadramento global do laudo quanto à fundamentação deve considerar a soma de pontos obtidos para o conjunto de itens, atendendo à Tabela 2.

9.2.1.6.1 No caso de amostras homogêneas [7], será adotada a Tabela 1, com as seguintes particularidades:

a) serão admitidos os itens 3 e 4 apenas no Grau III, de forma a ficar caracterizada a homogeneidade;

b) será atribuído o Grau III para os itens 5 e 6, por ser nulo o modelo de regressão.

Tabela 2 – Enquadramento do laudo segundo seu grau de fundamentação no caso de utilização de modelos de regressão linear

Graus	III	II	I
Pontos mínimos	16	10	6
Itens obrigatórios	2, 4, 5 e 6 no Grau III e os demais no mínimo no Grau II	2, 4, 5 e 6 no mínimo no Grau II e os demais no mínimo no Grau I	Todos, no mínimo no Grau I

9.2.2 O Grau de fundamentação com o uso do tratamento por fatores deve estar conforme a Tabela 3.

7) Em caso de dúvida sobre a homogeneidade da amostra, esta pode ser analisada por meio da Distância de Mahalanobis entre os elementos amostrais e o centróide amostral.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Para o atendimento à Tabela 3, observar 9.1 e 9.2.

Tabela 3 – Grau de fundamentação no caso de utilização do tratamento por fatores

Item	Descrição	Grau		
		III	II	I
1	Caracterização do imóvel avaliando	Completa quanto a todos os fatores analisados	Completa quanto aos fatores utilizados no tratamento	Adoção de situação paradigma
2	Quantidade mínima de dados de mercado, efetivamente utilizados	12	5	3
3	Identificação dos dados de mercado	Apresentação de informações relativas a todas as características dos dados analisadas, com foto e características observadas pelo autor do laudo	Apresentação de informações relativas a todas as características dos dados analisadas	Apresentação de informações relativas a todas as características dos dados correspondentes aos fatores utilizados
4	Intervalo admissível de ajuste para o conjunto de fatores	0,80 a 1,25	0,50 a 2,00	0,40 a 2,50 [a]

[a] No caso de utilização de menos de cinco dados de mercado, o intervalo admissível de ajuste é de 0,80 a 1,25, pois é desejável que, com um número menor de dados de mercado, a amostra seja menos heterogênea.

9.2.2.1 Para atingir o Grau III são obrigatórias:

a) apresentação do laudo na modalidade completa;

b) identificação completa dos endereços dos dados de mercado, bem como das fontes de informação;

c) valor final adotado coincidente com a estimativa pontual de tendência central.

9.2.2.2 Para fins de enquadramento global do laudo em graus de fundamentação, devem ser considerados os seguintes critérios:

a) na Tabela 3, identificam-se três campos (Graus III, II e I) e itens;

b) o atendimento a cada exigência do Grau I terá 1 ponto; do Grau II, 2 pontos; e do Grau III, 3 pontos;

c) o enquadramento global do laudo deve considerar a soma de pontos obtidos para o conjunto de itens, atendendo à Tabela 4.

Para o atendimento à Tabela 4, observar o descrito em 9.1 e 9.2.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Tabela 4 – Enquadramento do laudo segundo seu grau de fundamentação no caso de utilização de tratamento por fatores

Graus	III	II	I
Pontos mínimos	10	6	4
Itens obrigatórios	Itens 2 e 4 no Grau III, com os demais no mínimo no Grau II	Itens 2 e 4 no mínimo no Grau II e os demais no mínimo no Grau I	Todos, no mínimo no Grau I

9.2.3 O Grau de precisão deve estar conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Grau de precisão nos casos de utilização de modelos de regressão linear ou do tratamento por fatores

Descrição	Grau		
	III	II	I
Amplitude do intervalo de confiança de 80 % em torno da estimativa de tendência central	≤ 30 %	≤ 40 %	≤ 50 %

NOTA Quando a amplitude do intervalo de confiança ultrapassar 50 %, não há classificação do resultado quanto à precisão e é necessária justificativa com base no diagnóstico do mercado.

9.3 Método da quantificação de custo

Para o atendimento à Tabela 6, observar o descrito em 9.1 a 9.3.

Tabela 6 – Grau de fundamentação no caso da utilização do método da quantificação de custo de benfeitorias

Item	Descrição	Graus		
		III	II	I
1	Estimativa do custo direto	Pela elaboração de orçamento, no mínimo sintético	Pela utilização de custo unitário básico para projeto semelhante ao projeto padrão	Pela utilização de custo unitário básico para projeto diferente do projeto padrão, com os devidos ajustes
2	BDI	Calculado	Justificado	Arbitrado
3	Depreciação física	Calculada por levantamento do custo de recuperação do bem, para deixá-lo no estado de novo ou Casos de bens novos ou projetos hipotéticos	Calculada por métodos técnicos consagrados, considerando-se idade, vida útil e estado de conservação	Arbitrada

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

9.3.1 Para atingir o Grau III, é obrigatória a apresentação do laudo na modalidade completa.

9.3.2 Para fins de enquadramento global do laudo em graus de fundamentação, devem ser considerados os seguintes critérios:

a) na Tabela 6, identificam-se três campos (Graus III, II e I) e três itens;

b) o atendimento a cada exigência do Grau I terá um ponto; do Grau II, dois pontos; e do Grau III, três pontos;

c) o enquadramento global do laudo deve considerar a soma de pontos obtidos para o conjunto de itens, atendendo à Tabela 7.

Tabela 7 – Enquadramento do laudo segundo seu grau de fundamentação no caso da utilização do método da quantificação do custo de benfeitorias

Graus	III	II	I
Pontos mínimos	7	5	3
Itens obrigatórios no grau correspondente	1, com os demais no mínimo no Grau II	1 e 2, no mínimo no Grau II	todos, no mínimo no Grau I

9.4 Método involutivo

Conforme Tabela 8.

Para o atendimento à Tabela 8, observar o descrito em 9.1 a 9.4.

Tabela 8 – Grau de fundamentação no caso da utilização do método involutivo

Item	Descrição	Grau		
		III	II	I
1	Nível de detalhamento do projeto hipotético	Anteprojeto ou projeto básico	Estudo preliminar	Aproveitamento, ocupação e usos presumidos
2	Preço de venda das unidades do projeto hipotético	No mínimo Grau II de fundamentação no método comparativo	Grau I de fundamentação no método comparativo	Estimativa
3	Estimativa dos custos de produção	Grau III de fundamentação no método da quantificação do custo	Grau II de fundamentação no método da quantificação do custo	Grau I de fundamentação no método da quantificação do custo
4	Prazos	Fundamentados com dados obtidos no mercado	Justificados	Arbitrados

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Tabela 8 (continuação)

Item	Descrição	Grau		
		III	II	I
5	Taxas	Fundamentadas com dados obtidos no mercado	Justificadas	Arbitradas
6	Modelo	Dinâmico com fluxo de caixa	Dinâmico com equações predefinidas	Estático
7	Análise setorial e diagnóstico de mercado	De estrutura, conjuntura, tendências e conduta	Da conjuntura	Sintéticos da conjuntura
8	Cenários	Mínimo de 3	2	1
9	Análises de sensibilidade do modelo	Simulações com discussão do comportamento do modelo	Simulações com identificação das variáveis mais significativas	Sem simulação

9.4.1 Para atingir o Grau III, é obrigatória a apresentação do laudo na modalidade completa.

9.4.2 Para fins de enquadramento global do laudo em graus de fundamentação, devem ser considerados os seguintes critérios:

a) na Tabela 8, identificam-se três campos (Graus III, II e I) e nove itens;

b) o atendimento a cada exigência do Grau I terá um ponto; do Grau II, dois pontos; e do Grau III, três pontos;

c) o enquadramento global do laudo deve considerar a soma de pontos obtidos para o conjunto de itens, atendendo à Tabela 9.

Tabela 9 – Enquadramento do laudo segundo seu grau de fundamentação no caso da utilização do método involutivo

Graus	III	II	I
Pontos mínimos	22	13	9
Itens obrigatórios no grau correspondente	2,6,7 e 8, com os demais no mínimo no Grau II	2,6,7 e 8, no mínimo no Grau II	Todos, no mínimo no Grau I

9.5 Método evolutivo

Conforme a Tabela 10.

Para o atendimento à Tabela 10, observar o descrito em 9.1 a 9.5.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Tabela 10 – Grau de fundamentação no caso da utilização do método evolutivo

Item	Descrição	Grau		
		III	II	I
1	Estimativa do valor do terreno	Grau III de fundamentação no método comparativo ou no involutivo	Grau II de fundamentação no método comparativo ou no involutivo	Grau I de fundamentação no método comparativo ou no involutivo
2	Estimativa dos custos de reedição	Grau III de fundamentação no método da quantificação do custo	Grau II de fundamentação no método da quantificação do custo	Grau I de fundamentação no método da quantificação do custo
3	Fator de comercialização	Inferido em mercado semelhante	Justificado	Arbitrado

9.5.1 Para atingir o Grau III, é obrigatória a apresentação do laudo na modalidade completa.

9.5.2 Para fins de enquadramento global do laudo em graus de fundamentação, devem ser considerados os seguintes critérios:

a) na Tabela 10, identificam-se três campos (Graus III, II e I) e três itens;

b) o atendimento a cada exigência do Grau I terá um ponto; do Grau II, dois pontos; e do Grau III, três pontos;

c) o enquadramento global do laudo deve considerar a soma de pontos obtidos para o conjunto de itens, atendendo à Tabela 11.

9.5.2.1 Quando o terreno ou as benfeitorias, isoladamente, representarem menos de 15 % do valor total do imóvel, podem ser adotados dois pontos para este item, independentemente do grau atingido em sua avaliação.

Tabela 11 – Enquadramento do laudo segundo seu grau de fundamentação no caso da utilização do método evolutivo

Graus	III	II	I
Pontos mínimos	8	5	3
Itens obrigatórios no grau correspondente	1 e 2, com o 3 no mínimo no Grau II	1 e 2, no mínimo no Grau II	Todos, no mínimo no Grau I

10 Apresentação do laudo de avaliação

10.1 Laudo de avaliação completo

O laudo de avaliação completo deve conter no mínimo os seguintes itens:

a) identificação do solicitante;

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

b) finalidade do laudo, quando informado pelo solicitante;

c) objetivo da avaliação;

d) pressupostos, ressalvas e fatores limitantes – atender ao disposto em 7.2 da ABNT NBR 14653-1:2001;

e) identificação e caracterização do imóvel avaliando – atender ao disposto em 7.3 da ABNT NBR 14653-1:2001, no que couber;

f) diagnóstico do mercado – relatar conforme 7.7.2 da ABNT NBR 14653-1:2001;

g) indicação do(s) método(s) e procedimento(s) utilizado(s) – relatar conforme Seção 8 da ABNT NBR 14653-1:2001;

h) especificação da avaliação – indicar a especificação atingida, com relação aos graus de fundamentação e precisão, conforme Seção 9. Quando solicitado pelo contratante, deve ser apresentado demonstrativo da pontuação atingida;

i) planilha dos dados utilizados;

j) no caso de utilização do método comparativo direto de dados de mercado, descrição das variáveis do modelo, com a definição do critério de enquadramento de cada uma das características dos elementos amostrais. A escala utilizada para definir as diferenças qualitativas deve ser especificada de modo a fundamentar o correto agrupamento dos dados de mercado;

k) tratamento dos dados e identificação do resultado – Explicitar os cálculos efetuados, o campo de arbítrio, se for o caso, e justificativas para o resultado adotado. No caso de utilização do método comparativo direto de dados de mercado, deve ser apresentado o gráfico de preços observados *versus* valores estimados pelo modelo, conforme 8.2.1.4.1;

l) resultado da avaliação e sua data de referência;

m) qualificação legal completa e assinatura do(s) profissional(is) responsável(is) pela avaliação.

10.2 Laudo de avaliação simplificado

O laudo de avaliação simplificado deve atender no mínimo, de forma resumida, aos itens, 10.1 a) até 10.1 h) e 10.1.k), desta Parte 2.

10.3 Anexos

Para a identificação do valor de mercado, podem ser incluídos, de acordo com o grau de fundamentação, os seguintes anexos: documentação dominial, fotografias do imóvel avaliando, plantas, identificação dos dados de mercado, memória de calculo ou relatórios originais dos programas computacionais utilizados.

11 Procedimentos específicos

11.1 Desapropriações

11.1.1 Classificação das desapropriações

11.1.1.1 Quanto à extensão

— total: aquela que atinge o imóvel em sua totalidade, ou cujo remanescente seja inaproveitável;

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

— parcial: aquela que atinge parte do imóvel.

11.1.1.2 Quanto à duração

— temporária;

— permanente.

11.1.2 Critérios

Nas desapropriações totais, as avaliações devem ser realizadas com a utilização dos métodos previstos nesta Norma. O engenheiro de avaliações deve apresentar, a título de subsídio, o custo de reedição, o de reprodução e o valor de mercado.

Nas desapropriações parciais, o critério básico é o da diferença entre as avaliações do imóvel original e do imóvel remanescente, na mesma data de referência (critério "antes e depois"). Devem ser apreciadas circunstâncias especiais, quando relevantes, tais como alterações de forma, uso, acessibilidade, ocupação e aproveitamento.

No caso de benfeitorias atingidas, devem ser previstas verbas relativas ao custo de obras de adaptação do remanescente, possível desvalia acarretada por perda de funcionalidade e eventual lucro cessante, no caso de ser necessária desocupação temporária para a execução dos serviços.

Se o engenheiro de avaliações considerar inaproveitável o remanescente do imóvel, esta condição deve ser explicitada e seu valor apresentado em separado.

Nas desapropriações temporárias, as indenizações devem considerar a renda que seria auferida pelo imóvel, durante o período correspondente, bem como eventuais perdas adicionais.

11.2 Servidões

11.2.1 Classificação

11.2.1.1 Quanto à natureza, entre outras:

— administrativa ou pública, quando o titular da servidão for o Poder Público ou seu preposto, sem que exista um imóvel serviendo;

— predial, quando a restrição for imposta a um imóvel serviente para uso e utilidade do imóvel serviendo.

11.2.1.2 Quanto à finalidade, entre outras:

— passagem de pedestres e veículos;

— passagem de linhas de transmissão;

— passagem de tubulações.

11.2.1.3 Quanto à intervenção física:

— aparente, quando há intervenção física;

— não aparente, quando não há intervenção física.

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

11.2.1.4 Quanto à duração:

— temporária;

— perpétua.

11.2.2 Critérios

11.2.2.1 O valor da indenização pela presença de servidão corresponde à perda do valor do imóvel decorrente das restrições a ele impostas, calculadas alternativamente por:

a) diferença entre as avaliações do imóvel original e do imóvel serviente, na mesma data de referência (critério "antes e depois"), com consideração de circunstâncias especiais, tais como alterações de uso, ocupação, acessibilidade e aproveitamento;

b) diferença entre os valores presentes dos rendimentos imobiliários líquidos relativos ao uso do imóvel antes e depois da instituição da servidão.

11.2.2.2 Prejuízos causados às benfeitorias atingidas pela faixa de servidão devem ser avaliados.

11.2.2.3 Perdas adicionais decorrentes da instituição da servidão no imóvel, como a cessação de atividade econômica, devem ser consideradas, quando solicitadas.

11.3 Glebas urbanizáveis

11.3.1 A avaliação das glebas urbanizáveis deve ser feita preferivelmente com a utilização do método comparativo direto de dados de mercado.

11.3.2 Quando for utilizado o método involutivo, recomenda-se considerar os seguintes aspectos:

a) a viabilidade legal da implantação do parcelamento do solo simulado, respeitadas as restrições da Lei 6766 e das Leis Estaduais e Municipais atinentes ao uso e ocupação do solo, com destaque para os parâmetros físicos e urbanísticos exigidos para o loteamento, tais como o percentual máximo de áreas vendáveis, infra-estrutura mínima, leitos carroçáveis, declives máximos etc.;

b) a possibilidade de desmembramentos parciais, com frente para vias ou logradouros públicos oficiais, desde que legalmente viáveis e economicamente vantajosos, com loteamento da área remanescente;

c) o estado dominial e eventuais gravames sobre a gleba, tais como a existência de direitos reais e possessórios, informados pelo contratante;

d) caso a gleba urbanizável seja avaliada como empreendimento, devem ser seguidos os preceitos da ABNT NBR 14653-4;

e) quando houver dúvidas sobre a viabilidade da urbanização da gleba, recomenda-se verificar o seu valor por meio de seus frutos, tais como locação, arrendamento etc.

11.4 Avaliação de aluguéis

11.4.1 Por comparação direta

11.4.1.1 Trata-se do procedimento preferencial, usualmente empregado em ações renovatórias e revisionais. Para a sua aplicação é exigido o conhecimento de dados de mercado referentes a locações de imóveis semelhantes.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

11.4.1.2 Especial atenção deve ser dada quando forem comparados aluguéis com distintos períodos de reajuste ou estágios do contrato, admitindo-se os seguintes procedimentos:

a) tornar os dados homogêneos, com o auxílio de modelos que levem em conta a previsão inflacionária;

b) utilizar modelos de regressão com variáveis que considerem as diferenças contratuais ou o estágio do contrato.

11.4.1.3 No caso de antecipação de aluguéis, devem ser adicionados aos aluguéis nominais acréscimos constantes, financeiramente equivalentes ao pagamento antecipado.

11.4.2 Pela remuneração do capital

11.4.2.1 Neste caso, o aluguel é determinado em função do valor do imóvel, podendo ser empregado em casos de imóveis isolados e atípicos, para os quais a utilização da comparação direta seja impraticável.

11.4.2.2 Sua utilização exige a determinação da taxa de remuneração e do valor do imóvel.

11.4.2.3 A taxa de remuneração deve ser objeto de pesquisa específica para cada caso, pois varia para cada tipo de imóvel, localização e, também, ao longo do tempo, dependendo da conjuntura econômica.

11.4.3 Reformas

O custo de reformas que beneficiem o imóvel alugado pode ser amortizado em forma de desconto do aluguel, durante prazo compatível.

NOTA A legislação federal referente a aluguéis consta na Bibliografia, de [34] a [38].

11.5 Liquidação forçada

Quando solicitado, além do valor de mercado, pode constar no laudo de avaliação o valor para liquidação forçada, para uma certa data, adotando-se critérios acordados entre contratantes e contratados.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Anexo A
(normativo)

Procedimentos para a utilização de modelos de regressão linear

A.1 Introdução

A.1.1 A técnica mais utilizada quando se deseja estudar o comportamento de uma variável dependente em relação a outras que são responsáveis pela variabilidade observada nos preços é a análise de regressão.

A.1.2 No modelo linear para representar o mercado, a variável dependente é expressa por uma combinação linear das variáveis independentes, em escala original ou transformadas, e respectivas estimativas dos parâmetros populacionais, acrescida de erro aleatório, oriundo de:

— efeitos de variáveis não detectadas e de variáveis irrelevantes não incluídas no modelo;

— imperfeições acidentais de observação ou de medida;

— variações do comportamento humano, como habilidades diversas de negociação, desejos, necessidades, compulsões, caprichos, ansiedades, diferenças de poder aquisitivo, diferenças culturais, entre outros.

A.1.3 Com base em uma amostra extraída do mercado, os parâmetros populacionais são estimados por inferência estatística.

A.1.4 Na modelagem devem ser expostas as hipóteses relativas aos comportamentos das variáveis dependentes e independentes, com base no conhecimento que o engenheiro de avaliações tem a respeito do mercado, quando serão formuladas as hipóteses nula e alternativa para cada parâmetro.

A.2 Pressupostos básicos

Ressalta-se a necessidade, quando se usam modelos de regressão, de observar os seus pressupostos básicos, apresentados a seguir, principalmente no que concerne à sua especificação, normalidade, homocedasticidade, nãomulticolinearidade, não-autocorrelação, independência e inexistência de pontos atípicos, com o objetivo de obter avaliações não tendenciosas, eficientes e consistentes, em especial as seguintes:

a) para evitar a micronumerosidade, o número mínimo de dados efetivamente utilizados (n) no modelo deve obedecer aos seguintes critérios, com respeito ao número de variáveis independentes (k):

$n \geq 3\,(k + 1)$

para $n \leq 30$, $n_i \geq 3$

para $30 < n \leq 100$, $n_i \geq 10\%\ n$

para $n > 100$, $n_i \geq 10$

onde

n_i é o número de dados de mesma característica, no caso de utilização de variáveis dicotômicas e variáveis qualitativas expressas por códigos alocados ou códigos ajustados;

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Recomenda-se que as características específicas do imóvel avaliando estejam contempladas na amostra utilizada em número representativo de dados de mercado;

b) atentar para o equilíbrio da amostra, com dados bem distribuídos para cada variável no intervalo amostral;

c) os erros são variáveis aleatórias com variância constante, ou seja, são homocedásticos;

d) os erros são variáveis aleatórias com distribuição normal;

e) os erros são não autocorrelacionados, isto é, são independentes sob a condição de normalidade;

f) o engenheiro de avaliações deve se empenhar para que as variáveis importantes estejam incorporadas no modelo – inclusive as decorrentes de interação – e as variáveis irrelevantes não estejam presentes; [8)]

g) em caso de correlação linear elevada entre quaisquer subconjuntos de variáveis independentes, isto é, multicolinearidade, deve-se examinar a coerência das características do imóvel avaliando com a estrutura de multicolinearidade inferida, vedada a utilização do modelo em caso de incoerência;

h) não devem podem correlações evidentes entre o erro aleatório e as variáveis independentes do modelo, ou seja, o gráfico de resíduos não pode sugerir evidências de regularidade estatística com respeito às variáveis independentes;

i) possíveis pontos influenciantes, ou aglomerados deles, devem ser investigados e sua retirada fica condicionada à apresentação de justificativas.

A.2.1 Verificação dos pressupostos do modelo

A.2.1.1 Linearidade

Recomenda-se que seja analisado primeiramente o comportamento gráfico da variável dependente em relação a cada variável independente, em escala original. Isto pode orientar o avaliador na transformação a adotar. Existem formas estatísticas de se buscar a transformação mais adequada, como, por exemplo, os procedimentos de Box e Cox.

As transformações utilizadas para linearizar o modelo devem, tanto quanto possível, refletir o comportamento do mercado, com preferência pelas transformações mais simples de variáveis, que resultem em modelo satisfatório.

Após as transformações realizadas, se houver, examina-se a linearidade do modelo, pela construção de gráficos dos valores observados para a variável dependente *versus* cada variável independente, com as respectivas transformações.

A.2.1.2 Normalidade

A verificação da normalidade pode ser realizada, entre outras, por uma das seguintes formas:

a) pelo exame de histograma dos resíduos amostrais padronizados, com o objetivo de verificar se sua forma guarda semelhança com a da curva normal;

8) Para justificar o valor escolhido dentro do campo de arbítrio, o engenheiro de avaliações pode utilizar um modelo auxiliar com a reintrodução de variáveis recusadas no teste da hipótese nula.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

b) pela análise do gráfico de resíduos padronizados *versus* valores ajustados, que deve apresentar pontos dispostos aleatoriamente, com a grande maioria situados no intervalo [– 2; + 2].

c) pela comparação da freqüência relativa dos resíduos amostrais padronizados nos intervalos de [– 1; + 1], [– 1,64; + 1,64] e [– 1,96; + 1,96], com as probabilidades da distribuição normal padrão nos mesmos intervalos, ou seja, 68 %, 90 % e 95 %;

d) pelo exame do gráfico dos resíduos ordenados padronizados *versus* quantis da distribuição normal padronizada, que deve se aproximar da bissetriz do primeiro quadrante;

e) pelos testes de aderência não paramétricos, como, por exemplo, o qui-quadrado, o de Kolmogorov-Smirnov ajustado por Stephens e o de Jarque-Bera.

A.2.1.3 Homocedasticidade

A verificação da homocedasticidade pode ser feita, entre outros, por meio dos seguintes processos:

a) análise gráfica dos resíduos *versus* valores ajustados, que devem apresentar pontos dispostos aleatoriamente, sem nenhum padrão definido;

b) pelos testes de Park e de White.

A.2.1.4 Verificação da autocorrelação

O exame da autocorrelação deve ser precedido pelo pré-ordenamento dos elementos amostrais, em relação aos valores ajustados e, se for o caso, às variáveis independentes possivelmente causadoras do problema.

Sua verificação pode ser feita, entre outros procedimentos, pela análise do gráfico dos resíduos cotejados com os valores ajustados, que deve apresentar pontos dispersos aleatoriamente, sem nenhum padrão definido.

A.2.1.5 Colinearidade ou multicolinearidade

A.2.1.5.1 Uma forte dependência linear entre duas ou mais variáveis independentes provoca degenerações no modelo e limita a sua utilização. As variâncias das estimativas dos parâmetros podem ser muito grandes e acarretar a aceitação da hipótese nula e a eliminação de variáveis fundamentais.

A.2.1.5.2 Para verificação da multicolinearidade deve-se, em primeiro lugar, analisar a matriz das correlações, que espelha as dependências lineares de primeira ordem entre as variáveis independentes, com atenção especial para resultados superiores a 0,80. Como também é possível ocorrer multicolinearidade, mesmo quando a matriz de correlação apresenta coeficientes de valor baixo, recomenda-se, também, verificar o correlacionamento de cada variável com subconjuntos de outras variáveis independentes, por meio de regressões auxiliares, como pela análise de variância por partes.

A.2.1.5.3 Para tratar dados na presença de multicolinearidade, é recomendável que sejam tomadas medidas corretivas, como a ampliação da amostra ou adoção de técnicas estatísticas mais avançadas, a exemplo do uso de regressão de componentes principais.

A.2.1.5.4 Nos casos em que o imóvel avaliando segue os padrões estruturais do modelo, a existência de multicolinearidade pode ser negligenciada.

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

A.2.1.6 Pontos influenciantes ou "*outliers*"

A existência desses pontos atípicos pode ser verificada pelo gráfico dos resíduos *versus* cada variável independente, como também em relação aos valores ajustados, ou usando técnicas estatísticas mais avançadas, como a estatística de Cook ou a distância de Mahalanobis para detectar pontos influenciantes.

A.3 Testes de significância

A.3.1 O nível de significância máximo admitido nos demais testes estatísticos (aqueles não citados na Tabela 1) não deve ser superior a 10 %.

A.3.2 A significância de subconjuntos de parâmetros, quando pertinente, pode ser testada pela análise da variância por partes.

A.3.3 Os níveis de significância utilizados nos testes citados em A.3 serão compatíveis com a especificação da avaliação.

A.4 Poder de explicação

Em uma mesma amostra, a explicação do modelo pode ser aferida pelo seu coeficiente de determinação. Devido ao fato de que este coeficiente sempre cresce com o aumento do número de variáveis independentes e não leva em conta o número de graus de liberdade perdidos a cada parâmetro estimado, deve-se considerar o coeficiente de determinação ajustado.

A.5 Variáveis dicotômicas

Toda variável que possa assumir apenas dois valores deve ser tratada como variável dicotômica, vedada a extrapolação ou interpolação nessa situação.

É usual a variável dicotômica assumir os valores 0 e 1.

A.6 Códigos alocados

Os critérios da construção dos códigos alocados devem ser explicitados, com a descrição necessária e suficiente de cada código adotado, de forma a permitir o claro enquadramento dos dados de mercado e do imóvel avaliando e assegurar que todos os elementos de mesma característica estejam agrupados no mesmo item da escala.

A escala será composta por números naturais consecutivos em ordem crescente (1, 2, 3...), em função da importância das características possíveis na formação do valor, com valor inicial igual a 1. Não é necessário que a amostra contenha dados de mercado em cada uma das posições da escala construída.

Recomenda-se a utilização prévia da análise de agrupamento de dados para a construção dos códigos alocados.

É vedada a extrapolação de variáveis expressas por códigos alocados.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

A.7 Códigos ajustados

Admite-se que os códigos sejam extraídos da amostra por meio de modelo de regressão com a utilização de variáveis dicotômicas, desde que haja pelo menos três dados por característica.

É vedada a extrapolação ou a interpolação de variáveis expressas por códigos ajustados.

A.8 Diferentes agrupamentos

No caso de utilização no mesmo modelo de regressão de diferentes agrupamentos (tipologia, mercados, localização, usos etc.), recomenda-se verificar a independência entre os agrupamentos, entre as variáveis utilizadas e possíveis interações entre elas.

A.9 Apresentação do modelo

A variável dependente no modelo de regressão deve ser apresentada no laudo na forma não transformada.

A.10 Avaliação intervalar

A.10.1 A avaliação intervalar, prevista em 7.7.1 b) da ABNT NBR 14653-1:2001, tem como objetivo estabelecer, quando solicitado pelo contratante, um intervalo de valores admissíveis em torno da estimativa de tendência central ou do valor arbitrado.

A.10.1.1 Quando for adotada a estimativa de tendência central, o intervalo de valores admissíveis deve estar limitado simultaneamente (ver Figura A.1):

a) ao intervalo de predição ou ao intervalo de confiança de 80 % para a estimativa de tendência central [9];

b) ao campo de arbítrio.

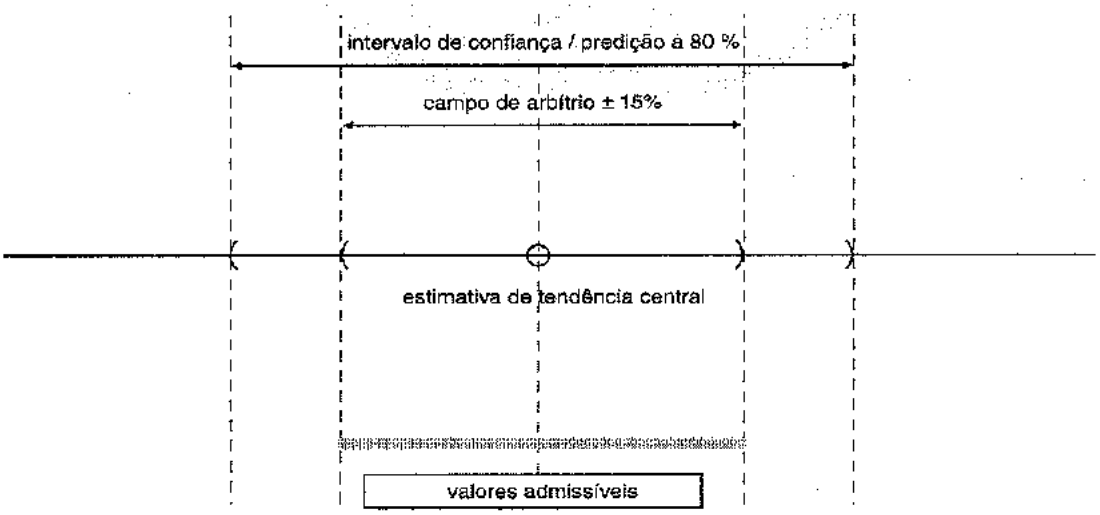


Figura A.1 – Valores admissíveis quando for adotada a estimativa de tendência central

9) O intervalo de confiança será utilizado se o objetivo for estimar o valor de mercado. Se o objetivo for estimar preços, utiliza-se o intervalo de predição.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

A.10.1.2 Quando for adotado o valor arbitrado, o intervalo de valores admissíveis deve estar limitado simultaneamente (ver Figura A.2):

a) ao intervalo em torno do valor arbitrado com amplitude igual à do intervalo de predição ou ao intervalo de confiança [10] de 80% para a estimativa de tendência central;

b) ao campo de arbítrio em torno da estimativa de tendência central.

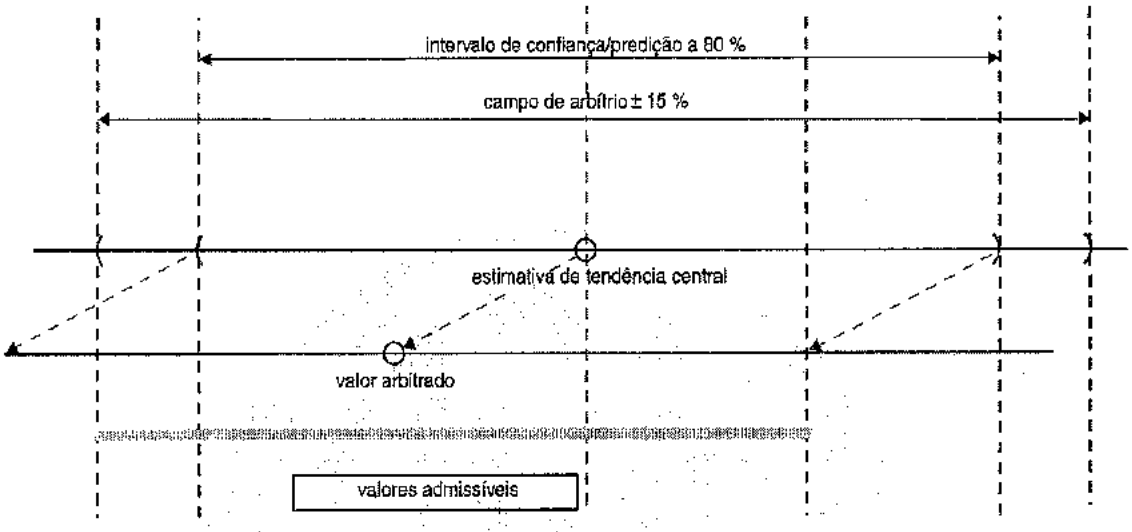


Figura A.2 – Valores admissíveis quando for adotado o valor arbitrado

A.10.2 No caso de utilização do valor arbitrado, este fato deve ser citado e não será calculada a probabilidade associada ao intervalo.

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

10) O intervalo de confiança será utilizado se o objetivo for estimar o valor de mercado. Se o objetivo for estimar preços, utiliza-se o intervalo de predição.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Anexo B
(normativo)

Procedimentos para a utilização de tratamento por fatores

B.1 Introdução

Neste tratamento de dados, aplicável ao Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, é admitida *a priori* a validade da existência de relações fixas entre os atributos específicos e os respectivos preços.

Devem ser utilizados fatores de homogeneização calculados conforme 8.2.1.4.2, por metodologia científica, que reflitam, em termos relativos, o comportamento do mercado com determinada abrangência espacial e temporal.

Os fatores de homogeneização não podem ser utilizados fora do campo de aplicação para o qual foram calculados, em relação às características quantitativas e qualitativas do imóvel, tipologia, região e validade temporal do estudo que gerou os fatores.

B.2 Recomendações quanto à amostra

Recomenda-se que, no tratamento por fatores, a amostra seja composta por dados de mercado com características físicas, socioeconômicas e de localização as mais semelhantes possíveis entre si e em relação ao imóvel avaliando, de forma a exigir apenas pequenos ajustes na homogeneização.

B.2.1 Assim, é recomendável que sejam utilizados dados de mercado:

a) com atributos mais semelhantes possíveis aos do imóvel avaliando e do imóvel paradigma;

b) que sejam contemporâneos. Nos casos de exame de dados não contemporâneos, é desaconselhável a atualização de preço do mercado imobiliário através de índice econômico, quando não houver paridade entre eles, devendo, neste caso, o preço ser atualizado mediante consulta direta à fonte. Quando a atualização na forma mencionada for impraticável, só será admitida a correção dos dados por índices resultantes de pesquisa no mercado.

B.2.2 Para a utilização deste tratamento, considera-se como dado de mercado com atributos semelhantes aqueles em que cada um dos fatores de homogeneização, calculados em relação ao avaliando ou ao paradigma, estejam contidos entre 0,50 e 2,00.

B.3 Saneamento da amostra

Após a homogeneização, devem ser utilizados critérios estatísticos consagrados de eliminação de dados discrepantes, para o saneamento da amostra. Os dados discrepantes devem ser retirados um a um, com início pelo que esteja mais distante da média. Admite-se a reintrodução de dados anteriormente retirados no processo.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

B.4 Erros de especificação

O engenheiro de avaliações deve se empenhar para que as variáveis importantes estejam incorporadas e as variáveis irrelevantes não estejam presente no modelo.

B.5 Fatores de homogeneização

Os fatores de homogeneização devem apresentar, para cada tipologia, os seus critérios de apuração e respectivos campos de aplicação, bem como a abrangência regional e temporal.

B.5.1 Os fatores de homogeneização não podem ser utilizados fora de sua tipologia, campo de aplicação e abrangências regional e temporal.

B.5.2 A fonte dos fatores utilizados na homogeneização deve ser explicitada no trabalho avaliatório.

B.6 Efeito de heterogeneização

Para a utilização deste tratamento é recomendável que seja evitado o uso de fatores que, aplicados isoladamente em relação ao avaliando ou ao paradigma, heterogeneizem os valores originais. Essa recomendação só é válida com a confirmação do efeito de heterogeneização, após a aplicação conjunta dos fatores.

B.7 Avaliação intervalar

Utilizar os mesmos critérios de A.10.

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Anexo C
(informativo)

Recomendações para tratamento de dados por regressão espacial

C.1 Introdução

C.1.1 A regressão espacial é a técnica utilizada quando se deseja explicar a variabilidade observada em uma determinada variável dependente em relação às variáveis independentes, levando-se em conta a posição geográfica de cada uma das observações e as suas influências sobre os vizinhos.

C.1.2 Esta técnica é recomendada quando for constatada a existência de autocorrelação espacial entre os dados observados. O procedimento tem se mostrado especialmente útil em avaliações em massa, plantas de valores genéricos, estudos de velocidades de vendas e de demandas habitacionais, entre outros.

C.2 Pressupostos básicos

C.2.1 Devem ser observados todos os pressupostos da regressão linear clássica, expostos no Anexo A.

C.2.2 Caso seja verificada a existência de autocorrelação espacial, proveniente de interação ou dependência espacial entre os dados, recomenda-se incorporar os efeitos de dependência espacial ao modelo clássico de regressão, com o objetivo de assegurar as estimativas características de não tendenciosidade, eficiência e consistência.

C.3 Recomendações

C.3.1 Diagnóstico da autocorrelação espacial

O exame da autocorrelação espacial deve ser precedido do georreferenciamento dos elementos amostrais e da espacialização dos resíduos do modelo. Sua verificação pode ser feita:

a) pela análise do gráfico espacial dos resíduos, que deve apresentar pontos com sinais dispersos aleatoriamente, sem nenhum padrão definido em termos de *clusters* ou agrupamentos;

b) pela análise do semivariograma, que é um gráfico da semivariância $\gamma(h)$ *versus* h,

onde

$\gamma(h) = (1/2n)\ \Sigma\{z(x_i) - z(x_i + h)\}^2$, sendo n o número de pares de pontos amostrais, com atributos z, separados por uma distância h. Geralmente são ajustados modelos teóricos a estes pontos: modelo esférico, exponencial, linear ou gaussiano;

c) pela aplicação dos testes de *Moran* I, LM (erro) ou LM (defasagem), pela definição prévia de uma matriz de pesos espaciais, conhecida como W, como, por exemplo, de contiguidade ou de distância.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

C.3.2 Incorporação de efeitos de dependência espacial

C.3.2.1 Quando os efeitos de dependência espacial forem inferidos pelo semivariograma, podem ser empregados métodos para determinar os pesos necessários a uma interpolação local, como, por exemplo, o método da Krigagem [11].

C.3.2.2 Quando os efeitos de dependência espacial forem inferidos por testes estatísticos, recomenda-se introduzir extensões convenientes no modelo clássico de regressão, considerando-se os efeitos de autocorrelação espacial nos erros, através do Modelo de Erro Espacial, ou os efeitos ocasionados pelas interações entre os preços, pelo Modelo de Defasagem Espacial.

A escolha do modelo a adotar – Modelo de Erro Espacial ou Modelo de Defasagem Espacial, pode ser feita com a utilização dos critérios de informação de Akaike (AIC) e de Schwartz (SC) [12].

NOTA As recomendações bibliográficas para tratamento de dados por regressão espacial constam na Bibliografia, de [39] a [43].

11) Detalhes sobre esta metodologia podem ser encontrados em Matheron, G. (1965): *Les Variables Regionalisées et Leur Estimation*, Masson, Paris. Uma aplicação pode ser encontrada em Dantas et al. "Avaliação de Cidades por Inferência Espacial" , *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias*, Fortaleza – CE.

12) Detalhes sobre estes testes e aplicações desta metodologia podem ser encontrados em Dantas, *et al.* (2003) "Modelos Espaciais Aplicados ao Mercado de Apartamentos de Recife," *Anais do XII Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias*, Belo Horizonte – MG.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Anexo D
(infomativo)

Recomendações para a utilização de análise envoltória de dados (envoltória sob dupla ótica) (EDO/DEA)

D.1 Introdução

D.1.1 A análise envoltória de dados é uma técnica consagrada para a avaliação de produtividade e eficiência, que se baseia em modelagem econométrica para a estimação de uma função de produção formada pelas unidades analisadas mais eficientes (unidades *benchmarking*).

D.1.1.1 A partir dos dados coletados, define-se o espaço viável de produção, delimitado pela envoltória representativa dos melhores resultados, orientada segundo a minimização dos insumos ou a maximização dos produtos. A eficiência de cada uma das unidades observadas é determinada pela distância normalizada à envoltória, através da solução de problemas de programação linear (PPL).

D.1.1.2 A análise envoltória de dados sob dupla ótica (EDO-DEA) explica as variações observadas em uma ou mais variáveis de interesse (variáveis dependentes), utilizando outras variáveis explicativas do fenômeno (variáveis independentes).

D.1.1.3 No caso de utilização da técnica para avaliações imobiliárias, na ótica do vendedor, os insumos são representados pelas características relevantes do imóvel e o produto, pelo seu preço. Na ótica do comprador, o insumo é o preço do imóvel e os produtos, suas características relevantes. Através dos PPL, são definidos os hiperplanos convexos que correspondem à envoltória da ótica do vendedor, onde ocorrem os maiores preços, e os que correspondem à envoltória da ótica do comprador, onde ocorrem os menores preços.

D.1.2 O emprego da análise envoltória de dados sob dupla ótica (EDO-DEA) é especialmente útil para a realização de avaliações quando o tamanho da amostra de dados de mercado aproxima-se da própria população de eventos, para determinado tipo de imóvel, localização e período de tempo.

O procedimento também é útil nos casos de análise de viabilidade e eficiência de empreendimentos, velocidade de vendas, análise de custos de construção de empreendimentos, avaliação em massa, entre outros.

D.2 Pressupostos básicos

D.2.1 As variáveis independentes devem ter correlação positiva com a variável dependente. Caso isso não ocorra, devem ser realizadas transformações das variáveis independentes, de forma a alcançar esse pressuposto básico.

D.2.2 O número máximo de variáveis independentes (k) efetivamente utilizadas no modelo deve obedecer ao seguinte critério:

$$k < n / 3$$

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

D.3 Recomendações

D.3.1 No caso de utilização de EDO/DEA em amostra com tamanho muito inferior ao da população, recomenda-se verificar se a estimativa pontual encontra-se dentro do intervalo de confiança a 80 % calculado com o uso de modelo de regressão linear.

D.3.2 Recomenda-se que, no caso de utilização de variáveis expressas por dicotomias ou códigos alocados, haja pelo menos três dados para a mesma característica de cada variável.

D.3.3 A importância de cada uma das variáveis pode ser identificada pelo exame dos respectivos pesos, calculados pelo problema de programação linear (PPL) segundo o modelo dos multiplicadores, em cada ótica.

D.3.4 Possíveis dados de mercado atípicos devem ser investigados e sua retirada do modelo fica condicionada à apresentação de justificativas. Deve-se garantir que um dado atípico pode tornar uma envoltória menos aderente à massa de dados. Nesse sentido, recomenda-se que pelo menos 20 % dos dados de mercado pertençam a cada uma das envoltórias.

D.3.5 Uma forte dependência linear entre duas variáveis independentes pode provocar degenerações no modelo EDO/DEA e limita a sua utilização.

D.3.6 Para verificação da colinearidade, recomenda-se a análise da matriz de correlações, que espelha as dependências lineares de primeira ordem entre as variáveis independentes, com atenção especial para resultados superiores a 0,80.

Para tratar dados na presença de colinearidade, é recomendável que sejam tomadas medidas corretivas, como a ampliação da amostra, a eliminação da variável redundante ou o uso de componentes principais.

D.4 Estimativa pontual

D.4.1 A técnica do EDO/DEA determina as distâncias às envoltórias do comprador e do vendedor, para cada dado observado. A partir dessas distâncias, estima-se o valor da variável dependente (estimativa pontual).

D.4.2 A estimativa pontual do valor do imóvel, que corresponde ao resultado da avaliação, é calculada com a utilização da curva de tendência central (CTC/EDO), pela minimização dos erros, conforme a seguinte expressão:

$$\hat{y} = z\left(y_v - y_c\right) + y_c$$

onde

$$z = \frac{\sum y_{obs} - \sum h_c y_{obs}}{\sum \left(\frac{1}{h_v} - h_c\right) y_{obs}}$$

z é a constante resultante da minimização dos erros;

$\hat{y}$ é a estimativa pontual do valor do imóvel;

y_{obs} é o preço observado do dado de mercado j;

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

y_V é o valor do imóvel projetado na envoltória do vendedor para o dado de mercado j;

y_C é o valor do imóvel projetado na envoltória do comprador para o dado de mercado j;

h_C é a distância normalizada do dado de mercado j à envoltória do comprador;

h_V é a distância normalizada do dado de mercado j à envoltória do vendedor.

NOTA As recomendações bibliográficas para a utilização de análise envoltória de dados (envoltória sob dupla ótica) (EDO/DEA) constam na Bibliografia, de [44] a [53].

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Anexo E
(infomativo)

Recomendações para tratamento de dados por redes neurais artificiais

E.1 Introdução

E.1.1 As redes neurais artificiais (RNA) são modelos matemáticos assemelhados às estruturas neurais biológicas e que podem, entre outras finalidades, ser utilizadas para o aprendizado e posterior generalização. As RNA do tipo multicamadas permitem obter respostas com modelos lineares e não lineares e melhorar o seu desempenho gradativamente, na medida em que interagem com o meio externo, quando se deseja estudar o comportamento de uma ou mais variáveis independentes em relação à outra variável dependente.

E.1.2 Nos modelos construídos com base nas RNA para representar o mercado, a variável dependente é expressa em função das variáveis independentes, nas escalas originais ou normalizadas, e das respectivas estimativas dos parâmetros populacionais, acrescidas de erro aleatório.

E.1.3 Com base em uma amostra extraída do mercado, os parâmetros populacionais são estimados por aprendizado e posterior generalização. As RNA são compostas por camadas de neurônios interconectados. Uma rede composta de um neurônio na camada de saída e de uma única camada intermediária é, em geral, suficiente para modelar o mercado imobiliário e gera, numa única saída, uma função não linear do tipo:

$$y(k) = f_s\left\{\sum_{i=1}^{m} w_i f_i\left(\sum_{j=1}^{n} w_{ij} x_j + b_i\right) + b_s\right\}$$

onde

y (k) é o valor estimado para o imóvel avaliando k;

b_s é o termo de polarização do neurônio da camada de saída (bias);

b_i é o termo de polarização do neurônio da camada intermediária (bias);

w_i representa os pesos da saída de cada neurônio da camada intermediária;

w_{ij} representa os pesos da entrada j, conectado na saída do *i*-ésimo neurônio da camada intermediária;

x_j representa os valores das variáveis independentes para o imóvel avaliando;

f_s é a função de ativação da camada de saída;

f_i é a função de ativação da camada intermediária;

n é o número de entradas (variáveis independentes);

m é o número de neurônios da camada intermediária.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

E.2 Recomendações

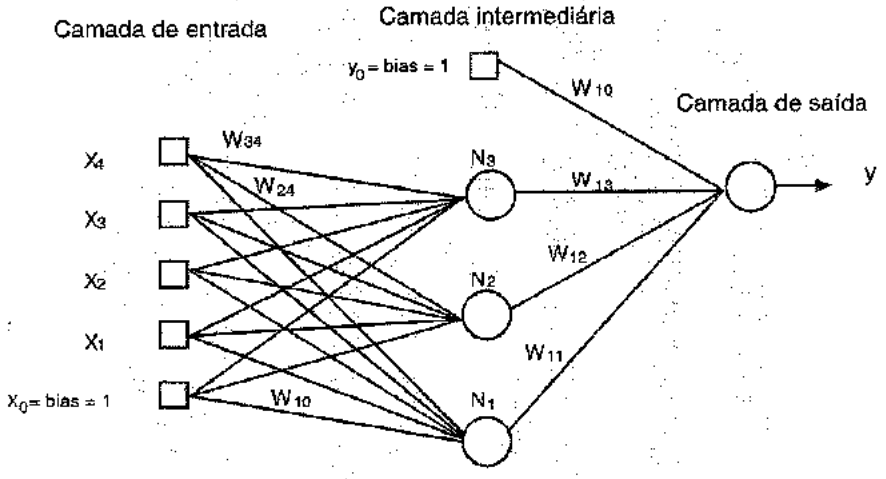
E.2.1 É necessário determinar, utilizando algoritmos de poda ou construtivos, a tipologia adequada da rede, o número de neurônios, o número de camadas e o tipo de função de ativação.

E.2.2 Recomenda-se observar, para as RNA, as prescrições contidas em A.2.1, A.6, A.7 e A.8.

E.2.3 Para cada treinamento da RNA encontram-se, em geral, resultados distintos. Recomenda-se a utilização de algoritmos para minimizar a variância na saída da rede, tais como o algoritmo de "*bagging*" ou o algoritmo multiobjetivo.

E.3 Apresentação do modelo

O modelo de RNA pode ser apresentado no laudo na forma e estrutura exemplificadas na Figura E.1, com indicação das funções de ativação utilizadas durante o processo de treinamento.



Legenda

w_1 (pesos da entrada para a camada intermediária) (n x m – n entradas por m neurônios)

w_{10}	w_{20}	w_{30}	w_{m0}
w_{11}	w_{21}	w_{31}	w_{m1}
w_{1n}	w_{2n}	w_{3n}	w_{mn}

w_2 (pesos da camada intermediária para a camada de saída)

w_{10}	w_{11}	w_{12}	w_{13}	w_{1n}

Figura E.1 – Modelo de RNA com indicação das funções de ativação utilizadas durante o processo de treinamento

NOTA As recomendações bibliográficas para a utilização de redes neurais artificiais constam na Bibliografia, de [54] a [90].

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Bibliografia

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.555.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Aspectos gerais

[1] Appraisal Institute – "The Appraisal of Real Estate", Appraisal Institute, 1996.

[2] Bain, Joe S. – "Industrial Organization" (1968). "Industrial Organization", John Wiley and Sons, 1968.

[3] Berrini, L.C. – "Avaliação de Imóveis", Livraria Freitas Bastos, 1957.

[4] Castro, C. Moura – "A Prática da Pesquisa", Mc Graw-Hill, 1977.

[5] Champness, P. (TEGOVA) – "Normas Europeas Aprobadas sobre Tasación de Bienes Inmuebles", CSCAE/ATASA, 1998.

[6] Damodaran, A. – "Avaliação de Investimentos – Ferramentas para Avaliar qualquer Ativo" – Qualitymark Editora, 1997.

[7] Dantas, Rubens A. – "Engenharia de Avaliações - Uma Introdução à Metodologia Científica", Pini, 1998.

[8] Gujarati, D. – "Econometria Básica" – Makron Books, 2000.

[9] Henderson e Quandt – "Teoria Microeconômica - Uma abordagem matemática", McGrawHill, 1994.

[10] Horngren, C. T., G. Foster, e S. M. Datar – "Cost Accounting: a Managerial Emphasis", Prentice Hall, 1999.

[11] IBAPE, Diversos, "Engenharia de Avaliações", Editora PINI, São Paulo, 1974.

[12] IBAPE, Diversos, "Avaliação para Garantias", Editora PINI, São Paulo, 1983.

[13] IBAPE-SP – "Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos - 2005", IBAPE-SP, 2005.

[14] IBAPE-SP – "Glossário de Terminologia Básica Aplicável à Engenharia de Avaliações e Perícias do IBAPE-SP", IBAPE-SP, São Paulo, 2002.

[15] IBAPE-SP – "Glossário de Terminologia Básica Aplicável à Engenharia de Avaliações e Perícias do IBAPE-SP", IBAPE-SP, São Paulo, 2002.

[16] IBAPE-SP, Diversos, "Engenharia de Avaliações", Editora PINI, São Paulo, 2007.

[17] International Valuation Standards Committee – "International Valuation Standards 2002", IVSC, 2002.

[18] Johnston, J. – "Métodos Econométricos", Atlas, 1974.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

[19] Kmenta, J. – "Elementos de Econometria" – Atlas, 1978.

[20] Law, A., Kelton, W.D. – "Simulation Modeling and Analysis", McGrawHill, 1991.

[21] Maddala, G.S. – "Econometrics", McGraw-Hill, 1977.

[22] Netter, J. e Wasserman, W. – "Applied Linear Statistical Models" – Richard D. Irwin, 1974.

[23] Richardson, H.W., "Economia Urbana", Interciência, 1978.

[24] Ross, Stephen A., Westerfield, R. e Jaffe, J.F. , Westerfield, R. e Jaffe, J.F. – "Administração Financeira: Corporate Finance", Atlas, 1995.

[25] Simonsen, M.H. – Teoria Microeconômica, FGV, 1979.

[26] Smith, H., Tschappat, C. e Racster, R. – "Real Estate and Urban Development", Irwin, 1977.

[27] Van Horne, J.C. – "Financial Management and Policy", Prentice Hall, 1998.

[28] Wonnacott, R. e Wonnacott, T., "Fundamentos de Estatística. ", Livros Técnicos e Científicos Editora, 1985.

Normas da ABNT

[29] ABNT NBR 13752, Perícias de engenharia na construção civil;

[30] ABNT NBR 14653-3, Avaliação de bens – Parte 3: Imóveis rurais;

[31] ABNT NBR 14653-5, Avaliação de bens – Parte 5: Máquinas e equipamentos;

[32] ABNT NBR 14653-6, Avaliação de bens – Parte 6: Recursos naturais e ambientais;

[33] ABNT NBR 14653-7, Avaliação de bens – Parte 7: Patrimônios históricos e artísticos.

Legislação federal para a avaliação de aluguéis

[34] Lei nº 10.406, de 10/01/2002 – Institui o Código Civil (especialmente o Capítulo V, artigos 565 a 578 – Da locação de coisas).

[35] Lei nº 8.178 de 01/03/1991 – Estabelece regras sobre preços e salários, e dá outras providências.

[36] Lei nº 8.245, de 18/10/1991 – Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

[37] Lei nº 8.880, de 27/05/1994 – Dispõe sobre o programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, instituiu a Unidade Real de Valor (URV).

[38] Lei nº 9.069, de 29/06/1995 – Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Regressão espacial (Anexo C)

[39] Anselin, L. e. A. Bera – "Spatial dependence in linear regression models with an introduction to spatial econometrics". In A. Ullah and D. Giles (Eds.), "Handbook of Applied Economic Statistics", Marcel Dekker, New York, 1998.

[40] Anselin, L. – "Exploratory spatial data analysis in a geocomputational environment". In P. Longley, S. Brooks, B. Macmillan and R. McDonnell (Eds.), "Geocomputation, a Primer", Wiley, New York, 1998.

[41] Dantas, R. et al. – "Modelos Espaciais Aplicados ao Mercado de Apartamentos de Recife", Anais do XII Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, Belo Horizonte, 2003.

[42] Dantas, R. at al – "Avaliação de Cidades por Inferência Espacial", Anais do XIII Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, Fortaleza, 2006.

[43] Matheron, G. – "Les Variables Regionalisées et Leur Estimation", Masson, Paris, 1965.

Análise envoltória de dados (Anexo D)

[44] Banker, R.D.; Charnes, A.; Cooper, W.W. – "Some Models for Estimating Technical Scale Inefficiencies in Data Envelopment Analysis", Management Science, v. 30, n. 9, p. 1078-1092, 1984.

[45] Charnes, A.; Cooper, W.W.; Rhodes E. – "Measuring the efficiency of decision-making units", European Journal of Operational Research, v. 2, p. 429-444, 1978.

[46] Debreu, G. – "The Coefficient of Resource Utilization", Econometrica, nº 3, p. 273-292, 1951.

[47] Debreu, G. – "Theory of Value: An Axiomatic Analysis of Economic Equilibrium", Cowles Foundation for Research in Economics of Yale University, p. 28-79, New York, 1959.

[48] Lins M.P.E., Calôba, G.M. – "Programação Linear com Aplicações na Teoria de Jogos e Avaliação de Desempenho", Editora Interciência, Rio de Janeiro, 2006.

[49] Lins M.P.E., Novaes L.F.L., Legey L.F. – "Real State Appraisal: A Double Perspective Data Envelopment Analysis Approach", Springer Science + Business Media, 2005.

[50] Lins, M P.E., Meza, L.A. – "Análise Envoltória de Dados e Perspectivas de Integração ao Ambiente de Apoio à Decisão", Ed. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

[51] Novaes, L.F.L. – "Método da Envoltória sob Dupla Ótica aplicado na Avaliação Imobiliária em Ambiente SIG", tese de doutorado, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

[52] Novaes, L.F.L.; Lins, M.E.; Paiva, S.A.; Pinheiro Jr., L. F. – "Avaliação Imobiliária pelo Método da Envoltória sob Dupla Óptica", 3º Simpósio Brasileiro de Engenharia de Avaliações, Curitiba, 2002.

[53] Novaes, L.F.L.; Paiva, S.A. – "Curva de Tendência Central da Envoltória sob Dupla Ótica (CTC-EDO) definida pela Minimização do Somatório dos Resíduos", 1º Congresso da SOBREA, Brasília, 2007.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Redes neurais (Anexo E)

[54] Bishop, C.M. – "Neural Networks for Pattern Recognition", Oxford University Press Inc., New York, 1995.

[55] Braga, A. P. (Org.) – "IJCNN Tutorials Track on Learning Algorithms and Architectures", v. 1, 1ª. ed., INNS, Washington, 1999.

[56] Braga, A. P. (Org.); Ludermir, T. B. (Org.) – "Proceedings of the Vth Brazilian Symposium on Neural Networks", 1ª ed., IEEE Computer Society Press, 1998.

[57] Braga, A.P. (Org.) – "Anais do V Simpósio Brasileiro de Redes Neurais (Volume 2)", 1ª ed., Belo Horizonte, 1998.

[58] Braga, A.P.; Carvalho; A.P.L.F.; Ludemir, T.B. – "Redes Neurais Artificiais: Teoria e Aplicações", LTC, Rio de Janeiro, 2000.

[59] Braga, A.P.; Carvalho, A.P.L.F.; Ludemir, T.B. – "Sistemas Inteligentes – Fundamentos e Aplicações", RECOPE-IA, Rede Cooperativa de Pesquisa em Inteligência Artificial, p. 141 a 168, Editora Manole, São Paulo, 2003.

[60] Breiman, L. – "Bagging Predictors", Technical Report nº 421, 1994.

[61] Costa, M.A.; Braga, A.P.; Menezes, B.R. – "Improving Neural Networks Generalization with New Constructive and Pruning Methods", Journal of Intelligent and Fuzzy Systems, v. 13, n. 2-4, p. 75-83, Holanda, 2003.

[62] Costa, M.A.; Braga, A. P.; Menezes, B. R. – "Improving Genetalization of MLP with Sliding Mode Control and the Levenberg-Marquadt Algorithm", Neurocomputing, Amsterdam, 2006.

[63] Cun, Y. Le; Denker, J.S; Solla, S.A. – "Optimal Brain Damage: Advances in Neural Information Processing Systems", vol.2, Morgan Kaufmann, p. 598-605, San Mateo, 1989.

[64] Enders W. (1995). "Applied Econometric Time Series", John Wiley & Sons, New York, 1995.

[65] Fahlman, S.E.; Libiere, C. – "Advances in Neural Information Processing Systems", v. 2, D. S. Touretzsky Ed., Morgan Kaufmann, San Mateo, 1990.

[66] Guedes, J. C. – "Aplicação de Redes Neurais na Avaliação de Bens – Uma Comparação com a Análise de Regressão", Anais do II Simpósio Brasileiro de Engenharia de Avaliações (AVALIAR), São Paulo, 2000.

[67] Guedes, J. C. – "O Emprego de Inteligência Artificial na Avaliação de Bens", Anais do VIII Congresso de Avaliações e Perícias (COBREAP), Florianópolis, 1995.

[68] Gujarati, D. N. – "Econometria Básica", 4ª Ed., Editora Campus, São Paulo, 2006.

[69] Hagan, M.T., Menhaj, M.B. – "Training Feedforward Networks with the Marquardt Algorithm", IEEE Transactions on Neural Networks, v. 5, n. 6, 1994.

[70] Hassibi, B., Stork, D. G. – "Advances in Neural Information Processing Systems", 5ª ed., Morgan Kaufmann, San Mateo, 1993.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

[71] Haykin, S., "Neural Networks, a Comprehensive Foundation", Prentice Hall, Upper Saddle River, New Jersey, 1999.

[72] Haykin, S., "Redes Neurais: Princípios e Prática", 2ª ed., Bookman, Porto Alegre, 2001.

[73] Jacobs, R.A.; Jordan, M.I.; Nowlan, S.J.; Hinton, G.E. – "Adaptive Mixture of Local Experts, Neural Computation", MIT Press, v. 3, nº 1, p. 79-87, 1991.

[74] Khotanzad, A.; Elragal, H.; Lu, T.L. – "Combination of Artificial Neural Network Forecasters for Prediction of Natural Gas Consumption", IEEE Transactions on Neural Networks, v. 11, nº 2, p. 464-473, 2000.

[75] Kohonen, T. – "Self-Organization and Associative Memory", 3ª ed., Springer-Verlag, Berlin, 1989.

[76] Kovács, Z.L. – "Redes Neurais Artificiais: Fundamentos e Aplicações", 3ª ed., Livraria da Física, São Paulo, 2002.

[77] Makridakis, S.; Wheelwright, S.; Hyndman, R.J. – "Forecasting Methods and Applications", 3ª ed., John Wiley & Sons, New York, 1998.

[78] Melo, Brício – "Redes Neurais Eficientes, Mínimos Quadrados Eficazes", 3º Simpósio Brasileiro de Engenharia de Avaliações, Curitiba, 2002.

[79] Melo, Brício – "Previsão de Séries Temporais usando Modelos da Composição de Especialistas Locais", tese de mestrado, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, 2003.

[80] Mitchell, T.M. – "Machine Learning", McGraw-Hill, Singapore, 1997.

[81] Nascimento Júnior; C.L.; Yoneyama, T. – "Inteligência Artificial em Controle e Automação", Editora Edgard Blücher, São Paulo, 2000.

[82] Parma, G.G.; Menezes, B.R.; Braga, A.P.; Costa, M. A. – "Sliding Mode Neural Network Control of an Induction Motor Drive", International Journal of Adaptative Control and Signal Processing, v 17, p. 501-508, 2003.

[83] Pelli Neto, A.; Braga, A. P. – "Redes Neurais Artificiais aplicadas às Avaliações em Massa: Estudo de Caso para a Cidade de Belo Horizonte/MG", dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

[84] Pelli Neto, A.; Zárate, L. E. – "Avaliação de Imóveis Urbanos com Utilização de Redes Neurais Artificiais", Anais do XII Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, COBREAP, Belo Horizonte, 2003.

[85] Pelli Neto, A. – "Avaliação de Imóveis Urbanos com Utilização de Sistemas Nebulosos (Redes Neuro-Fuzzy) e Redes Neurais Artificiais", Congreso Panamericano de Valuácion, Cartagena, 2004.

[86] Pelli Neto, A.; Zárate, L.E. – "Valuation of Urban Real Estate through Artificial Neural Networks", Artificial Intelligence and Applications, September 8 -10, v. 403-169, p. 523-528, Benalmádema, 2003.

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

[87] Pelli Neto, A.; Braga, A.P. – "Redes Neurais Artificiais: Aplicação e Comparação dos Resultados com Regressão Linear na Avaliação de Imóveis Urbanos", V Concurso Internacional de Avaluácion y Catastro, SOITAVE, Caracas, 2005.

[88] Pelli Neto, A.; Morais, G, R. – "RNA sob dupla ótica – Modelando a Análise Envoltória de Dados (EDO-DEA) para Aplicação nas Avaliações de Imóveis Urbanos", Anais do XII Congresso Brasileiro de Avaliações e Perícias, Fortaleza, 2006.

[89] Pindyck R.S.; Rubinfeld, D.L. – "Econometric Models and Economic Forecasts", 4ª ed., McGraw-Hill, New York, 1998.

[90] Weigend A.S.; Gershenfeld, N.A. – "Time Series Prediction: Forecasting the Future and Understanding the Past", Addison Wesley, Reading, 1994.

Exemplar para uso exclusivo - ASSOCIAÇAO DE POUPANÇA E EMPRESTIMO - POUPEX - 00.655.522/0001-21 (Pedido 285531 Impresso: 30/03/2011)

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
Igor Leite Linhares - Advogado
Data e hora da assinatura: 20/07/2021 17:48:21
Identificador: 4058401.9436300
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21072017422936300000009464944

© ABNT 2011 - Todos os direitos reservados

Licença de uso exclusivo para Furnas Centrais Elétricas S.A.
Cópia impressa pelo sistema CENWEB em 21/02/2006

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

Sede:
Rio de Janeiro
Av. Treze de Maio, 13 - 28º andar
CEP 20003-900 - Caixa Postal 1680
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: PABX (21) 3974-2300
Fax: (21) 2240-8249/2220-6436
Endereço eletrônico:
www.abnt.org.br

Copyright © 2002,
ABNT–Associação Brasileira de Normas Técnicas
Printed in Brazil/
Impresso no Brasil
Todos os direitos reservados

DEZ 2002 | **NBR 14653-4**

Avaliação de bens
Parte 4: Empreendimentos

Origem: Projeto 02:134.02-001/4:2002
ABNT/CB-02 - Comitê Brasileiro de Construção Civil
CE-02:134.02 - Comissão de Estudo de Avaliação na Construção Civil
NBR 14653-4 - Assets appraisal - Part 4: Business
Descriptor: Appraisal
Válida a partir de 30.01.2003

Palavra-chave: Avaliação | 16 páginas

Sumário

Prefácio
0 Introdução
1 Objetivo
2 Referências normativas
3 Definições
4 Símbolos e abreviaturas
5 Classificação dos empreendimentos
6 Procedimentos de excelência
7 Atividades básicas
8 Metodologia aplicável
9 Procedimentos para a utilização do método de capitalização da renda
10 Especificação das avaliações quanto à fundamentação
11 Apresentação do laudo de avaliação
ANEXO
A Referências bibliográficas

Prefácio

A ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - é o Fórum Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros).

Os Projetos de Norma Brasileira, elaborados no âmbito dos ABNT/CB e ABNT/ONS, circulam para Consulta Pública entre os associados da ABNT e demais interessados.

Esta Norma é constituída das seguintes partes, sob o título geral “Avaliação de bens”:

- Parte 1: Procedimentos gerais

- Parte 2: Imóveis urbanos

- Parte 3: Imóveis rurais, culturas agrícolas e semoventes

- Parte 4: Empreendimentos

- Parte 5: Máquinas, equipamentos, instalações e bens industriais em geral

- Parte 6: Recursos naturais e ambientais

- Parte 7: Patrimônios históricos

Esta Norma contém o anexo A, de caráter informativo.

0 Introdução

Esta é a primeira Norma da ABNT que trata da avaliação de empreendimentos. Anteriormente, o assunto foi tratado de forma limitada em algumas das normas de avaliação específicas.

Esta parte da NBR 14653 visa detalhar e complementar os procedimentos gerais estipulados na NBR 14653-1, nos aspectos que dizem respeito à avaliação de empreendimentos.

1 Objetivo

Esta parte da NBR 14653 fixa as diretrizes para a avaliação de empreendimentos quanto a:

a) classificação da sua natureza;

b) instituição de terminologia, definições, símbolos e abreviaturas;

c) descrição das atividades básicas;

d) definição da metodologia básica;

e) especificação das avaliações;

f) requisitos básicos de laudos e pareceres técnicos de avaliação.

2 Referências normativas

As Normas relacionadas a seguir contêm disposições que, ao serem citadas neste texto, constituem prescrições para esta parte da NBR 14653. As edições indicadas estavam em vigor no momento desta publicação. Como toda norma está sujeita a revisão, recomenda-se àqueles que realizam acordos com base nesta que verifiquem a conveniência de se usarem as edições mais recentes das normas citadas a seguir. A ABNT possui a informação das normas em vigor em um dado momento.

NBR 14653-1:2001 - Avaliação de bens - Parte 1: Procedimentos gerais

Decreto Federal 81.621, de 03/05/78, que aprova o Quadro Geral de Unidades de Medida.

Lei nº 6.404, de 15/12/1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ação

Lei nº 9.074, de 07/07/1975, que estabelece normas para a outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos

Lei nº 10.303, de 31/10/2001, que altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404

Lei nº 10.406, de 10/01/2002, que institui o Código Civil

Decreto nº 2.594, de 15/05/1998, que regulamenta a Lei nº 9.491, de 09/09/1997, que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização

Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, que institui o Regulamento do Imposto de Renda

3 Definições

Para os efeitos desta parte da NBR 14653, aplicam-se as definições da NBR 14653-1 e as seguintes:

3.1 alavancagem: Utilização de financiamentos com o objetivo de elevar a taxa interna de retorno do fluxo de caixa de um empreendimento.

3.2 análise de sensibilidade: Análise do efeito de variações dos parâmetros do modelo adotado, no resultado da avaliação.

3.3 benefício fiscal: Redução ou diferimento de impostos e taxas concedidos pelo poder público, com o objetivo de incentivar determinada atividade econômica.

3.4 beta: Número que indica o risco sistemático de um investimento, ou seja, a volatilidade de uma ação ou de um fundo mútuo, comparada a um índice do mercado como um todo.

3.5 beta do empreendimento: Beta estimado para um empreendimento por comparação com betas de empresas de capital aberto do setor em análise.

3.6 capital de giro: Quantia para fazer face às despesas correntes, necessária para colocar ou manter em marcha o empreendimento.

3.7 capital de terceiros: Recursos obtidos por meio de empréstimo, aplicados no empreendimento e que correspondem a rubricas ou contas do exigível, também denominado capital de empréstimo.

3.8 capital próprio: Recursos dos sócios ou quotistas aplicados no empreendimento, comprometidos com o seu desempenho e compondo seu patrimônio, também denominado capital de risco.

3.9 capitalização: Agregação de juros ao capital aplicado.

3.10 carga tributária: Impostos e taxas incidentes sobre o empreendimento.

3.11 cenário: Conjunto de premissas a respeito do comportamento de um mercado ou empreendimento.

3.12 concessão: Ato do poder público destinado a permitir a exploração comercial de serviço, de minério ou de indústria, que seja legalmente de sua atribuição.

3.13 condomínio: Forma de propriedade na qual o bem pertence a mais de um proprietário.

3.14 condomínio pró-indiviso: Caso particular de condomínio no qual não há parte privativa atribuída a nenhum dos proprietários.

3.15 curto prazo: Período de tempo reduzido, normalmente de até um ano, ou então definido explicitamente pelo engenheiro de avaliações, em função da especificidade de cada empreendimento, sem que sejam previstas alterações estruturais ou tecnológicas.

3.16 custo de manutenção: Gastos necessários para preservar as condições normais de utilização de um bem.

3.17 custo de oportunidade do capital: Maior taxa de juros auferível no mercado em outras oportunidades de investimento concorrentes, em termos de montante investido e prazo, a um dado nível de risco.

3.18 custo direto: Gastos na produção de bens ou serviços, relativos a mão de obra, matéria prima, utilidades e manutenção.

3.19 custo fixo: Custo que não depende da quantidade de bens ou serviços produzidos pelo empreendimento no curto prazo.

3.20 custo indireto: Despesas relativas a vendas, administração, financeiras e gerais na produção de bens ou serviços.

3.21 custo marginal: Custo apropriado à produção adicional de um mesmo bem ou serviço.

3.22 custo ponderado de capital: Taxa de desconto obtida por média ponderada dos custos de capital próprio e de terceiros.

3.23 custo variável: Custo que depende diretamente da quantidade de bens ou serviços produzidos pelo empreendimento.

3.24 debênture: Título emitido por uma sociedade anônima para captar recursos que oferecem remuneração prefixada, pós-fixada ou na forma de participação nos lucros da companhia emissora ou de empreendimentos. Pode ser conversível em quotas de empreendimentos ou ações de empresas.

3.25 deduções da receita bruta: Quantia relativa a devoluções, inadimplementos, impostos e contribuições incidentes sobre a receita (por exemplo: ICMS, PIS, COFINS, ISS, IPI).

3.26 desmonte: Estágio ou hipótese do empreendimento correspondente à sua desimobilização total ou parcial, pela venda do remanescente, tais como estoques, equipamentos, instalações, terrenos e benfeitorias, considerado o passivo ambiental eventualmente decorrente.

3.27 despesas gerais: Gastos que, por dificuldade de apropriação, não possam ser considerados nas demais contas relativas a custos e despesas.

3.28 empreendimento de base imobiliária: Empreendimento em imóvel destinado à exploração de comércio ou serviços.

3.29 empreendimento de base industrial: Empreendimento destinado à transformação industrial.

3.30 empreendimento de base mineral: Empreendimento destinado à extração ou beneficiamento mineral.

3.31 empreendimento de base rural: Empreendimento destinado à exploração das atividades agrícolas e pecuárias; à extração e à exploração vegetal e animal; à transformação de produtos agrícolas ou pecuários, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto *in natura*.

3.32 empreendimento imobiliário: Empreendimento em imóvel destinado ao parcelamento do solo ou construção de benfeitorias, com o objetivo de venda das unidades geradas.

3.33 estudo de viabilidade técnico-econômica: Avaliação destinada a diagnosticar a viabilidade técnico-econômica de um empreendimento, com a utilização de indicadores de viabilidade.

3.34 fluxo de caixa: Série de receitas, custos e despesas de um empreendimento ao longo de um determinado período.

3.35 fluxo de caixa projetado: Projeção de receitas, custos e despesas de um empreendimento ao longo de seu horizonte.

3.36 fluxo operacional: Organização conceitual dos processos inerentes à operação do empreendimento.

3.37 *good-will*: Diferença entre o valor econômico de um empreendimento e o seu valor patrimonial.

3.38 horizonte: Período de projeção do fluxo de caixa do empreendimento.

3.39 incerteza: Possíveis oscilações aleatórias nos resultados esperados, quantificáveis ou não por probabilidade.

3.40 investimento: Gastos referentes à aquisição de direitos, implantação, ampliação, melhorias, reposição ou substituição de bens e necessidade de capital de giro no empreendimento.

3.41 longo prazo: Período de tempo normalmente acima de cinco anos, ou então definido explicitamente pelo engenheiro de avaliações, em função da especificidade de cada empreendimento.

3.42 lucro tributável: Base de cálculo dos tributos (por exemplo, imposto de renda, contribuição social sobre o lucro) que incidem sobre o resultado antes da tributação, considerada a dedução da parcela relativa à depreciação prevista na legislação fiscal.

3.43 médio prazo: Período de tempo normalmente entre um e cinco anos, ou então definido explicitamente pelo engenheiro de avaliações, em função da especificidade de cada empreendimento.

3.44 modelo determinístico: Modelo em que se pressupõe serem os parâmetros utilizados invariáveis.

3.45 modelo probabilístico: Modelo em que são associadas distribuições de probabilidade às variáveis-chave do modelo.

3.46 período de capitalização: Prazo de referência da taxa de juros efetiva, que será utilizada para a capitalização.

3.47 período de recuperação (*pay-back*): Período no qual os resultados líquidos acumulados da operação do empreendimento equivalem ao investimento.

3.48 período de recuperação descontado: Período no qual os resultados líquidos da operação do empreendimento, descontados a uma determinada taxa, equivalem financeiramente ao investimento.

3.49 preço de liquidação forçada: Quantia auferível pelo bem, na hipótese de uma venda compulsória ou em prazo menor que o médio de absorção pelo mercado

3.50 prêmio de risco: Adicional de taxa de juros em relação à taxa livre de risco, necessária para remunerar o risco do empreendimento.

3.51 prêmio de risco de um país: Adicional de taxa de juros devido ao risco conjuntural de um país, correspondente à diferença entre a remuneração do título do Tesouro Norte-Americano de longo prazo e a de seu similar no país (por exemplo, Risco Brasil).

3.52 *project finance*: Modalidade de financiamento de projetos baseada no seu fluxo de caixa, em que os emprestadores aceitam como garantia as receitas futuras do projeto e a hipoteca da base física do empreendimento (por exemplo, terreno, benfeitorias ou instalações a serem construídas).

3.53 receita bruta: Receita proveniente de vendas e serviços.

3.54 receita líquida: Receita bruta deduzida das parcelas relativas a devoluções, inadimplementos, impostos e contribuições incidentes.

3.55 receita não-operacional: Receita dissociada da operação do empreendimento.

3.56 receita operacional: Receita associada diretamente à operação do empreendimento.

3.57 regime de caixa: Regime em que se consideram, para apurar o resultado, a receita recebida, os custos e as despesas no período efetivo em que ocorreram.

3.58 regime de competência: Regime em que se consideram, para apurar o resultado, as receitas, os custos e as despesas no período de competência respectivo, mesmo que não tenham sido efetivamente recebidos ou pagos nesse período.

3.59 renda líquida: Resultado em cada período do fluxo de caixa, conforme estrutura básica definida em 7.5.1.5.1.

3.60 resultado antes de tributação: Resultado operacional acrescido do resultado não operacional, sem considerar a incidência de tributos sobre o lucro tributável.

3.61 resultado após a tributação: Resultado antes da tributação, deduzidos os tributos sobre o lucro tributável.

3.62 resultado bruto: Receita bruta deduzida do custo direto.

3.63 resultado de operações financeiras: Diferença entre as receitas e despesas provenientes de operações financeiras.

3.64 resultado não operacional: Resultado de atividade não relacionada diretamente à operação do empreendimento.

3.65 resultado operacional: Resultado bruto deduzido do custo indireto.

3.66 risco: Parte da incerteza que pode ser quantificada por probabilidade.

3.67 risco conjuntural: Risco decorrente de mudanças nas condições macroeconômicas, políticas, culturais e sociais.

3.68 risco de implantação: Risco resultante de alterações de prazo e preço previstos durante a implantação do empreendimento.

3.69 risco de mercado financeiro: Risco resultante de mudanças no comportamento das taxas de juros e câmbio, nos preços de ações e de *commodities* e no descolamento entre taxas/preços, prazos e moedas/índices.

3.70 risco de mercado setorial: Risco resultante de variações de oferta e demanda, bem como respectivos níveis de preço de insumos e produtos do setor.

3.71 risco de operação: Risco associado à atividade operacional, que envolve fatores como sistemas inadequados (informação ou suporte), falhas gerenciais, de equipamentos, de controle, de comportamento humano, bem como sinistros e comprometimento ambiental.

3.72 risco financeiro: Risco ao empreendimento decorrente da falta de recursos, em função de descompassos de caixa ou de obtenção de crédito.

3.73 risco legal: Risco decorrente de mudanças de legislação que afete o empreendimento, inclusive no que se refere à tributação.

3.74 taxa de crescimento: Tendência, medida em percentagem, da evolução de uma variável de produção, de um ativo ou empreendimento, observada num determinado período.

3.75 taxa de desconto: Taxa utilizada para calcular o valor presente de um fluxo de caixa.

3.76 taxa de juros: Relação percentual entre a remuneração financeira de um capital e o respectivo principal, num determinado prazo.

3.77 taxa de risco: Componente da taxa mínima de atratividade destinado a remunerar o risco do empreendimento.

3.78 taxa efetiva: Taxa real, que considera juros compostos referidos ao período de capitalização.

3.79 taxas equivalentes: Taxas de juros capitalizadas em períodos diferentes, cuja aplicação gera resultados financeiros idênticos.

3.80 taxa interna de retorno: Taxa de juros que anula o fluxo de caixa descontado de um investimento.

3.81 taxa interna de retorno modificada: Taxa interna de retorno que leva em conta os resultados da gestão financeira.

3.82 taxa interna de retorno real: Taxa interna de retorno, descontada a taxa de inflação, caso o fluxo de caixa tenha sido montado a preços correntes.

3.83 taxa livre de risco: Taxa referente a uma aplicação com risco mínimo, usualmente associada à remuneração de títulos do tesouro norte-americano.

3.84 taxa mínima de atratividade: Taxa de desconto do fluxo de caixa, compatível com a natureza e características do empreendimento, bem como com a expectativa mínima de emulação do empreendedor, em face da sua carteira de ativos.

3.85 taxa nominal: Taxa virtual, associada a juros simples, sem ser, geralmente, referida a um prazo diferente do período de capitalização. Quando embutido o efeito da inflação, denomina-se taxa nominal cheia.

3.86 taxa real: Taxa de juros, descontada a inflação.

3.87 utilidades: Serviços relativos a fornecimento de energia, água, combustíveis e congêneres.

3.88 valor da perpetuidade: Valor remanescente de um empreendimento ao final do horizonte projetivo, considerados resultados perenes.

3.89 valor de desmonte: Valor presente da renda líquida auferível pela venda dos bens que compõem o empreendimento, na condição de sua desativação.

3.90 valor econômico: Valor presente da renda líquida auferível pelo empreendimento, durante sua vida econômica, a uma taxa de desconto correspondente ao custo de oportunidade de igual risco.

3.91 valor patrimonial: Somatório dos valores de mercado dos bens que compõem o ativo permanente do empreendimento. Na impossibilidade de se identificar o valor de mercado de algum bem componente do empreendimento, considera-se a sua melhor aproximação: custo de reedição, valor econômico ou valor de desmonte.

Licença de uso exclusivo para Furnas Centrais Elétricas S.A.
Cópia impressa pelo sistema CENWEB em 21/02/2006

3.92 valor presente: Valor atual de um pagamento ou fluxo futuros, descontados a uma determinada taxa de juros.

3.93 valor presente líquido: Valor presente, deduzido o investimento.

3.94 valor residual: Valor de alienação do empreendimento ao fim do horizonte projetivo.

3.95 variáveis-chave: Variáveis que apresentam maior elasticidade na análise de sensibilidade.

3.96 volatilidade: Oscilação de preço de um título mobiliário, *commodity* ou ativos líquidos em um período de tempo definido.

4 Símbolos e abreviaturas

As notações adotadas pelo engenheiro de avaliações devem ser devidamente explicitadas no laudo ou parecer técnico, indicando-se também suas respectivas unidades de medida, em acordo com o Decreto Federal 81.621 de 03/05/78.

5 Classificação dos empreendimentos

5.1 Generalidades

Os empreendimentos podem ser classificados de acordo com 5.1.1 e 5.1.2.

5.1.1 Conforme o estágio

Os empreendimentos podem ser classificados conforme o estágio em:

- concepção ou anteprojeto;
- projeto;
- implantação ou execução;
- pré-operação (*start-up* ou posto em marcha);
- operação (em marcha);
- paralisado ou embargado;
- desativado;
- desmonte.

5.1.2 Conforme a base

Os empreendimentos podem ser classificados conforme a base em:

a) Imobiliários, ou com parcelamento do solo, ou com benfeitorias, ou com ambos, que, quanto ao uso, podem ser:

- residenciais;
- comerciais;
- de serviços;
- industriais;
- rurais;
- mistos;

b) de base imobiliária, com fins de exploração comercial e/ou de serviços, como:

- hotel, motel, *resort*, apart-hotel;
- *shopping center, outlet* e centros de compras assemelhados;
- parque temático;
- clube;
- posto de combustíveis;
- teatro, cinema, casa de diversão;
- depósito (por exemplo: armazém, silo fixo, reservatório);
- hospital, clínica, casa de repouso;
- cemitério;
- supermercado;
- estádio, arena;
- estabelecimento de ensino;

c) de base industrial:

- de transformação;
- de construção civil;

d) de base rural:

- agroindústria;
- exploração animal;
- exploração vegetal (extração ou cultivo);
- exploração mista;

e) de base comercial e serviços, como:

- transmissão de dados;
- teleinformática.

f) de base mineral:

- extração;
- beneficiamento;

g) com base em concessões de serviços públicos; como:

- água potável (produção e distribuição);
- esgoto;
- coleta e tratamento de resíduos sólidos;
- energia elétrica (geração, transmissão e distribuição);
- telecomunicação;
- radiodifusão e televisão;
- gás (distribuição);
- rodovia;
- ferrovia;
- hidrovia;
- terminais de transporte:
  1) rodoviário;
  2) hidroviário e marítimo;
  3) aeroviário;
  4) ferroviário;
  5) intermodal;
- transporte coletivo.

6 Procedimentos de excelência

Devem ser seguidos os procedimentos estabelecidos na NBR 14653-1.

7 Atividades básicas

7.1 Requisição e conhecimento da documentação

Para atender ao estabelecido na NBR 14653-1, recomenda-se solicitar, entre outros e quando cabível, os documentos constantes na tabela 1.

Licença de uso exclusivo para Furnas Centrais Elétricas S.A.
Cópia impressa pelo sistema CENWEB em 21/02/2006

Tabela 1 - Documentação básica

Item	Documentação básica	Para identificação de		
		Valor	Indicadores de viabilidade	Custos
1	Documentação da situação dominial	Sim	Sim	Não
2	Alvarás e licenças	Sim	Sim	Não
3	Projetos e especificações de engenharia e arquitetura	Sim	Sim	Sim
4	Orçamentos de despesas pré-operacionais	Sim, para valor econômico	Sim	Sim
5	Orçamentos de investimento	Sim, para valor econômico	Sim	Sim
6	Cronogramas físico-financeiros	Sim, para valor econômico	Sim	Sim
7	Planos de desenvolvimento (expansões e ampliações previstas)	Sim	Sim	Sim, se objetivar custo de desenvolvimento
8	Pesquisas e estudos de mercado	Sim	Sim	Não
9	Fluxo operacional do empreendimento	Sim	Sim	Não
10	Balanços e balancetes analíticos	Sim, para valor econômico	Sim, para análise de continuidade de operação	Não
11	Relatórios gerenciais de desempenho, incluindo as receitas e despesas	Sim	Sim, para análise de continuidade de operação	Não
12	Projeções de desempenho	Sim, para valor econômico	Sim	Não
13	Análises anteriores de viabilidade técnica e econômico-financeira	Sim, para valor econômico	Sim	Não

7.2 Vistoria

A vistoria dos bens tangíveis constituintes do empreendimento e/ou do entorno que o influencia é imprescindível no intuito de caracterizá-lo, registrando seus atributos físicos e de utilização relevantes para a avaliação.

7.3 Coleta de dados

Para atender ao estabelecido na NBR 14653-1, recomenda-se obter, entre outros e quando cabível, os elementos constantes na tabela 2.

Tabela 2 - Coleta de dados

Dados	Para identificação de		
	Valor	Indicadores de viabilidade	Custos
Legislação aplicável, inclusive impostos e taxas sobre o faturamento e tributação sobre o lucro, depreciação e outras deduções para a determinação da receita líquida tributável	Sim	Sim	Sim, para impostos incidentes sobre os custos
Dispositivos tributários especiais aplicáveis e enquadramento tributário do empreendimento	Sim	Sim	Sim
Orçamentos de despesas pré-operacionais	Sim, para valor econômico	Sim	Sim
Orçamentos de investimento	Sim, para valor econômico	Sim	Sim
Informações de desempenho setoriais ou de empreendimentos semelhantes, inclusive participação no mercado	Sim	Sim, para análise de continuidade de operação	Não
Pesquisas e estudos de mercado	Sim	Sim	Não
Previsões de cenários econômicos globais e setoriais	Sim, para valor econômico	Sim	Não
Taxas de juros de mercado	Sim, para valor econômico	Sim	Sim, para os custos financeiros
Betas de empresas de capital aberto do setor em análise	Sim, para valor econômico, em setores específicos	Sim, em setores específicos	Não
Variáveis específicas, conforme a tipologia do empreendimento (entre outras: velocidade de vendas, taxa de ocupação, nível de ociosidade, receitas de vendas, receitas de locação)	Sim	Sim	Não

7.4 Escolha da metodologia

Deve ser feita de acordo com o disposto em 7.5 e seção 8 da NBR 14653-1:2001.

No que se refere à identificação do valor do empreendimento, o método adotado deverá considerar a finalidade da avaliação, conforme o apresentado na tabela 3.

7.5 Tratamento dos dados

7.5.1 Para identificação de valor e indicadores de viabilidade

7.5.1.1 Análise operacional do empreendimento

A operação do empreendimento deve ser descrita e caracterizada em relação à sua adequabilidade técnica, capacidade instalada, condições de manutenção e renovação, viabilidade de crescimento e indicadores de produção, produtividade e eficiência.

7.5.1.2 Análise das séries históricas do empreendimento

As séries históricas do empreendimento devem conter dados relativos à evolução da configuração física do empreendimento e do seu desempenho operacional, econômico e financeiro ao longo do tempo, especialmente no que tange às variáveis-chave.

A análise deve contemplar, quando possível, o comportamento continuado das variáveis-chave nos períodos pretéritos observados, com a identificação de tendências, sazonalidades, volatilidades e componentes cíclicos ou atípicos, com ênfase no comportamento dos custos fixos e variáveis.

Licença de uso exclusivo para Furnas Centrais Elétricas S.A.
Cópia impressa pelo sistema CENWEB em 21/02/2006

7.5.1.3 Análise setorial e diagnóstico de mercado

O desempenho setorial deve ser analisado, diagnosticado e cotejado com o do empreendimento, quando existir, preferentemente em relação às variáveis-chave, e levar em consideração pesquisas, diagnósticos e informações setoriais disponíveis.

Deve levar em conta fatores de mercado qualitativos ou quantitativos que possam ter impacto sobre o desempenho do empreendimento.

Deve ser feito de acordo com o estabelecido em 7.7.2 da NBR 14653-1:2001.

7.5.1.4 Taxa de desconto

A taxa de desconto a ser adotada no fluxo de caixa corresponde ao custo de oportunidade para o empreendedor, considerando-se o nível de risco do empreendimento.

Nos modelos determinísticos, a taxa de desconto é uma composição da taxa livre de risco e um prêmio de risco.

Nos modelos probabilísticos, o risco do empreendimento é calculado por meio da análise de risco, considerando-se a taxa de desconto igual à taxa livre de risco.

Na identificação do valor econômico, recomenda-se adotar modelos probabilísticos que dispensam a adoção de prêmio de risco.

7.5.1.5 Modelagem

7.5.1.5.1 Escolha do modelo

A escolha do modelo depende do tipo do empreendimento, da finalidade da avaliação e do grau de fundamentação que se pretende atingir.

No modelo de fluxo de caixa, devem ser simuladas as condições de operação real do empreendimento. Recomenda-se a adoção da seguinte estrutura básica de contas para o fluxo de caixa:

Estrutura básica do fluxo de caixa

1 Receita líquida (1.1 + 1.2)
1.1 Receita bruta
1.2 Deduções da receita bruta
2 Custo direto (2.1 +....+2.4)
2.1 Custo de mão-de-obra
2.2 Custo de matéria-prima
2.3 Custo de utilidades
2.4 Custo de manutenção
2.5 Custo direto de vendas
3 Resultado Bruto (1 + 2)
4 Custo indireto (4.1 + ...+4.4)
4.1 Despesas administrativas
4.2 Despesas com *marketing*
4.3 Despesas gerais
4.4 Resultado de operações financeiras
5 Resultado operacional (3 + 4)
6 Resultado não operacional (6.1 + 6.2)
6.1 Receitas não operacionais
6.2 Despesas não operacionais
7 Resultado antes de tributação (5+6)
8 Deduções da base tributária (8.1+8.2)
8.1 Depreciação contábil do ativo imobilizado
8.2 Outras deduções da base tributária
9 Lucro tributável (7+8)
10 Impostos e contribuições (10.1 +10.2)
10.1 Imposto de renda
10.2 Contribuição social sobre o lucro tributável
11 Resultado após a tributação (7 + 10)
12 Investimento (12.1 + ... + 12.4)
12.1 Implantação
12.2 Ampliação e melhorias
12.3 Reposição/substituição/exaustão
12.4 Necessidade de capital de giro
13 Renda líquida (11 + 12)

NOTAS

1 Nos casos em que não for considerada no fluxo de caixa alguma das rubricas, como, por exemplo, resultados não operacionais ou impostos, isso deve ser explicitado no laudo.

2 O valor residual ou da perpetuidade, se houver, integra o fluxo de caixa no final do horizonte.

7.5.1.2 Estimativa do horizonte

O horizonte deve ser definido levando em consideração a natureza do empreendimento, as características setoriais e o estágio tecnológico.

7.5.1.3 Cenários

Os cenários aplicáveis devem refletir condições factíveis de operação do empreendimento e de comportamento do mercado. Para a sua construção, podem ser assumidas hipóteses variáveis de pessimistas a otimistas.

7.5.1.5.4 Análise de sensibilidade

Tem o propósito de identificar as variáveis de maior elasticidade (variáveis-chave), sobre as quais recomenda-se maior atenção na fundamentação.

7.5.1.5.5 Análise de risco

Tem como propósito quantificar o risco do empreendimento em função das variáveis-chave e seus efeitos sobre o resultado esperado.

Nos modelos probabilísticos, uma vez identificadas as variáveis-chave do modelo, por meio da análise de sensibilidade, e identificadas as respectivas distribuições de probabilidade associadas, são aceitáveis, entre outros, os seguintes processos genéricos para quantificação de risco do empreendimento:

- seleção ao acaso de uma combinação de valores para as diversas variáveis-chave através de técnicas de simulação (como a técnica de Monte Carlo), com o objetivo de gerar a distribuição dos resultados possíveis;

- identificação da distribuição normal dos resultados possíveis, como no método das variações paramétricas.

Nos dois casos, identifica-se o grau de variabilidade da distribuição dos resultados possíveis do modelo, mensurável por seu coeficiente de variação.

Nos modelos determinísticos, é aceitável a consideração do risco por meio de um prêmio de risco.

7.5.2 Para a identificação de custos

7.5.2.1 Método da quantificação do custo

Utilizado para identificar o custo de reedição de benfeitorias, equipamentos e instalações. Pode ser apropriado por custos unitários, de reedição ou de substituição, ou por orçamento detalhado.

7.5.2.1.1 Depreciação física

O cálculo da depreciação física pode ser realizado de forma analítica – por meio de orçamento necessário à recomposição do bem na condição de novo – ou por meio da aplicação de coeficiente de depreciação que leve em conta o seu estado de operação ou conservação.

Esse coeficiente deve ser aplicado sobre o valor depreciável.

7.5.2.2 Método comparativo direto de custo

A utilização do método comparativo direto para a avaliação de custos deve considerar uma amostra composta por bens semelhantes.

7.6 Identificação do resultado

7.6.1 Valor de mercado

No caso de identificação do valor de mercado, esta deve ser feita de acordo com o estabelecido em 7.7.1 da NBR 14653-1:2001.

7.6.2 Preço de liquidação forçada

No caso de identificação do preço de liquidação forçada, este será o maior apurado entre o valor econômico e o de desmonte, ambos na condição de liquidação forçada.

7.6.3 Indicadores de viabilidade

O resultado final das análises de viabilidade econômica pode ser expresso sob a forma de taxas internas de retorno, valor presente líquido, custo anual, períodos de recuperação (*pay-back*) e índices de lucratividade (por exemplo: retorno sobre ativos - ROA, retorno sobre investimentos – ROI, valor econômico adicionado – EVA, valor de mercado adicionado (*market value added*) – MVA e o Retorno sobre o patrimônio líquido – ROE).

7.6.4 Fundo de comércio *e good-will*

A identificação deverá considerar a previsibilidade de rendas líquidas a serem auferidas pelo empreendimento, durante sua vida econômica, e corresponderá à diferença entre o valor econômico e o patrimonial. Em caso de apuração de valor negativo, configura-se uma perda econômica.

7.7 Informações complementares

Na apresentação dos resultados relativos à identificação do valor, podem ser apresentadas, adicionalmente, referências às rentabilidades financeira e econômica do empreendimento, bem como sobre suas taxas de retorno e *pay-back*, entre outros, comparados, quando possível, com os indicadores setoriais correspondentes.

8 Metodologia aplicável

Existem três campos básicos de aplicação da presente metodologia: identificar valor, custos e indicadores de viabilidade.

8.1 Métodos para identificar o valor

8.1.1 A identificação de valor depende fundamentalmente do objetivo da avaliação, do tipo de valor que se pretende identificar, das características do empreendimento e do mercado no qual se insere, podendo ser empregados, em cada caso, os métodos comparativo direto de dados de mercado, involutivo, evolutivo e da renda, conceituados na NBR 14653-1, isolados ou conjuntamente, conforme a tabela 3.

Tabela 3 - Escolha da metodologia

Método	Valor patrimonial	Valor econômico	Valor de desmonte	Valor de mercado
Comparativo direto de dados de mercado	Estimativa do valor do terreno, de alguns equipamentos e edificações, de semoventes, móveis e utensílios	Estimativa de taxas de juros, taxas de crescimento, receitas e despesas de referência	Estimativa do valor do terreno, de alguns equipamentos e edificações, de semoventes, móveis e utensílios	Estimativa direta do valor do empreendimento, em mercados específicos
Involutivo	Estimativa do valor do terreno	Não aplicável	Estimativa do valor do terreno	Não aplicável
Evolutivo	Estimativa do valor patrimonial do empreendimento	Não aplicável	Estimativa do valor das partes do empreendimento, com fator de comercialização adequado	Estimativa do valor do empreendimento, com fator de comercialização adequado
Renda	Estimativa do valor de partes ou componentes do empreendimento, tais como: terrenos, jazidas, culturas, direitos (por exemplo, servidão)	Estimativa do valor do empreendimento	a) cálculo do valor presente da venda das diversas partes ou componentes do empreendimento; b) estimativa do valor de partes ou componentes, tais como: terreno, jazida, direitos (por exemplo, servidão)	Estimativa do valor do empreendimento em mercados onde as transações sejam efetuadas com base neste tipo de análise

8.2 Métodos para identificar custo

A identificação de custos dos empreendimentos pode ser realizada com o emprego do método comparativo direto de custo ou do método da quantificação de custo, conceituados na NBR 14653-1.

8.3 Indicadores de viabilidade econômica de empreendimentos

Os indicadores de viabilidade dependem de características do empreendimento e do empreendedor e podem ser, entre outros: o valor presente líquido, a taxa interna de retorno, o período de recuperação e os índices de lucratividade.

8.3.1 Valor presente líquido

Este indicador de viabilidade é expresso pelo valor presente do fluxo de caixa descontado, projetado no horizonte do empreendimento, incluindo o valor do investimento a realizar.

O empreendimento será considerado viável quando o seu valor presente líquido for nulo ou positivo, para uma taxa de desconto equivalente ao custo de oportunidade de igual risco.

8.3.2 Taxa interna de retorno

Este indicador de viabilidade é expresso pela taxa de desconto que anula o valor presente do fluxo de caixa projetado no horizonte do empreendimento, incluindo o valor do investimento a realizar.

O empreendimento será considerado viável quando a sua taxa interna de retorno for igual ou superior à taxa de desconto equivalente ao custo de oportunidade de igual risco.

8.3.3 Tempo de retorno

Este indicador de viabilidade é expresso pelo tempo necessário para que a renda líquida acumulada do empreendimento iguale o investimento nele comprometido.

O tempo de retorno pode ser simples ou descontado: o simples corresponde ao tempo necessário para anular a diferença entre as despesas de investimento e as receitas líquidas, sem considerar a remuneração do capital; o descontado corresponde ao tempo necessário para anular a mesma diferença, quando as parcelas são descontadas a uma taxa de desconto.

A utilização isolada do período de recuperação como indicador de viabilidade não é conclusiva, mas é útil para comparar alternativas de investimento a uma mesma taxa de desconto.

8.3.4 Índice de lucratividade

É a relação entre o valor presente das receitas líquidas e o dos investimentos.

O empreendimento será considerado viável quando o seu índice de lucratividade for igual ou superior à unidade, para uma taxa de desconto equivalente ao custo de oportunidade de igual risco.

9 Procedimentos para a utilização do método da capitalização da renda

9.1 Definir previamente o tipo de valor que se pretende identificar, seja ele uma aproximação do valor de mercado, ou fruto de condições específicas do investidor ou estabelecidas pelo avaliador.

9.1.1 Se o objetivo for encontrar uma aproximação do valor de mercado, devem ser cotejadas as condições do empreendimento avaliando com os indicadores e parâmetros apresentados efetivamente pelo setor, levando em consideração as necessidades de correção de eventuais desvios existentes no empreendimento ou informações não confiáveis.

9.1.1.1 Sob essas circunstâncias, deve-se adotar o pressuposto de que a gestão do empreendimento no futuro seguirá padrões profissionais praticados no setor.

9.2 O valor econômico é estimado a partir da projeção do fluxo de caixa, com a consideração de valores contigenciais e outras obrigações.

9.3 O método da capitalização da renda procura identificar o valor do empreendimento com base na expectativa de resultados futuros, partindo-se da elaboração de cenários possíveis. Assim, o valor do empreendimento corresponderá ao valor presente do fluxo de caixa projetado, descontado a taxas que reflitam adequadamente remuneração do capital e riscos do empreendimento, do setor e do país, quando aplicável.

9.3.1 Os valores são projetados, em geral, em moeda constante, não se computando a taxa de inflação.

9.4 Componentes principais do método

A aplicação do método requer a determinação dos seguintes componentes principais:

a) o fluxo de caixa projetado é determinado a partir de modelos de simulação aplicáveis às características do empreendimento em questão. Esses modelos levam em conta as variáveis-chave, bem como disponibilidade de insumos, regularidade de demanda, capital imobilizado no giro, margens, estoques, dentre outros;

b) ao final do horizonte projetivo, deve-se considerar o valor residual ou o valor da perpetuidade do empreendimento;

c) a taxa de desconto utilizada para calcular o valor presente do fluxo de caixa projetado pode ser determinada pelo custo ponderado de capital, pela taxa mínima de atratividade do empreendimento, dentre outros;

d) a taxa de crescimento (positiva, negativa ou nula) de variáveis-chave do empreendimento pode ser estimada por sua evolução nos últimos anos, quando for presumida a continuidade das condições passadas. Esta análise pode ser feita por meio da determinação de tendências ou por análise de séries temporais, com o emprego de informações setoriais e de conjuntura;

e) no caso de novos empreendimentos, deve ser considerada a capacidade de absorção do produto no mercado, bem como o estágio logístico do comportamento da demanda, por meio da análise, por exemplo, da vocação, cultura e práticas comerciais, participação no mercado e preços praticados, dentre outras.

9.5 Condições limitantes

9.5.1 A precisão matemática dos procedimentos não representa qualquer garantia de que as análises prospectivas efetivamente ocorrerão, já que o comportamento errático das conjunturas geral e setorial pode afetar diretamente os resultados do empreendimento, ainda que contemplados em diversos cenários.

9.5.2 As informações de desempenho do empreendimento e do setor, quando existentes, são de responsabilidade das respectivas fontes.

10 Especificação das avaliações quanto à fundamentação

10.1 As avaliações para identificação de valor e indicadores de viabilidade serão enquadradas segundo sua fundamentação, de acordo com a tabela 4.

Tabela 4 - Identificação de valor e indicadores de viabilidade

Item	Atividade	Para identificação de valor		
		Grau III	Grau II	Grau I
7.5.1.1	Análise operacional do empreendimento	Ampla, com os elementos operacionais devidamente explicitados	Simplificada, com base nos indicadores operacionais	Sintética, com a apresentação dos indicadores básicos operacionais
7.5.1.2	Análise das séries históricas do empreendimento[1)]	Com base em análise do processo estocástico para as variáveis-chave, em um período mínimo de 36 meses	Com base em análise determinística para um prazo mínimo de 24 meses	Com base em análise qualitativa para um prazo mínimo de 12 meses
7.5.1.3	Análise setorial e diagnóstico de mercado	De estrutura, conjuntura, tendências e conduta	Da conjuntura	Sintética da conjuntura
7.5.1.4	Taxas de desconto	Fundamentada	Justificada	Arbitrada
7.5.1.5.1	Escolha do modelo	Probabilístico	Determinístico associado aos cenários	Determinístico
7.5.1.5.1	Estrutura básica do fluxo de caixa	Completa	Simplificada	Rendas líquidas
7.5.1.5.2	Cenários fundamentados	Mínimo de 5	Mínimo de 3	Mínimo de 1
7.5.1.5.3	Análise de sensibilidade	Simulações com apresentação do comportamento gráfico	Simulação com identificação de elasticidade por variável	Simulação única com variação em torno de 10%
7.5.1.5.4	Análise de risco	Risco fundamentado	Risco justificado	Risco arbitrado

[1)] Só para empreendimento em operação.

10.2 Para fins de enquadramento global do laudo em graus de fundamentação, devem ser considerados os seguintes critérios:

10.2.1 Na tabela 4, identificam-se três campos (graus III, II e I) e 10 itens (de 7.5.1.1 a 7.5.1.5.4).

10.2.2 O atendimento a cada exigência do grau I terá 1 ponto; do grau II, 2 pontos; e do grau III, 3 pontos.

10.2.3 O enquadramento global do laudo deve considerar a soma de pontos obtidos para o conjunto de itens, atendendo à tabela 5.

Tabela 5 - Enquadramento dos laudos segundo seu grau de fundamentação (para identificação de valor)

Graus	III	II	I
Pontos	maior ou igual a 22	de 13 a 21	de 7 a 12
Restrições	máximo de 3 itens em graus inferiores, admitindo-se no máximo um item no Grau I	máximo de 4 itens em graus inferiores ou não atendidos	mínimo de 7 itens atendidos
(para indicadores de viabilidade)			
Graus	**III**	**II**	**I**
Pontos	maior ou igual a 18	de 11 a 17	De 5 a 10
Restrições	máximo de 4 itens em graus inferiores, admitindo-se no máximo um item no Grau I	máximo de 4 itens em graus inferiores ou não atendidos	mínimo de 5 itens atendidos

10.2.4 Deve ser apresentada no laudo uma tabela com o enquadramento obtido em cada item, bem como a pontuação global.

11 Apresentação do laudo de avaliação

11.1 Requisitos mínimos

11.1.1 Os laudos de avaliação de empreendimentos para a identificação de valor só serão admitidos na modalidade completo e devem conter no mínimo os seguintes itens:

a) identificação do solicitante;

b) finalidade do laudo, quando informada pelo solicitante;

c) objetivo da avaliação;

d) pressupostos, ressalvas e fatores limitantes;

e) caracterização física do empreendimento e período de vistoria;

f) indicadores básicos operacionais do empreendimento;

g) análise das séries históricas do empreendimento;

h) análise setorial e diagnóstico do mercado;

i) indicação do(s) método(s) e procedimento(s) utilizado(s);

j) tratamento dos dados: taxas de desconto, escolha do modelo, estimativa do horizonte, fluxo de caixa, cenários, análise de sensibilidade e de risco;

k) especificação da avaliação: indicar o grau de fundamentação atingido;

l) identificação e fundamentação do resultado adotado;

m) resultado da avaliação e data-base;

n) qualificação legal completa e assinatura do(s) profissional(is) responsável(is) pela avaliação;

o) local e data do laudo.

11.1.2 Os laudos de avaliação de empreendimentos para a identificação de indicadores de viabilidade só serão admitidos na modalidade completo e deverão conter os itens listados em 11.1.1, com a exceção da alínea g).

11.1.2.1 No caso de empreendimentos em fase de projeto, não cabe a vistoria, porém é obrigatório o conhecimento da região e do entorno.

11.1.3 Os laudos de avaliação de empreendimentos para a identificação de custos seguirão as prescrições das demais partes desta Norma.

_____

/ANEXO A

Licença de uso exclusivo para Furnas Centrais Elétricas S.A.
Cópia impressa pelo sistema CENWEB em 21/02/2006

Anexo A (informativo)
Referências bibliográficas

A. Ross, Stephen; Westerfield, Randolph W.; Jordan, Bradford D – "Princípios de Administração Financeira - *Essentials of corporate finance"* – tradução de Antônio Zoratto Sanvicente – Atlas, 1998;

Alain Galesne, Jaime E. Fensterseifer, Roberto Lamb – "Decisões de investimentos da empresa" – Atlas, 1999;

Bernstein, Peter L. – "Desafio aos Deuses – A Fascinante História do Risco"- Editora Campus Ltda, 3ª edição, 1997;

Bodie, Zvi; Merton, Robert C – "Finanças" – Bookman Editora, 1999;

Buarque, Cristovam – "Avaliação econômica de projetos" - Editora Campus;

Casarotto F° & Harmutt Koppitke, Nelson / Bruno – "Análise de Investimentos" - Editora Atlas – 9ª edição, 2000;

Copeland, Tom; Koller, Tim; Murrin, Jack – "Avaliação de Empresas Valuation – Calculando e Gerenciando o Valor das Empresas", Makron Books do Brasil Editora, 2000;

Damodaran, Aswath – "*Damodaran on Valuation: Security Analysis for investment and corporate Finance"* - John Wiley e Sons Ltd, New York, 1994;

Damodaran, Aswath – "Avaliação de Investimentos - Ferramentas para avaliar qualquer ativo", Qualitymark Editora, 1997;

De Faro, Clóvis – "Elementos de Engenharia Econômica" - Atlas, 1979;

Dubi, A – "*Monte Carlo Applications in Systems Enginneering"* - John Wiley e Sons Ltd, Chichester, England, 2000;

Ebeling, E Charles – "*an Introduction to reliability and maintainability engineering*" – Editora McGraw Hill – 1996;

Falcini, P. – "Avaliação Econômica de Empresas - Técnica e Prática", Editora Atlas, São Paulo, 2ª edição, 1995;

Fred & Copeland, J. Weston/Thomas E. – "*Managerial Finance"* - Ed. Dryden, 9ª edição;

Gitman, Lawrence J. – "*Principles of Managerial Finance"* – 7ª Edição – Editora Harbra, 1997;

Hess & Marques, Geraldo/José Luiz – "Engenharia Econômica" - Editora Bertrand Brasil, 1988;

Lapponi, Juan Carlos – "Avaliação de Projetos de Investimento", 1997;

Lapponi, Juan Carlos – "Projetos de Investimento" – Construção e Avaliação do Fluxo de Caixa, 2000;

Mellado, V.C. – "Métodos de Valorización de Empresas", Ediciones Pirámide, Madri, 1994;

Miranda, Roberto Vianna de – "Manual de decisões financeiras e análise de negócios" – Record, 1999;

Moubray, John – "*Reliability-Centered Maintenance (RCM)"* – Book News, Inc. Portland, 1997;

Neiva, R.A. – "Valor de Mercado da Empresa", Editora Atlas, São Paulo, 1992;

Neves, César das – "Projetos industriais e engenharia econômica" - Zahar Editores S.A., 1982;

Oliveira, José Alberto Nascimento – "Engenharia econômica: Uma abordagem às decisões de investimento", McGraw Hill, 1982;

Kamakumar, R – "*Engineering Reliability: Fundamentals and Applications"* - Book News, Inc. Portland, 1996;

Rigolon, F. J. Z. – "Opções Reais e Análise de Projetos", texto para discussão divulgado pelo Departamento Econômico do BNDES, Rio de Janeiro, 1999;

Rubinstein, R Y – "*Simulation and the Monte Carlo Method*" – John Wiley & Professio – 1981;

Securato, José Roberto – "Decisões Financeiras em condições de risco" - Atlas, 1996;

Sousa & Clemente, Alceu/Ademir – "Decisões Financeiras e Análises de Investimentos", Atlas, 1995;

Souza, Petain Ávila – "Avaliação econômica de projetos de mineração / Análise de sensibilidade e Análise de Risco" / IETEC, 1995;

Vose, David – "*Quantitative Risk Analysis"* - John Wiley - New York, 1996.

———————

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
Igor Leite Linhares - Advogado
Data e hora da assinatura: 20/07/2021 17:48:21
Identificador: 4058401.9436304
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21072017422936300000009464948

Minuta anexa

ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) FEDERAL DA 8ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

REF. PROCESSO Nº 0001567-87.2012.4.05.8401S

LUCIO SILVEIRA E FILHOS, devidamente qualificada, nos autos do presente processo executivo, em que contende com a FAZENDA NACIONAL, igualmente qualificada, por seu advogado infrafirmado *cf.* Substabelecimento anexo), com endereço profissional na Rua Juvenal Lamartine, 23, Centro, Mossoró, RN, tendo em vista o *r.* despacho Id. 4058401.9138126, vem, perante Vossa Excelência **IMPUGNAR a AVALIAÇÃO** Id. 4058401.9111830, o que faz com fundamento nas razões fáticas e jurídicas defendidas a seguir:

Em que pese o respeito que se nutre por seu ilustre subscritor, não merece acolhida a Avaliação (Id. 4058401.9111830), primeiramente porque o referido documento **não traz sequer as informações básicas do imóvel avaliado, quanto menos as demais informações exigidas pelas Normas Técnicas da ABNT sobre avaliações de imóveis**, contidas nas NBRs 14653-1 (Procedimentos gerais), 14653-2 (Imóveis urbanos) e 14653-4 (Empreendimentos).

Em segundo lugar porque a estimativa de preço a que chegou o *r.* Oficial de Justiça **destoa, EM MUITO, de outras 02 (duas) avaliações constantes nos autos**, realizadas em **dezembro de 2014** (cf. abordado adiante), estando, portanto, em **absoluto descompasso com os valores efetivamente praticados no Mercado imobiliário local e regional**.

I - DOS VÍCIOS E OMISSÕES DA AVALIAÇÃO

Senhor(a) Julgador(a), independente da metodologia aplicada, um Laudo de Avaliação **NÃO** deve prescindir da identificação e descrição do imóvel avaliado, contendo sua localização, aspectos físicos, infraestrutura, benfeitorias, utilização atual e vocação comercial.

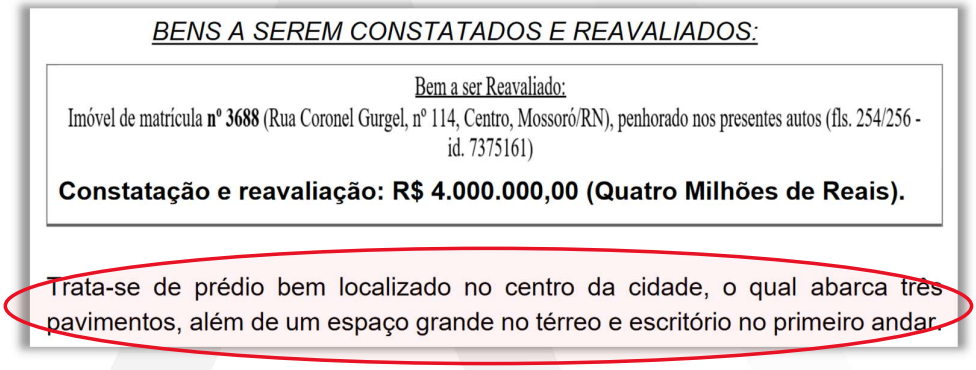
Tais informações devem ser necessariamente acompanhadas de fotografias, externas e internas, e, caso seja necessário, da planta baixa e croquis.

Faz-se premente, ainda, a descrição do terreno, de suas acessões e benfeitorias.

Deve, também, mencionar a qualidade da construção, o estado de conservação, o número de cômodos ou partes, e os acessórios constantes em cada ambiente.

Por fim, é imprescindível que decline, com detalhes, os aspectos socioeconômicos, físicos e a infraestrutura urbana do entorno, ou seja, que faça o diagnóstico do mercado imobiliário, de modo a justificar o valor estimado do imóvel.

Nenhum desses requisitos, contudo, foi atendido pela avaliação *sub examine*, que, para além do endereço do imóvel, somente trouxe as seguintes informações:



BENS A SEREM CONSTATADOS E REAVALIADOS:

Bem a ser Reavaliado:
Imóvel de matrícula **nº 3688** (Rua Coronel Gurgel, nº 114, Centro, Mossoró/RN), penhorado nos presentes autos (fls. 254/256 - id. 7375161)

Constatação e reavaliação: R$ 4.000.000,00 (Quatro Milhões de Reais).

Trata-se de prédio bem localizado no centro da cidade, o qual abarca três pavimentos, além de um espaço grande no térreo e escritório no primeiro andar.

Ora, Senhor(a) Julgador, **sequer a área construída ou mesmo a área do terreno foram mencionadas. Também não há qualquer referência ao valor do metro quadrado da região em que o imóvel se encontra**.

Todas essas exigências constam, reitere-se, nas NBRs 14653-1 (Procedimentos gerais), 14653-2 (Imóveis urbanos) e 14653-4 (Empreendimentos), mas foram relegadas ao olvido no Laudo ora atacado.

Isso a despeito de tratar-se de imóvel de valor elevadíssimo, localizado em área nobre da cidade.

Por falar em valor, importa reiterar que o Laudo atacado diverge, **por muito**, das avaliações de fls. 188/191 (Id. 4058401.7375167) e 202/207 (Id. 4058401.7375161), confeccionadas por especialistas habilitados, com inscrição nos respectivos Órgãos de Classe e vasta experiência no ramo, que, **em dezembro de 2014**, estimaram o valor do imóvel em tela entre **R$ 8.172.200,00** (oito milhões, cento e setenta e dois mil e duzentos reais) e **R$ 9.340.800,00** (nove milhões, trezentos e quarenta mil e oitocentos reais).

Ou seja, **mais que o dobro da avaliação ora impugnada**!

Ora, se **em dezembro de 2014** o imóvel valia entre **R$ 8.172.200,00** (oito milhões, cento e setenta e dois mil e duzentos reais) e **R$ 9.340.800,00** (nove milhões, trezentos e quarenta mil e oitocentos reais) não se concebe que, **em 2021, esse mesmo bem valha apenas R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)**, tal como apontado no laudo *sub vergasta*.

É que entre os anos de 2009 e 2019, a ABRAINC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS estima que a valorização de imóveis tenha crescido 9,4% ao ano no Brasil.

Se considerarmos o período entre 2009 a 2014, então, a expansão do mercado imobiliário e a valorização anual quase atingiu 25% sobre preço de compra.

Senão vejamos:



15/07/2020

Investimento em imóvel rendeu 15,3% ao ano na última década, conclui Abrainc

VOLTAR

QUEDA NA TAXA DE JUROS E EXPECTATIVA DE RECUPERAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO TORNAM ESSE TIPO DE INVESTIMENTO CADA VEZ MAIS ATRATIVO

A Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) calcula que o investimento em imóveis tenha rendido, em média, 15,3% ao ano na década que vai de 2009 a 2019. A soma considera tanto o retorno médio do aluguel, de 5,9% ao ano, como a valorização dos imóveis de 9,4% ao ano.

O período foi marcado por altos e baixos. De 2009 a 2014, houve o "boom" do mercado imobiliário, com alta nos preços dos imóveis e valorização anual de quase 25% sobre o preço de compra. Em um ano, por exemplo, um imóvel de R$ 100 mil passava a valer em média R$ 125 mil.

https://www.abecip.org.br/imprensa/noticias/investimento-em-imovel-rendeu-15-3-ao-ano-na-ultima-decada-conclui-abrainc

Um simples cálculo matemático, portanto, nos remete à insofismável conclusão de que não há hipótese possível do imóvel em tela, que, repita-se à exaustão, valia no mínimo **R$ 8.172.200,00** (oito milhões, cento e setenta e dois mil e duzentos reais) em 2014, valer "meros" **R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)** em 2021.

Com todas as vênias, portanto, resulta absolutamente errônea a avaliação levada a efeito pelo *I.* Oficial de Justiça/Avaliador.

II - DO DIREITO

Em havendo erro na avaliação, tal como no caso *sub examine*, impõe-se a repetição da avaliação, como forma de salvaguardar o interesse da Executada, inclusive em obséquio ao Princípio da condução da execução da forma **menos gravosa ao devedor**.

É o que soa da dicção do artigo 873, que aponta 03 (três) situações expressas para a realização de nova avaliação: *I - qualquer das partes arguir, fundamentadamente, a ocorrência de erro na avaliação ou dolo do avaliador; II - se verificar, posteriormente à avaliação, que houve majoração ou diminuição no valor do bem; III - o juiz tiver fundada dúvida sobre o valor atribuído ao bem na primeira avaliação*.

In verbis:

> *Art. 873. É admitida nova avaliação quando:*
> *I - qualquer das partes arguir, fundamentadamente, a ocorrência de erro na avaliação ou dolo do avaliador;*
> *II - se verificar, posteriormente à avaliação, que houve majoração ou diminuição no valor do bem;*
> *III - o juiz tiver fundada dúvida sobre o valor atribuído ao bem na primeira avaliação.*

A doutrina especializada de MEDINA discorre sobre os requisitos para se pleitear a nova avaliação do imóvel penhorado:

> "*No caso do Inc. I do artigo 873 do CPC/15, impõe-se a realização de nova avaliação quando se arguir fundamentalmente erro ou dolo do avaliador. Não é necessário demonstra-se o erro de forma inequívoca; basta, como está na lei, que se argua o erro ou dolo, de modo fundamentado.*"[1]

Outra não é a orientação jurisprudencial, *exempli gratia* das ementas de acórdão abaixo:

> "*Repete-se a avaliação, quando manifesto o erro do avaliador, que atribuiu ao imóvel valor evidentemente irrisório.*"[2]
>
> "*Justifica-se a segunda avaliação do bem penhorado, se os elementos dos autos evidenciam ter havido erro na primeira, eis que se atribuiu ao bem preço diminuto, assaz inferior ao seu justo e real valor.*"[3]

Além do mais, contrariando o disposto no art. 465, § 1º, e incisos, do CPC, a parte Executada **não foi intimada da nomeação do perito, não lhe tendo sido, portanto, oportunizada a apresentação de quesitos e a indicação de assistente técnico**, o que configura **cerceamento de defesa**, na forma da Lei.

Impõe-se, pois, pelos argumentos acima esposados, a realização de nova perícia, que leve em consideração todos os aspectos que compõem o preço de um imóvel (*cf.* apontado acima), sendo a parte Executada intimada para indicar

[1] *In* Novo Código de Processo Civil Comentado, 5ª Edição, RT, pg. 1250/1251
[2] Ac. Unânime da 4ª Câmara do º TA-RJ do dia 7-8-84, no agr. 25.295, rel Des. Raul Quental. Apud Alexandre de Paula, in op. cit., p. 442.
[3] Ac. unânime 6.035, da 2ª Câmara do TA-PR, de 27-4-77, no agr. 30/77, rel. juiz Plínio Cachuba. Apud Alexandre de Paula, in op. cit., p.398, Vol IV.

assistente técnico e apresentar quesitos, na forma do art. 465, § 1º, e incisos, do CPC, por ser de Direito e, sobretudo, por Justiça.

ANTE O EXPOSTO,

Requer a Executada que se digne Vossa Excelência anular a avaliação Id. 4058401.9111830 em face das lacunas ali existentes (acima apontadas) e, também, em razão de não ter sido a parte Devedora intimada da nomeação do *expert*, não lhe tendo sido, portanto, oportunizada a apresentação de quesitos e a indicação de assistente técnico, nos termos do art. 465, § 1º, e incisos, do CPC, determinando, por consequência, a realização de nova perícia, que deverá, simultaneamente, suprir as omissões acima referidas e atribuir ao imóvel penhorado preço compatível com seu real valor, por ser de Direito.

Requer, por derradeiro, a habilitação do Causídico abaixo subscrito (*cf.* Substabelecimento anexo), a quem deverão, doravante, ser destinadas as intimações à parte Executada.

Espera deferimento.

Mossoró, RN, 20 de julho de 2021

IGOR LEITE LINHARES

OAB/RN Nº 4270

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
Igor Leite Linhares - Advogado
Data e hora da assinatura: 20/07/2021 17:50:29
Identificador: 4058401.9436351
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21072017501778100000009464995

Normal 0 21 false false false MicrosoftInternetExplorer4 Normal 0 21 false false false MicrosoftInternetExplorer4 PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro 8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO) ATO ORDINATÓRIO A teor do disposto no artigo 162, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, modificado pela Lei 8.952, de 13.12.94, c/c o Provimento nº 01, de 25.03.2009, art. 87, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, INTIME-SE a FAZENDA NACIONAL para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre acerca da impugnação à reavaliação de id. 9436351 e demais documentos juntados pela parte executada no dia 20/07/2021 . Após, conclusos. Mossoró/RN, 21 de Agosto de 2021. JEFFERSON PEDROSA FEITOSA Servidor - 8ª Vara Federal/SJRN

Normal 0 21 false false false MicrosoftInternetExplorer4 Normal 0 21 false false false MicrosoftInternetExplorer4 PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro 8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO) ATO ORDINATÓRIO A teor do disposto no artigo 162, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, modificado pela Lei 8.952, de 13.12.94, c/c o Provimento nº 01, de 25.03.2009, art. 87, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, INTIME-SE a FAZENDA NACIONAL para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre acerca da impugnação à reavaliação de id. 9436351 e demais documentos juntados pela parte executada no dia 20/07/2021 . Após, conclusos. Mossoró/RN, 21 de Agosto de 2021. JEFFERSON PEDROSA FEITOSA Servidor - 8ª Vara Federal/SJRN

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO: **0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
LUCIO SILVEIRA E FILHOS	EXECUTADO
FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO	ADVOGADO
Igor Leite Linhares	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 21/08/2021, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsável
21/08/2021 09:42	Parte - Polo Passivo	Inclusão	LUCIO SILVEIRA E FILHOS (EXECUTADO), FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO (ADVOGADO)	LUCIO SILVEIRA E FILHOS (EXECUTADO), FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO (ADVOGADO), Igor Leite Linhares (ADVOGADO)	JEFFERSON PEDROSA FEITOSA

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO: **0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
LUCIO SILVEIRA E FILHOS	EXECUTADO
FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO	ADVOGADO
Igor Leite Linhares	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 28/08/2021 00:23, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 21/08/2021 09:47 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21082109470988300000009720204 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 28/08/2021 00:23 - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE SERGIPE

EXMO. JUIZ

A **UNIÃO FEDERAL,** em atenção ao despacho retro, vem apresentar manifestação acerca de impugnação à avaliação ofertada pelo executado:

Alegando a ocorrência de supostos vícios e omissões no laudo de reavaliação lavrado por oficial desse juízo, sustenta o executado que as pretensas falhas teriam resultado na redução, pela metade, do valor que, segundo ele, corresponderia ao imóvel.

Não procedem as alegações do executado que, com a devida vênia, tem como único objetivo, inflar o valor real do imóvel penhorado.

No vergastado laudo constam os requisitos exigidos pelo art. 872 do Código de Processo Civil.

Por outro lado, o oficial que lavrou o auto possui competência para realizar tal ato e, por óbvio, considerou todas as características que mencionou no auto de penhora quando avaliou o imóvel.

Ademais, nada indica que a avaliação realizada pelo oficial de justiça avaliador esteja incorreta e a do corretor, contratado pelo devedor e sem a imparcialidade necessária, esteja correta.

Além disso, o bem está localizado no centro da cidade, um local de sensível decadência, na esmagadora maioria das maiores cidades no país, especialmente no período atual de absoluta estagnação imobiliária e esfriamento econômico.

Em assim sendo, a União Federal requer seja mantido o laudo de avaliação de id 4058401.9111830, em todos os seus termos.

ISABELA MARIA AMARAL MACIEL

Procuradora da Fazenda Nacional

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

Vistos em Inspeção

(Período Anual Inspecionado: Junho/2021 a Março/2022)

.table-ocorrencias { width: 100%; } .table-ocorrencias, .table-ocorrencias th, .table-ocorrencias td { border: 1px solid; border-collapse: collapse; }

Ocorrência	Data Prazo
Processo em ordem. Aguarde-se prolação de despacho/decisão/sentença	
Processo em ordem.	
Processo em ordem.	
Processo em ordem.	

ORLAN DONATO ROCHA

Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

LUCIO SILVEIRA E FILHOS apresentou em 20/07/2021 impugnação à avaliação do imóvel de matrícula nº 3.688 (id. 9436351). Alega, em síntese, a ocorrência de erro na avaliação.

Juntou documentos.

Manifestação da Fazenda Nacional no id. 9746087 pelo indeferimento da impugnação.

É o que importa relatar, decido.

Na primeira avaliação do imóvel objeto da penhora, realizada em 09/01/2015 (p. 61 do id. 7375161), foi atribuído ao bem o valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais). Essa avaliação não foi impugnada. Logo, a discussão acerca de quanto o bem de fato vale é matéria preclusa .

Em segundo lugar, a reavaliação em discussão (id. 9111830), realizada em 17/06/2021, ocorreu por iniciativa da Fazenda Nacional, em virtude do lapso temporal decorrido entre a primeira reavaliação e a realização do leilão, a fim de que os bens fossem levados à hasta pública com o preço devidamente atualizado.

Tal reavaliação, então, por falta de previsão legal, deve observar, de forma simplificada, os ditames do art. 872 do CPC [1] , tratando-se de praxe cartorária com vistas a alienar o bem sob o preço justo atualizado, a fim de que não haja prejuízo para qualquer das partes. Logo, caberia na reavaliação apenas a discussão acerca do novo valor atribuído ao bem, segundo os parâmetros de depreciação natural do bem e valor de mercado, não havendo previsão legal que exija a realização da avaliação da forma como pede o executado.

Da análise da impugnação da parte executada, ainda, observa-se que esta fez apenas alegações genéricas, não trazendo nenhuma contraprova de que a avaliação realizada pelo Oficial de Justiça no id. 9111830 estaria em desacordo com o valor de mercado ou com a depreciação do bem.

Ressalte-se que tanto a primeira avaliação quanto a sua recente atualização foram feitas por Oficial de Justiça, na sua condição de *longa manus* do Juízo, gozando, assim, de presunção de legitimidade e veracidade.

Não há, ainda, maiores necessidade de se especificar os bem, porquanto isso foi feito na primeira avaliação. Esta última, como explicado, reavaliou apenas segundo a depreciação dos bens e os valores de mercado. A necessidade de acréscimo de algum detalhe na constatação e reavaliação, na hipótese em foco, decorreria apenas de algum fato novo, o que não ocorreu para o bem de matrícula n° 3.688.

Ante o exposto, **INDEFIRO a impugnação à avaliação de id. 9436351.**

Leve-se o imóvel penhorado à hasta pública.

[1] Art. 872. A avaliação realizada pelo oficial de justiça constará de vistoria e de laudo anexados ao auto de penhora ou, em caso de perícia realizada por avaliador, de laudo apresentado no prazo fixado pelo juiz, devendo-se, em qualquer hipótese, especificar:

I - os bens, com as suas características, e o estado em que se encontram;

II - o valor dos bens.

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

LUCIO SILVEIRA E FILHOS apresentou em 20/07/2021 impugnação à avaliação do imóvel de matrícula nº 3.688 (id. 9436351). Alega, em síntese, a ocorrência de erro na avaliação.

Juntou documentos.

Manifestação da Fazenda Nacional no id. 9746087 pelo indeferimento da impugnação.

É o que importa relatar, decido.

Na primeira avaliação do imóvel objeto da penhora, realizada em 09/01/2015 (p. 61 do id. 7375161), foi atribuído ao bem o valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais). Essa avaliação não foi impugnada. Logo, a discussão acerca de quanto o bem de fato vale é matéria preclusa .

Em segundo lugar, a reavaliação em discussão (id. 9111830), realizada em 17/06/2021, ocorreu por iniciativa da Fazenda Nacional, em virtude do lapso temporal decorrido entre a primeira reavaliação e a realização do leilão, a fim de que os bens fossem levados à hasta pública com o preço devidamente atualizado.

Tal reavaliação, então, por falta de previsão legal, deve observar, de forma simplificada, os ditames do art. 872 do CPC [1] , tratando-se de praxe cartorária com vistas a alienar o bem sob o preço justo atualizado, a fim de que não haja prejuízo para qualquer das partes. Logo, caberia na reavaliação apenas a discussão acerca do novo valor atribuído ao bem, segundo os parâmetros de depreciação natural do bem e valor de mercado, não havendo previsão legal que exija a realização da avaliação da forma como pede o executado.

Da análise da impugnação da parte executada, ainda, observa-se que esta fez apenas alegações genéricas, não trazendo nenhuma contraprova de que a avaliação realizada pelo Oficial de Justiça no id. 9111830 estaria em desacordo com o valor de mercado ou com a depreciação do bem.

Ressalte-se que tanto a primeira avaliação quanto a sua recente atualização foram feitas por Oficial de Justiça, na sua condição de *longa manus* do Juízo, gozando, assim, de presunção de legitimidade e veracidade.

Não há, ainda, maiores necessidade de se especificar os bem, porquanto isso foi feito na primeira avaliação. Esta última, como explicado, reavaliou apenas segundo a depreciação dos bens e os valores de mercado. A necessidade de acréscimo de algum detalhe na constatação e reavaliação, na hipótese em foco, decorreria apenas de algum fato novo, o que não ocorreu para o bem de matrícula n° 3.688.

Ante o exposto, **INDEFIRO a impugnação à avaliação de id. 9436351.**

Leve-se o imóvel penhorado à hasta pública.

[1] Art. 872. A avaliação realizada pelo oficial de justiça constará de vistoria e de laudo anexados ao auto de penhora ou, em caso de perícia realizada por avaliador, de laudo apresentado no prazo fixado pelo juiz, devendo-se, em qualquer hipótese, especificar:

I - os bens, com as suas características, e o estado em que se encontram;

II - o valor dos bens.

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

LUCIO SILVEIRA E FILHOS apresentou em 20/07/2021 impugnação à avaliação do imóvel de matrícula nº 3.688 (id. 9436351). Alega, em síntese, a ocorrência de erro na avaliação.

Juntou documentos.

Manifestação da Fazenda Nacional no id. 9746087 pelo indeferimento da impugnação.

É o que importa relatar, decido.

Na primeira avaliação do imóvel objeto da penhora, realizada em 09/01/2015 (p. 61 do id. 7375161), foi atribuído ao bem o valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais). Essa avaliação não foi impugnada. Logo, a discussão acerca de quanto o bem de fato vale é matéria preclusa .

Em segundo lugar, a reavaliação em discussão (id. 9111830), realizada em 17/06/2021, ocorreu por iniciativa da Fazenda Nacional, em virtude do lapso temporal decorrido entre a primeira reavaliação e a realização do leilão, a fim de que os bens fossem levados à hasta pública com o preço devidamente atualizado.

Tal reavaliação, então, por falta de previsão legal, deve observar, de forma simplificada, os ditames do art. 872 do CPC [1] , tratando-se de praxe cartorária com vistas a alienar o bem sob o preço justo atualizado, a fim de que não haja prejuízo para qualquer das partes. Logo, caberia na reavaliação apenas a discussão acerca do novo valor atribuído ao bem, segundo os parâmetros de depreciação natural do bem e valor de mercado, não havendo previsão legal que exija a realização da avaliação da forma como pede o executado.

Da análise da impugnação da parte executada, ainda, observa-se que esta fez apenas alegações genéricas, não trazendo nenhuma contraprova de que a avaliação realizada pelo Oficial de Justiça no id. 9111830 estaria em desacordo com o valor de mercado ou com a depreciação do bem.

Ressalte-se que tanto a primeira avaliação quanto a sua recente atualização foram feitas por Oficial de Justiça, na sua condição de *longa manus* do Juízo, gozando, assim, de presunção de legitimidade e veracidade.

Não há, ainda, maiores necessidade de se especificar os bem, porquanto isso foi feito na primeira avaliação. Esta última, como explicado, reavaliou apenas segundo a depreciação dos bens e os valores de mercado. A necessidade de acréscimo de algum detalhe na constatação e reavaliação, na hipótese em foco, decorreria apenas de algum fato novo, o que não ocorreu para o bem de matrícula n° 3.688.

Ante o exposto, **INDEFIRO a impugnação à avaliação de id. 9436351.**

Leve-se o imóvel penhorado à hasta pública.

[1] Art. 872. A avaliação realizada pelo oficial de justiça constará de vistoria e de laudo anexados ao auto de penhora ou, em caso de perícia realizada por avaliador, de laudo apresentado no prazo fixado pelo juiz, devendo-se, em qualquer hipótese, especificar:

I - os bens, com as suas características, e o estado em que se encontram;

II - o valor dos bens.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO: **0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
LUCIO SILVEIRA E FILHOS	EXECUTADO
FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO	ADVOGADO
Igor Leite Linhares	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 02/04/2022 08:38, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 29/03/2022 18:10 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22032918101918900000011090391 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 02/04/2022 08:38 - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO: **0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
LUCIO SILVEIRA E FILHOS	EXECUTADO
FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO	ADVOGADO
Igor Leite Linhares	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 04/04/2022 10:42, o(a) LUCIO SILVEIRA E FILHOS foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 29/03/2022 18:10 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22032918101897800000011090390 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 04/04/2022 10:42 - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Ciente da UF

JUSTIÇA FEDERAL

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

DIVISÃO DA 4ª TURMA

COMUNICAÇÃO

Comunico ao Juízo de origem a decisão liminar proferida no presente processo. O referido é verdade. Dou fé.

Recife, 2 de Maio de 2022

02/05/2022

Número: **0804806-97.2022.4.05.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Partes	
Tipo	**Nome**
ADVOGADO	**Igor Leite Linhares**
AGRAVANTE	**LUCIO SILVEIRA E FILHOS**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
31183507	02/05/2022 14:31	Decisão	Decisão

PROCESSO Nº: 0804806-97.2022.4.05.0000 - **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
AGRAVANTE: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Igor Leite Linhares
AGRAVADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto - 4ª Turma
MAGISTRADO CONVOCADO: Desembargador(a) Federal Frederico Wildson Da Silva Dantas

DECISÃO

LÚCIO SILVEIRA E FILHOS interpõe agravo de instrumento contra decisão proferida pela MMª Juíza Federal da 8ª Vara/RN que, no curso da Execução Fiscal nº 0001567-87.2012.4.05.8401, indeferiu impugnação à reavaliação do imóvel (de matrícula nº 3.688) constrito nos autos, apresentada pela empresa recorrente, a qual reavaliou o bem penhorado em R$ 4.000.000,00, determinando, ato contínuo, que seja o imóvel levado à hasta pública.

A agravante argumenta que a avaliação impugnada, de Id. 4058401.9111830, que foi realizada em 17/06/2021 por Oficial de Justiça sem qualquer *expertise*no ramo imobiliário, valorou o imóvel penhorado em menos da metade das avaliações de fls. 188/191 (id. 4058401.7375167) e fls. 202/207 (id. 4058401.7375161), que foram realizadas em dezembro de 2014 por especialistas habilitados, com inscrição nos respectivos Órgãos de Classe e vasta experiência no ramo, e atribuíram ao bem o valor de mais R$ 8.000.000,00.

Assevera que não é possível se conceber que o imóvel em questão valha atualmente metade do valor que lhe foi atribuído há poucos anos, mormente quando afirma que órgãos especializados, como a ABRAINC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS, tenham estimado que, no período de 2009 a 2019, a valorização de imóveis tenha crescido 9,4% ao ano no Brasil.

Destaca que a avaliação impugnada não apontou sequer as informações básicas do imóvel avaliado, não contendo sua identificação nem descrição, sua localização, aspectos físicos, a área construída ou mesmo a área do terreno, sua infraestrutura, benfeitorias, utilização atual e vocação comercial, nem se fazendo acompanhar de fotografias, externas e internas, planta baixa e croquis.

Afirma que, contrariando o regramento disposto no art. 465, § 1º, e incisos, do CPC, a parte executada, ora recorrente, não foi intimada da nomeação do perito, não lhe tendo sido, portanto, oportunizada a apresentação de quesitos e a indicação de assistente técnico, o que configura, a seu ver, cerceamento de defesa.

Requer a concessão imediata de édito judicial que impeça a realização da hasta pública determinada pela magistrada *a quo*.

Eis o que de relevante havia para relatar. Decido.

Cumpre-me examinar, neste instante processual, tão somente o pedido de liminar substitutiva reclamado, providência que, justamente por se revestir de natureza excepcionalíssima, apenas deve ser ministrada quando presentes, de forma estreita e cumulativa, os requisitos da relevante fundamentação do recurso e do perigo de lesão grave e de difícil reparação em aguardar o julgamento do órgão colegiado.

Ao menos neste juízo de delibação, característico das tutelas de urgência, antevejo razões para deferir a medida liminar reclamada pela ora recorrente. Isso porque, analisando os autos originários, verifiquei que o bem imóvel em discussão, consistente num prédio comercial, fora avaliado, em 09/01/2015, por oficial de justiça avaliador em R$ 8.000.000,00 (id. 4058401.7375161, fls. 61), valor que não divergiu das avaliações realizadas, em dezembro de 2014, por corretores de imóveis contratados para esse fim pela empresa executada, as quais valoraram o bem em pouco mais de R$ 8.000.000,00 (id. 4058401.7375167, fls. 174/177, e 4058401.7375161 fls. 2/7).

Decerto, parece-me de fato remanescer dúvida acerca da razão que levou o oficial de justiça avaliador a, em 22/06/2021, reavaliar o bem em exatos R$ 4.000.000,00 (id. 4058401.9111830), especialmente quando se observa que o auto de constatação e reavaliação não justifica o motivo pelo qual o imóvel está sendo agora avaliado em metade do valor que lhe foi atribuído há pouco mais de 6 anos.

Ao que se observa, o aludido auto apenas faz referência ao endereço do imóvel a ser reavaliado, ao valor que, na oportunidade, estava sendo a ele conferido, cuidando ainda o oficial de justiça avaliador a fazer os breves comentários que a seguir se transcreve:

> "(...) Trata-se de prédio bem localizado no centro da cidade, o qual abarca três pavimentos, além de um espaço grande no térreo e escritório no primeiro andar.
>
> Cabe destacar que é o local onde funciona a empresa "Lojas Areia Branca - O Barateiro da Cidade" (foto em anexo).
>
> Informei o Sr. João Paulo, (84 99660-8888) atual locatário do bem imóvel da nova avaliação, informando-o do procedimento até o eventual leilão judicial.
>
> Por outro lado, o locatário me forneceu o telefone do Sr. Valtér Anunciato da Silveira (fl.255), que é o proprietário e depositário do bem (filho do Sr. Lucio Silveira) - 84 99604-9054, o qual, todavia, não atendeu as ligações e tentativa de contato para intimação.
>
> Ademais, atesto que a tentativa de intimação do Sr. Valter no endereço Dracon Silveira, 10, Santo Antonio, foi infrutífera, haja vista não ter sido atendido e a casa apresentar sinais de abandono.
>
> Diante de tais considerações, devolvo o mandado para apreciação do setor responsável."

Nesse contexto, como o valor da reavaliação do bem discrepa e muito do valor que lhe foi conferido há pouco mais de 6 anos e como não foi explanada qualquer justificativa que porventura viesse demonstrar a efetiva existência de uma desvalorização substancial do prédio comercial constrito, penso, ao menos em princípio, que se deva impedir a realização de hasta pública do bem em referência como forma de evitar que eventualmente seja o imóvel alienado por preço inferior ao que realmente vale.

Registro, porque oportuno, que essa providência é a que melhor se ajusta ao caso em discussão, pois ao tempo em assegura os interesses da empresa recorrente, não fustiga desmedidamente a pretensão almejada pela Fazenda Pública exequente, pois, caso ao final seja esclarecido o motivo que ensejou a reavaliação do imóvel em R$ 4.000.000,00, poderá

o bem ser efetivamente levado em oportunidade futura à hasta pública.

Com essas considerações, **defiro**, por ora,o pedido liminarmente requerido para obstar a realização de hasta pública do imóvel em discussão, ao menos até julgamento final do presente recurso.

Comunique-se com urgência à MMª Juíza Federal prolatora do ato judicial recorrido o inteiro teor deste *decisum*.

Intime-se a agravada a apresentar contraminuta no prazo legal.

Expedientes necessários.

Relator

CAGM

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Certifico que este feito se encontra suspenso em razão de decisão judicial.

Ações aguardando julgamento:

0804806-97.2022.4.05.0000.

AO JUÍZO DA 10 ª VARA FEDERAL D O RIO GRANDE DO NORTE

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) , por sua Procuradora da Fazenda Nacional infra-assinada, porque citada nos autos da execução 0001567-87.2012.4.05.8401, vem apresentar **MANIFESTAÇÃO EM RELAÇÃO A REQUERIMENTO DE TERCEIRO ,** conforme as razões que seguem.

I. SUMÁRIO DA CAUSA

Trata-se de petição de terceiro, na qual aduz que, nos autos da execução fiscal 0001579-16.2012.4.05.8300 , foi determinada a indisponibilidade/ penhora de um bem de sua propriedade (imóvel m atrícula nº 5. 038) .

Aduz que adquiriu o imóvel em 24/02/2015, bem como arrola diversos bens, supostamente, de propriedade do executado.

Não tem razão o requerente , como se demonstrará.

INICIALMENTE, VALE REGISTRAR A INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA, JÁ QUE O REQUERENTE DEVERIA APRESENTAR EMBARGOS DE TERCEIROS, UMA VEZ QUE A EXECUÇÃO FISCAL

NÃO É LUGAR PARA SE DEBATER A RESPEITO DE PROPRIEDADE DE BENS OBJETO DE PENHORA, QUE SUPOSTAMENTE, PERTENCE A TERCEIROS, HAJA VISTA A LIMITAÇÃO PARA AMPLA PRODUÇÃO DE PROVAS .

III- DA EXISTÊNCIA DE FRAUDE À EXECUÇÃO

Afirma o embargante a ilegalidade da indisponibilidade/ penhora que recaiu sobre bem de terceiros (imóvel m atrícula nº 5. 038) . **Ocorre que a fraude é clara.**

D esde já vale destacar que o executado tem um débito com a União que hoje já está em cerca de R$ 16.747.210,67.

A ssim, existem débitos cobrados em diversas execuções fiscais. A fraude à execução pode ser evidenciada em razão da alienação do imóvel matrícula n. 5.038 ter ocorrido após a inscrição de alguns débitos do executado em DAU. Com efeito, cite-se, apenas a título exemplificativo: CDA 41 6 13 003567-14, cujos débitos foram inscritos em D AU em 19/11/2013; CDA 41 7 12 000279-53, cujos débitos foram inscritos em D AU em 01/06/2012; CDA 41 6 12 000976-79, cujos débitos foram inscritos em D AU em 01/06/2012; CDA 41 2 12 000334-00, cujos débitos foram inscritos em D AU em 01/06/2012, consoante extrato em anexo,

Nota-se que mesmo já tendo várias inscrições em DAU, assim como execuções já instauradas contra o executado, a empresa ora requerente ADQUIRIU DIVERSOS IMÓVEIS DO DEVEDOR, consoante mostram os documentos trazidos aos autos pelo requerente .

RESTA MUITO CLARA A INTENÇÃO DO DEVEDOR EM SE DESFAZER DE SEUS BENS, EM PREJUÍZO DA SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS DA UNIÃO, TENDO ENCONTRADO COMO COLABORADOR A EMPRESA LIDER PARTICIPAÇÕES, ORA REQUERENTE, PARA MATERIALIZAR TAL OBJETIVO.

De fato , o requerente adquiriu diversos imóveis do executado na mesma data, todos em 2015, ou seja, em clara fraude à execução, considerando que devedor já tinha diversos débitos milionários inscritos em DAU desde o ano de

2012.

O marco temporal para aferir fraude à execução fiscal não é a data do ajuizamento da execução fiscal ou a citação do devedor, **mas sim a data da inscrição em Dívida Ativa da União.**

D a análise dos fatos acima expostos e da documentação acostada aos autos da execução fiscal, verifica-se, desde logo, que a venda do imóvel foi, sim, objeto de transferência em data posterior à inscrição d o débito tributário em D ívida A tiva da União . Portanto, nota-se claramente a ocorrência de fraude à execução. Aliás, mais fraude à execução do que na hipótese dos autos é impossível.

O CTN, tratando especificamente da fraude à execução fiscal, dispõe no art. 185 que, havendo **dívida inscrita** , a alienação de bens, se onerosa, presume-se fraudulenta , *in verbis* :

> ***Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo* em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. (Redação dada pela Lcp nº 118, de 2005)***

Para verificação da aplicação da atual redação ou da anterior do art. 185 do CTN, a jurisprudência firmou posicionamento segundo o qual deve-se analisar a data em que houve a alienação do bem ou a cessão de direitos.

Se a alienação do imóvel ou a cessão de direitos tiver ocorrido após a entrada em vigor da nova redação do art. 185 do CTN (Lei Complementar nº 118), considera-se fraude à execução a transferência realizada após a inscrição em dívida ativa da União.

Por outro lado, se a alienação do imóvel ou cessão de direitos ocorreu antes da entrada em vigor da nova redação do art. 185, considera-se fraude à execução as transferências realizadas após a citação do executado.

Nesse sentido, colha-se o entendimento firmado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, sob o rito do art. 543-C do CPC, *verbis* :

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. DIREITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO DE BEM POSTERIOR À CITAÇÃO DO DEVEDOR. INEXISTÊNCIA DE REGISTRO NO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO - DETRAN. INEFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. ARTIGO 185 DO CTN, COM A REDAÇÃO DADA PELA LC N.º 118/2005. SÚMULA 375/STJ. INAPLICABILIDADE.

1. (...)

4. Consectariamente, a alienação efetivada antes da entrada em vigor da LC n.º 118/2005 (09.06.2005) presumia-se em fraude à execução se o negócio jurídico sucedesse a citação válida do devedor; posteriormente à 09.06.2005, consideram-se fraudulentas as alienações efetuadas pelo devedor fiscal após a inscrição do crédito tributário na dívida ativa.

5. (...)

9. Conclusivamente: (a) a natureza jurídica tributária do crédito conduz a que a simples alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, pelo sujeito passivo por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta (jure et de jure) de fraude à execução (lei especial que se sobrepõe ao regime do direito processual civil); (b) a alienação engendrada até 08.06.2005 exige que tenha havido prévia citação no processo judicial para caracterizar a fraude de execução; ***se o ato translativo foi praticado a partir de 09.06.2005, data de início da vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da figura da fraude;*** *(c) a fraude de execução prevista no artigo 185 do CTN encerra presunção jure et de jure, conquanto componente do elenco das "garantias do crédito tributário"; (d) a inaplicação do artigo 185 do CTN, dispositivo que não condiciona a ocorrência de fraude a qualquer registro público, importa violação da Cláusula Reserva de Plenário e afronta à Súmula Vinculante n.º 10, do STF.*

10. In casu, o negócio jurídico em tela aperfeiçoou-se em 27.10.2005 , data posterior à entrada em vigor da LC 118/2005, sendo certo que a inscrição em dívida ativa deu-se anteriormente à revenda do veículo ao recorrido, porquanto, consoante dessume-se dos autos, a citação foi efetuada em data anterior à alienação, restando inequívoca a prova dos autos quanto à ocorrência de fraude à execução fiscal.

11. Recurso especial conhecido e provido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução STJ n.º 08/2008.

(REsp 1141990/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/11/2010, DJe 19/11/2010) - (grifos da União)

Portanto, a alienação do imóvel objeto de discussão nos autos foi realizada após a inscriç ão dos débitos em Dívida Ativa da União , razão por que está caracterizada a fraude à execução fiscal e a sua ineficácia em relação à Fazenda Nacional.

III- ÔNUS DA PROVA DA INSOLVÊNCIA - PARÁGRAFO ÚNICO DO ART 185 CTN

Em decorrência da presunção absoluta de fraude à execução que vigora em favor da Fazenda Nacional no caso de alienação de bens após inscrição do alienante em Dívida Ativa, tal presunção somente pode ser desconstituída pelo embargante e somente por meio de prova de solvência do devedor à época do negócio.

O parágrafo único do art. 185 do CTN abre exceção à presunção absoluta apenas para o caso de o embargante/apelado comprovar que o executado possuía outros bens à época da venda e indique tais bens para a satisfação da dívida tributária.

O ônus de provar que possuía outros bens, e que a alienação de bens no curso da Execução Fiscal não lhe reduziu à insolvência, é, por óbvio, do embargante, nos termos do art. 375 do CTN e art, 185 do CPC.

Conclui-se, assim, que, em face do caráter público da inscrição em D ívida A tiva, há presunção de ineficácia da alienação realizada, quando ocorrer venda posterior à inscrição do devedor em Dívida Ativa, cabendo ao terceiro interessado desconstituir tal presunção.

No caso em tela, não obstante o requerente trazer um rol de supostos imóveis de propriedade do executado, não há de fato prova de que se tratam de bens livres, que podem ser objeto de penhora. Ademais, não há qualquer avaliação em relação aos mesmos, a fim de aferir se seriam suficientes para garantir os débitos do executado . Registre-se mais uma vez que o executado tem uma dívida milionária junto à União, que ultrapassa DEZESSEIS MILHÕES.

D emais disso, a requerente cita ainda o imóvel de matrícula n. 5.036. Ocorre que no Id. 4058401 8035000

há certidão do Oficial de Justiça que atesta indícios de que tal bem teria sido alienado a terceiros em 2004, o que mostra que tal imóvel decerto não será útil à satisfação do crédito cobrado nos presentes autos.

Assim, ante as razões expostas, a União discorda do requerimento formulado, ao tempo em que pugna pela manutenção da penhora do imóvel de m atrícula nº 54780).

Pede deferimento.

Carla Cristina Rocha Guerra

Procuradora da Fazenda Nacional

REQUER DESCONSIDERAÇÃO DO ID 4058401.12021024, JUNTADO POR EQUÍVOCO A ESSES AUTOS

26/10/2022

Número: **0804806-97.2022.4.05.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Partes	
Tipo	**Nome**
ADVOGADO	**Igor Leite Linhares**
AGRAVANTE	**LUCIO SILVEIRA E FILHOS**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
34538957	26/10/2022 09:01	trânsito em julgado	Certidão Trânsito em Julgado
33462522	01/09/2022 15:57	Inteiro Teor	Inteiro Teor do Acórdão

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
DIVISÃO DA 4ª TURMA

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO

Certifico que o acórdão proferido pela colenda Quarta Turma em 30.08.2022, transitou em julgado em 25.10.2022.

Certifico, ainda, que em função do trânsito em julgado do Acórdão e em cumprimento ao artigo 65 do Regimento Interno deste Tribunal, arquivo eletronicamente este processo na pasta "Baixa Definitiva Arquivo" do PJE. O referido é verdade e dou fé.

Recife, 26 de Outubro de 2022

PROCESSO Nº:0804806-97.2022.4.05.0000**- AGRAVO DE INSTRUMENTO**

AGRAVANTE: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

ADVOGADO: Igor Leite Linhares

AGRAVADO: FAZENDA NACIONAL

RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto - 4ª Turma

JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal

RELATÓRIO

LÚCIO SILVEIRA E FILHOS interpõe agravo de instrumento contra decisão proferida pela MMª Juíza Federal da 8ª Vara/RN que, no curso da Execução Fiscal nº 0001567-87.2012.4.05.8401, indeferiu impugnação à reavaliação do imóvel (de matrícula nº 3.688) constrito nos autos, apresentada pela empresa recorrente, a qual reavaliou o bem penhorado em R$ 4.000.000,00, determinando, ato contínuo, que seja o imóvel levado à hasta pública.

A agravante argumenta que a avaliação impugnada, de Id. 4058401.9111830, que foi realizada em 17/06/2021 por Oficial de Justiça sem qualquer *expertise* no ramo imobiliário, valorou o imóvel penhorado em menos da metade das avaliações de fls. 188/191 (id. 4058401.7375167) e fls. 202/207 (id. 4058401.7375161), que foram realizadas em dezembro de 2014 por especialistas habilitados, com inscrição nos respectivos Órgãos de Classe e vasta experiência no ramo, e atribuíram ao bem o valor de mais R$ 8.000.000,00.

Assevera que não é possível se conceber que o imóvel em questão valha atualmente metade do valor que lhe foi atribuído há poucos anos, mormente quando afirma que órgãos especializados, como a ABRAINC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS, tenham estimado que, no período de 2009 a 2019, a valorização de imóveis tenha crescido 9,4% ao ano no Brasil.

Destaca que a avaliação impugnada não apontou sequer as informações básicas do imóvel avaliado, não contendo sua identificação nem descrição, sua localização, aspectos físicos, a área construída ou mesmo a área do terreno, sua infraestrutura, benfeitorias, utilização atual e vocação comercial, nem se fazendo acompanhar de fotografias, externas e internas, planta baixa e croquis.

Afirma que, contrariando o regramento disposto no art. 465, § 1º, e incisos, do CPC, a parte executada, ora recorrente, não foi intimada da nomeação do perito, não lhe tendo sido, portanto, oportunizada a apresentação de quesitos e a indicação de assistente técnico, o que configura, a seu ver, cerceamento de defesa.

Requer a concessão imediata de édito judicial que impeça a realização da hasta pública determinada pela magistrada *a quo*. No mérito, pugna que seja anulada a avaliação de Id. 4058401.9111830, notadamente em face das lacunas ali existentes e, também, em razão de não ter sido a agravante intimada da nomeação do *expert*, não lhe tendo sido, portanto, oportunizada a apresentação de quaisquer quesitos ou mesmo a indicação de assistente técnico, nos termos do art. 465, § 1º, e incisos, do CPC, determinando-se, por consequência, a realização de nova perícia.

Deferido o efeito suspensivo requestado.

Contraminuta apresentada.

É o relatório.

PROCESSO Nº:0804806-97.2022.4.05.0000**- AGRAVO DE INSTRUMENTO**

AGRAVANTE: LUCIO SILVEIRA E FILHOS

ADVOGADO: Igor Leite Linhares

AGRAVADO: FAZENDA NACIONAL

RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto - 4ª Turma

JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal

VOTO

Cinge-se a controvérsia à aferição do acerto da decisão objurgada, que, em sede de execução fiscal, indeferiu impugnação à reavaliação do imóvel (de matrícula nº 3.688) constrito nos autos, apresentada pela empresa recorrente, a qual reavaliou o bem penhorado em R$ 4.000.000,00, determinando, ato contínuo, que seja o imóvel levado à hasta pública.

Merecem parcial acolhida as alegações vertidas pelo recorrente. Explico.

Trata-se de hipótese em que foi realizada por oficial de justiça a avaliação de prédio comercial penhorado em duas oportunidades: em 09/01/2015, no valor de R$ 8.000.000,00 (id. 4058401.7375161 dos autos originários - fls. 298/300) e outra em 17/06/2021, no importe de R$ 4.000.000,00 (id. 4058401.9111830). A primeira avaliação não divergiu das avaliações realizadas por corretores de imóveis contratados para este fim pela executada em 2015 (entre R$ 8.100,000,00 e R$ 9.300.000,00). Na reavaliação do bem, em 2021, o laudo faz referência apenas ao endereço do imóvel e ao valor que estava sendo a ele conferido na oportunidade, tecendo ainda breves comentários sobre o bem ("*prédio localizado no centro da cidade; de três pavimentos; local onde funciona a empresa "Lojas Areia Branca - O Barateiro da Cidade")*. Não se justifica o motivo pelo qual o imóvel está sendo agora avaliado em metade do valor que lhe foi atribuído há pouco mais de seis anos.

Observa-se, *in casu*, que o valor da reavaliação do bem discrepa e muito do valor que lhe foi conferido há pouco mais de 6 anos e não foi apresentada qualquer justificativa que porventura viesse ensejar uma desvalorização substancial do prédio comercial constrito.

O art. 873, I, do CPC, estabelece que será admitida nova avaliação do bem penhorado quando qualquer das partes arguir, fundamentadamente, a ocorrência de erro na avaliaçãoou dolo do avaliador.

Com efeito, em se tratando de reavaliação do bem constrito, deveria o oficial de justiça ter explicitado eventuais causas para a modificação para a avaliação anterior, o que não ocorreu na espécie, maculando de nulidade a reavaliação efetuada pelo oficial de justiça.

Destaque-se que não há que se falar em nulidade da reavaliação efetivada em razão de não terem sido apresentados quesitos a serem respondidos pelo oficial de justiça. Isso porque a apresentação de quesitos está prevista no CPC para a hipótese de realização de perícia, o que não é o caso dos autos.

Por fim, resta inviabilizada a análise do pleito para a realização de perícia, pois a questão

não foi examinada pelo juízo *a quo*. Venho entendendo, seguidamente, que "*o agravo de instrumento não possui efeito translativo, de modo que esse recurso apenas devolve para o tribunal as matérias que efetivamente tenham sido debatidas no ato judicial agravado, sob pena de se incorrer em inegável supressão de grau de jurisdição*" (PROCESSO Nº: 0811652-38.2019.4.05.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO, Relator Convocado: Desembargador Federal Carlos Vinícius Calheiros Nobre, julgado em 03/03/2020).

Com essas considerações, **dou parcial provimento ao agravo de instrumento do particular, para reconhecer a nulidade da reavaliação do bem imóvel constrito.**

É como voto.

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REAVALIAÇÃO DE IMÓVEL. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO LAUDO. DEMONSTRAÇÃO. NULIDADE DO PARECER OFICIAL.

1. Agravo de instrumento interposto por particular em face de decisão que, em sede de execução fiscal, indeferiu impugnação à reavaliação do imóvel constrito nos autos, apresentada pela empresa recorrente, a qual reavaliou o bem penhorado em R$ 4.000.000,00, determinando, ato contínuo, que seja o imóvel levado à hasta pública.

2. Pretensão recursal consubstanciada na anulação da reavaliação efetivada, em face das lacunas ali existentes e, também, em razão de não ter sido a agravante intimada da nomeação do *expert*, não lhe tendo sido, portanto, oportunizada a apresentação de quaisquer quesitos ou mesmo a indicação de assistente técnico, nos termos do art. 465, § 1º, e incisos, do CPC, determinando-se, por consequência, a realização de nova perícia.

3. Hipótese em que foi realizada por oficial de justiça a avaliação de prédio comercial penhorado em duas oportunidades: em 09/01/2015, no valor de R$ 8.000.000,00 e outra em 17/06/2021, no importe de R$ 4.000.000,00. A primeira avaliação não divergiu das avaliações realizadas por corretores de imóveis contratados para este fim pela executada em 2015 (entre R$ 8.100,000,00 e R$ 9.300.000,00). Na reavaliação do bem, em 2021, o laudo faz referência apenas ao endereço do imóvel e ao valor que estava sendo a ele conferido na oportunidade, tecendo ainda breves comentários sobre o bem ("*prédio localizado no centro da cidade; de três pavimentos; local onde funciona determinada empresa").*Não se justifica o motivo pelo qual o imóvel está sendo agora avaliado em metade do valor que lhe foi atribuído há pouco mais de seis anos.

4. O art. 873, I, do CPC, estabelece que será admitida nova avaliação do bem penhorado quando qualquer das partes arguir, fundamentadamente, a ocorrência de erro na avaliação ou dolo do avaliador.

5. Em se tratando de reavaliação do bem constrito, deveria o oficial de justiça ter explicitado eventuais causas para a modificação para a avaliação anterior, o que não ocorreu na espécie, maculando de nulidade a reavaliação efetuada. Não há que se falar em nulidade da reavaliação em razão de não terem sido apresentados quesitos a serem respondidos pelo oficial de justiça. A apresentação de quesitos está prevista no CPC para a hipótese de realização de perícia, o que não é o caso dos autos.

6. Inviabilizada a análise do pleito para a realização de perícia, pois a questão não foi examinada pelo juízo *a quo*. O agravo de instrumento não possui efeito translativo, devolvendo ao tribunal as matérias que efetivamente tenham sido debatidas no ato judicial

agravado, sob pena de se incorrer em supressão de grau de jurisdição.

7. Agravo de instrumento parcialmente provido, para reconhecer a nulidade da reavaliação do bem constrito.

LMABP

ACÓRDÃO

Vistos, etc.

Decide a Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao agravo de instrumento do particular, nos termos do Relatório, Voto e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Relator

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
DIVISÃO DA 4ª TURMA

C E R T I D Ã O

Certifico que, nesta data, enviei cópia da decisão/acórdão, bem como da certidão de trânsito em julgado, ora anexadas ao processo de referência.Recife, 26 de Outubro de 2022.

AO JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Processo nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 e apensos

Exequente: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

Executado(a): LUCIO SILVEIRA E FILHOS

Demanda Analytics nº: 2022.0100.020.01924-9

A **União (Fazenda Nacional),** por seu procurador adiante firmado, considerando o parcial provimento do agravo de instrumento nº 0804806-97.2022.4.05.0000 (id. 4050000.34538988) para reconhecer a nulidade da reavaliação (id. 4058401.9111830), e que a avaliação anterior ocorreu há mais de 08 (oito) anos (id. 4058401.7375161), vem requerer a **expedição de novo mandado de constatação e reavaliação do imóvel penhorado de matricula nº 3.688 do Cartório do 1º Oficio de Mossoró-RN ,** para posterior alienação do bem por iniciativa da PGFN através da plataforma **COMPREI.**

Pede deferimento.

OSSIAN DE ALENCAR ARARIPE NETO

Procurador da Fazenda Nacional

MARIA BEATRIZ SILVA RAMALHO

Estagiária de Direito

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESPACHO

Tendo em vista o trânsito em julgado do Acórdão proferido pelo TRF5 (id. 34538988), no bojo do Agravo de Instrumento nº 0804806-97.2022.4.05.0000, que deu provimento ao pedido da parte executada, para reconhecer a nulidade da reavaliação do bem constrito, prossiga-se com a execução.

Nesse sentido, expeça-se mandado de reavaliação em relação ao imóvel de matrícula **nº 3688** (Rua Coronel Gurgel, nº 114, Centro, Mossoró/RN) , penhorado nos presentes autos (fls. 254/256 - id. 7375161), nos moldes delineados no Acórdão do Agravo de Instrumento, intimando o executado para tomar ciência do resultado da diligência no prazo de 15 (quinze) dias para, se for o caso, apresentar impugnação mediante petição simples nos próprios autos.

Frise-se que o Oficial de Justiça responsável por cumprir a determinação deverá realizar **REGISTRO FOTOGRÁFICO** do bem a ser reavaliado, cujas fotografias serão parte integrante dos documentos a serem juntados aos autos do processo, ao fim da diligência.

Caso não seja possível a intimação pessoal, intime-se o executado , por meio de seu defensor, para tomar ciência do resultado da reavaliação no prazo de 15 (quinze) dias e, se for o caso, apresentar impugnação mediante petição simples nos próprios autos.

Decorrido o prazo acima sem manifestação, leve-se o bem penhorado à hasta pública.

Cumpra-se.

Mossoró, datado eletronicamente.

assinado eletronicamente
ANDRÉ VIEIRA DE LIMA
Juiz Federal Substituto da 13ª Vara da SJRN
em substituição na 8ª Vara da SJRN

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

Avenida Jorge Coelho de Andrade, S/N - Bairro Presidente Costa e Silva - Mossoró/RN
Horário de atendimento: 09h00 às 18h00 - Fone: (84) 3422-5855
E-mail: secretaria8vara@jfrn.jus.br

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

MANDADO DE REAVALIAÇÃO

LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Rua Dracon de Albuquerque, 10, Santo Antonio, Mossoro CEP 59.611-020

Bem a ser Reavaliado:
Imóvel de matrícula **nº 3688** (Rua Coronel Gurgel, nº 114, Centro, Mossoró/RN) , penhorado nos presentes autos (fls. 254/256 - id. 7375161),

---

O Doutor **ORLAN DONATO ROCHA** , Juiz Federal da 8ª Vara - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, na forma da lei, etc.

MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo Federal, ou a quem for distribuído o presente mandado, que em seu cumprimento, proceda ao devido exame **de REAVALIAÇÃO** do(s) bem(ns) constante(s) do(s) Auto(s) de Penhora em anexo, **INTIMANDO a parte executada do resultado da diligência para, querendo , apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias .**

Frise-se, ainda, que o Oficial de Justiça responsável por cumprir a determinação deverá realizar **REGISTRO FOTOGRÁFICO** dos bens a serem reavaliados, cujas fotografias serão parte integrante dos documentos a serem juntados aos autos do processo, ao fim da diligência.

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei.

EXPEDIDO nesta cidade de Mossoró/RN, *data abaixo* . Eu, JEANE KATHLE ANTUNES DE MELO GONCALVES, Servidor da 8ª Vara Federal/SJRN , digitei e conferi o presente mandado que, de ordem do MM. Juiz Federal, vai por mim assinado eletronicamente.

CERTIDÃO

Certifico que, no dia 11/04/2023, em cumprimento ao Mandado de Reavaliação de imóvel expedido nos autos do processo supra mencionado, compareci à Rua Coronel Gurgel, nº 114, Centro, Mossoró/RN, oportunidade na qual, REAVALIEI o bem penhorado, conforme Auto de Avaliação em anexo.

Certifico, por fim, que quanto à intimação da executada, salvo melhor juízo da autoridade judiciária competente, reputa-se mais célere sua realização na forma do artigo 841, §1º, CPC, tendo em vista o certificado à ID 4058401.9111828 .

O referido é verdade e disto dou fé.

Matheus Teixeira Coelho

Oficial de Justiça Avaliador Federal

Mat. RN1088

AUTO DE REAVALIAÇÃO

Trata-se do imóvel de matrícula nº 3688, localizado na região central de Mossoró, onde, atualmente, funciona as "Lojas Areia Branca", o qual possui 3 extensos pavimentos, assim divididos:

- Térreo – Local onde funciona o atendimento ao público em geral;
- 1º andar – Local utilizado como escritório, possuindo 2 banheiros, 1 cozinha e 2 salas, bem como um espaço para depósito de mercadorias.
- 2º andar – Local utilizado, exclusivamente, como depósito de mercadorias.

Fatores de valorização observados por este Oficial:

1. O imóvel está localizado em uma região de intensa atividade comercial, onde há disponibilização de utilidades imprescindíveis para uma adequada utilização do imóvel, tais como sistema de distribuição de água, esgoto, energia elétrica, destacando-se, ainda, a inexistência, em suas proximidades, de agentes degradadores do meio ambiente (por exemplo, lixões, incineradores, entre outros). Importante ressaltar que há uma intensa circulação de pessoas na região em que o imóvel se encontra, o que é, sem dúvidas, um fator relevante de valorização, tendo em vista se tratar de um imóvel para uso comercial.

2. Outro ponto que cabe destacar é o fato do imóvel encontrar-se alugado para as Lojas Areia Branca, o que gera uma renda passiva mensal considerável, haja vista a localização central, bem como o tamanho do imóvel.

3. O presente imóvel possui acesso por meio de 2 importantes ruas da cidade (Coronel Gurgel e José de Alencar), o que, indubitavelmente, é um fator valorizante da propriedade, por sua maior evidência para os pedestres que transitam pelo local.

4. Trata-se de um terreno com uma boa área construída (1.167,60m², conforme laudos mercadológicos apresentados pelo executado), o que torna o imóvel atrativo para locações/investimento.

Fator de desvalorização do imóvel observado por este Oficial:

Estrutura física referente, principalmente, ao 2º piso (utilizado como depósito): Observa-se pelas fotos anexas, que o telhado é de amianto com algumas falhas e, segundo conversa com um dos funcionários da loja, quando chove forte, ocorre infiltração, podendo danificar mercadorias que se encontram depositadas no local. Ademais, grande parte da estrutura de alvenaria não possui acabamento.

Para realizar a reavaliação, utiliza-se aqui, além dos elementos acima expostos, o método comparativo, que consiste em fazer os cotejos mercadológico de valores em relação a

outros bens, que se assemelhem ao imóvel avaliando e que sirvam de paradigma para se concluir a respeito dos preços de mercado. Cabe ressaltar que os imóveis paradigmas que servem de parâmetro para o trabalho avaliativo, por óbvio, não são iguais ao imóvel avaliando. Os imóveis paradigmas devem possuir, sim, características intrínsecas e extrínsecas similares ao imóvel objeto do trabalho de avaliação. São atributos semelhantes, existentes entre os imóveis, que servem como embasamento para conclusão do trabalho de avaliação.

	Imóvel 1	Imóvel 2
Anúncio	https://www.vivareal.com.br/imovel/imovel-comercial-centro-bairros-mossoro-160m2-venda-RS650000-id-2546600737/	https://www.mobiliimoveis.com.br/480/imoveis/venda-locacao-predio-comercial-centro-mossoro-rn
Endereço	**Rua Sousa Machado**	**Rua Rui Barbosa**
Bairro	**Centro**	**Centro**
Área	**160m²**	**500m²**
Valor anunciado	**R$ 650.000,00**	**R$ 1.900.000,00**
Valor m²	**R$ 4.062,50**	**R$ 3.800,00**

VALOR MÉDIO DO M² COM BASE NOS DADOS COLETADOS

	VALOR DO M²
	R$ 4.062,50
	R$ 3.800,00
TOTAL	R$ 7.862,50
÷ 2 = Média	R$ 3.931,25
+ 10% valorização conforme fatores de valorização acima citados	R$ 4.324,37

CÁLCULO DO VALOR DO IMÓVEL

ÁREA	**1167,60**
Valor do m²	**R$ 4.324,37**
VALOR DO IMÓVEL	**R$ 5.049.134,41**

Assim, levando-se em consideração os pontos objetivamente constatados, bem como, levando-se em conta a situação mercadológica local (constatada por meio de cotejos com outros imóveis comercializados na região), estima-se o valor do imóvel penhorado no montante **de R$ 5.049.134,41 (cinco milhões, quarenta e nove mil, cento e trinta e quatro reais e quarenta e um centavos)**.

O referido é verdade e disto dou fé.

Matheus Teixeira Coelho
Oficial de Justiça Avaliador Federal.
Matrícula RN1088


PORTA
DETERGENTE
E ESPONJA




CAIXA
Lojas Areia Branca
DURACELL
29,
47
51
ROCIE
CUIDADO FRÁGIL
ROCIE
CUIDADO FRÁGIL
ROCIE


Lojas Areia Branca
O barateiro da Cidade
Gira Bijoux
Temos o melhor preço e variedades
Lojas Areia Branca
O barateiro da Cidade
AQUI TEM
COMPRE AQUI
AQUI TEM


Lojas Areia Branca
3316-2831
O barateiro da cidade




Bellplus


Kapazi


MANTENHA A PORTA
FECHADA




TENHA A PORTA
FECHADA








CHAMEX
chamequinho
ITEM NO: 300 M
QTY: PCS
G.W.: KGS
N.W.: KGS
Sylvamo
Maxilux
ORIGINAL




EXTINSERVICE
AP


EXTINTOR
PÓ QUÍMICO
193
LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS
EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS
HIGIENE


568
QTY - 12 GROSS


ARQPLAST
PORTA DETERGENTE E ESPONJA
ARQPLAST
PORTA DETERGENTE E ESPONJA
FOR-PLAS
Vassouras
CARIRI






SANREMO
30L



Processo: **0001567.87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
MATHEUS TEIXEIRA COELHO - Oficial de Justiça Distribuidor
Data e hora da assinatura: 17/04/2023 13:51:15
23041713483842000000012854989
Identificador: 4058401.12816508
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

Vistos em Inspeção

(Período Anual Inspecionado: 12/03/2022 a 04/06/2023)

.table-ocorrencias { width: 100%; } .table-ocorrencias, .table-ocorrencias th, .table-ocorrencias td { border: 1px solid; border-collapse: collapse; }

Ocorrência	Data Prazo
14V - Certifique-se o decurso de prazo	

ARNALDO PEREIRA DE ANDRADE SEGUNDO

Juiz Federal da 13ª Vara/SJRN, em substituição na 8ª Vara/SJRN

(Ato nº 293/2023-CRTRF5)

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO : De ordem do MM. Juiz Federal, com base no art. 152, VI, do CPC , intime-se a parte executada, por meio de seu defensor, para tomar ciência da REAVALIAÇÃO do bem (ID.4058401.12816508) e, se for o caso, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

Mossoró/RN, 30 de Agosto de 2023.

FLORINDA SEGUNDA MARTINS DE MELO
Servidor - 8ª Vara Federal/SJRN

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO : De ordem do MM. Juiz Federal, com base no art. 152, VI, do CPC , intime-se a parte executada, por meio de seu defensor, para tomar ciência da REAVALIAÇÃO do bem (ID.4058401.12816508) e, se for o caso, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

Mossoró/RN, 30 de Agosto de 2023.

FLORINDA SEGUNDA MARTINS DE MELO
Servidor - 8ª Vara Federal/SJRN

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO : De ordem do MM. Juiz Federal, com base no art. 152, VI, do CPC , intime-se a parte executada, por meio de seu defensor, para tomar ciência da REAVALIAÇÃO do bem (ID.4058401.12816508) e, se for o caso, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

Mossoró/RN, 30 de Agosto de 2023.

FLORINDA SEGUNDA MARTINS DE MELO
Servidor - 8ª Vara Federal/SJRN

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO: **0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
LUCIO SILVEIRA E FILHOS	EXECUTADO
FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO	ADVOGADO
Igor Leite Linhares	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 01/09/2023 18:15, o(a) LUCIO SILVEIRA E FILHOS foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 30/08/2023 09:32 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23083009325009500000013551600 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 01/09/2023 18:15 - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MOSSORÓ - 8ª VARA

Vistos em Inspeção

(Período Anual Inspecionado: 08/04/2024 a 12/04/2024)

.table-ocorrencias { width: 100%; } .table-ocorrencias, .table-ocorrencias th, .table-ocorrencias td { border: 1px solid; border-collapse: collapse; }

Ocorrência	Data Prazo
Certifique-se o decurso de prazo.	

JOÃO BATISTA MARTINS PRATA BRAGA

Juiz Federal da 8ª Vara/SJRN

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico que decorreu o prazo do(a) ato ordinatório de ID . 4058401.13510273 sem manifestação do executado. Dou fé.

Mossoró/RN, 3 de Maio de 2024.

FLORINDA SEGUNDA MARTINS DE MELO
Servidor - 8ª Vara Federal/SJRN

MM. Juiz(a),

Segue petição anexa.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 8ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Demanda nº: 2022.0100.020.01924-9

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL),** por sua procuradora abaixo assinada, informa que **não tem interesse na adjudicação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s).**

Assim, requer-se, com fundamento no art. 879, I, do CPC, que seja **autorizada a alienação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s) e avaliado(s) de matrícula nº 3.688, por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, no Comprei**[1]. Os critérios para alienação judicial são determinados pelas Leis nº 13.105, de 2015 (CPC) e nº 8.212, de 1991, em especial:

Prazo	360 (trezentos e sessenta) dias
Publicidade	Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br). Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.
Preço	O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC). O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.
Condições de pagamento	Todos os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) com código de receita nº 7739 emitido pelo Comprei. O Comprei concederá parcelamento da alienação por valor igual ou superior ao da avaliação nos seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 30 (trinta) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC). O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e

[1] comprei.pgfn.gov.br

	de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União. Não se concederá parcelamento quando sobre o bem alienado houver concurso de penhora com credor privilegiado. Quando o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o excedente deve ser recolhido por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-federal/).
Procedimento	As minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem. Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei para entrega do bem e registro.
Comissão de corretagem	5% (cinco por cento) do valor da alienação
Intermediário credenciado	Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação. O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.

Em sendo deferido, **requer-se a intimação do executado e demais interessados para ciência da alienação judicial, nos termos do art. 889, do CPC.**

Informa-se que o valor atualizado da dívida é **R$** 605.961,44 (consulta anexa).

Nesses termos, pede deferimento.

Roberta Tenório Gondim de Assis Bittencourt
Procuradora da Fazenda Nacional

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 3
Inscrições Selecionadas: 3
Parâmetro de Localização: 00015678720124058401

1º Devedor:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	08.378.267/0001-29
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	13433 450907/2004-18
Nº Inscrição:	41 7 12 000279-53
Receita:	0810 / DIV.ATIVA-PIS
Data Inscrição:	01/06/2012
Data Primeira Cobrança:	020121012
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	00015678720124058401
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO
Valor Inscrito:	R$ 9.937,09 (UFIR 9.338,49)
Valor Consolidado:	R$ 34.740,32

2º Devedor:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	08.378.267/0001-29
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	13433 450907/2004-18
Nº Inscrição:	41 6 12 000976-79
Receita:	1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição:	01/06/2012
Data Primeira Cobrança:	020121012
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	00015678720124058401
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO
Valor Inscrito:	R$ 58.016,83 (UFIR 54.521,94)
Valor Consolidado:	R$ 217.105,05

3º Devedor:	LUCIO SILVEIRA E FILHOS
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	08.378.267/0001-29
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	13433 450907/2004-18
Nº Inscrição:	41 2 12 000334-00
Receita:	3551 / DIV.ATIVA-IRPJ
Data Inscrição:	01/06/2012
Data Primeira Cobrança:	020121012
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	
Nº Único de Processo Judicial:	00015678720124058401
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO
Valor Inscrito:	R$ 95.359,68 (UFIR 89.615,31)
Valor Consolidado:	R$ 354.116,07

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 163.313,60 (UFIR 153.475,74)

Valor Consolidado: R$ 605.961,44

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de execução fiscal movida pela Fazenda Nacional contra Lúcio Silveira e Filhos para cobrança de débito no valor atualizado de R$ 605.961,44. Para garantir a satisfação do crédito exequendo, foi realizada a penhora do imóvel comercial de matrícula nº 3.688, localizado na região central de Mossoró/RN.

A Fazenda Nacional requer a alienação judicial do bem penhorado nos termos do art. 879, I, do Código de Processo Civil (CPC), com intermediação de corretor ou leiloeiro credenciado na plataforma COMPREI, conforme critérios estabelecidos na legislação pertinente (CPC e Lei n.º 8.212/1991).

É o relatório. Decido.

A execução fiscal seguiu os trâmites legais, garantindo ao executado o direito à ampla defesa e ao contraditório. O imóvel objeto da penhora foi devidamente reavaliado por determinação deste juízo, após a anulação da avaliação anterior pelo TRF5. O novo laudo técnico fixou o valor do bem em R$ 5.049.134,41.

Nos termos do art. 891, parágrafo único, do CPC, a alienação judicial de bens penhorados pode ser realizada por valor não inferior a 50% do montante da avaliação, ou seja, R$ 2.524.567,21. Ademais, o procedimento na plataforma COMPREI observa os princípios da publicidade, economicidade e celeridade processual, conferindo maior transparência à alienação.

A Fazenda Nacional manifestou desinteresse na adjudicação do imóvel e requer a alienação judicial, conforme documento Identificador: 4058401.15645423.

A análise dos autos demonstra que o pedido atende aos requisitos legais e visa garantir a efetividade da execução, conforme os artigos 879, 891 e 895 do CPC, além do artigo 98 da Lei nº 8.212/1991.

Diante do exposto, com fundamento no art. 879, I, do CPC, DEFIRO o pedido da Fazenda Nacional para que seja promovida a alienação judicial do imóvel penhorado, de matrícula nº 3.688, por meio da plataforma COMPREI, observando-se as condições requeridas no documento Identificador: 4058401.15645423.

Determino a intimação do executado e demais interessados para ciência do presente despacho, nos termos do art. 889 do CPC.

Decorrido o prazo sem impugnação válida, prossiga-se com os atos necessários para a efetivação da alienação.

Cumpra-se.

assinado eletronicamente
JOÃO BATISTA MARTINS PRATA BRAGA
Juiz Federal da 8ª Vara/SJRN

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001567-87.2012.4.05.8401 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: LUCIO SILVEIRA E FILHOS
ADVOGADO: Francisco Marcos De Araujo e outro
8ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de execução fiscal movida pela Fazenda Nacional contra Lúcio Silveira e Filhos para cobrança de débito no valor atualizado de R$ 605.961,44. Para garantir a satisfação do crédito exequendo, foi realizada a penhora do imóvel comercial de matrícula nº 3.688, localizado na região central de Mossoró/RN.

A Fazenda Nacional requer a alienação judicial do bem penhorado nos termos do art. 879, I, do Código de Processo Civil (CPC), com intermediação de corretor ou leiloeiro credenciado na plataforma COMPREI, conforme critérios estabelecidos na legislação pertinente (CPC e Lei n.º 8.212/1991).

É o relatório. Decido.

A execução fiscal seguiu os trâmites legais, garantindo ao executado o direito à ampla defesa e ao contraditório. O imóvel objeto da penhora foi devidamente reavaliado por determinação deste juízo, após a anulação da avaliação anterior pelo TRF5. O novo laudo técnico fixou o valor do bem em R$ 5.049.134,41.

Nos termos do art. 891, parágrafo único, do CPC, a alienação judicial de bens penhorados pode ser realizada por valor não inferior a 50% do montante da avaliação, ou seja, R$ 2.524.567,21. Ademais, o procedimento na plataforma COMPREI observa os princípios da publicidade, economicidade e celeridade processual, conferindo maior transparência à alienação.

A Fazenda Nacional manifestou desinteresse na adjudicação do imóvel e requer a alienação judicial, conforme documento Identificador: 4058401.15645423.

A análise dos autos demonstra que o pedido atende aos requisitos legais e visa garantir a efetividade da execução, conforme os artigos 879, 891 e 895 do CPC, além do artigo 98 da Lei nº 8.212/1991.

Diante do exposto, com fundamento no art. 879, I, do CPC, DEFIRO o pedido da Fazenda Nacional para que seja promovida a alienação judicial do imóvel penhorado, de matrícula nº 3.688, por meio da plataforma COMPREI, observando-se as condições requeridas no documento Identificador: 4058401.15645423.

Determino a intimação do executado e demais interessados para ciência do presente despacho, nos termos do art. 889 do CPC.

Decorrido o prazo sem impugnação válida, prossiga-se com os atos necessários para a efetivação da alienação.

Cumpra-se.

assinado eletronicamente
JOÃO BATISTA MARTINS PRATA BRAGA
Juiz Federal da 8ª Vara/SJRN

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO: **0001567-87.2012.4.05.8401 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
LUCIO SILVEIRA E FILHOS	EXECUTADO
FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO	ADVOGADO
Igor Leite Linhares	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 21/03/2025 14:41, o(a) LUCIO SILVEIRA E FILHOS foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 17/02/2025 14:59 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 25031910501672500000016401681 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 21/03/2025 14:41 - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Petição anexa

IGOR LINHARES
Advocacia e Consultoria

AO JUÍZO DA 8ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

REF. PROCESSO Nº 0001567-87.2012.4.05.8401S

LUCIO SILVEIRA E FILHOS, devidamente qualificada, nos autos do presente processo executivo, em que contende com a FAZENDA NACIONAL, igualmente qualificada, por seu advogado infrafirmado (*cf.* Substabelecimento SEM RESERVAS anexo aos autos), vem à presença de Vossa Excelência expor e requerer o seguinte:

O Advogado subscritor da presente petição é, desde 20/07/21, quando juntou aos presentes autos o substabelecimento **sem reserva** de poderes (Id. 4058401.9436298), o **único** advogado legitimado a representar a Executada.

Ocorre que a despeito do substabelecimento, reitere-se, sem reserva acima mencionado, as intimações destinadas à ora Requerente, várias delas de extrema importância, continuaram a ser feitas exclusivamente em nome do advogado substabelecente (Dr. Francisco Marcos de Araújo), conforme recorte abaixo, configurando evidente nulidade, *data maxima venia*.

Pesquisar expedientes

Expedientes

Expediente	Envio	Confirmado por	Início do prazo
FAZENDA NACIONAL Intimação via Sistema	19/03/2025	JOVALDO NUNES GOMES JUNIOR em 21/03/2025	24/03/2025
LUCIO SILVEIRA E FILHOS Intimação via Sistema	19/03/2025	FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO em 21/03/2025	24/03/2025
FAZENDA NACIONAL Intimação via Sistema	30/08/2023	JOVALDO NUNES GOMES JUNIOR em 01/09/2023	04/09/2023
LUCIO SILVEIRA E FILHOS Intimação via Sistema	30/08/2023	FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO em 01/09/2023	04/09/2023
LUCIO SILVEIRA E FILHOS Mandado via Central de Mandados (Prazo devolução do expediente: 25/05/2023)	14/03/2023	MATHEUS TEIXEIRA COELHO em 17/04/2023	18/04/2023
FAZENDA NACIONAL Intimação via Sistema	29/03/2022	JOVALDO NUNES GOMES JUNIOR em 02/04/2022	05/04/2022
LUCIO SILVEIRA E FILHOS Intimação via Sistema	29/03/2022	FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO em 04/04/2022	05/04/2022
FAZENDA NACIONAL Intimação via Sistema	21/08/2021	JOVALDO NUNES GOMES JUNIOR em 28/08/2021	31/08/2021
FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO Intimação via Sistema	24/06/2021	FRANCISCO MARCOS DE ARAUJO em 28/06/2021	30/06/2021
LUCIO SILVEIRA E FILHOS Mandado via Central de Mandados (Prazo devolução do expediente: 28/01/2021)	28/10/2020		-

RUA DUODÉCIMO ROSADO, 1903, EDIFÍCIO AGATTI MALL, 1º ANDAR
NOVA BETÂNIA, MOSSORÓ RN | CEP 59.607-020
TEL: 84 3317-2215
igorlinhares@hotmail.com

É que, com o substabelecimento sem reserva de poderes, ocorre transferência definitiva destes, ou seja, um novo patrono assume a causa e o outro passa a não ser mais procuradores no processo.

Dirigidas intimações e publicações ao excluído procurador da executada nulos são os atos processuais a partir de então, devendo ser restituído prazos ao(s) advogado(s) legalmente habilitado.

Nesse sentido inclusive já se posicionou o **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF**, nos termos do julgado abaixo:

> INTIMAÇÃO – ADVOGADO – SUBSTABELECIMENTO – NULIDADE. É inválida publicação realizada, exclusivamente, em nome de advogado que não mais patrocina, ante substabelecimento sem reserva de poderes, os interesses do acusado.
>
> (STF - HC: 140748 SP 0001452-63.2017 .1.00.0000, Relator.: MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 22/03/2021, Primeira Turma, Data de Publicação: 13/04/2021)

Outro não é o entendimento do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ** que, em diversas oportunidades, já declarou ser "*nula a publicação de intimação se nela é omitido o nome do novo advogado substabelecido que passa a acompanhar o feito*" (RECURSO ESPECIAL Nº 779.368 - CE (2005/0147995-3) RELATORA MINISTRA ELIANA CALMON)

Que fique claro: no caso dos autos há um advogado estranho ao processo que continua sendo intimado (o que já é irregular, sob qualquer aspecto), inclusive se antecipando à ciência via sistema (*cf. print* acima).

RUA DUODÉCIMO ROSADO, 1903, EDIFÍCIO AGATTI MALL, 1º ANDAR
NOVA BETÂNIA, MOSSORÓ RN | CEP 59.607-020
TEL: 84 3317-2215
igorlinhares@hotmail.com

Com todas as vênias, tal fato, *de per si*, já violaria o Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório mesmo se a intimação tivesse sido feita a ambos os patronos (substabelecente e substabelecido), o que, reitere-se, não tem sido feito.

ANTE O EXPOSTO, requer a Executada seja decretada a anulação do presente feito a partir do evento Id. 4058401.13510273, cuja intimação foi feita exclusivamente na pessoa do advogado substabelecente (estranho à presente lide, portanto), violando o Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório, de berço constitucional.

Requer, outrossim, que se digne Vossa Excelência restituir à parte Executada o prazo para manifestação sobre a reavaliação do bem penhorado, determinando ainda que, doravante, as intimações desta sejam feitas exclusivamente através do advogado substabelecido (subscritor da presente), IGOR LEITE LINHARES, por ser de Direito e, sobretudo, por Justiça.

Espera deferimento.

Mossoró, RN, 27 de março de 2025

IGOR LEITE LINHARES
OAB/RN Nº 4270

Processo: **0001567-87.2012.4.05.8401**
Assinado eletronicamente por:
Igor Leite Linhares - Advogado
Data e hora da assinatura: 27/03/2025 12:16:40
Identificador: 4058401.16396316
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam